



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO



CED 01
DE BRASÍLIA

CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
EJAIT
NAS PRISÕES DO DF.

"Por uma educação que respeita, acolhe e constrói".

BRASÍLIA
2024



Ibaneis Rocha

Governador do Distrito Federal

Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal

Isaías Aparecido da Silva

Secretário executivo

Iêdes Soares Bragaf

Subsecretária de Educação Básica – SUBEB

Sandra Cristina Brito

Coordenadora da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto

Telma Cristiane de Almeida

Diretor do Centro Educacional 01 de Brasília

Vanessa Martins Farias Alves Bomfim

Vice-Diretora do Centro Educacional 01 de Brasília

Aline Aparecida Lourenço Gomes Campos

Chefe de Secretaria

Elisangela Caldas Braga Cavalcante
Supervisora

Erasmão de Jesus Gomes De Assunção
Supervisor

Genilde Lima Vieira
Supervisora

Gilvan de Pádua Rodrigues
Supervisor

Leonardo Henrique de Jesus da Silva
Supervisor

Lourival Carlos Cunha Junior
Supervisor

Patrícia de Carvalho Galieta
Supervisora

Ricardo Gonçalves Barbosa
Supervisor

Valdiceli de Araujo Rocha
Supervisora

Tirza Quirino Roza
Supervisora

Valeria Cristina Rufina Macedo
Supervisora

Servidores do Magistério Público e Orientadores Educacionais

Adriana Pires Correa
Alexandre Depireux Salles
Alex Fonseca Borges
Alex Machado Sousa
Aline Trindade Batista
Amanda de Sousa Tavares
Ana Clara Urupa Moraes Batista Lima
Ana Claudia Souza Dias
Ana Cristina de Castro
Ana Cristina Ferreira Santos
Ana Cristina Rodrigues Lima Sousa
Ana Nery Paiva Oliveira
Ana Paula Nunes de Queiroz
Andrea Pinto Melo
Andressa de Souza Silva
Andrezza Martins de Moura
Angela Maria Alves Damasceno
Antonio Carlos Mansano Canelada
Antonio Carlos Trindade Xavier
Antonio Marcos Dias Prates
Camila Alves Lima Gomes
Camila Maria Pacheco Siqueira
Carla Chaves de Oliveira
Carlos Magno Francisco
Cesar Mateus Goulart Goi
Cinthia Cristina Azevedo De Paula
Claudia Peres Beserra
Claudio Marcelo Raposo De Almeida
Clayton Jose de Cassio Lemes
Clebia Marina Pina do Nascimento
Daise Regiane Breunling
Dalmo Afonso Souto Teixeira
Dulcineia Soares Coelho
Edson Pedro de Oliveira Santos
Eduardo Dias da Silva
Elisangela Caldas Braga Cavalcante
Elvane Rocha Morato de Oliveira
Erasmio de Jesus Gomes de Assuncao
Eric Henrique de Araujo Marques
Everaldo Antonio de Jesus
Fabiana Geocondes Leite Soares
Fabio Duarte
Fernanda Dos Santos Silva
Flaviano Pereira Marques
Frederico Guilherme Campos De Franca
Frederico Guilherme Campos De Franca
Gabriela Cristiana Das Chagas Campos De Oliveira
Geni Da Silva Gordo
Genilde Lima Vieira
Gilmar Felix Goncalves
Gilvan de Padua Rodrigues
Gisele Celman Gorgonio
Guilherme de Azevedo Franca
Gustavo Davila de Araujo
Helena Cristina Aragao de Sa Martins
Henrique Semensato Holgado
Hugo Alberto Goncalves Delmondes
Ingrity Laryssa Campelo Silva
Italo Rodrigues de Sena
Iza Rodrigues Maia
Jamilia Bezerra Inacio
Jefferson Benevenuti Bernardi
Jefferson da Silva Pereira
Joao Beneilson Maia Gatinho
Joao Marques de Oliveira Junior
Joao Nogueira da Silva
Joao Pedro Ferreira Dos Santos
Joao Timotheo Maciel Porto
Jose Augusto Peixoto Neto
Juliana Pereira de Lima
Julimeire Ferreira Lima
Katalina Farias Carneiro Leao
Katia Garcia Candido
Kenia Mutran Costa
Larissa Dantas de Andrade
Laurita Borges dos Santos
Leandro Americo Gomes Alves
Leandro Hosken Cunha
Leda Pereira Leitao
Leonardo Diogo de Mello Ramos

Leonardo Henrique De Jesus Da Silva
Leticia Karoline Martins Rocha
Lidia Souza Cruz
Lillian Nunes De Oliveira Fonseca
Lisiane Pereira De Abreu
Lorena Machado De Lima
Lourival Carlos Cunha Junior
Lourran Stephano Silva Passos
Luciana Batista Fialho
Luciano de Sousa Silva
Lucimar Pinheiro Da Silva Sampaio
Lucimeire Antonia Marques
Lucinete Rodrigues Bezerra Macedo
Marcelo Barreto Roriz
Marcelo de Lima Chianca
Marcia Daniela Nunes Fernandes
Marcia Flavia Neres De Souza
Marcia Maria de Paiva Rodrigues
Marco Fernando Ottoline De Oliveira
Marcos Rodrigues da Silva
Marcos Trindade Lima
Maria Das Mercedes Cardoso De Assis
Maria de Fatima Nunes Araujo
Maria Jucileide Alves de Melo
Maria Oneidee de Sousa Silva
Maria Sonia Vieira Lira
Maria Vanderlene Feitosa De Sousa Formiga
Marilia Gabriela de Oliveira Ramos
Marina Ribeiro da Costa
Mario Cesar Braga Oliveira
Maurilio Nunes de Oliveira Filho
Miguel Angelo Moreira
Narla Skeff
Nubia Aparecida Ferreira
Odehilde da Conceicao Moura Vieira
Patricia de Carvalho Galieta
Patricia Silva dos Santos Gralha
Paulo Roberto Gomes Miguel
Pedro Henrique Elias de Albuquerque
Polyelton de Oliveira Lima
Ranuzia Maria Pimentel Brandao
Rayna Lourrani Antunes da Silva
Renata Forte Costa Sauer
Renata Moura Duarte
Ricardo Goncalves Barbosa
Rita de Cassia Menezes
Roberto Lima do Prado
Rodrigo Jacob Xavier Vianna
Rogerio Felix de Oliveira
Rosalina Gabriel Alves
Rosa Maria Soares Lucio Leal
Rubio Paniago
Samara Alves Araujo Silva
Selmara Do Nascimento Moura
Semira Castro Almeida
Simone Batista Pires
Sofia Morais Barreto De Sousa
Sonia Maria de Souza
Soraya Soares E Silva
Soraya Soares E Silva
Suzana Fernandes De Souza
Sylvia Barbosa Campos
Telma Cristiane de Almeida
Thais Cristina de Melo Salvador
Thais Romanelli Leite
Thiago Henrique Santos Torres
Tirza Quirino Roza
Utabajara Reges Casado
Valdiceli de Araujo Rocha
Valeria Cristina Rufina Macedo
Vanessa dos Santos Conceicao
Vanessa Martins Farias Alves Bomfim
Victor de Oliveira Bites
Wagdo da Silva Martins
Wandrey de Mattos Neves
Willian Arlindo Felix

Servidores Técnico em Políticas Públicas e Gestão Educacional

Aline Aparecida Lourenço Gomes Campos
ErasmO de Jesus Gomes de Assunção
Márcia Flávia Neres de Souza
Odehilde da Conceicao Moura Vieira
Ranuzia Maria Pimentel Brandão

Colaboradores (Global)

Cristiano da Costa Fonseca
Edmar de Araújo Silva
Júnior Soares lima
Marcelo do Carmo Souza

Colaboradores (Juíz de Fora)

Edna Alves de Souza
Newton César Silva de Araújo

Colaboradores (Funap)

Arony Cosset de Almeida
Emerson de Sousa Menezes Costa
Luanderson Mota de Oliveira
Jeferson Campos Sabino

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO	11
2. APRESENTAÇÃO	11
4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR	21
4.1 SEDE ADMINISTRATIVA I	21
4.2 UNIDADES PRISIONAIS	21
4.2.2 UNIDADE 2 – CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA 1 – CDP1 –	25
4.2.3 UNIDADE 3 – PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL I – PDFI –	27
4.2.4 UNIDADE 4 – PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL I – PDF-II –	29
4.2.5 UNIDADE 5 – PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL – PFDF –	31
4.2.7 UNIDADE 7 – CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II – CDPII –	35
4.3 ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE E A ESCOLA NAS PRISÕES	39
4.4 RECURSOS HUMANOS	46
5. DA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	48
6. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR	49
7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA	49
8. METAS DA UNIDADE ESCOLAR	51
9.1 Objetivo Geral:	53
9.2 Objetivos Específicos:	53
10. FUNDAMENTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS DA PRÁTICA EDUCATIVA	57
11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR	64
12. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR	69

13. DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO AVALIATIVO NA UNIDADE ESCOLAR	80
13.1 AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	80
13.2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA	83
13.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	83
13.4 ESTRATÉGIAS QUE IMPLEMENTAM A PERSPECTIVA FORMATIVA DA AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS	87
☐ 13.5 CONSELHO DE CLASSE	88
14. PAPÉIS E ATUAÇÃO	89
14.1 CONSELHO ESCOLAR:	89
14.2 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	92
14.3 SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO ESCOLAR (SOE):	98
14.4 PROFESSORES READAPTADOS OU COM RESTRIÇÃO DE REGÊNCIA DE CLASSE:	99
14.5 EQUIPE DA POLÍTICA DE REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA	102
14.4.2 - PROFESSOR MEDIADOR	106
14.4.3 - PROFESSOR VALIDADOR	108
15. CED1 EAD – PFBRA	110
16. SECRETARIA ESCOLAR:	112
17. ESTRATÉGIAS	116
18. PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	119
19. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	140
20. REFERÊNCIAS	143

APÊNDICE 1	145
APÊNDICE 2	152
APÊNDICE 3	163
APÊNDICE 4	174
APÊNDICE 5	182
APÊNDICE 6	186
APÊNDICE 7	191
APÊNDICE 8	201
APÊNDICE 9	216
APÊNDICE 10	262
APÊNDICE 11	268
APÊNDICE 12	274
APÊNDICE 13	278
APÊNDICE 14	281
ANEXO	284



“Parece impossível até que seja feito”.
“Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele.
Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração.”
Nelson Mandela

1. Identificação

O Centro Educacional 01 de Brasília, CNPJ no 26.344.476/0001-33, é a unidade escolar da rede pública de ensino do Distrito Federal que oferta Educação de Jovens, Adultos, idosos e trabalhadores (EJAIT) no Complexo Penitenciário do Distrito Federal. Com Sede Administrativa I situada no SGAN 705/905 AE, Asa Norte, DF, CEP 70.655-775 (telefones para contato: 3318-2671/3318-2650, e-mail: ced01.creppc@se.df.gov.br) e Sede Administrativa II no Complexo Penitenciário, Rodovia DF 465, Km 4, FAZENDA PAPUDA, Centro de Detenção Provisória II, salas 1 e 2, CEP 70.620-000, com atuação nos oito Núcleos de Ensino das oito Unidades prisionais do DF.

A escola tem 105 turmas distribuídas em 55 salas de aula estão distribuídas em oito unidades prisionais: Centro de Internamento e Reeducação (CIR), os Centros de Detenção Provisória (CDP I e CDP II), as Penitenciárias do Distrito Federal I, II e IV (PDF I, PDF II e PDF IV), a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDf), incluindo a Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP), e o Centro de Progressão penitenciária (CPP) no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA). Além disso, o CED 01 oferta a EJA também no Presídio Federal de Brasília (PFBRA). Essas unidades localizam-se no Complexo da Papuda, na Região Administrativa do SIA e no Gama. A EJA é ofertada nos três segmentos nas formas presencial e a distância, com adesão à EJA combinada, a fim garantir a educação, direito de envergadura constitucional, de extrema importância para os processos de socialização e de reinserção social das pessoas privadas de liberdade.

2. Apresentação

A Proposta Político Pedagógica do CED 01 de Brasília tem como público e cenários as pessoas privadas de liberdade do sistema penitenciário do DF. Apesar de ser a educação um direito constitucional da pessoa em cárcere, com marco original na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), declarada pela Organização da Nações Unidas (ONU), em 1948 e corroborada pelas Regras Mínimas para Tratamento de reclusos de 1955, nacionalmente prevista na Lei de Execução Penal (1984), sabemos que as prisões são instituições que tem pouca visibilidade e, muitas vezes, estão fora da preocupação social, o que torna a oferta à educação algo secundário e sem a devida importância. Porém, é necessário considerar que as pessoas que lá se encontram são seres humanos, sujeitos de direitos que retornarão à sociedade. Portanto, precisam de condições e de oportunidades para que voltem preparados para o convívio social como cidadãos e não como ex-presidiários. Pensando nisso, esta proposta foi construída trazendo ao centro do debate as pessoas privadas de liberdade que, mesmo em cárcere, retornam à escola, aos estudos e pretendem, a partir

da educação, continuar sua trajetória socializadora e reintegradora durante o cumprimento da pena e, se desejarem, após o cumprimento dela.

É sabido que a educação desempenha um papel primordial na formação de uma pessoa tanto no aspecto pessoal quanto nos aspectos sociais e econômicos. Por isso, entendemos a importância de promover a reflexão a partir do exercício da cidadania, que pode ser potencializado na escola. Nesse sentido, acreditamos que “o que importa, realmente, ao ajudar o homem, é ajudá-lo a ajudar-se. É fazê-lo agente de sua própria reestruturação e reintegração social. É, repitamos, pô-lo em uma postura conscientemente crítica diante de seus problemas” (Freire, 2009, p.66).

Por esse motivo, destacamos a importância da educação no processo de socialização das pessoas em cárcere, pois, à medida que se desenvolvem conhecimentos, habilidades e atitudes, incentiva-se a autonomia e cultiva-se uma visão crítica da realidade. Assim, acreditamos que o sujeito da EJAIT nas prisões vai apoderando-se de sua trajetória histórica e aprendizagens, deixando de ser mero receptor do conhecimento já construído, passando a ser formulador de conhecimento e transformação social.

Dessa forma, o direito à educação fundamental a todas as esferas da sociedade, inclusive e principalmente, no contexto prisional, é essencial para que as pessoas privadas de liberdade se apropriem do status de sujeito de direitos. Diante disso, a educação nestes espaços tem a função de ser instrumento de humanização, de resgate e de reafirmação de identidade, além de ser essencial para o acesso a outros direitos, no desejo de vislumbrar novos horizontes e na construção do processo de reinserção à sociedade.

Neste contexto, as unidades prisionais contam com um Núcleo de Ensino (Nuen), onde ocorre o processo de ensino e aprendizagem. Nesse núcleo há um chefe de Nuen, a equipe (policiais penais), os classificados, um supervisor (servidor do CED 01), um coordenador pedagógico local (servidor do CED 01), os professores responsáveis pelas atividades educacionais (efetivos e em contratação temporária da SEDF e do quadro do CED 01 de Brasília) e os estudantes, que hoje representam 17,46% da massa carcerária em atividade educacional formal segundo dados do SENAPPEN (2023). É importante salientar que os docentes frequentemente atuam em mais de um Nuen, seguindo os normativos da Secretaria de Educação e as orientações da segurança, normatizadas pela Secretaria de Administração penitenciária (SEAPE).

A proposta do Projeto Político e Pedagógico (PPP) para EJAIT nas Prisões para 2024 foi elaborada de forma coletiva, considerando o compromisso com a educação no âmbito prisional em consonância com a

Constituição Federal (CF, 1988), com a Lei de Execução Penal (LEP, 1984), com Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDBEN, 1996), com as Diretrizes Operacionais da EJA (2021), com o Currículo em Movimento da EJA, com o Plano Distrital de Educação, com o Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional e outros documentos orientadores da SEDF, da SEAPE e da VEP.

Sendo assim, a semana pedagógica foi planejada de forma a incentivar a leitura desses documentos, que seriam explorados em nossas reuniões pedagógicas, a fim de se promover debates sobre os aspectos relevantes quanto à oferta da EJAIT nas prisões, de forma a renovar e atualizar essa proposta. Para a construção desse Projeto Político Pedagógico (PPP) contamos com a colaboração dos servidores da carreira magistério (professores conselheiros), bem como dos orientadores, dos servidores da carreira técnico em Políticas Públicas e Gestão Educacional, dos colaboradores e dos estudantes (representantes de turma) em privação de liberdade de todas as unidades prisionais.

Para cada um dos segmentos da comunidade educativa desta unidade escolar, foi encaminhado um questionário para que estes pudessem analisar e fazer as contribuições para a construção desta proposta. Além disso, foi exibido vídeo, elaborado pela equipe pedagógica, para que os professores novatos pudessem se apropriar da história da escola. Em um outro momento, foi disponibilizado um link para sugestão, supressão ou alteração de alguma parte do PPP. Além desses processos de incentivo à participação na construção do PPP, também foi considerado o plano de trabalho construído de forma democrática pelas atuais gestoras na campanha para eleição da nova equipe gestora e o Plano Distrital de educação lei no 5.499, DE 14 DE JULHO DE 2015, visando alcançar as estratégias para atingir os objetivos e as metas propostas.

A equipe Gestora, em consonância com a Portaria no 139, de 22 de fevereiro de 2024, institui a seguinte comissão organizadora do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar:

- Telma Cristiane de Almeida - diretora
- Vanessa Martins Farias Alves Bomfim - vice diretora
- Genilde Lima Vieira - supervisora
- Patricia de Carvalho Galieta - supervisora da Política de Remição de Pena pela leitura
- Antônio Carlos Trindade Xavier - presidente do Conselho Escolar
- João Beneilson Maia Gatinho - coordenador pedagógico
- Elvane Rocha Morato de Oliveira - Orientadora Educacional
- Odehilde da Conceição Moura Vieira - Políticas Públicas e Gestão Educacional

- Carlos Magno Francisco - professor readaptado
- Professores do 1o, 2o e 3o segmentos que se voluntariaram para ser conselheiros das turmas.
- Estudantes representantes de turma.

Foram utilizados para produção de dados e participação de proposta para o PPP dois questionários para os servidores e um questionário para os estudantes.

Com o intuito de que nossos estudantes pudessem estar presentes neste documento, estão presente textos, desenhos, trabalhos diversos realizados por eles, a fim que escutem as suas vozes que gritam por liberdade nos corredores das prisões e se percebam como agentes construtores de conhecimento.

De acordo com o princípio da EJAIT de que a educação deve garantir as pessoas o direito de aprender a qualquer tempo e não apenas se escolarizar, o propósito deste projeto político pedagógico é esboçar os caminhos para a oferta de educação em e para os direitos humanos e a cidadania nas prisões, em uma perspectiva progressista e emancipadora, a partir de uma visão democrática na qual a gestão eleita, junto com toda a comunidade educativa, escolha a melhor maneira de concretizar o que desejam para esta unidade escolar de forma a criar e oferecer condições para que os direitos das pessoas em privação de liberdade sejam, de fato, garantidos e efetivados.

3. Histórico da Unidade Escolar



Vou contar minha história
De quando vivi na prisão
Estava sem liberdade
numa tremenda solidão
A falta de minha família
Apertava-me o coração
Mas nem tudo era ruim
Pois tínhamos educação
Que nos fazia seguir em frente
Desejando ser cidadão
O sábado e o domingo
Eram os piores na prisão
A escola não funcionava
Lá se vinha a solidão
Quarta-feira tinha alegria
Para uns e outros não
Era dia de visita
Quando recebíamos os irmãos
Mães, pais ou esposa
Nos trazia um abraço
Dos amigos lá de fora
Era grande a emoção
Não podemos esquecer
Dos professores que vinham
Com grande dedicação
Eles acreditavam em nós
Em nossa recuperação
Professores do CED 01
com muita admiração
lembramos de vocês
Com amor no coração .
2ª etapa, CED 01 de Brasília.

A história desta Unidade Escolar pode ser comparada a uma colcha de retalhos cujas partes vão sendo costuradas para que assim possamos ver essa trajetória como um todo. Marcada por muitas lutas e conquistas, mas também por muito retrocesso, dada a dificuldade de entendermos, enquanto sociedade, as nuances que compõem a questão penitenciária no Brasil, essa instituição não tem registro específico de seu início, mas apresenta vestígios que nos permite contar como foi e está sendo a caminhada pela materialização do direito à educação das pessoas privadas de liberdade no Distrito Federal.

Diante disso, as atividades educacionais desenvolvidas no Sistema Prisional possuem vários marcos, mas um proporcionou mudanças significativas na oferta de educação no Sistema Prisional do Distrito Federal: a criação do Centro Educacional 01 de Brasília – CED 01 de Brasília, através da Portaria nº 239 de 30 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 31 de dezembro de 2015.

Antes da criação da Unidade Escolar, sabe-se que havia atividades educacionais no Sistema Prisional do DF, já previsto na Lei nº 7.210 (LEP), (BRASIL, 1984), mas os poucos registros não explicam como se dava esta

oferta. Anos depois da criação da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP/DF¹, em meados dos anos 90, o processo educativo passou a ser ofertado por meio de convênio celebrado entre a FUNAP e a extinta Fundação Educacional do Distrito Federal, na intenção de desenvolver um trabalho orientado por profissionais habilitados e qualificados para esse fim. Cabe ressaltar que não há registros de estudo técnico para a oferta à educação nesses moldes.

Durante muito tempo, a atividade educativa às pessoas privadas de liberdade foi organizada em cursos supletivos (1º. E 2º Graus). Os estudantes eram acompanhados por professores (que não tinham contato direto com os estudantes), auxiliados por classificados² que se tornaram monitores³. De forma tardia, no ano de 2004, passamos a ofertar educação seguindo as normativas da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade da educação prevista nacionalmente e internacionalmente desde 1996 na 5ª Conferência Internacional de Jovens e Adultos (CONFITEA V)⁴ para a oferta de educação às pessoas privadas de liberdade.

Nesta nova perspectiva, a viabilização do direito à educação, celebrado pelo convênio entre as instituições, na medida do possível, procurou atender às demandas, apesar das inúmeras restrições impostas pelas equipes de segurança⁵. Sendo assim, a equipe de professores passou a ter contato direto com o estudante privado de liberdade como os demais profissionais que atuavam nas prisões e passou a ter autonomia para classificar, reclassificar e promover os estudantes, com exceção do 1º segmento, que ainda, dependia de aval do Centro de Exames Supletivos da Asa Sul – CESAS.

Em 2005, os projetos de Xadrez, Música e Teatro, já presentes no CIR, foram estendidos para o Centro de Detenção Provisória – CDP e foi ampliado o número de turmas na Penitenciária do Distrito Federal – PDF I, que passou a incluir esses projetos. Nesse mesmo ano, passou a ser ofertado o 1º Segmento na Ala de Tratamento Psiquiátrico – ATP, além dos projetos de Teatro e Agroecologia. Somou-se aos profissionais da educação uma Orientadora Educacional, e, foi inaugurado o Núcleo de Ensino na PDF II.

Nesta trajetória, em 2006, o 1º segmento passou a ter autonomia para promover o aluno, até então restrita aos 2º e 3º segmentos. Em 2010/2011, o convênio ampliou o número de turmas e, conseqüentemente,

¹ A FUNAP foi criada pela Lei 7.533, de 2 de setembro de 1986, e é vinculada à Secretaria de Justiça e Cidadania do DF (Sejus/DF), integrando a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal.

² Pessoas privadas de liberdade classificadas para o trabalho dentro das Unidades Prisionais.

³ Pessoas privadas de liberdade que são classificadas para o trabalho e que a época aplicavam o conteúdo organizado pelos professores.

⁴ Confitea de 1996.

⁵ Nas últimas duas décadas houveram muitas mudanças na composição das equipes de segurança. Já tivemos a frente das Unidades Prisionais Policiais Cíveis, Policiais do Corpo de Bombeiro, Policiais Militares e agentes penais que hoje são da Polícia Penal.

aumentou o número de professores. A partir de 2010, embora não houvesse uma unidade escolar institucionalizada, o convênio passou a contar também com um servidor da carreira assistência, responsável pelo registro e documentação dos estudantes. Apesar disso, a certificação dos estudantes se dava através de Escolas Conveniadas da Rede Pública⁶. Estas unidades escolares da rede acolhiam os estudantes do Sistema Prisional, realizavam a matrícula no sistema da SEDF e em seus censos escolares e os certificavam por meio de registros escolares informados pelos professores que atuavam nas prisões.

Nesse contexto, os servidores que atuavam no Sistema Prisional antes da criação do CED 01 de Brasília tinham suas atividades respaldadas por termos de cooperação técnica entre as Instituições SEEDF e FUNAP/DF, renovados e adaptados, anualmente, durante os períodos dos convênios celebrados, o que sempre trouxe aos servidores e a oferta da educação bastante instabilidade.

Nesta perspectiva, os profissionais que atuavam na escola participaram das discussões e reflexões para a construção do Plano Distrital de Educação 2014 – 2024 e assim foi possível, pela primeira vez, que a EJAIT nas prisões tivesse uma meta específica e estratégias que delimitasse as necessidades dessa oferta tão singular. A meta 10 do PDE (Distrito Federal, 2015), previa a ampliação da oferta em 50% e a forma integrada à educação profissional, além de 26 estratégias, ensejando o cumprimento desta meta. A meta 10.1 previa a criação da Unidade escolar pública específica para o sistema prisional, o que possibilitou a conclusão de um processo com mais de 15 anos, consolidando, assim, a institucionalização da escola em dezembro de 2015. Com a institucionalização, os servidores que até então atuavam nesta realidade, passaram a constituir o quadro de profissionais do recém-criado CED 01 de Brasília. A escola passou a ter autonomia administrativa, financeira e pedagógica como as demais escolas da rede pública de ensino do DF. Desta forma a UE tornou-se a escola da rede responsável pela oferta da EJA nas prisões, promoção e certificação dos estudantes privados de liberdade em um processo de gestão democrática.

Neste novo momento, no primeiro ano a UE a gestão se constituiu por uma equipe provisória. Em 23 de novembro de 2016 foi realizada a primeira eleição para diretor e vice-diretor do Centro Educacional 01 de Brasília no processo de Gestão Democrática das escolas públicas da SEDF para o triênio de 2017-2019. Neste processo concorreram duas chapas sendo eleita a Chapa 1 eleita com 76% dos votos válidos pelo seguimento de servidores da SEDF, sem a participação dos estudantes.

Em março de 2017, na Portaria nº 82, publicada no Diário Oficial do DF nº 48 de 10 de março de 2017, a Secretaria de Educação do DF torna público os locais de atuação do CED 01 de Brasília nas Unidades Prisionais do DF, estabelecendo uma legislação compatível com a motivação de criação desta Unidade Escolar. Ficou

⁶ Escolas que fomos vinculados até 2015: São José no São Sebastião, CEF 10 do Gama, CEF 07 do Gama.

determinado que a Sede Administrativa I ficaria situada no prédio da EAPE e a Sede administrativa II: Complexo Penitenciário. Com atuação nas 7 unidades prisionais do DF.

Em 2018 há a implementação do Projeto de Remição de Pena pela Leitura –“Ler Liberta”: uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do Distrito Federal”, que atende ao estabelecido na Portaria nº 10, da Vara de Execuções Penais (VEP), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), de 17 de novembro de 2016, a qual disciplina as modalidades de remição de pena: pelas atividades de ensino presencial, pela realização de cursos à distância e pela leitura de obras literárias, prevendo o atendimento de até 10% da população carcerária do sistema penitenciário do Distrito Federal.

Em 2019 o CED 01 de Brasília ampliou a oferta da EJA na Penitenciária do Distrito Federal II com o retorno das turmas do segundo e terceiro segmentos da EJA no bloco “E” da referida penitenciária. Também temos a segunda eleição pelo processo de gestão democrática com chapa única a gestão foi reeleita.

Ainda em 2019, o Centro Educacional 01 de Brasília elaborou e apresentou uma projeto de oferta de EaD nas prisões com o intuito de propiciar escolarização à jovens, adultos e idosos que se encontravam privados de liberdade nos estabelecimentos prisionais do DF, bem como na Penitenciária Federal de Brasília – PFBRA, e não têm acesso à educação presencial (Processo SEI 00080-00199657/2019-45), projeto encontra-se atualizada e no apêndice 9.

Em 2020, com o desafio do enfrentamento da pandemia de coronavírus (Covid19), o CED 01 de Brasília elaborou um Plano de Ação para oferta de educação não presencial anexo a essa PPP, o qual numa necessidade pandêmica poderá ser utilizado. Após a pandemia enfrentamos vários desafios, entre eles o reestabelecer a Educação de Jovens, Adultos, Idosos e trabalhadores de forma presencial. No retorno tivemos a redução no número de estudantes matriculados, inclusive o fechamento do bloco E na PDF2. Também tivemos a instalação de grades (implementação do modelo contato zero⁷) nas salas de aula separando professores e estudantes, medida adotada pela Polícia Penal como medida de segurança. Essa implementação tem sido objeto de debates sem consenso entre as partes. Para boa parte dos docentes essa medida que visa a segurança do professor, acaba por prejudicar a formação de vínculo e a dinâmica de confiança, respeito e igualdade que permeiam o processo de ensino-aprendizagem com o estudante da EJA, além de não ser uma medida que partiu da solicitação da equipe gestora ou dos docentes visto que não há registros de qualquer violência já sofrida por professores na história do sistema prisional do DF (Nota Técnica nº 0001/2024 – NUPRI/MPDFT).

⁷ Nas salas de aula são colocadas grades separando professores e estudantes.

No ano de 2022 foi iniciada a escolarização na Penitenciária Federal de Brasília – PFBRA, a partir do termo de cooperação entre o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Conseqüentemente, o Centro Educacional 01 de Brasília passa a ofertar a EJA na forma EaD, com todas as atribuições já realizadas nas demais Unidades Prisionais.

Além da oferta de EJA, o CED 01 de Brasília vem no decorrer do tempo desenvolvendo diversos projetos, tais como projeto de teatro, projeto de música, projeto de informática, projeto Ler Liberta, Mulheres Inspiradoras e o Fest'Art (Festival de arte e cultura). Cada projeto anexo ao apêndice desta PPP possui características próprias e são importantes tanto para o aprendizado quanto para a socialização e reinserção social das pessoas privadas de liberdade.

Nosso principal projeto é o Fest'Art, é o festival temático que, além de incentivar a produção de trabalhos artísticos, promove momentos de reflexão, de pesquisa e de aprimoramento sobre assuntos diversos que são relevantes ao exercício da cidadania. Esse projeto permite que as vozes das pessoas encarceradas sejam ouvidas pela sociedade e voltem a ter relevância, lhes devolvendo o status de sujeitos de direitos, de cidadãos. Trata-se de um projeto que humaniza os espaços de privação de liberdade, promove a autonomia e o protagonismo das pessoas em cárcere, além de atribuir a cada participante o reconhecimento que muitos só obtiveram a partir do crime. No ano de 2024 o tema do Fest'Art é **“Vidas Trancadas: o poder transformador da arte”**, escolhido pela comissão do festival a partir das contribuições dos estudantes.

Depois de alguns anos sem o processo de eleição de gestores ocorreu o terceiro processo de gestão democrática desta Unidade Escolar em 2023 cujo marco foi, pela primeira vez, a participação de parte dos estudantes⁸ nas eleições. Foram apresentadas à comunidade educativa duas chapas, e em outubro de 2023 foi eleita com 83% dos votos válidos a Chapa 1.

Conseqüentemente, em janeiro de 2024 a nova equipe gestora toma posse e abraça o desafio de promover educação nas Unidades Prisionais do DF, cujas pessoas em cárcere seja o foco, em parceria com a Polícia Penal buscando, em rede, cada equipe com as suas competências, contribuir para o processo de reinserção das pessoas privadas de liberdade por meio de uma educação progressista e emancipadora. Atualmente a EJAIT nas prisões é a maior oferta de EJA no Distrito Federal com cerca de 2500 estudantes privados de liberdade e atendimento de 2400 pessoas em cárcere com a Política de Remição de Pena pela Leitura.

A unidade escolar está distribuída em polos em vários espaços do DF. A sede do CED 01 de Brasília fica na Asa Norte é composta por 12 salas, 2 depósitos, 4 banheiros e uma cozinha. No complexo da Papuda atuamos nos seis presídios utilizamos uma sala administrativa para acolhimentos dos nossos profissionais

⁸ Só participaram do processo de eleição da equipe gestora os estudantes que não tinham até a data da eleição o processo judicial tramitado em julgado. Assim apenas um grupo reduzido exerceu o direito a voto.

em cada um deles e temos um total de 33 salas de aula, os banheiros e o refeitório são os mesmos utilizados pela equipe de segurança. No Gama atendemos um presídio com 9 salas de aula, um banheiro para os servidores da educação e uma sala administrativa, o refeitório é o mesmo utilizado pela equipe de segurança. No SIA, temos 9 salas de aula, 3 banheiros de uso coletivo, uma sala administrativa em que usamos como refeitório também. Somos responsáveis pela conservação destes espaços, porém temos responsabilidade com a manutenção apenas da sede da escola.

Inconcluso, a Educação de Jovens, Adultos, Idosos, trabalhadores nas prisões do DF vem no decorrer do tempo avançando, materializando os marcos legais que versão sobre a educação no cárcere favorecendo uma educação que propicie o desenvolvimento integral dos estudantes, entendendo-os como sujeitos de direitos e com vistas ao processo de socialização e reintegração social dessas pessoas a partir da educação.

4. Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar

4.1 Sede Administrativa I

Localizada na Asa Norte, no SGAN 705/905, a sede administrativa da escola, abrigou a direção, a secretaria escolar, a supervisão administrativa e parte da equipe responsável pela Remição de Pena pela Leitura, bem como os professores que atuam na PFBra. Apesar de sua importância, trata-se de uma escola de dimensões modestas.

Dentre as salas, duas são designadas para a coordenação pedagógica dos professores, contudo, são insuficientes para acomodar os 150 profissionais que trabalham nas prisões durante os dias de coordenação. Estas salas não tem aparelhos multimídia, nem computadores e impressoras. O espaço da secretaria também é limitado, dificultando acomodar o chefe de secretaria, 8 secretários e 3 colaboradores da FUNAP.

Os servidores responsáveis pela Remição de Pena pela Leitura contam com apenas três pequenas salas, destinadas à supervisão, coordenação e às 10 servidoras responsáveis por validar as redações dos detentos. Da mesma forma, os professores da PFBra dispõem de apenas uma sala reduzida, compartilhada por 5 docentes responsáveis pelas áreas de conhecimento, além do coordenador e da supervisora.

Para alocar atividades adicionais, recorreremos a um espaço improvisado que serve como sala de mecanografia, depósito e área dos vigias, enquanto a sala destinada à supervisão é inadequada para as suas necessidades. A única sala que oferece um espaço razoável é reservada para a direção. As instalações de rede são inadequadas e necessitam de reparos.

4.2 Unidades Prisionais

O Complexo Penitenciário do Distrito Federal tem oito Unidades Prisionais atendidas pelo CED 01 de Brasília:

- UNIDADE 1 – CIR – Centro de Internação Reeducação.
- UNIDADE 2 – CDPI – Centro de Detenção Provisória I (prevista a junção ao CDPII ainda no 1º semestre de 2024).
- UNIDADE 3 – PDFI – Penitenciária do Distrito Federal I
- UNIDADE 4 – PDF II – Penitenciária do Distrito Federal II
- UNIDADE 5 – PFDF – Penitenciária Feminina do Distrito Federal
- UNIDADE 6 – CPP – Centro de Progressão Provisória
- UNIDADE 7 – CDPII – Centro de Detenção Provisória II
- UNIDADE 8 – PFBRA – Penitenciária Federal de Brasília

- UNIDADE 9 – PDF IV – Penitenciária do Distrito Federal IV (atendendo a determinação da Juíza da vara de Execuções Penais, processo SEI nº 0401624-65.2024.8.07.0015 – previsão de abertura de turmas para o 2º semestre de 2024).

VIII – DETERMINO à SEE, por meio do Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01), conforme estipulado pela Portaria nº 239/2015-SEEDF, de 30 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 250, de 31 de dezembro de 2015, que atualize a Proposta Pedagógica (PP), especialmente para o segundo semestre de 2024 (VEP, 2024).

Todas as unidades têm um supervisor (indicado pela gestão), um coordenador pedagógico (eleito pelos professores), um orientador responsável, a equipe de professores que compartilham com a equipe de segurança de cada uma das unidade a obrigação de ofertar educação pública e gratuita as pessoas privadas de liberdade.

4.2.1 UNIDADE 2 – Centro de Internamento e Reeducação – CIR



Equipe responsável pela unidade: Genilde Lima Vieira (supervisora), Nubia Aparecida Ferreira (coordenadora pedagógica)

Inaugurado em 1967 e situado no Complexo da Papuda, nas instalações do antigo Centro de Detenção Provisória (CDP), o Centro de Internamento e Reeducação (CIR) é uma unidade destinada ao acolhimento de uma população provisória em regime semiaberto. Além disso, possui uma ala designada para ex-policiais e outra reservada aos presos provisórios, incluindo celas destinadas a extraditados, detidos cautelarmente e à disposição do Superior Tribunal Federal. Devido à sua natureza como unidade de presos provisórios, apresenta um elevado índice de rotatividade das pessoas privadas de liberdade e, conseqüentemente, de estudantes.

O antigo edifício foi a primeira sede administrativa da escola quando esta ainda era uma instituição conveniada, e foi lá que se implementaram os primeiros projetos educacionais, incluindo a criação do Fest'Art. Atualmente, o centro abriga uma população carcerária de 3386 indivíduos privados de liberdade, sendo que apenas cerca de 10% têm acesso à assistência educacional formal, o que equivale a aproximadamente 350 pessoas.

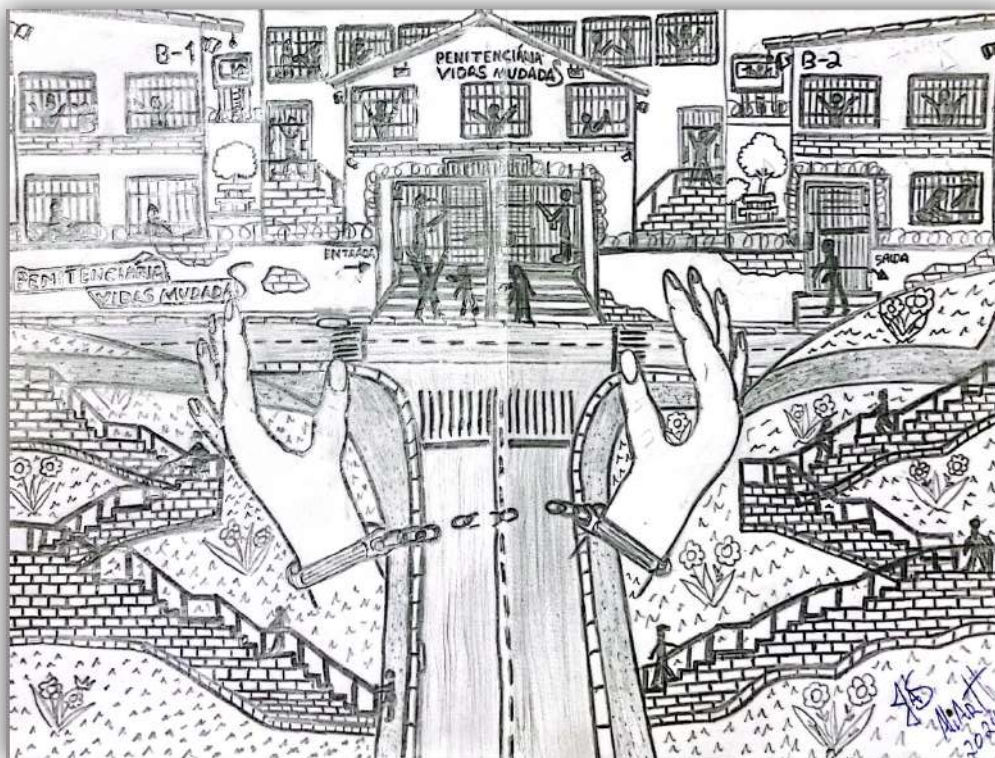
Apesar das limitações evidentes, o CIR se destaca como uma das poucas unidades prisionais que oferecem educação para idosos e que não segregam os professores dos estudantes com grades nas salas. Ademais, a unidade conta com um laboratório de informática e uma biblioteca, embora os estudantes não tenham acesso direto a esses recursos. Os estudantes recebem os livros regularmente em suas celas.

Sem dúvida, as condições físicas poderiam ser aprimoradas. As salas de aula carecem de ventilação adequada, e não há um espaço designado para atividades coletivas, que geralmente ocorrem nos corredores. Embora os estudantes tenham acesso a banheiros e água durante o período de aula, as instalações disponíveis não são suficientes para garantir conforto adequado. Os professores contam com uma sala de tamanho reduzido, inadequada para a quantidade de docentes que atuam na unidade, e também enfrentam problemas de ventilação insuficiente. Há um banheiro unissex e uma cozinha disponíveis para uso, mas sua capacidade é limitada.

Os estudantes são acolhidos em 18 turmas sendo: seis turmas de 1º segmento, sete turmas de 2º segmento e cinco turmas de 3º segmento, organizadas da seguinte forma:

Tipo de Oferta	Blocos	Segmentos	Quantidade de turmas por turno		
			MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
EJA PRESENCIAL (COMBINADA)	4 e 5	1º segmento	3	3	-
		2º segmento	3	4	-
		3º segmento	3	2	-
TOTAL			18 turmas/9 salas de aula.		

1.1.1 UNIDADE 2 – Centro de Detenção Provisória 1 – CDP1 – / Penitenciária do Distrito Federal IV – PDF IV



José Alisson da Silva – CDP

Equipe responsável pela unidade: Valeria Cristina Rufina Macedo (supervisora), Rubio Paniago (coordenador pedagógico)

Inaugurado em 1973, o Centro de Detenção Provisória (CDP) – anteriormente conhecido como Núcleo de Custódia de Brasília – foi realocado para um novo complexo em maio de 2021, passando a ser denominado CDP1. A alta rotatividade de estudantes é uma característica marcante, resultante do regime peculiar da unidade. No CDP1, as pessoas privadas de liberdade aguardam julgamento para determinação do regime prisional adequado. Os CDPs são as instalações designadas para abrigar os indivíduos em prisão preventiva.

Atualmente, o CDP1 abriga uma população carcerária de aproximadamente 1500 internos, dos quais a escola atende cerca de 300, ressaltando-se a mencionada rotatividade significativa. Os estudantes têm acesso a instalações sanitárias e água durante o horário escolar.

As instalações incluem uma sala para os professores, compartilhada entre os docentes dos dois CDPs, equipada com um sistema de ar condicionado cuja capacidade não é suficiente para refrigerar todo o ambiente. Os espaços disponíveis mostram-se insuficientes para acomodar a quantidade de professores que atendem o CDPI e CDPII

No bloco 3, as salas estão equipadas com televisores, os quais podem ser utilizados pelos professores. Além disso, a unidade disponibiliza uma máquina de cópia supervisionada pela equipe de segurança. Para enriquecer as atividades educacionais, os docentes contam com um projetor fornecido pela escola e televisões disponibilizados pela equipe de segurança.

Os estudantes são acolhidos em 16 turmas distribuídas em 3 blocos, sendo: 4 turmas do 1º segmento, 9 turmas do 2º segmento e 3 turmas do 3º segmento, organizadas da seguinte forma:

Tipo de Oferta	Blocos	Segmentos	Quantidade de turmas por turno		
			MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
EJA PRESENCIAL (COMBINADA)	3, 4 e 8	1º segmento	2	2	-
		2º segmento	4	5	-
		3º segmento	2	1	-
TOTAL			16 turmas/8 salas de aula		

1.1.2 UNIDADE 3 – Penitenciária do Distrito Federal I – PDFI –



Alef Martins Lima – PDF1

Equipe responsável pela unidade: Ricardo Gonçalves Barbosa (supervisor), Ana Paula Nunes De Queiroz (coordenadora pedagógica)

A Penitenciária do Distrito Federal I (PDF-I) foi inaugurada no ano de 2001. Classificada como uma unidade de segurança média, com regime fechado, a mesma compreende quatro blocos de confinamento, um dos quais é de segurança máxima. Sua capacidade nominal é de 1.584 pessoas privadas de liberdade em regime fechado, entretanto, atualmente, abriga 3.615 detentos, indicando uma situação de superlotação. Apresentando uma arquitetura relativamente moderna, a penitenciária inclui espaços destinados à reintegração social em cada bloco, bem como áreas de banho de sol e outras instalações conforme previsto na Lei de Execução Penal.

Em 2004, as atividades educacionais tiveram início no Bloco E, inicialmente composto por seis salas de aula. Uma sala para os professores foi designada no bloco administrativo, também utilizada pela mediadora da Política de Remição de Pena pela Leitura. O percurso até as salas de aula totaliza aproximadamente 150

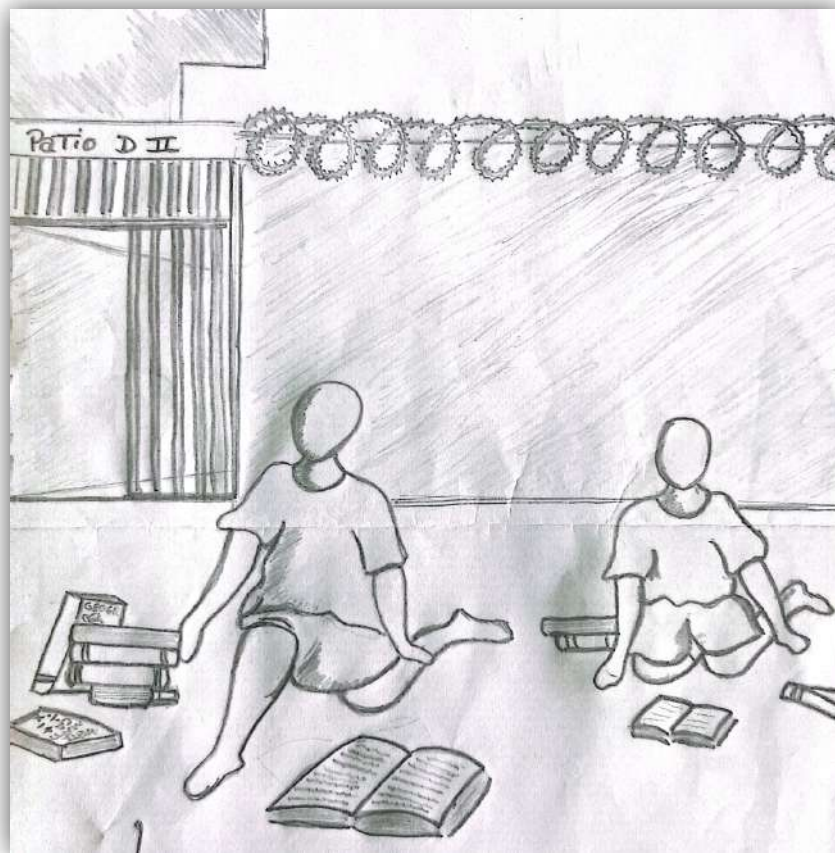
metros, não havendo portas com fechaduras ou sistemas de ar condicionado, ao contrário das várias salas do bloco administrativo. Há apenas ventiladores disponibilizados pela escola. Todas as salas de aula são apresentadas grades entre o professor e os estudantes, o espaço destinado a escola tem condições de ventilação, acústica e iluminação inadequadas para a execução das aulas. Além das salas de aula, há uma biblioteca com mais de sete mil exemplares de diversas áreas do conhecimento, contendo mesas e cadeiras para pesquisa, embora não seja utilizada pelos estudantes durante o horário de aula, e os livros não são disponibilizados para empréstimo por questões de segurança. Devido ao espaço amplo, a biblioteca é ocasionalmente utilizada para atividades coletivas, mediante autorização prévia do Núcleo de Ensino.

No ambiente escolar, um pequeno espaço é destinado para acomodar materiais mínimos, tais como mapas, computador e caixas de lápis, conhecidas como "pirulitos", contendo quantidade exata de lápis para cada turma. Próximo a este espaço, a preparação da merenda escolar é realizada, configurando-se como uma área adaptada de cantina, sob responsabilidade das pessoas designados pela equipe de segurança. Dois banheiros exclusivamente masculinos estão disponíveis, um na frente e outro na parte de trás, os quais só podem ser utilizados após o terceiro horário (intervalo). Durante as aulas, os estudantes não têm acesso à água ou aos banheiros. O núcleo de ensino também disponibilizou dois televisores de 50 polegadas para as salas do terceiro segmento, e também, contamos com dois projetores fornecidos pela escola.

Os estudantes são acolhidos em 18 turmas distribuídas em um único bloco, sendo: 4 turmas do 1º segmento, 10 turmas do 2º segmento e 4 turmas do 3º segmento, organizadas da seguinte forma:

Tipo de Oferta	Blocos	Segmentos	Quantidade de turmas por turno		
			MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
EJA PRESENCIAL (COMBINADA)	E	1º segmento	2	2	-
		2º segmento	4	6	-
		3º segmento	3	1	-
TOTAL			18 turmas/9 salas de aula		

1.1.3 Unidade 4 – Penitenciária do Distrito Federal I – PDF-II –



Cleiton Remesson Pereira da Silva – PDF2

Equipe responsável pela unidade: Elisangela Caldas Braga Cavalcante (supervisora), Larissa Dantas de Andrade (coordenadora pedagógica)

A Penitenciária II do Distrito Federal, também conhecida como PDF II, foi construída para atender à demanda crescente por espaços prisionais na região, proporcionando capacidade adicional para o sistema penitenciário do Distrito Federal. A construção ocorreu em 2005 e a inauguração efetuou-se em 2008. A PDF II está situada no Complexo Penitenciário da Papuda e é uma unidade de segurança máxima, destinada a pessoas do sexo masculino cumprindo regime fechado. A unidade possui capacidade para 1.584 pessoas em situação de privação de liberdade, mas, atualmente, abriga 3.744 custodiados, desta forma também opera com superlotação. Atualmente o número de estudantes matriculados é de 250, com previsão de chegar até 320, ainda no primeiro semestre de 2024. Nas salas de aula existem grades que separam os estudantes dos professores. O uso do banheiro para os estudantes limita-se a um banheiro instalado ao fundo da sala e utilizado apenas no intervalo, momento no qual os estudantes recebem o lanche. Quanto ao consumo de água, ocorre com o uso de uma garrafa e um copo de plástico. Em momentos esporádicos de atividades coletivas, existe a possibilidade de se utilizar o pátio no qual ocorre o banho de sol na unidade. Estas

atividades necessitam ser previamente autorizadas, acordadas e planejadas. Na unidade existe biblioteca, contudo, os estudantes não têm acesso. O empréstimo de livros ocorre pela “mala do livro”, sistema no qual os livros são entregues e recolhidos nas celas.

A sala dos professores da PDF II é ampla e composta por mesa, armários com chave para os professores guardarem seus pertences, estante com livros, mesa com notebook e impressora de pequeno porte, sofá e ventiladores. O espaço não possui ventilação natural e nem ar condicionado. Os professores também têm acesso a uma cozinha equipada na qual podem realizar suas refeições. Este espaço também é usado pelo mediador da Política de Pena pela Leitura.

Os estudantes são acolhidos em 14 turmas distribuídas em um único bloco D e em duas alas (AB e CD), sendo: 4 turmas do 1º segmento, 6 turmas do 2º segmento e 3 turmas do 3º segmento, organizadas da seguinte forma:

Tipo de Oferta	Blocos	Segmentos	Quantidade de turmas por turno		
			MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
EJA PRESENCIAL (COMBINADA)	D alas AB e CD	1º segmento	2	2	-
		2º segmento	4	2	-
		3º segmento	-	3	-
TOTAL			14 turmas/7 salas de aula		

1.1.4 Unidade 5 – Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDf –



Maurício Estevão B. da Costa – CDP 2

Equipe responsável pela unidade: Leonardo Henrique De Jesus Da Silva (supervisor), Marcia Daniela Nunes Fernandes (coordenadora pedagógica)

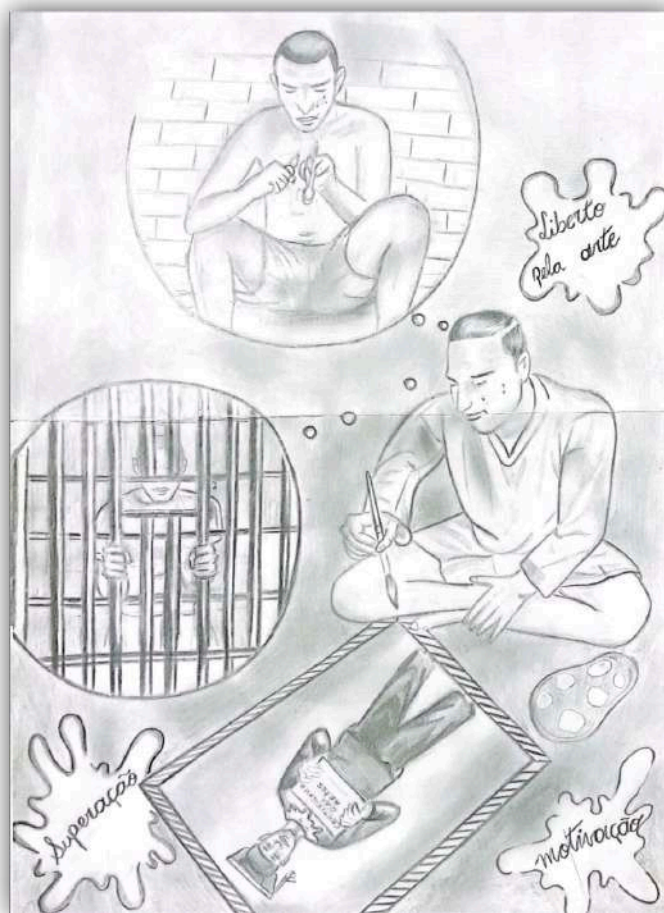
A Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDf é um estabelecimento prisional, sendo inaugurada na década de 90, e destinada ao recolhimento de sentenciadas a cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado e semiaberto com e sem benefícios externos, bem como de custodiadas provisórias que aguardam julgamento pelo Poder Judiciário, localizada na Granja Luís Fernando, Área Esp. N. 02, Setor Leste, Gama – DF, CEP 72.460-000. Atualmente, disponibiliza nos blocos 06 e 07 às estudantes em prisão provisória, regime semiaberto sem saídas e no bloco 03 no regime fechado, acesso a educação básica, na modalidade EJA Combinada (Educação de Jovens e Adultos) do 1º ao 3º segmento. E a modalidade EJA Interventiva, no bloco 01, aos custodiados do sexo masculino submetidos à medidas de segurança, o 1º segmento. Ainda no bloco 06, há a participação, em turma específica, de estudantes Trans, no processo de escolarização, e matriculadas no 2º segmento. No geral, é importante destacar que o público atendido, apresenta comportamento mais sensível durante as aulas, em função da

realidade social imposta à mulher, e em privação de liberdade, e também ao frequente abandono social imposto, inclusive por parte de familiares. O NUEN fica localizado no bloco 03, onde também se encontram a biblioteca, a capela (auditório) e a sala dos professores. A biblioteca da unidade conta com um bom acervo, tendo duas classificadas, que organizam os livros e disponibilizam apoio à política de remição pela leitura, já a sala dos professores possui armários individuais, armário pedagógico, mesa de reunião, computador, impressora, ar-condicionado e apenas um banheiro com estrutura inadequada. No ano de 2016 foram entregues blocos mais novos na PFDF, no entanto os blocos mais velhos resistem ao tempo e contam com inúmeros problemas estruturais, como: salas sem ventilação, telhados com goteiras, banheiro inadequado aos servidores da educação, e falta de purificadores de água. O NUEN conta com a parceria da equipe de policiais penais, equipe de conservação e limpeza, equipe de 22 professores, uma orientadora educacional, uma coordenadora local e um supervisor, além de 04 colaboradores classificados pela polícia penal. A busca ativa das matrículas é realizada pela polícia penal, seguindo critérios próprios de seleção, com apoio da secretaria do CED01 no que concerne à disponibilização da SOME (Solicitação de Matrícula Escolar) e aos registros necessários no sistema i-educar. Iniciamos o 1º semestre de 2024, contando com, em média, 180 estudantes matriculados, além de 400 atendimentos na remição pela leitura.

Os estudantes são acolhidos em 18 turmas distribuídas em 4 blocos, sendo: 6 turmas do 1º segmento, 8 turmas do 2º segmento e 4 turmas do 3º segmento, organizadas da seguinte forma:

Tipo de Oferta	Blocos	Segmentos	Quantidade de turmas por turno		
			MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
EJA PRESENCIAL (COMBINADA)	1, 3, 6 e 7	1º segmento	3	3	-
		2º segmento	4	2	-
		3º segmento	-	3	-
TOTAL			18 turmas/9 salas de aula		

1.1.5 Unidade 6 – Centro de Progressão Penitenciária – CPP –



Mateus dos Santos Lopes Vieira – CDP2

Equipe responsável pela unidade: Tirza Quirino Roza (supervisora), Alex Machado Sousa (coordenador pedagógico)

O Centro de Progressão Penitenciária (CPP) é um estabelecimento prisional destinado ao recebimento de custodiados do regime semiaberto e que já tenham efetivamente implementado os benefícios legais de trabalho externo e de saídas temporárias. Realiza a fiscalização dos sentenciados quanto ao bom e fiel cumprimento dos seus benefícios legais implementados. Assistência ao interno 1 – Educação A escolarização no CPP é ofertada no período das 19 horas às 23 horas, caracterizando se como a única Unidade Prisional (UP) que oferece atendimento escolar no turno noturno e situada em zona urbana. A responsabilidade do acompanhamento educacional é do Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01 de Brasília), com professores capacitados, os quais desenvolvem ciclos de aprendizado de acordo com o Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Em consonância com o regime de atendimento diferenciado da UP, a educação oferecida apresenta alta rotatividade de oferta de matrícula, apenas em 2(dois) meses (fevereiro e março/2024) já foram realizadas 324 (trezentos e vinte e quatro) matrículas. No ano em curso, o CED 01 de Brasília em parceria com a SEAPE, inaugurou 3(três) salas de aula no Bloco 3, para o desenvolvimento das atividades educacionais. Além das

salas de aula, o CPP conta com uma pequena biblioteca que, atualmente, conta com livros de diversas áreas de conhecimento, os quais podem ser emprestados a toda população carcerária. Neste espaço o mediador da política de remição pela leitura desenvolve suas atividades diárias.

Os alunos são acolhidos em 9 turmas distribuídas em dois blocos, sendo: 2 turmas do 1º segmento, 4 turmas do 2º segmento e 3 turmas do 3º segmento, organizadas da seguinte forma:

Tipo de Oferta	Blocos	Segmentos	Quantidade de turmas por turno		
			MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
EJA PRESENCIAL (COMBINADA)	2 e 3	1º segmento	-	-	2
		2º segmento	-	-	4
		3º segmento	-	-	3
TOTAL			9 turmas/9 salas		

1.1.6 Unidade 7 – Centro de Detenção Provisória II – CDPII



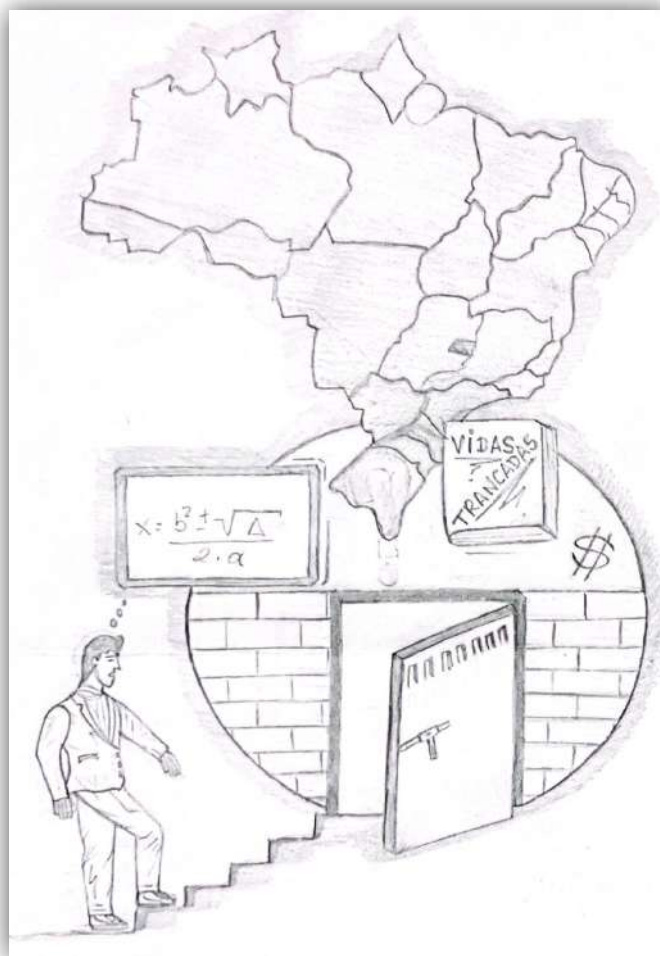
Equipe responsável pela unidade: Valeria Cristina Rufina Macedo (supervisora), Rubio Paniago (coordenador pedagógico)

O Centro de Detenção Provisória II – CDP II foi inaugurado em 5 de novembro de 2021 e está localizado dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, uma estrutura regional de segurança máxima na região administrativa do Jardim Botânico, às margens da Rodovia DF – 465, Km 04, aproximadamente 18 km do centro de Brasília. Destinado ao acolhimento de presos provisórios, o CDP II é a principal entrada para a classificação de detentos no sistema penitenciário do DF, operando atualmente com 1.273 internos, embora sua capacidade seja de 1.600 vagas. A estrutura do CDP II consiste em oito blocos divididos em alas A e B, cada uma contendo 12 celas com 8 camas e uma cela com duas camas. Além das celas comuns, há blocos separados para a ala LGBTQIAPN+ e celas de isolamento. Cada bloco possui área para banho de sol e atividades de lazer em formato de quadra poliesportiva, bem como espaço para visitas. O bloco 1 é dedicado ao atendimento aos estudantes, enquanto nos outros blocos é oferecido o Projeto de Remição pela Leitura para 400 internos. O Núcleo de Ensino (NUEN) é composto por 25 professores, 1 coordenador local, 1 supervisor, 5 policiais penais e 4 internos classificados para o trabalho. O NUEN é composto por seis salas de

aula, todas com banheiro, possuindo vaso sanitário e pia. Não temos janelas, contando apenas com ventilação através de “brisas” no alto das paredes no fundo das salas, com grades que separam os professores dos estudantes não possuem ventiladores, nem filtros de água. Os estudantes têm acesso a água filtrada. Temos duas salas pequenas, uma para a biblioteca e outra utilizada para o preparo do lanche, possuindo pia e prateleiras para o armazenamento da merenda. A escola oferta apenas biscoito e leite caramelizado. Há uma sala na qual dividimos o espaço com os policiais do NUEN, onde os professores aguardam até estar em condições de entrar em sala; possui um banheiro unissex. Não temos uma sala dos professores na Unidade; utilizamos uma sala cedida pelo CDP 1, que atende aos professores de ambas as Unidades. A sala possui ar-condicionado, janelas e armários individuais para uso de cada professor, fica situada no bloco administrativo, onde há banheiros masculinos e femininos e filtro/bebedouro de água. As atividades coletivas são realizadas nos corredores das salas ou, ocasionalmente, no pátio utilizado para banho de sol e visitas dos internos, mediante autorização. Os professores têm acesso ao retroprojeto, ofertado pela escola, dois televisores fornecidos pela unidade. Todas as salas possuem quadro branco. Os estudantes são acolhidos em 9 turmas distribuídas em um bloco, sendo: 2 turmas do 1º segmento multisseriada, 7 turmas do 2º segmento e 3 turmas do 3º segmento, organizadas da seguinte forma:

Tipo de Oferta	Blocos	Segmentos	Quantidade de turmas por turno		
			MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
EJA PRESENCIAL (COMBINADA)	1	1º segmento	2	2	-
		2º segmento	2	5	-
		3º segmento	3	-	-
TOTAL			14 turmas/6 salas de aula.		

4.3.8 Unidade 8 – Penitenciária Federal de Brasília – PFBra –



Diego da Rocha de Souza – PDF1

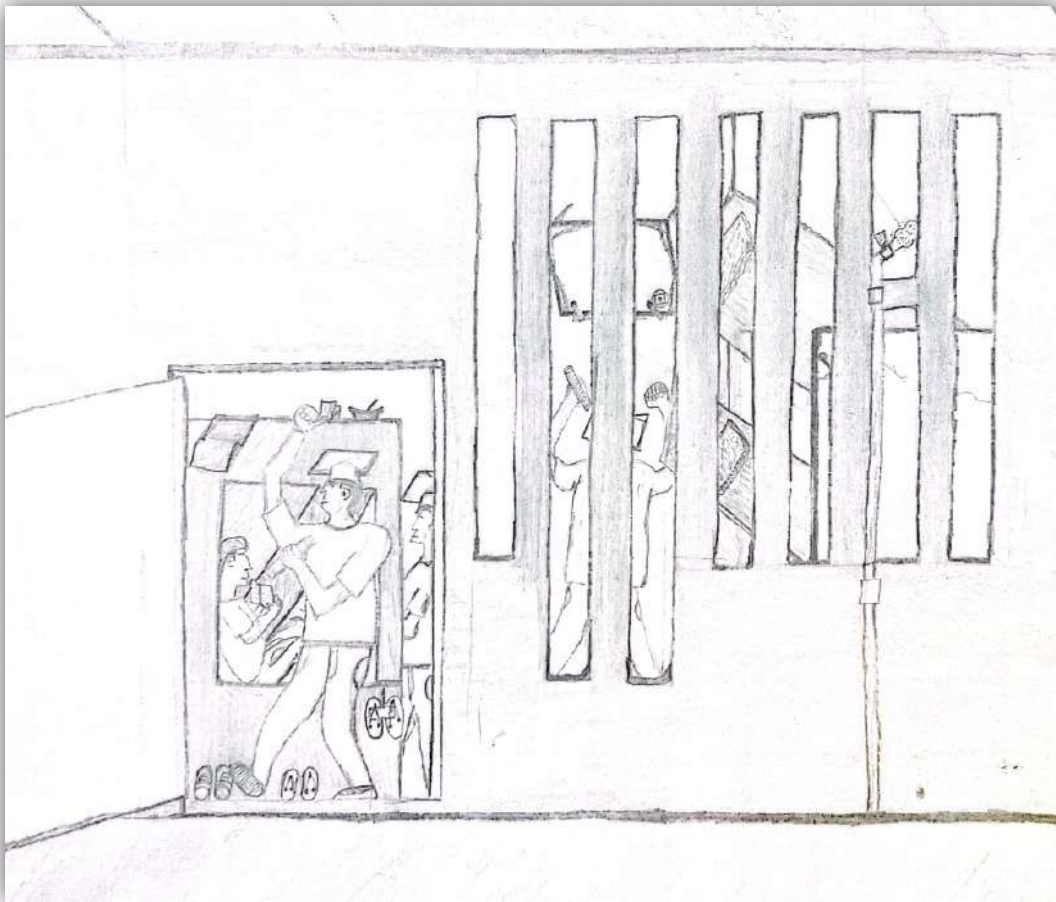
Localizada no Complexo Penitenciário do Distrito Federal (Complexo da Papuda), a Penitenciária Federal de Brasília (PFBra) é um presídio de segurança máxima que abriga cerca de 180 detentos de alta periculosidade, incluindo líderes de facções criminosas. Inaugurada em 2018, a unidade é considerada uma das mais seguras do país, com um rigoroso sistema de segurança e monitoramento.

A PFBra faz parte do Sistema Penitenciário Federal, que é subordinado à Secretaria Nacional de Políticas Penais, um órgão do governo federal brasileiro vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Esta unidade prisional tem por finalidade promover a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos presos provisórios ou condenados, cuja inclusão se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso – casos de presos que tenham desempenhado funções relevantes em organização criminosa; estejam submetidos ao Regime Disciplinar Diferenciado ou que apresentem outras características relevantes para a segurança nacional.

O atendimento educacional realizado pelo Ced 01 de Brasília se dá na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O 1º segmento da EJA ocorre de forma presencial, como previsto nos dispositivos legais que norteiam a Educação no Brasil. Os 2º e 3 segmentos da EJA se dão no formato de Educação a Distância, de maneira híbrida, que mescla momentos em sala de aula com atividades realizadas em cela pelos estudantes. O atendimento aos estudantes acontece por áreas de conhecimento, e é dividido em módulos (de 10 semanas cada), que correspondem às etapas da Educação de Jovens e Adultos. As áreas de conhecimento são Linguagens; Ciências Naturais, Ciências Humanas; Matemática e Projetos.

Considerando que as atividades educacionais desenvolvidas são destinadas a presos de altíssima periculosidade, as atividades educacionais requerem procedimentos individualizados. A Educação é organizada de modo a atender as peculiaridades de tempo, espaço e rotatividade dessa população carcerária.

1.2 Estudantes privados de liberdade e a escola nas prisões



“Uma escola dentro da cadeia. É uma escola, mas pode servir de galeria de presídio: grades, trancas e cadeados. A escola dentro da prisão parece uma cela.

Parece uma cela, tem estrutura de cela, é dentro de um presídio, mas é uma escola. É um ambiente escolar que estimula a liberdade, o conhecimento, a dignidade e a criatividade.

Se preso é pra sofrer, a cadeia que possui um ambiente escolar pode falhar ao permitir que a instituição escola funcione.

Se preso não merece porra nenhuma, só esculacho. Ter uma escola na prisão pode gerar dignidade.

Se preso deve ficar preso, pensar em nada, cultivar ódio, rancor e culpa. Uma cadeia com escola vai sabotar esse projeto e permitir que o preso pense em outros afazeres, crie afeto, estimule a fraternidade e busque um ponto de esperança.

Se na prisão, a regra é não ter saída. Uma cadeia que tem escola em formato de cela, deixa de ter preso, e passa a ter alunos.

É uma escola, tem aluno, tem cabeça erguida, tem projeção de sonho. Tem despertador: acorda todos aqueles que não estão nem aí pra cadeia, mas reagem

energicamente quando tomam ciência de que a população prisional, por acidente, está desfrutando de algum direito.

Escola na prisão estimula a escrita. Do conteúdo escolar, das cartas, dos bilhetes. Estimula a leitura, dos livros, das lições e dos recados da família.

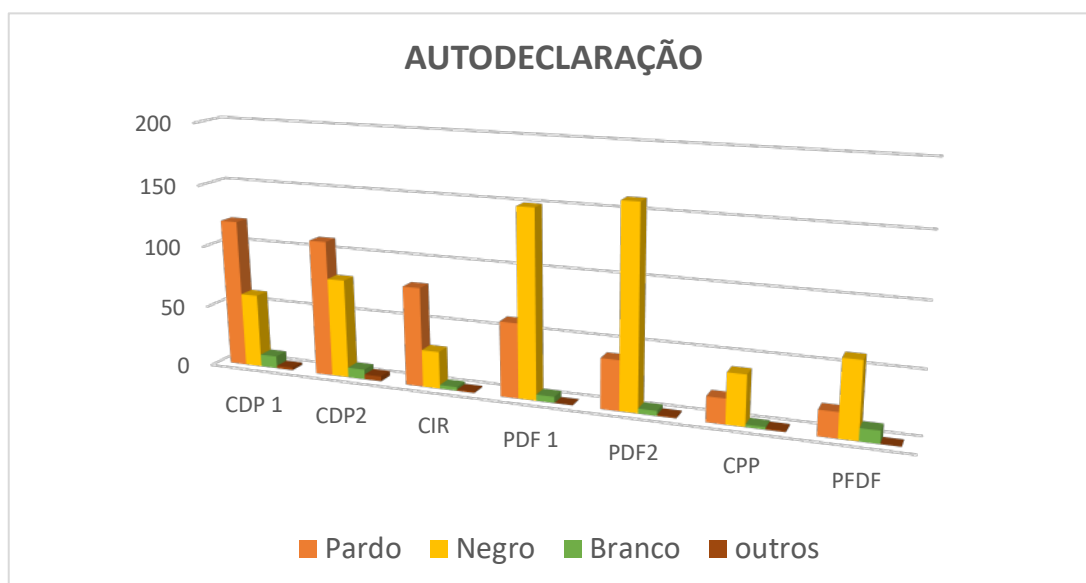
Há quem diga: "A escola da prisão tem muitas falhas, não vai redimir os presos, não vai mudar a realidade. Aquilo lá vai continuar sendo cadeia

Mas a escola na prisão faz com que o ambiente hostil produza alguns momentos de esperança, e na esperança os presos sobrevivem.

Quem bom que há escolas na cadeia, foi por uma delas que a minha vida foi transformada".

Lourenço Filho, 2024.

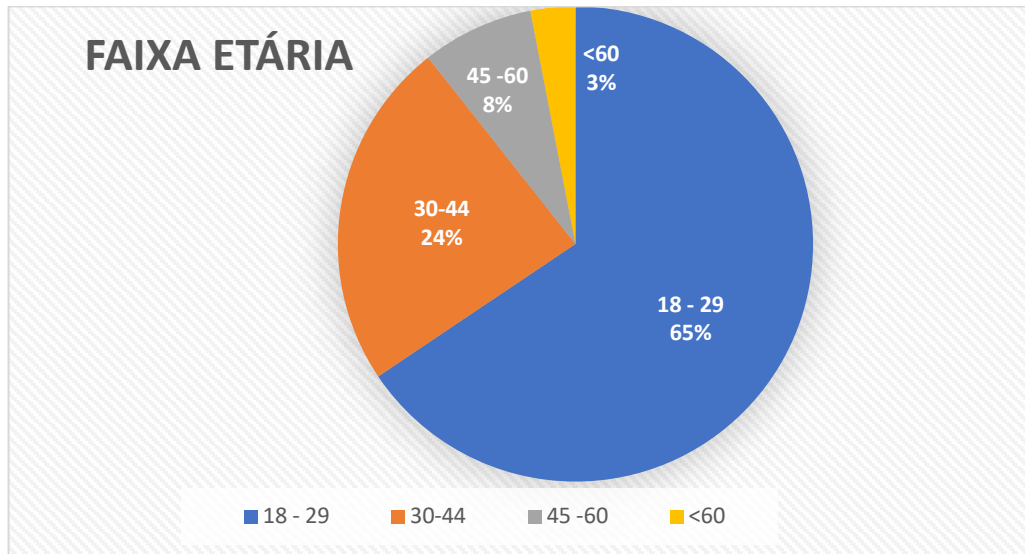
Os estudantes do CED 01 de Brasília, assim como os demais estudantes da Educação de Jovens, Adultos, Idosos e trabalhadores (EJA-IT) representam uma diversidade muito grande de itinerários formativos e trajetórias de vida. São pessoas que buscam na escola um caminho de conhecimento e sistematização de suas experiências de vida. São pessoas cheias de saberes, sujeitos de direitos que encontram na escola as ferramentas para exercer a cidadania.



De acordo com um relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2021), o perfil típico das pessoas encarceradas no Brasil é composto por indivíduos pobres, negros, jovens, carentes de oportunidades e envolvidos em crimes patrimoniais. Essa caracterização é corroborada pelo Sistema Nacional de Políticas Penais (SINAPPEN, 2023), que revela que aproximadamente 83% da população carcerária do DF é constituída

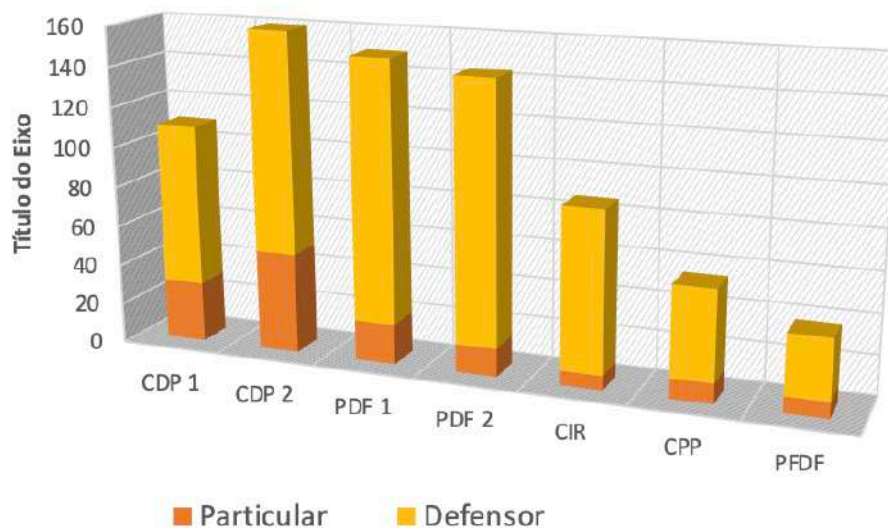
por pessoas negras, percentual maior que a média nacional, que apresenta 67%. A maioria das pessoas privadas de liberdade (60,73%) têm até 30 anos de idade. Além disso, 69% desses indivíduos foram condenados por crimes patrimoniais ou tráfico e a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto. A partir dos dados do censo escolar e questionário aplicado pelos professores conselheiros obtivemos os seguintes resultados que corroboram com os dados do CNJ e SENAPPEN:

- 65% dos estudantes têm de 18 a 29 anos, isso significa que as pessoas privadas de liberdade que têm acesso a educação é em sua maioria jovens.

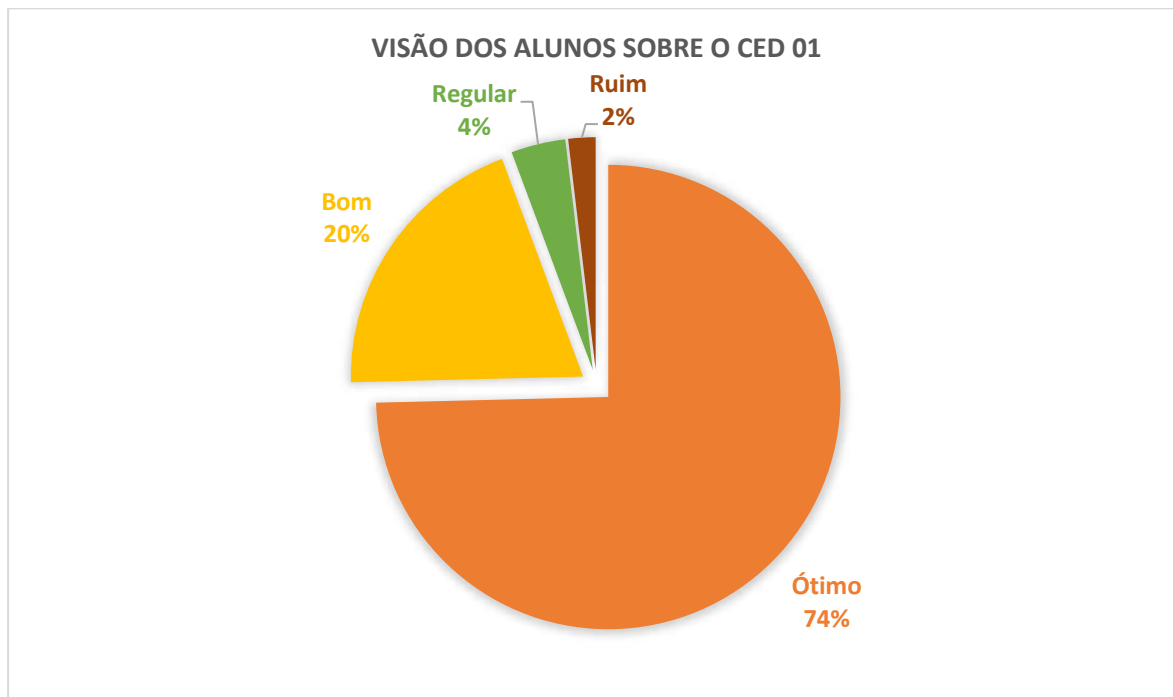


- Cerca de 17% das pessoas custodiadas têm acesso à educação formal, ofertada pelo estado, embora a Constituição Federal, em seu art. 208, (Brasil, 1988) tenha previsão de garantia de uma educação básica e gratuita como direito para todos, como um direito subjetivo inalienável na sociedade democrática.

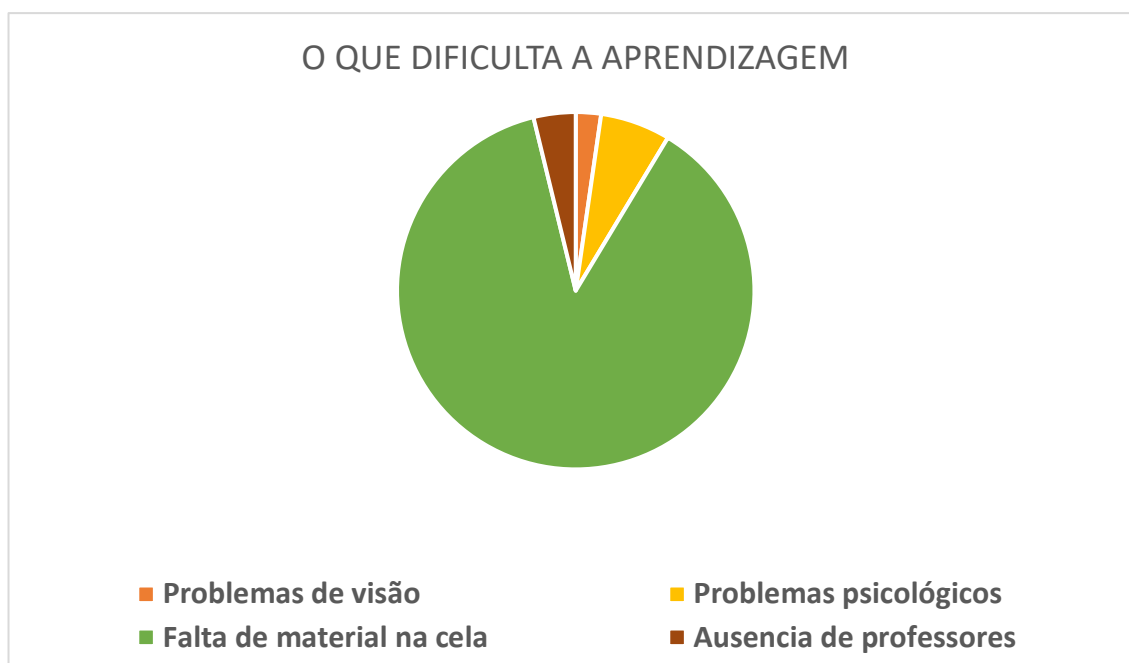
Assistência Jurídica



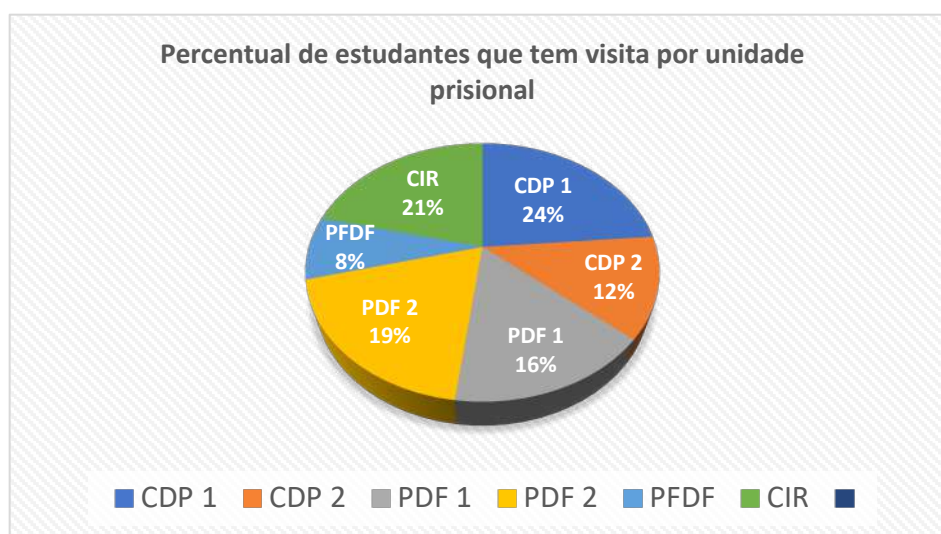
- A maioria de nossos estudantes não tem assistência jurídica. Dependem do atendimento de um defensor público, conforme demonstrado no gráfico.
- Os estudantes avaliam que o CED 01 de Brasília é uma ótima escola. Cerca de 94% avaliam o CED 01 de Brasília como ótimo e bom.



- Apesar da escola representar para os estudantes um espaço humanizador nas prisões, é possível identificar desafios que precisam ser superados para que haja o desenvolvimento de uma educação libertadora, emancipadora: as questões de saúde, as carências de professores e falta de recursos foram elencados pelos estudantes como dificultadores da aprendizagem.

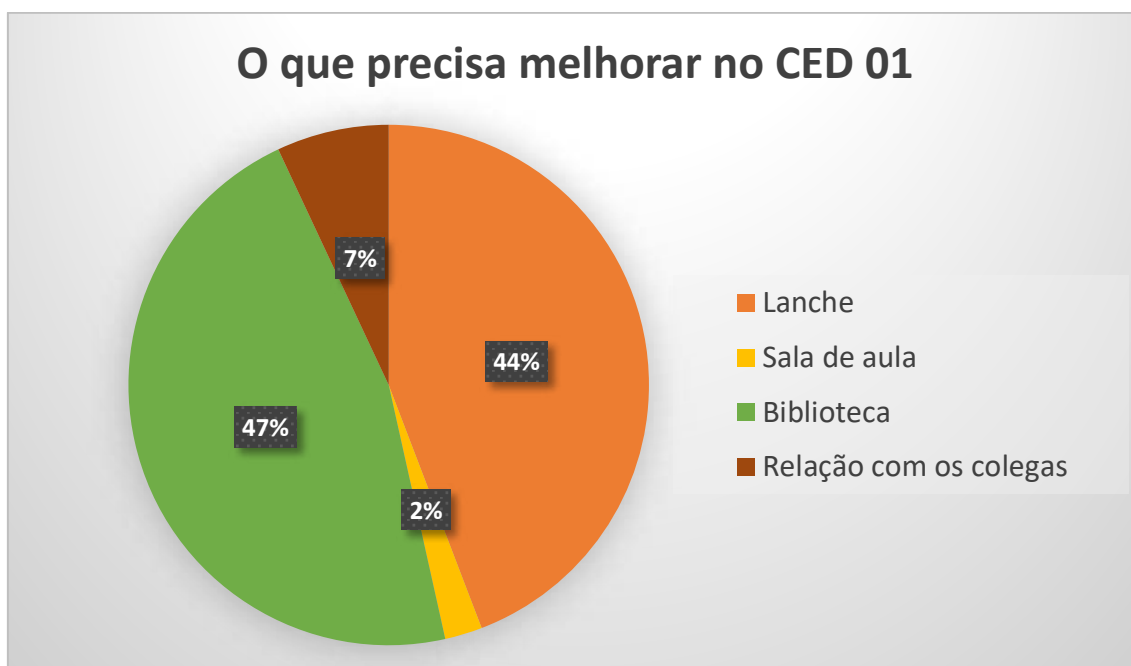


- Quando questionados sobre o que precisava melhorar na escola indicaram:
- A biblioteca, cerca de 47% avaliam que o acesso a biblioteca é ineficiente. Hoje há biblioteca em todas as unidades e há empréstimo de livros em algumas delas, mas não há um projeto vinculado a escola que direcione a rotina de atividades e entrega de livros.
- O lanche, cerca de 44% avaliam que é necessário que haja uma melhora no lanche ofertado pela SEEDF. Atualmente, temos a entrega do lanche fácil (biscoitos e leite). É preciso aumentar a quantidade e a diversidade do lanche ofertado.



- O percentual de estudantes com visita é muito baixo, isso significa que essas pessoas privadas de liberdade não recebem auxílio de seus familiares e por esse motivo não recebem a “Cobal⁹”. Dependem exclusivamente da comida ofertada pela SEAPE e do lanche ofertado pela SEEDF. É sabido que o processo de aprendizagem é prejudicado se o estudante não tiver uma alimentação adequada.
- Relação com os colegas, 7% avaliam que é preciso melhorar neste quesito.
- E 2% avaliam que é preciso melhorar as salas de aula. Atualmente, a maioria das salas de aula tem grades separando professores e alunos, poucas tem ventiladores, televisores ou algum equipamento para diversificar as aulas. A maioria das salas precisam de manutenção nos quadros brancos e todas as salas em todas as unidades precisam melhorar nos quesitos: fornecimento de água e banheiros.

⁹ “Cobal”, é uma espécie de cesta básica, que as direções das unidades autorizam as famílias a levar (comida, roupas e medicamentos) à população prisional.



Quando pensamos nos resultados apresentados é imperativo considerarmos esses dados que refletem a realidade na qual a Educação de jovens, adultos, idosos, trabalhadores (EJA/IT) será estabelecida. É fundamental compreender que, atualmente, a população carcerária do DF, conforme indicado pelo Sistema Nacional de Informações Penais SISDEPEN (2023), totaliza cerca de 15.363 pessoas privadas de liberdade. Dentro desse contingente, 48% estão sob o regime fechado, 33% no semiaberto, 16% no provisório, e menos de 1% em medidas de segurança.

Além disso, é importante salientar que a complexidade que envolve a questão penitenciária na capital do país, além das questões sócio, políticas e econômicas, possui duas interseccionalidades que não podemos ignorar: as questões de raça e gênero, que devem ser pensadas quando se fala em educação numa perspectiva progressista e emancipadora.

[...] a situação das mulheres encarceradas no país sofre um processo duplo de invisibilização, tanto pela invisibilidade da prisão, quanto pelo fato de serem mulheres, pois cumprem a pena como se o ato transgressor fosse parte da natureza dos homens sustentando o ideal de "feminilidade pacífica" (Borges, 2020; Davis, 2016; Queiroz, 2015). Tais aspectos nos levam a intuir que as questões de gênero e raça são interseccionalidades fundamentais para compreender o universo complexo que envolve a questão penitenciária, ampliando a visão simplista que nos fizeram acreditar que esta realidade estava relacionada somente à questão socioeconômica (pobreza) e a meritocracia (Alves-Bomfim; Garcia; Matos-de-Souza, 2024)



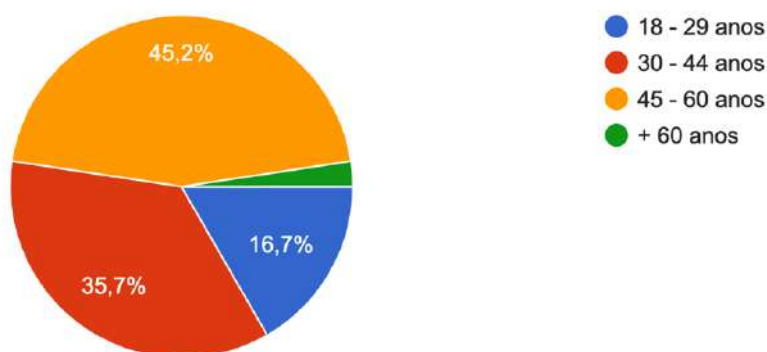
Diante disso, torna-se evidente a complexidade da situação penitenciária na capital do país, que transcende as questões meramente socioeconômicas e políticas. É crucial reconhecer as interseccionalidades de raça e gênero, que não devem ser negligenciadas ao pensarmos na oferta de educação em uma perspectiva progressista e emancipadora.

1.3 Recursos Humanos

O CED 01 de Brasília é composto por servidores efetivos, substitutos em contratação temporária e colaboradores da Funap, Juiz de Fora e Global. Atualmente temos cerca de 175 servidores da Secretaria de Educação da carreira Magistério e Orientação Educacional e da carreira Técnico em Políticas Públicas e Gestão Educacional, 3 colaboradores da Funap, 2 funcionários da Juiz de Fora e 4 funcionários da Global.

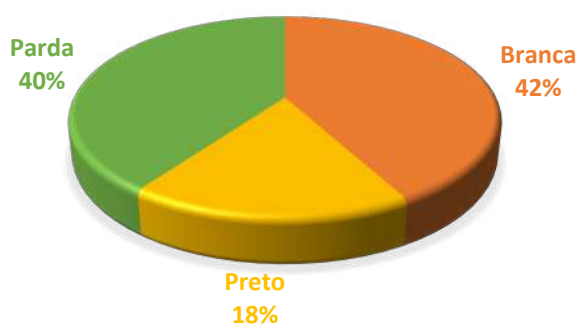
Docentes

A maioria dos profissionais da carreira magistério que atuam na EJAIT nas prisões são mulheres. Cerca de 58% são efetivos e 42% são professores substitutos em contratação temporária. A maior parte dos docentes que atuam nas prisões do DF 52,4% possui até 44 anos.

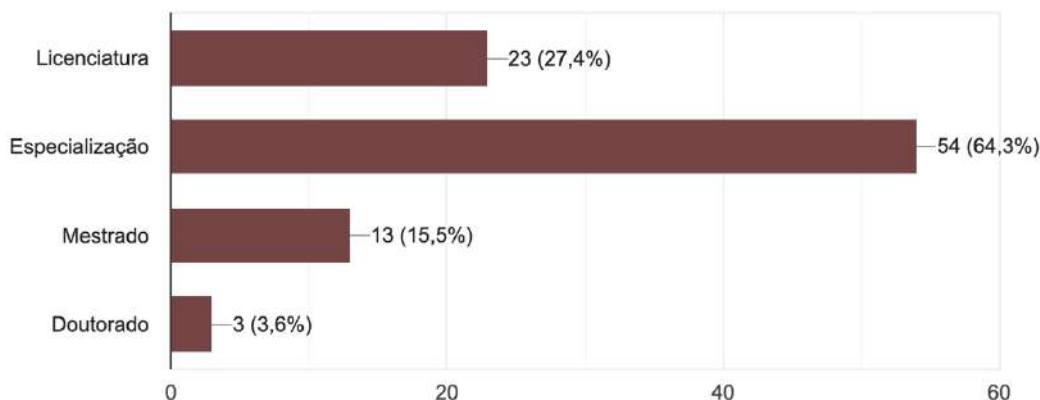


Seguindo a categoria raça/cor utilizada pelo IBGE os docentes se autodeclararam como pessoas negras 58% (preto/pardo). Cerca de 42% se autodeclararam pessoas brancas. Não houve declaração de pessoas indígenas, embora haja conhecimento que existem no corpo docente dessa UE.

ETNIA

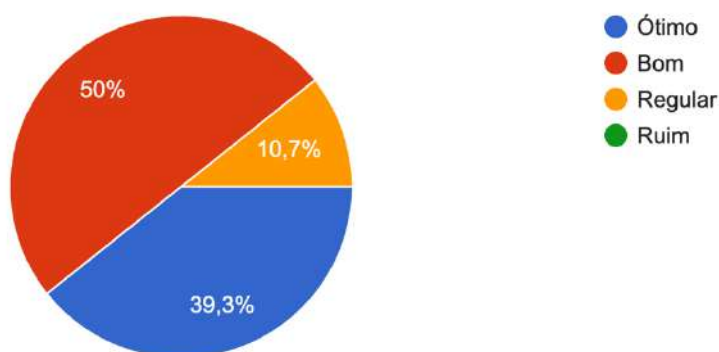


Na categoria nível de escolaridade 27,4% possuem Graduação/licenciatura, 64,3% apresenta especialização, 15,5% Mestrado e 3,6% doutorado.

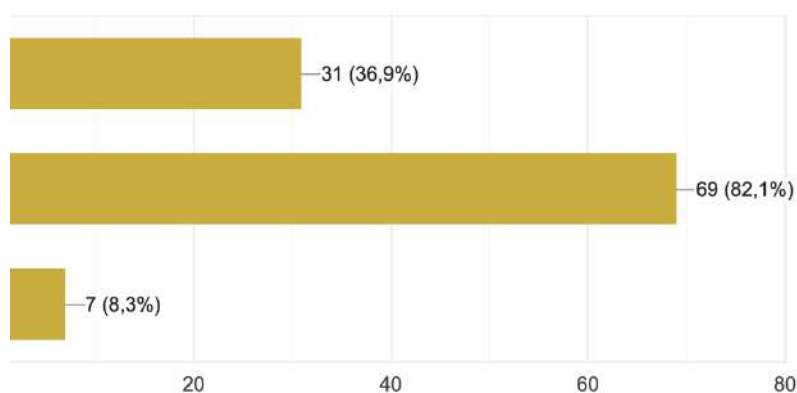


Atualmente, temos XXXX% dos servidores afastados para tratamento da saúde. Apesar disso, todas as carências oriundas de LTS foram supridas e há um professor substituto em contratação temporária atuando junto as pessoas privadas de liberdade.

Apesar de as prisões apresentarem um ambiente hostil a atividades humanizadoras como a da educação, cerca de 89,3% dos servidores que responderam ao questionário consideram o ambiente ótimo ou bom para trabalhar, enquanto cerca de 10,7% avaliaram como um ambiente regular.



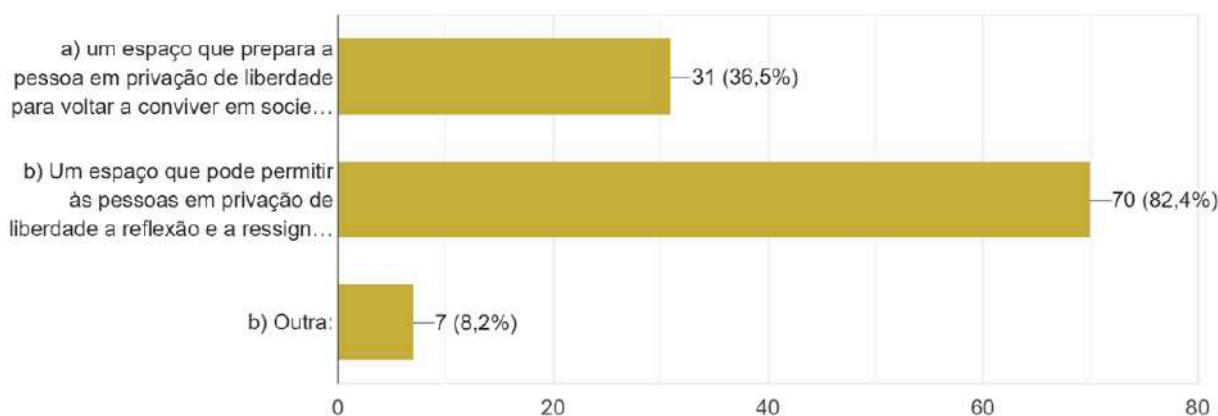
Para 82% dos que responderam o questionário a escola é um espaço que pode permitir às pessoas em privação de liberdade a reflexão e a ressignificação de suas vidas. Para 36,9% é um espaço que prepara a pessoa em privação de liberdade para voltar a conviver em sociedade.



Segundo Pontes, 2023 os professores que compõem o quadro de professores do CED 01 de Brasília estão divididos em três grupos distintos em relação à função da escolas nas prisões:

Há profissionais que significam o lugar que ocupam a partir do entendimento de que estão cumprindo uma missão, quase religiosa, têm narrativas em que, ainda que não percebam, representam-se como pessoas caridosas, que estão fazendo um favor aos alunos do Sistema Prisional quando decidem estar com eles. Também percebi dentre alguns docentes uma postura que sinaliza uma relação muito assimétrica em relação aos alunos, quase que um alívio por trabalhar em um espaço em que a liberdade é restrita e eles terão menos chances de serem contestados, desafiados, pelos alunos, porque dadas às condições em que os estudantes estão, eles tendem a ser mais subservientes. Por fim, percebi, e acho que esta é a maioria dos profissionais, muitos docentes que decidiram estar no Sistema Prisional porque acreditam na reintegração dos egressos, desejam ser parte deste processo, olham para os estudantes como sujeitos de direitos e atuam de forma ética para garantir que as suas experiências escolares sejam as mais proveitosas possíveis (Pontes, 2023).

No questionário de participação foi feita um questionamento aos professores sobre papel do CED 01, da escola nos ambientes prisionais foram obtidos os seguintes resultados:



Neste contexto, em que os professores apresentam pouca formação para atuar nas prisões é primordial que haja um plano de formação continuada que possa levar os docentes a uma compreensão mais adequada de sua função como educador ao ofertar escolarização nos ambientes prisionais.

2. Da Função social da escola

Contribuir para a construção do processo de ensino e aprendizagem no contexto do Sistema Prisional de modo a oportunizar aos estudantes a compreensão de sua trajetória de vida (como sujeito de experiência) além do desenvolvimento abrangente de competências, habilidades e atitudes nas dimensões cognitiva, afetiva e social, visando à autonomia, a emancipação para o pleno exercício da cidadania, a partir de ações educativas que estejam diretamente interligadas aos pilares da socialização e reinserção social (trabalho, família, arte-cultura e saúde física e emocional).

3. Missão da Unidade Escolar

Promover educação pública, gratuita, inclusiva, progressista e emancipadora de excelência mediando a construção de conhecimentos, auxiliando o estudante privado de liberdade no exercício de cidadania em uma perspectiva crítica ensejando o desenvolvimento integral da pessoa em cárcere, contribuindo para o processo de socialização e reinserção social.

4. Princípios Orientadores da Prática Educativa

De acordo com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seguimos os Princípios e Fins da Educação Nacional, conforme disposto abaixo:

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX – garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV – respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021).

O Centro Educacional de Brasília constrói sua prática pedagógica junto aos estudantes, possibilitando que suas vozes sejam ouvidas durante todo o processo de ensino aprendizagem, contribuindo para que sejam protagonistas de seu desenvolvimento em uma perspectiva emancipadora da educação. Além disso, valoriza

sua trajetória como fio condutor para o desenvolvimento pessoal e profissional. Assim, temos como princípios orientadores:

- Ética
- Respeito à diversidade
- Solidariedade
- Responsabilidade pessoal e social
- Consciência crítica sócio emocional
- Dignidade Humana

Princípios epistemológicos:

- **Unicidade entre teoria e prática:** Este princípio postula a indissociabilidade entre teoria e prática, ressaltamos sua interdependência e complementaridade. Propõe que o conhecimento teórico deve ser aplicado na prática, enquanto a prática deve ser fundamentada e informada por teorias. A unicidade entre teoria e prática promove uma abordagem integrada e holística para a construção do conhecimento, incentivando a reflexão crítica sobre a interação dinâmica entre teoria e prática.
- **Interdisciplinaridade:** A interdisciplinaridade visa integrar conhecimentos e abordagens de diversas disciplinas para abordar questões complexas e multifacetadas. Em vez de se limitar a uma única disciplina ou campo de estudo, a interdisciplinaridade reconhece a necessidade de uma perspectiva abrangente e colaborativa para compreender e resolver problemas contemporâneos. Ela fomenta a colaboração entre especialistas de diferentes áreas, promovendo a sinergia e a complementaridade de conhecimentos e métodos.
- **Contextualização:** Este princípio enfatiza a importância de considerar o contexto específico em que o conhecimento é produzido, aplicado e interpretado considerando o estudante como produtor de conhecimento e permitindo que o conteúdo a ser desenvolvido converse com a realidade trazida pelos estudantes. Reconhece-se que o significado e a relevância do conhecimento podem variar de acordo com o contexto cultural, histórico, social e ambiental em que é empregado. Assim, a contextualização requer uma análise crítica do contexto em que o conhecimento é gerado e sua adaptação para atender às necessidades e realidades específicas dos diferentes contextos em que estavam inseridos os estudantes privados de liberdade.
- **Flexibilização:** A flexibilização refere-se à capacidade de ajustar e adaptar o conhecimento, métodos e práticas educacionais para atender às diversas necessidades e características dos estudantes. Reconhece-se que eles têm estilos de aprendizagem distintos, habilidades diversas e experiências

únicas, exigindo uma abordagem flexível e personalizada ao ensino e aprendizagem. Isso implica na implementação de estratégias diferenciadas, utilização de recursos variados e avaliação contínua para monitorar o progresso do estudante em cárcere. Sendo assim, é importante adaptar o processo de ensino e aprendizagem de acordo com as necessidades individuais e coletivas de cada grupo de estudantes.

Em relação à Educação Inclusiva, serão contempladas as questões de acessibilidade e de adequações para atender as necessidades dos estudantes com deficiência e/ou Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD)/Transtorno do Espectro Autista (TEA) utilizando a EJA interventiva. Além disso, é preciso atender os indígenas, quilombolas e estrangeiros de forma que suas necessidades sejam contempladas e possam promover a educação em uma perspectiva inclusiva.

5. Metas da Unidade Escolar

- Realizar no início de cada semestre, e/ou ao chegar professores novatos, visita acompanhada nas unidades de ensino no Complexo Penitenciário.
- Realizar, anualmente, em parceria com a SEAPE, formações para alinhamento entre as equipes de educação e segurança.
- Estudar e planejar a integração da EJAIT com a educação profissional.
- Construir uma agenda de formação para tratar das relações étnico-raciais, gênero, direitos humanos e trabalho.
- Realizar, semestralmente, encontros coletivos.
- Organizar e realizar, no início do semestre, calendário de encontros pedagógicos por área, por segmento e por unidade prisional.
- Construir, no primeiro semestre de 2024, as salas de coordenação virtuais para organização do material para as aulas indiretas.
- Levantar, no início de cada semestre, junto aos chefes de pátio, os nomes dos internos analfabetos para realização de investigação e de teste diagnóstico, ensejando a realização de matrículas.
- Emitir, mensalmente, relatório de estudantes transferidos de unidade.
- Formação anual, e/ou quando houver necessidade, com as equipes de NUEN sobre as necessidades da educação.
- Fomentar, nas coordenações, estratégias de atendimento à modalidade EAD.
- Encaminhar, semestralmente, aos NUENs, listagem de estudantes concluintes do 3º segmento, para inclusão desses na Política de Remição de Pena pela Leitura.
- Reativar 100% das bibliotecas no primeiro ano.
- Realizar, a partir de 2024, projetos educacionais aprovados pela SEE e Seape.
- Aplicar, semestralmente, avaliação institucional.
- Reunir, bimestralmente, com o Conselho Escolar.
- Elaborar, anualmente, relatório com os dados referentes ao processo de ensino e aprendizagem.

- Traçar, anualmente, estratégias para superar os desafios referentes ao processo de ensino aprendizagem.
- Solicitar cinco novos servidores da carreira de assistência, no primeiro semestre de 2024.
- Construir, semestralmente, calendário de matrícula.
- Realizar, na primeira quinzena de cada semestre, as provas de classificação e correção de fluxo.
- Entregar, mensalmente, as listas das turmas aos professores e às NUENs.
- Realizar, no primeiro semestre de 2024, e sempre quando chegarem novos classificados, formação para atuação na escola.
- Negociar, junto aos NUENs, abertura das turmas para 2024.
- Realizar, no início do ano, reuniões com os diversos setores e secretarias que são responsáveis por viabilizar e colaborar para a educação nas prisões.
- Garantir em 2024 espaço adequado e permanente para as atividades com toda a equipe escolar.
- Suprir cem por cento das carências no início de cada semestre.
- Negociar, em 2024, junto à SEAPE e SEE condições para que seja oferecido lanche de qualidade aos estudantes
- Fornecer uniformes a cem por cento dos estudantes em 2024.
- Garantir, juntos aos NUENs, em 2024, espaço adequado para professores e estudantes.
- Suprir, até 2025, a necessidade de equipamentos como computadores, impressoras e projetores para todas as unidades prisionais.
- Solicitar, em 2024, equipe multidisciplinar para atendimento de cem por centos dos anos com deficiência.
- Solicitar, no primeiro semestre de 2024, a realização de exames oftalmológicos e atendimento médico e psicológico aos estudantes.
- Adquirir, até 2025, computadores, impressoras, ar condicionado para a sede da escola.
- Conseguir, no segundo semestre de 2024, recursos para promover o Fest'Art.
- Negociar, junto aos NUENs, a realização de atividades coletivas no pátio das unidades (Semana de Educação para a Vida, Semana da EJA, encerramentos de semestre, formaturas).
- Definir, junto ao conselho escolar, a destinação dos recursos financeiros PDAF, PDDE e verbas parlamentares.
- Garantir, em 2024, a prestação de contas, apresentando receitas e despesas.
- Levantar, junto às equipes pedagógica, da secretaria, de Remição de Pena pela Leitura, as necessidades de material de expediente.
- Adquirir material de expediente de acordo com a demanda das equipes.
- Definir, junto ao conselho escolar, a aquisição e conservação de patrimônio.
- Realizar, anualmente, o levantamento do patrimônio.
- Realizar, semestralmente, reparos no patrimônio.
- Captar, junto a mandatos políticos, recursos destinados à unidade escolar.
- Participar de um edital por semestre de fomento de recursos.
- Participar, anualmente, de dois concursos.
- Promover, no ano de 2024, uma ação entre amigos.

6. Objetivos:

6.1 Objetivo Geral:

Estimular a capacidade crítica dos estudantes, conferindo-lhes protagonismo no processo de aprendizagem, por meio de uma abordagem educacional embasada nos princípios da educação progressista e emancipadora, ensejando enriquecer as experiências educativas dos estudantes, capacitando-os para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para sua socialização e reinserção social dos estudantes privados de liberdade.

9.2 Objetivos Específicos:

9.2.1 Objetivos da gestão (pedagógica, administrativa e financeira)

- Promover e incentivar a gestão democrática.
- Fortalecer o Conselho Escolar a partir de reuniões periódicas para construir estratégias de melhoria da EJA nas prisões;
- Aumentar a oferta de vagas para estudos, respeitando a relação estudantes x espaço físico x critérios de segurança atendendo a estratégia do PDE;
- Atualizar e manter o quadro de servidores do CED 01 de Brasília garantindo a qualidade da educação ofertada.
- Gerir os recursos oriundos do PDAF, PDDE e verbas parlamentares para suprir as necessidades administrativas, físicas e pedagógicas da comunidade CED 01.
- Adquirir e conservar o patrimônio da escola.
- Otimizar os processos da secretaria escolar do CED 01 de Brasília facilitando o acesso pela comunidade educativa.
- Pleitear assistentes de secretaria que fiquem em cada unidade prisional otimizando o trabalho da secretaria escolar, bem como, viabilizando o acesso, a permanência e a progressão dos estudantes.
- Proporcionar o acesso e a permanência do estudante na escola.
- Ofertar EAD nas prisões do DF e na Penitenciária Federal, possibilitando o cumprimento da meta 10.
- Proporcionar formação continuada e integrada aos profissionais que atuam no Sistema Prisional visando o desenvolvimento de uma educação emancipadora;
- Buscar junto aos NUENs possibilidades para obter ambientes apropriados aos professores em cada unidade prisional.
- Estimular o autoconhecimento como fator de fortalecimento da autoestima, propiciando maior autonomia e crescimento social e pessoal;

- Propiciar o acesso a atividades culturais aos professores e estudantes;
- Possibilitar o atendimento especializado ao estudantes por meio de equipe de apoio à aprendizagem formada por Orientador Educacional, Psicólogo, Pedagogo e Assistente Social;
- Ampliar o atendimento aos estudantes de forma a garantir para eles recursos pedagógicos adequados em quantidade suficiente, uniforme, alimentação escolar, saúde, atendimento psicológico, atendimento psicológico neurológico específico para dependentes químicos e atendimento oftalmológico inclusive com fornecimento gratuito de óculos.
- Realizar o registro da frequência das atividades escolares das horas diretas e indiretas nos moldes da EJA combinada em todos os segmentos.
- Organizar, regularizar e construir mecanismos de forma a otimizar e garantir a remição pelo estudo aos estudantes;
- Desenvolver políticas de incentivo à leitura;
- Oportunizar às pessoas privadas de liberdade do Sistema Penitenciário do Distrito Federal o direito ao conhecimento, à cultura e ao desenvolvimento de consciência crítica, por meio de atividades educacionais complementares de leitura e de produção de textos (resumo crítico), e por conseguinte, possibilitar a remição de pena por meio da Política de remição de pena: “Ler Liberta”.
- Viabilizar por meio das declarações a remição de pena pelo estudo e pela leitura.
- Participar de concursos de redação, desenho, olimpíadas, entre outros, visando a promoção da educação nas prisões em vários espaços sociais.
- Propiciar aos estudantes a participação em exames educacionais tais como ENEM, ENCCEJA.
- Manter o fornecimento e distribuição da alimentação escolar fornecida pela Secretaria de Estado de Educação;
- Buscar junto à SEDF a melhoria do lanche ofertado de forma a atender o público de jovens, adultos e idosos que estão nas salas de aula desta UE.
- Realizar apresentações teatrais nos Núcleos de Ensino, em escolas, faculdades, em órgãos públicos, privados, ONGs, etc;
- Construir estratégias junto às administração penitenciária para priorizar o atendimento dos internos analfabetos visando a universalização da alfabetização entre as pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional;
- Realizar avaliações periódicas com todos os profissionais responsáveis pela EJA nas prisões (comunidade educativa CED 01 de Brasília/ equipe de segurança) de forma a construir estratégias para melhor atender aos estudantes.

- Encaminhar aos setores responsáveis os casos dos estudantes com problemas de visão, audição e aprendizagem, ensejando o atendimento dos estudantes conforme previsto no PDE .

9.2.2 Objetivos do ensino

- Utilizar e valorizar o conhecimento científico para a construção de práticas pedagógicas capazes de contribuir para o desenvolvimento das aprendizagens pelos estudantes.
- Construir uma prática pedagógica dialógica de valorização dos conhecimentos trazidos pelos estudantes em uma perspectiva de ação-reflexão-ação.
- Mediar o desenvolvimento de conhecimentos significativos auxiliando os estudantes no seu processo de ressocialização.
- Implementar o Currículo em Movimento, bem como as Diretrizes Operacionais da EJA.
- Avaliar constantemente e sistematicamente o processo de ensino aprendizagem de forma a pensar, analisar e construir intervenções capazes de solucionar as dificuldades dos estudantes no processo de aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes.
- Estudar, pesquisar os casos específicos da aprendizagem possibilitando uma intervenção assertiva e eficaz.
- Promover atividades pedagógicas que propiciem a reflexão e releitura da história pessoal;
- Possibilitar estratégias para o exercício de autoavaliação dos estudantes permitindo o desenvolvimento do autoconhecimento, autogestão, corresponsabilidade.
- Estimular o autoconhecimento como fator de fortalecimento da autoestima, propiciando maior autonomia e crescimento social e pessoal.
- Desenvolver atividades de incentivo à leitura e escrita;
- Fomentar o processo de ensino e aprendizagem com material escolar paradidático, principalmente de literatura;
- Confeccionar materiais didáticos complementares;
- Construir e proporcionar estratégias pedagógicas que contemplem o currículo em movimento com vistas, inclusive, aos exames do ENCCEJA e ENEM;
- Desenvolver projetos interdisciplinares e itinerantes em todas as unidades prisionais que contemplem as necessidades e os interesses dos estudantes.
- Construir uma Agenda Anual com temas que perpassam as Relações Étnico Raciais, gênero e sexualidade atendendo ao artigo 26-A da LDB e as leis nº 11.645 e nº 10.639.

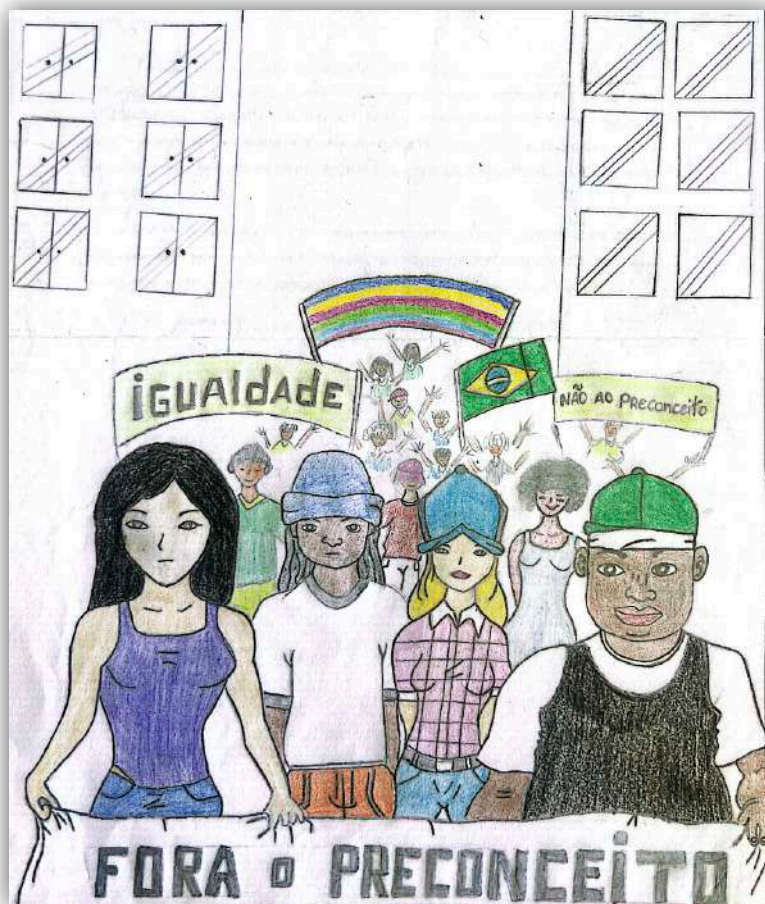
9.2.3 Objetivos da aprendizagem

Seguimos os objetivos que assegurem aos estudantes os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de forma integral. Assim, nossa prática pedagógica está pautada no compromisso de mediar o processo de

ensino aprendizagem buscando o desenvolvimento de saberes, de competências e habilidades que o ajudem a ser protagonistas da sua história de vida. Nessa perspectiva, assim esperamos que os estudantes possam:

- Usar e valorizar os conhecimentos sistematizados relacionando ao seu contexto lhe permitindo construir seu processo de ressocialização e uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva.
- Utilizar a abordagem científica para investigar, refletir, analisar, imaginar e criar buscando solução para os problemas baseando – se nos diferentes conhecimentos adquiridos.
- Conhecer, valorizar as diferentes manifestações artísticas e culturais de forma a realizar releituras e fazer produções artísticas.
- Utilizar diferentes linguagens para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- Reconhecer, valorizar e utilizar os vários saberes apropriando-se de sua história de vida, compreendendo e atuando no mundo do trabalho, exercendo sua cidadania, construindo seu projeto de vida de forma autônoma, consciente e crítico.
- Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- Conhecer e cuidar da saúde física, emocional compreendendo a diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica, autogestão e capacidade para lidar com elas.
- Exercitar a empatia de forma a compreender e analisar os conflitos sob vários pontos de vista fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza e numa perspectiva não violenta.
- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7. Fundamentos Teóricos – Metodológicos da Prática Educativa



Clebison Ancelmo da Silva - PDFI

O trabalho pedagógico do CED 1 de Brasília é construído em teorias que compreendem que a formação do indivíduo acontece por meio de uma metodologia crítica e progressista, cuja preocupação está na função transformadora da educação em relação à sociedade e numa visão em que o homem não é formado para simplesmente exercer uma atividade, um ofício, mas para ser capaz de interagir com o meio e transformá-lo. Assim sendo, cabe à escola e à equipe de professores desenvolver junto com os estudantes saberes que os tornem capazes de ver o mundo como ele é, entendendo suas estruturas e lhes permitindo valorizar sua cultura e transcender sua posição social. Trata-se de possibilitar aos estudantes a compreensão real das relações e papéis sociais, apresentando elementos para dialogar com propriedade sobre vários temas como política, economia, sociedade, religião entre outros.

“A difusão de conteúdo é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torna-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. Se o que define uma pedagogia crítica é a consciência de seus condicionantes histórico-sociais, a função da pedagogia ‘dos

conteúdos' é dar um passo à frente no papel transformador da escola, mas a partir das condições existentes". (LIBÂNEO, 1994, p. 69)

O CED 01 de Brasília entende a importância de propiciar aos estudantes o acesso ao conhecimento sistematizado e científico, pois somente a apropriação desses saberes lhes darão condições de atuar significativamente no meio em que vivem.

"Escolarizar todos os homens era condição de converter os servos em cidadãos, era condição de que esses cidadãos participassem do processo político, e, participando do processo político, eles consolidaram a ordem democrática, democracia burguesa, é óbvio, mas o papel político da escola estava aí muito claro. A escola era proposta como condição para a consolidação da ordem democrática". (SAVIANI, 1999, p. 44).

Imbuídos desses entendimentos, o CED 01 de Brasília constrói sua prática pedagógica alicerçada na teoria da Pedagogia histórico-crítica e em seus pilares: o Materialismo Histórico Dialético dos conteúdos e a Psicologia Histórico Cultural. Estas teorias servem de base para estruturação do trabalho realizado na construção de uma educação de qualidade, libertadora, justa e igualitária.

Um dos subsídios trazidos pela a Pedagogia Histórico-Crítica ao trabalho desenvolvido pela escola dentro do ambiente prisional está nas perspectivas do Materialismo Histórico-Dialético acerca de como a sociedade se constitui e como o conhecimento é construído ao longo do tempo. Entender como a sociedade é concebida é entender que papel esse indivíduo assume e que educação se quer ofertar.

No Materialismo Histórico-Dialético a sociedade não é organizada pelas ideologias individuais, ou pela forma como pensa e age um indivíduo. Ela se desenvolve de acordo como estão estabelecidas as relações sociais. A realidade material existe independente da vontade do homem pois é histórica. É na medida em que as relações sociais são estipuladas que a sociedade se compõe. A forma como produzimos bens e serviços, por exemplo, define o curso da história e de nossa existência. Ter consciência de como as relações estão constituídas é ter claro o papel que cada um recebe para a manutenção de uma estrutura social. A transformação no modo como produzimos implica uma mudança no ambiente físico e social e, conseqüentemente, no como o indivíduo se constitui. É no processo de compreensão de como se dão tais relações que define-se o papel da educação.

"Quando se pensam os fundamentos teóricos, observa-se que, de um lado, está a questão da dialética, essa relação do movimento e das transformações; e, de outro, que não se trata de uma dialética idealista, uma dialética entre os conceitos, de uma dialética do movimento real. [...] trata-se de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, que é justamente a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até à inserção da educação nesse processo" (SAVIANI, 2003, p.141).

Propiciar condições para que os estudantes compreendam de forma consciente como essas relações se constituem, como as estruturas que moldam a sociedade funcionam e como os indivíduos, muitas vezes, são

alheios a uma educação que os tornam protagonistas da sua história. Isso de forma a lhes possibilitar terem os possibilitam ter uma visão real, tirando-os de um mundo ilusório para um mundo real material.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.” (FREIRE, 1983)

Trata-se de observar e compreender a realidade a partir de como ela se constitui histórica, cultural e socialmente, e como tal fator está associado às mudanças nas relações sociais. Isso significa dizer que a história está ligada ao mundo dos homens enquanto produtores de suas condições concretas de vida e, portanto, tem suas raízes no mundo material organizado por todos aqueles que compõem a sociedade, inclusive pela educação. Os modos de produção são históricos, criam, moldam e determinam a história, e devem ser interpretados como uma maneira que os homens encontraram em suas relações para se desenvolver e dar continuidade a sua espécie.

A Educação nas Prisões perpassa por uma compreensão das mudanças nas relações sociais ao longo do tempo. E tais e como essas mudanças interferem na forma como nos portamos socialmente, pois a criminalidade e a violência estão diretamente relacionadas à forma como a sociedade está constituída. Pensar nas estruturas que mantêm a sociedade é pensar no como ela vem nos moldando. É compreender como somos frutos dessa sociedade e, ao nos tornarmos conscientes disso, temos condições de romper com a ordem estabelecida de forma crítica e protagonista.

A educação assume a função de suscitar questões que levem os estudantes a compreenderem como se constitui a sociedade, o quanto ela os determina e como a apropriação dos conhecimentos sistematizados e cientificamente construídos pode promover a manutenção ou a ruptura de uma ordem social.

Considerando a Psicologia Histórico-Cultural e seu precursor Vygotsky, entendemos que os indivíduos se desenvolvem pela interação social, mediada simbolicamente pelos sistemas historicamente construídos pela humanidade. É pela intersubjetividade, a relação do indivíduo com o outro, é mediada pela linguagem que essa interação acontece, sendo possível o desenvolvimento de conhecimento, da cultura.

Entender que nosso estudante é constituído por sua interação com um meio social e cultural ao qual pertence é definir a função da educação no ambiente prisional. Só a compreensão e a percepção do que o constitui como indivíduo social o ajudará a ressignificar sua identidade e lhe permitirá fazer a opção consciente de alterá-la ou mantê-la.

[...] é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens, ou seja, deve-se identificar os elementos culturais que precisam ser assimilados, distinguindo entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório, observando a organização dos meios, por meio dos quais, progressivamente, cada indivíduo singular compreenda a humanidade produzida historicamente (SAVIANI, 2003, p.13-14).

Conhecer e considerar esse contexto é uma estratégia para tornar o ensino mais humano e menos mecânico (tradicional), favorecendo a aprendizagem. Entender o aprendizado como construção coletiva, e não somente individual, pressupõe considerar que o contexto é uma variável de influência no processo de ensino-aprendizagem.

As aprendizagens individuais estão carregadas das aprendizagens construídas coletivamente. Para Vygotsky, a cultura é incorporada pelo homem na medida em que este interage com seus parceiros sociais e esse processo é mediado através da linguagem e do pensamento.

Para Oliveira (2010), amparada nas ideias de Vygotsky, o aprendizado é um processo construído socialmente pela escola e comunidade, incluindo os sujeitos da aprendizagem, aqueles que os ensinam e as relações estabelecidas entre as pessoas. A interação social e o contexto dos estudantes é o aspecto mais relevante que justifica uma necessidade de conhecer quem é este adulto em busca do retorno aos estudos, em que se observam seus interesses e perspectivas, principalmente no ambiente prisional. O professor, como parte integrante desse processo, tem uma importante tarefa de mediar os conceitos reconhecidos pelas ciências, traduzindo-os para um nível adequado às práticas escolares, que devem ser contextualizadas (Marques,2006).

Para Vygotsky, as pessoas adquirem conhecimento através de quatro processos: interação, mediação, internalização e zona de conhecimento proximal. Na interação o indivíduo interfere no meio a partir das relações interpessoais. E nessa troca ele constrói e internaliza o conhecimento. Na mediação o indivíduo se utiliza da linguagem como uma espécie de tradução e através de símbolos constrói conceitos. Na internalização o indivíduo faz relação entre símbolo e seu significado internaliza e abstrai tornando-o universal. Assim, o conceito adquire vários significados de memória, de sentimento, de valores, etc.

A ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal) refere-se ao que está entre o que o indivíduo sabe e o que ele pode conhecer. Trata-se de detectar seu potencial e estimulá-lo a superar o que naturalmente é capaz de realizar.

Como a Educação nas Prisões é para adultos que já têm símbolos e conceitos estruturados, assim como a linguagem e as interações já estão estabelecidas, o trabalho do professor é de mediador entre o que ele já conhece e o conhecimento científico estruturado. Assim com o intuito de tornar o reorientando um descobridor da zona de desenvolvimento proximal, o professor o ajuda a interagir com os outros e consigo mesmo, para que este possa alcançar o que lhe é de direito, tornando-se não melhor que o outro, mas o melhor de si mesmo.

Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de

desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1998, p. 112).

Nesta perspectiva a ressocialização imputada à Educação nas Prisões se caracteriza por ressignificar o espaço da escola, da educação como um processo atemporal, constante, progressivo e de direito no qual o estudante passa pelo processo de identificação, compreensão, ressignificação e apropriação dos bens culturais, lhes permitindo conhecer e interagir no seu meio de forma a transformar sua trajetória de vida e o meio social e cultural do qual veio, podendo identificar, analisar, questionar as relações sociais e as ordens estabelecidas.

Nesse quadro, a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente (SAVIANI, 2005, pág. 07).

Contribuições de Paulo Freire

Os estudantes do CED1 de Brasília são oriundos de uma realidade difícil, estão limitados de ir e vir e, portanto, seu anseio maior é a liberdade, porém têm que cumprir durante o tempo que ali estão a pena que lhes foi imputada por um ou mais crimes cometidos. Muitos buscam na escola o espaço ideal para passarem o tempo, por acreditarem ser o melhor lugar na cadeia ou o único onde lhes é permitido visualizar o mundo que estão impossibilitados de ver.

Assim sendo, vemos em Freire e em seus ensinamentos sobre Educação de Jovens e Adultos um caminho a seguir visando proporcionar aos nossos estudantes uma educação libertadora e emancipadora, dando-lhes elementos para legitimar a transformação da realidade em que vivem.

O processo educacional, segundo Freire, está associado a uma leitura de mundo, e da realidade que cerca o estudante. Compreender as relações que o cercam é primordial para construir uma educação libertadora.

Dessa forma o conhecimento cognitivo não é apresentado fora de um contexto, mas, além de apresentar informação, o estudantes tem a possibilidade de saber como esse conhecimento foi construído e em que circunstâncias, permitindo-lhe sair de uma visão que diviniza ou demoniza fatos e personagens. Para Freire os saberes estão ligados a uma ética e estética, ou seja, os saberes estão ligados a uma forma moral que os constitui, mas que isso pode ser visto por um outro ponto de vista, levando em consideração o contexto e o que se pretendia ao se construir determinado saber.

Pensar certo, pelo contrário, demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. Supõe a disponibilidade à revisão dos achados, reconhece não apenas a possibilidade de mudar de opção, de apreciação, mas o direito de fazê-lo. Mas como não há pensar certo à margem de princípios éticos, mudar é uma possibilidade e um direito, cabe a quem muda – exige o pensar certo – que assume a mudança operada (FREIRE, 1996, pág. 19).

Para Freire, cabe à educação no processo de socializar, apresentar os conhecimentos historicamente e socialmente construídos não como verdades absolutas de certo e errado numa visão maniqueísta, mas

ampliar as possibilidades de saber e trazer para o espaço de ensino-aprendizagem a metodologia científica que questiona, infere, compara e constrói. Trata-se de rever os papéis no processo de ensino-aprendizagem em que o professor não é o transmissor e o estudante não é o receptor, como numa educação bancária. Ao apresentar o conhecimento, o professor permite que o estudante perceba como e em que contexto esse conhecimento foi produzido e que tal este conhecimento pode ser questionado e revisto a qualquer momento.

O professor é mediador e o processo de ensino-aprendizagem pensado para que o estudante perceba que ele faz parte da construção desse conhecimento, pois ainda pode ser revisto. Assim, é importante que quem ensina esteja comprometido com o que Freire chama de rigor metódico que consiste em apresentar o conhecimento construído como inacabado, mutável e em movimento.

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se com sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (FREIRE, 1996, p.12)

O CED 01 de Brasília se utiliza de uma metodologia em que o professor é mediador do processo de apropriação do conhecimento sistematizado, histórica e socialmente construído, permitindo que o estudante saia do senso comum e alcance patamares de igualdade, pois se apropria de saberes que lhe dão condições de atuar socialmente.

Assim, a condição para que a escola sirva aos interesses populares é garantir a todos um bom ensino, isto é, a apropriação dos conteúdos escolares básicos, que tenham ressonância na vida dos alunos. Entendida nesse sentido, a educação é 'uma atividade mediadora no seio da prática social global', ou seja, uma das mediações pela qual o aluno, pela intervenção do professor e por sua própria participação ativa, passa de uma experiência inicialmente confusa e fragmentada (sincrética) a uma visão sintética, mais organizada e unificada (LIBÂNEO, 1994, p. 69).

Conduzir o estudante a perceber que um conhecimento muda ao longo do tempo é uma das vertentes da formação da autonomia no processo de ensino-aprendizagem, pois ao participar desse processo no dia a dia ele pode se sentir instigado a produzir conhecimento e, também, tornar-se protagonista de sua aprendizagem. O estudante aprende a aprender, aprende a conhecer da forma certa, o que não significa fazer sem errar, mas que os erros, ao longo do percurso, são tão importantes quanto os acertos. O estudante aprende que não existe apenas uma única possibilidade, uma única realidade, uma única forma de fazer e produzir. Segundo Freire (1996, p.13) "...quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e se desenvolve o que venho chamando "curiosidade epistemológica".

Trazer isso para a escola dentro da prisão é permitir aos estudantes a percepção de que os erros que cometeram na trajetória de suas vidas e que os levaram àquele espaço podem ser revistos. Além disso, não

se deve tratar como uma realidade imutável, estática e fatídica, mas que se trata de uma construção passível de mudança em que ele é responsável porque compreende seu contexto e se sente comprometido com a mudança. É também a possibilidade de sair de uma posição de vitimização como se tudo dependesse exclusivamente dos outros.

Além disso, fundamentamos a educação nas prisões respeitando os conhecimentos trazidos pelos estudantes. Valorizamos o que se sabe promovendo um ambiente em que o estudante possa comparar o que sabe com o conhecimento sistematizado. Para Freire essa prática em sala de aula permite ao a estudante sair de um conhecimento ingênuo, de senso comum para um conhecimento crítico, mais elaborado numa perspectiva de superação. Trata-se de fazer um link dos problemas vividos em seu cotidiano, em sua comunidade com os saberes trazidos pela escola, fazendo correlações e percebendo soluções para a transformação de sua realidade.

Não há para mim, na diferença e na “distância” entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênuo, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continua sendo curiosidade crítica. Ao torna-se, tornando-se então, permito-me repetir, curiosidade epistemológica, metodicamente “rigorizando-se” na sua aproximação ao objeto, conota-se seus achados de maior exatidão (Freire 1996, p.17).

Assim nossa prática pedagógica está vinculada ao ciclo reflexão-ação-reflexão citado por Freire, trata-se de um movimento dinâmico e dialético em que o professor e os estudantes analisam, comparam, mudam e repensam os saberes num ciclo contínuo.

O professor valoriza o saber cognitivo, mas entende que a afetividade permeia e define a construção do conhecimento, assim como, a inconclusão faz parte dessa prática, que ele não sabe de tudo e que assim como os estudantes está em construção no seu fazer pedagógico, tornando-se pesquisador de sua prática e conhecimento.

O professor realiza seu trabalho numa perspectiva dialógica, no falar e ouvir, pois entende que quando se ouve, dá-se espaço à inteligência de alguém e, ao falar, permite que o outro conheça sua inteligência, ou seja, possibilita ao outro demonstrar o que conhece sem colonizá-lo, discriminá-lo, respeitando sua identidade cultural e social.

É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo (FREIRE, 1996, p. 20).

Enfim, a educação nas prisões é fruto de uma construção coletiva entre professor e estudante, visando a produção de saberes numa perspectiva dialógica de respeito à diversidade. Trata-se de uma parceria em que

o estudante define o que vai além dos conhecimentos elaborados em sala, constituindo sua trajetória de forma autônoma e consciente.

Perspectiva teórica da Aprendizagem Significativa de David Ausubel

Alguns pressupostos teóricos da aprendizagem significativa propostos por Ausubel norteiam o desenvolvimento de uma proposta pedagógica. As três condições básicas estabelecidas nesta perspectiva são: o material potencialmente significativo, a estrutura cognitiva pré-existente e a predisposição do estudante em aprender. A aprendizagem está intimamente ligada ao ensino, de modo que tais condições sozinhas não existiriam ou estariam ligadas às estratégias de ensino pouco significativas.

A aprendizagem significativa pressupõe considerar o que o sujeito já sabe, isto é, as ideias ou conceitos prévios, de senso comum, outras mais próximas da cultura científica, o docente pode trabalhar questionando e problematizando esta cultura primeira, tornando a aprendizagem de seus estudante mais significativa. Na teoria de Ausubel a nova informação se ancora nos conhecimentos que o sujeito já possui, de forma a se tornar parte integrante de sua estrutura cognitiva. Esse conhecimento que o aprendiz já possui é denominado *subsunçor*. Nesse sentido, para Ausubel o conhecimento prévio é a variável fundamental para a ocorrência da aprendizagem significativa.

Segundo este referencial, para proporcionar uma aprendizagem significativa é essencial que se leve em consideração estes aspectos: os interesses dos educandos que, conseqüentemente, determinariam sua predisposição em aprender; os conceitos de ideias prévias, que já possuem acerca dos conceitos de conteúdos que serão aprendidos servindo de base para a intervenção, seja em sua evolução com a progressiva diferenciação e aprofundamento, e a construção de um material que, potencialmente, possa proporcionar uma evolução conceitual (Moreira, 1998).

11. Organização curricular da Unidade Escolar

O CED 01 de Brasília define seu currículo tendo como base o Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação de Jovens e Adultos e as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos. Os conteúdos básicos das disciplinas e os procedimentos são revisados pelos professores na semana pedagógica, no início do semestre e frequentemente nas reuniões pedagógicas e sempre que necessário.

Para promover a formação de estudantes capazes de interpretar e criticar os fatos do seu meio social e do mundo, os conteúdos básicos são abordados de forma interligada com os acontecimentos da atualidade e com problemas enfrentados pelos discentes. Nesse sentido, são também realizadas palestras, exposições de arte, oficinas com temas diversos, preparação de salas temáticas, confecção e distribuição de informativos

(CED 01 Notícias/Revista Liberdade de Pensamento), saraus, rodas de leitura, apresentação de peças teatrais, entre outros.

O planejamento coletivo é realizado no início do semestre letivo e nas reuniões pedagógicas semanais que acontecem na sede da escola ou nas unidades prisionais. O planejamento individual é feito nas coordenações individuais programadas (CIPs). Esses horários também são destinados à elaboração de atividades horas indiretas.

Os eixos integradores propostos pelo Currículo em Movimento da EJA (Cultura, Mundo do Trabalho e Tecnologias) permeiam o trabalho realizado pela equipe docente do CED 01 de Brasília, delimitando tanto as atividades diretas quanto as atividades de horas indiretas.

Seguem as Matrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos 1º, 2º e 3º Segmentos Presencial e EaD.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL					
Unidade Escolar: xxx					
Educação de Jovens e Adultos – 1º Segmento					
Turno: Matutino e/ou Vespertino e/ou Noturno					
Módulo: 20 semanas - 100 dias letivos Regime: Semestral					
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA					
ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa	4ª Etapa
Linguagens	Língua Portuguesa	X	X	X	X
	Educação Física	X	X	X	X
	Arte	X	X	X	X
Matemática	Matemática	X	X	X	X
Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	X	X	X	X
Ciências Humanas	História	X	X	X	X
	Geografia	X	X	X	X
Projetos / Programas	Projetos / Programas	X	X	X	X
	Educação Profissional Integrada	X	X	X	X
TOTAL DE MÓDULOS AULAS SEMANAIS (sem a Educação Profissional)		25	25	25	25
TOTAL DE MÓDULOS AULAS SEMANAIS (com a Educação Profissional)		X	X	X	X
TOTAL DA CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (horas, sem a Educação Profissional)		400	400	400	400
TOTAL DA CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (horas, com a Educação Profissional)		X	X	X	X
CARGA HORÁRIA DO SEGMENTO (horas, sem a Educação Profissional)			1600		
CARGA HORÁRIA DO SEGMENTO (horas, com a Educação Profissional)			X		
OBSERVAÇÕES:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Cada etapa corresponde a um semestre letivo, que equivale a 100 (cem) dias letivos. 2. A carga horária diária é de 4 (quatro) horas, convertidas em 5 (cinco) módulos-aulas. 3. O módulo-aula é de 48 (quarenta e oito) minutos. 4. O intervalo deverá ser de até 15 (quinze) minutos, excluídos da carga horária diária. 5. O horário de início e término do período letivo é definido pela unidade escolar. 6. Os Projetos/Programas oferecidos pela unidade escolar para escolha do estudante correspondem a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total da carga horária semestral. 7. No caso da oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional, a carga horária do curso será de, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas que correspondem a 10 (dez) módulos-aulas semanais, podendo ser ampliada de acordo com o curso ofertado. 8. A unidade escolar poderá optar por até 70% (setenta por cento) da carga horária de forma indireta, em conformidade com seu Projeto Político-Pedagógico. 					

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Unidade Escolar: xxx

Educação de Jovens e Adultos – 2º Segmento

Turno: Matutino e/ou Vespertino e/ou Noturno

Módulo: 20 semanas - 100 dias letivos Regime: Semestral

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	5ª Etapa	6ª Etapa	7ª Etapa	8ª Etapa
Linguagens	Língua Portuguesa	4	4	4	4
	Arte	2	2	2	2
	Educação Física	1	1	1	1
	Língua Inglesa	1	1	1	1
Matemática	Matemática	4	4	4	4
Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	4	4	4	4
Ciências Humanas	História	2	2	2	2
	Geografia	2	2	2	2
Projetos / Programas	Projetos / Programas	5	5	5	5
	Educação Profissional Integrada	X	X	X	X
TOTAL DE MÓDULOS AULAS SEMANAIS (sem a Educação Profissional)		25	25	25	25
TOTAL DE MÓDULOS AULAS SEMANAIS (com a Educação Profissional)		X	X	X	X
TOTAL DA CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (horas, sem a Educação Profissional)		400	400	400	400
TOTAL DA CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (horas, com a Educação Profissional)		X	X	X	X
CARGA HORÁRIA DO SEGMENTO (horas, sem a Educação Profissional)		1600			
CARGA HORÁRIA DO SEGMENTO (horas, com a Educação Profissional)		X			

OBSERVAÇÕES:

1. Cada etapa corresponde a um semestre letivo, que equivale a 100 (cem) dias letivos.
2. A carga horária diária é de 4 (quatro) horas, convertidas em 5 (cinco) módulos-aulas.
3. O módulo-aula é de 48 (quarenta e oito) minutos.
4. O intervalo deverá ser de até 15 (quinze) minutos, excluídos da carga horária diária.
5. O horário de início e término do período letivo é definido pela unidade escolar.
6. Os Projetos/Programas oferecidos pela unidade escolar para escolha do estudante correspondem a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total da carga horária semestral.
7. No caso da oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional, a carga horária do curso será de, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas que correspondem a 10 (dez) módulos-aulas semanais, podendo ser ampliada de acordo com o curso ofertado.
8. A unidade escolar poderá optar por até 70% (setenta por cento) da carga horária de forma indireta, em conformidade com seu Projeto Político-Pedagógico.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL				
Unidade Escolar: xxx				
Educação de Jovens e Adultos – 3º Segmento				
Turno: Matutino e/ou Vespertino e/ou Noturno				
Módulo: 20 semanas - 100 dias letivos Regime: Semestral				
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA				
ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	ETAPA		
		1ª	2ª	3ª
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	4	4	4
	Língua Inglesa	1	1	1
	Arte	1	1	1
	Educação Física	1	1	1
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	3	3	3
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física	2	2	2
	Química	2	2	2
	Biologia	2	2	2
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História	1	1	1
	Geografia	1	1	1
	Filosofia	1	1	1
	Sociologia	1	1	1
Itinerários Formativos	Projetos/Programas/Educação Profissional Integrada	5	5	5
MÓDULOS-AULAS SEMANAIS		25	25	25
TOTAL DA CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (horas, sem a Educação Profissional)		400		
TOTAL DA CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (horas, com a Educação Profissional)		X		
CARGA HORÁRIA DO SEGMENTO (horas, sem a Educação Profissional)		1200		
CARGA HORÁRIA DO SEGMENTO (horas, com a Educação Profissional)		X		
OBSERVAÇÕES:				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Cada etapa corresponde a um semestre letivo, que equivale a 100 (cem) dias letivos. 2. A carga horária diária é de 4 (quatro) horas, convertidas em 5 módulos-aulas. 3. O módulo-aula é de 48 (quarenta e oito) minutos. 4. O intervalo deverá ser de até 15 (quinze) minutos, excluídos da carga horária diária. 5. O horário de início e término do período letivo é definido pela unidade escolar. 6. O Itinerário Formativo é composto por Projetos/Programas/Educação Profissional Integrada. 7. No caso da oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional por meio de cursos de qualificação profissional, a carga horária do curso será de, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas que correspondem a 10 (dez) módulos-aulas semanais, podendo ser ampliada de acordo com o curso ofertado. 8. A unidade escolar poderá optar por até 70% (setenta por cento) da carga horária de forma indireta, em conformidade com seu Projeto Político-Pedagógico. 9. Os Projetos/Programas oferecidos pela unidade escolar para escolha do estudante correspondem a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total da carga horária semestral. 				

12. Organização do trabalho Pedagógico da Unidade Escolar

12.1 Organização dos tempos e espaços

De acordo com as normativas vigentes a modalidade de ensino da Educação Básica para os estudantes privadas de liberdade, nas unidades do Sistema Prisional do DF é a Educação de Jovens, Adultos, Idosos e trabalhadores (EJA/IT), com oferta presencial e à distância.

12.1.1 EJA presencial (EJA combinada)

A oferta de EJA presencial é ofertada na forma de EJA combinada (anexo o Termo de Adesão à EJA combinada):

A Educação de Jovens e Adultos Combinada é uma forma de oferta que abrange os três segmentos e está pautada na Resolução no 1/2018 (Alterada pela Resolução no 2/2019-CEDF), Art. 63, Parágrafo Primeiro, *in verbis*: “Os cursos de Educação de Jovens e Adultos a que se refere o caput devem adotar currículos, formas de avaliação e de frequência adequadas à realidade dos estudantes, assegurando o direito de todos à educação” (Diretrizes Operacionais da EJA 2020, pág.27/28).

A Educação de Jovens e Adultos – EJA Combinada apresenta uma forma de oferta diferenciada para organização dos cursos presenciais e está pautada na Resolução No 1/2012 do CEDF, Art. 33, Paragrafo Único *in verbis*:

“Os cursos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a que se refere o caput devem adotar currículos flexíveis e diferenciados, formas de avaliação e de frequência adequada à realidade dos jovens e adultos e garantir matrícula em qualquer época do ano, assegurando o direito de todos à educação.”

É uma proposta diferenciada para a organização curricular em curso presencial para o 1º, 2º e 3º segmentos, a fim de ampliar a oferta e melhor atender a perfis específicos de estudantes. Tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada Segmento/Etapa de forma direta (presencial) e o restante indireta.

Quanto à carga horária direta, os três segmentos estão organizados com a distribuição da carga horária em horas diretas e indiretas, como estabelecido na EJA Combinada. Essa oferta ocorre em quatro dias da semana, o que possibilita ao custodiado a garantia de um direito prioritário, o seu momento com a família, caracterizado pelo dia da visita tais como, trabalhadores do campo, trabalhadores plantonistas, sazonais, temporários, pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade, dentre outros. Indireta: (Diretrizes Operacionais da EJA – 2020, p.31)

A carga horária de duração da EJA Combinada será a mesma estabelecida em curso presencial e deverá ser distribuída da seguinte forma:

- Carga horária direta: no mínimo 30% (trinta por cento) com o professor, para mediação presencial dos conhecimentos, conteúdos e experiências significativas.
- Carga horária indireta: no máximo 70% (setenta por cento) da carga horária exigida para o curso, para execução de atividades de horas indiretas.

As aulas têm duração mínima de 3 horas em sala de aula e o professor, independentemente do segmento, permanece com a mesma turma durante todo esse tempo, sem intervalos. **A complementação da carga horária semestral se dará com horas indiretas, pela realização de bem**, acompanhamento dessas atividades é feito pelo coordenador pedagógico, que encaminha, trimestralmente, relatório descritivo à Gerência de Educação Prisional (GEPRI/DIEJA/SUBEB) (Diretrizes Operacionais da Eja – 2020, p.31) .

Atendendo a PORTARIA Nº 363, DE 02 DE ABRIL DE 2024 os professores passam a ter 15 minutos de intervalo no turno de regência.

A EJA Combinada tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada segmento/etapa de duas formas: direta e indireta. **É importante compreender que tanto o as horas diretas como as horas indiretas são contabilizadas como aulas/horas presenciais, uma vez que as horas indiretas são registradas após a conclusão de atividades.** Assim, o professor cumpre a carga horária de forma presencial, ficando à disposição de estudantes que apresentarem dúvidas ou dificuldades na realização das tarefas (Diretrizes Operacionais da EJA 2020, p. 28).

Todos os segmentos passaram a ser integralmente ofertados em sistema semestral seguindo a organização da EJA Combinada. De acordo com o Processo SEI 00080-00041160/2022-34, foi readequada a grade horária de oferta educacional aos estudante e o 2º e 3º segmentos deixaram de ser ofertados em blocos e as hora/aula passaram a ser de 48 minutos em consonância ao que consta nas Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos. As aulas presenciais são oferecidas da seguinte maneira:

❖ **Matutino**

8h às 12h – atividades em regência de classe nos Núcleos de Ensino (total de 5 horários de 48min perfazendo 4h relógio).

❖ **Vespertino**

13h às 17h – atividades em regência de classe nos Núcleos de Ensino (total de 5 horários de 48min perfazendo 4h relógio).

❖ **Noturno**

19h às 23h – atividades em regência de classe nos Núcleos de Ensino (total de 5 horários de 48min perfazendo 4h relógio).

Os seguintes termos da PORTARIA Nº 1.273, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023 regem a organização desta UE:

Art. 5º Os servidores integrantes da CMPDF que atuam nas Ues/UEEs/ENEs podem ter as seguintes cargas horárias:

II – 40 horas semanais, no regime de 20 mais 20 horas, sendo 4 horas em regência de classe, por turno, em 3 dias da semana, e 4 horas em coordenação pedagógica, por turno, em 2 dias da semana, perfazendo, em cada turno, 12 horas em regência de classe e 8 horas em coordenação pedagógica;

Art. 10. A atuação dos Professores em regência de classe na EJA na Educação no Sistema Prisional na Penitenciária Federal em Brasília (PFBRA) deverá observar as Diretrizes Operacionais da EJA e cumprir a carga horária de 40 horas semanais, no regime de 20 mais 20 horas, com 12 horas semanais de regência e 8 horas semanais de Coordenação Pedagógica, por turno.

Art. 35. A atuação do servidor readaptado e PcD com adequação expressa para não regência de classe e do servidor com restrição temporária deve respeitar a jornada de trabalho da UE/UEE/ENE.

§ 1º A atividade a ser desenvolvida pelo servidor readaptado e pelo PcD com adequação expressa para não regência de classe e do servidor com restrição temporária será compartilhada com o coordenador pedagógico local, Professores e demais profissionais da educação no espaço da coordenação coletiva, conforme Plano de Trabalho apresentado e validado pela Equipe Gestora da UE/UEE/ENE.

Art. 40. O Professor que atua na Educação no Sistema Prisional atendidos pelo CED 01 de Brasília deve cumprir a carga horária de regência de classe e, se houver carga residual, cumprir o horário no próprio Nuen ou no CED 01 de Brasília, realizando ações relacionadas às horas indiretas, elaborando atividades de avaliação e acompanhando os conteúdos desenvolvidos.

Art. 41. Para os casos em que o estudante e o Professor da Educação no Sistema Prisional não possam frequentar o período normal de aula, em função de situações que ofereçam riscos à sua integridade ou de outrem e/ou em situações sinalizadas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape/DF) ou pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), os Professores devem cumprir a jornada de trabalho no Nuen ou no CED 01 de Brasília, no desenvolvimento de atividades relacionadas às horas indiretas ou relativas às ações da EJA/EaD, elaborando atividades de acompanhamento e avaliação dos conteúdos desenvolvidos.

12.1.2 EJA EaD (PFBra)

No Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021 que consta no Processo SEI nº 00080-00057675/2017-99 a oferta se dará na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em segmentos e etapas de acordo com o parecer nº 274/2029 – CEDF. O atendimento as pessoas privadas de liberdade acontecerá por tutoria, sendo um professor tutor para cada área do conhecimento, correlatas tanto para o 2º Segmento (equivalente ao Ensino Fundamental Anos Finais) como para o 3º Segmento (equivalente ao Ensino Médio).

A oferta por área de conhecimento disposto da seguinte maneira:

- Códigos e linguagens (Português, Inglês, Arte e Educação Física)
- Matemática
- Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia)
- Ciências Naturais (Ciência, Biologia, Física e Química)
- Projetos

I – Turmas

- a) As turmas presenciais serão compostas por até 13 presos.
 b) Os horários das aulas serão determinados e autorizados pela Penitenciária Federal em Brasília/DF, considerando a rotina carcerária e a carga horária direta mínima.

II – Educação a Distância

- a) Considerar para esta modalidade o que couber referente às diretrizes anteriores.
 b) Serão definidos dias e horários entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Penitenciária Federal em Brasília/DF para o plantão de tira-dúvidas dos presos estudantes, de acordo com a carga horária e demanda de cada área do conhecimento.
 c) Será necessário, pelo menos, um professor-tutor na Penitenciária Federal em Brasília/DF que seja responsável pela execução das atividades na modalidade Educação a Distância e para que seja mediador entre a Penitenciária Federal em Brasília/DF e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Serão realizados atendimentos individuais que ocorrerão no turno matutino, das 9h às 12h; e, no turno vespertino, das 13h às 16h.

A oferta é feita anualmente por 4 módulos de 50 dias de acordo com o cronograma aprovado na Portaria nº 1.139 a seguir:

Módulos	Cronograma	Aula Inaugural (a definir o dia)	Entrega de Apostilas	Recolhimento das Apostilas	Aplicação de Avaliações	Entrega de Resultados
Módulo I	19/02 a 29/04	19/02 a 16/02	Semanalmente (segunda-feira na unidade) (quarta-feira para o estudante)	Semanalmente (quarta-feira).	Diagnóstica/Formativa: Devolução do material respondido pelo estudante Somativa: Final do módulo (data a definir).	29/04
Módulo II	30/04 a 10/07	06/05 a 10/05				10/07
Módulo III	30/07 a 07/10	30/07 a 02/08				07/10
Módulo IV	08/10 a 20/12	08/10 a 11/10				20/12

12.1.2 EJA EaD CED1

O (PPP) dessa UE garante a autonomia da escola e permitir o desenvolvimento de projetos que incorporem princípios voltados ao fortalecimento das instituições, à qualidade e à equidade. Isso significa proporcionar uma educação que seja receptiva a novas experiências e ideias, valorizando a interdisciplinaridade e a contextualização. A escola é um espaço dinâmico, aberto a diferentes perspectivas e metodologias de ensino, de modo a enriquecer o processo educativo. Assim, a qualidade do ensino é garantida através da implementação de estratégias pedagógicas inovadoras e eficazes, que são constantemente avaliadas e aprimoradas. Além disso, a equidade é um princípio fundamental da educação em para os direitos humanos garantindo que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado, independentemente de suas origens socioeconômicas, culturais ou pessoais. Isso envolve a criação de

projetos e programas que atendam às necessidades diversas dos alunos, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso.

Nesta perspectiva e por compreendermos que a execução do Plano Distrital de Educação (PDE) é também responsabilidade da Unidade Escolar, ainda em 2024, temos a pretensão de ampliar a oferta de EJA nas prisões na modalidade à distancia.

Desta maneira, a SEDF institui a comissão de estudo e implementação da EJA EaD:

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "f" do inciso II do artigo 1º do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, em atenção ao Decreto nº 45.001, de 26 de setembro de 2023, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento dos servidores a seguir, para realização de visita técnico pedagógica aos espaços dos Núcleos de Ensino (NUENs) do Sistema Penitenciário do Maranhão, na cidade de São Luís/MA, no período de 5 a 8 de maio de 2024, com ônus total para o Distrito Federal:

I - ISAIAS APARECIDO DA SILVA, matrícula 215.568-0, Processo 00080- 00110829/2024-15;

II - LILIAN CRISTINA DA PONTE E SOUSA SENA, matrícula 223.775-X, Processo 00080-00107860/2024-61;

III - ANA CAROLINA LOPES CABRAL, matrícula 226.576-1, Processo 00080- 00108818/2024-67;

IV - KLEYNE CRISTINA DORNELAS DE SOUZA, matrícula 39.221-9, Processo 00080- 00108645/2024-87;

V - TELMA CRISTIANE DE ALMEIDA, matrícula 300.494-5, Processo 00080- 00113238/2024-91;

VI - VANESSA MARTINS FARIAS ALVES BOMFIM, matrícula 209.263-8, Processo 00080-00113242/2024-50;

VII - JOÃO BENEILSON MAIA GATINHO, matrícula 220.546-7, Processo 00080- 00113160/2024-13;

VIII - JUAREZ DE PAIVA BRITO JUNIOR, matrícula 214.478-6, Processo 00080- 00112531/2024-31;

IX - JUCIELE SILVA ORTIZ ROSA, matrícula 207.958-5, Processo 00080-00112650/2024-94.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Com o intuito de ampliar as possibilidades de oferta e os instrumentos utilizados, a Comissão de Estudo e Implementação da EaD nas prisões, instituída pela PORTARIA Nº 440, DE 19 DE ABRIL DE 2024, tem um prazo de 60 dias para elaborar o Plano de Ação para a implementação da modalidade EaD como projeto piloto nas unidades prisionais selecionadas do Distrito Federal.

Seguiremos o seguinte cronograma para concluirmos o estudo sobre a implementação de EaD nas prisões do DF:

CRONOGRAMA DE TRABALHOS	
Ajuste e aprovação do cronograma	04/06/2024
Definição de modelo e proposta	04/06/2024
Elaboração da proposta de implementação EJA/EaD	04/06/2024 a 02/08/2024
Inserção no drive no formato definido	10/06/2024
Definição da estrutura para a oferta de EaD	14/06/2024
Contribuições da comissão	10/06 a 10/07/2024
Ajustes finais e revisão	11/07/2024 a 31/07/2024
Submissão ao Conselho da Resolução	02/08/2024 a 08/08/2024
Estrutura do Projeto Piloto	2º semestre 2024
Início do piloto	1º semestre 2025

O CED 01 é a Unidade Educacional credenciada para a oferta de EaD no sistema penitenciário do DF, conforme a PORTARIA Nº 388, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020 e o parecer nº 101/2020-CEDF. Considerando o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o artigo 80 da LDB nº 9.394/96, o qual define a Educação a Distância (EaD) em seu artigo 1º como uma modalidade educacional onde a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem é realizada por meio de tecnologias de informação e comunicação, permitindo que estudantes e professores conduzam atividades educativas em diferentes locais e/ou tempos.

Desta maneira o CED 01 em parceria com a SEAPE, ofertará no segundo semestre de 2024 um projeto piloto de EaD para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas unidades prisionais do DF (regime fechado e aberto) selecionadas. A oferta da modalidade a distância representará a democratização do acesso à EJAIT, possibilitada pelo alcance das tecnologias de informação e comunicação.

Por esse motivo, além do material impresso ofertado na EaD da PFBra, as demais unidades prisionais poderão utilizar outras metodologias de ensino na oferta de Educação a Distância, tais como: Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), videoconferências, vídeo aulas, materiais didáticos digitais, ferramentas de avaliação digital e ferramentas de compartilhamento de documentos (drives), entre outros. Estes instrumentos visam otimizar e dinamizar a oferta da EJA EaD.

Por fim, a oferta de EJA EaD deve garantir a valorização da interdisciplinaridade e da contextualização, integrando diferentes áreas do conhecimento e promovendo uma compreensão mais holística e conectada

da realidade. Isso facilita a aplicação prática do conhecimento adquirido, tornando o aprendizado mais significativo e engajante para os estudantes que se encontra privado de liberdade.

12.2 Relação escola-comunidade

A relação da escola com a comunidade educativa ocorre respeitando os princípios de gestão democrática. Por esse motivo criamos mecanismos de forma que nossos estudantes, maiores de idade, mesmo em privação de liberdade, pudessem participar dos processos decisórios da escola. Assim foi realizado logo no início do semestre letivo, atendimentos aos estudantes por nossos Orientadores Educacionais de forma que os estudantes pudessem escolher o estudante representante da turma e professor conselheiro, com a intenção que estes pudessem representa-los na formulação do PPP, no conselho de classe, nas reuniões de prestação de contas, nas assembleias entre outros momentos de representatividade. Além disso, temos promovido, em conjunto com o Gerente de Políticas Penitenciárias (GPP), George Yves Barbosa Ramos, a Diretora de Educação de Jovens e Adultos (Dieja), Lilian Cristina Da Ponte E Sousa Sena, a Gerente de Educação Prisional (GEPRI), Carolina, e a Coordenadora Intermediária, Thamysa Ribeiro e Silva a articulação entre as esferas da Educação e Segurança em nível de gestão central. Esse esforço visa garantir a adequada oferta educacional, conforme estipulado pelos dispositivos legais pertinentes a esta modalidade de ensino e às pessoas privadas de liberdade. Também, mantemos contato e atendemos demandas por e-mails, processos SEI entre outros meios e instrumentos com o Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e Vara de Execuções Penais (VEP).

12.3 Relação teórica e prática

Na Educação de Jovens, Adultos, Idosos e trabalhadores (EJAIT) no ambiente prisional, a relação entre teoria e prática assume um papel de suma importância na eficácia do processo educativo. A EJAIT no contexto carcerário busca oferecer oportunidades educacionais aos estudantes em cárcere, visando a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências que possam contribuir para sua reinserção social e ressignificação pessoal.

Desta forma, consiste na aplicação contextualizada dos conteúdos teóricos à realidade vivenciada pelos estudantes privados de liberdade. Isso requer a adaptação dos temas educacionais de modo a torná-los pertinentes e significativos para as experiências de vida e as condições dentro da prisão. Por exemplo, ao ensinar conceitos de matemática, é possível relacioná-los com situações cotidianas na prisões, como questões relacionadas à gestão de recursos limitados ou ao planejamento financeiro dentro e fora do cárcere.

Neste contexto, enfatizamos a importância da experiência prática aliada à reflexão crítica. Os estudantes em cárcere têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em atividades práticas dentro da prisão, como projetos variados, na Semana de Educação para Vida e Semana da EJA, em produções textual nos concursos do Sinpro e Defensoria pública da União (DPU), no Fest'Art através das seis linguagens para expressão artística, entre outros. Posteriormente, são incentivados a refletir sobre essas experiências, analisando como os conceitos teóricos se manifestam em suas vivências e como podem ser aplicados em contextos futuros, tanto dentro quanto fora da prisão.

Entendendo que a educação deve buscar o desenvolvimento global dos estudantes a escola busca incentivar a capacitação dos estudantes em privação de liberdade, possibilitando-lhes a compreensão de suas identidades e perspectivas de vida. Ao conectar os conteúdos educacionais com suas experiências pessoais e os desafios enfrentados na prisão, os estudantes têm a possibilidade de desenvolver habilidades de pensamento crítico, autoexpressão e resolução de problemas. Isso não apenas fortalece sua autoestima e confiança, mas também os prepara para uma reintegração na sociedade após o cumprimento de pena.

Por fim, a relação entre teoria e prática na EJA prisional visa não apenas transformar individualmente os estudantes, mas também contribuir para a reinserção social. Ao oferecer uma educação de qualidade e relevante dentro das prisões, os estudantes e a sociedade de forma geral têm a oportunidade de adquirir habilidades e valores que os capacitam a se tornar cidadãos e sujeitos de direitos. Isso, por sua vez, pode contribuir para interromper o ciclo de criminalidade e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

12.4 Metodologia de Ensino



Gilson Francisco de Jesus – PDF1

O trabalho pedagógico do CED 01 de Brasília na EJA presencial e EaD está organizado com base na PHC (Pedagogia Histórico Crítica). A Pedagogia Histórico-Crítica propõe um método de ensino centrado na problematização da realidade social e na mediação do conhecimento histórico. Isso envolve a apresentação dos conteúdos de forma contextualizada, relacionando-os às condições sociais e históricas dos estudantes, e promovendo a reflexão crítica sobre esses conteúdos. Uma das características centrais dessa abordagem é sua ênfase na relação dialética entre ensino e aprendizagem. Ao invés de apenas transmitir conhecimento aos estudantes privados de liberdade de forma passiva, a Pedagogia Histórico-Crítica procura engajá-los em processos ativos de investigação e reflexão crítica sobre a realidade. Assim, podemos reconhecer que os alunos são sujeitos ativos na construção do conhecimento e, portanto, devem ser incentivados a questionar, analisar e interpretar o mundo ao seu redor. Desta forma enfatizamos a importância do ensino de conteúdos historicamente significativos, que possam ajudar os nossos estudantes a compreender as contradições e os conflitos presentes na sociedade. Por meio da análise crítica desses conteúdos, os estudantes podem

desenvolver uma consciência mais profunda das estruturas sociais e das relações de poder que moldam suas vidas.

Diante disso, a metodologia desenvolvida pelo CED 01 de Brasília parte da compreensão de que a educação deve estar intimamente ligada à realidade histórica e social dos alunos. Isso significa que os conteúdos ensinados devem ser contextualizados e relacionados às condições concretas em que os alunos vivem. Assim, as ações pedagógicas têm como objetivo explorar o que o estudante já sabe ou aquilo de que se recorda em relação aos objetivos de aprendizagem/tema/ definição/conteúdo/conceito trabalhados num determinado período, explorando os conhecimentos prévios dos estudantes privados de liberdade.

Em vez de adotar uma postura autoritária de transmissão de conhecimento, os professores são incentivados a estabelecer um diálogo crítico com os alunos. Isso implica em criar um ambiente de sala de aula onde os alunos se sintam à vontade para questionar, debater e refletir sobre os temas abordados. A mediação é um conceito-chave na metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica. Ela enfatiza que o papel do professor não é apenas transmitir conhecimento, mas também mediar o processo de aprendizagem dos estudantes. Isso envolve identificar as necessidades e os interesses dos alunos, selecionar e apresentar os conteúdos de forma significativa e orientar as atividades de aprendizagem. Por esse motivo as ações pedagógicas permitem que os estudantes em cárcere tomem consciência da relevância do que vai aprender, agregando aos saberes já constituídos, em associação à sua vida cotidiana, à sua realidade social e à sua faixa etária.

A escolha dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula é cuidadosamente planejada para garantir que sejam historicamente significativos e relevantes para os estudantes privados de liberdade. Esses conteúdos são selecionados com base em sua capacidade de promover a reflexão crítica e a compreensão das estruturas sociais e das relações de poder. Sendo assim, as ações pedagógicas são pensadas de forma que leve os estudantes a perceber o caráter interdisciplinar do que ele está aprendendo. Além disso, os estudantes são desafiados a fazer aplicações do que aprendeu em outras situações, contextos e experiências, sistematizando (por meio da escrita, do desenho, etc) aquilo que aprendeu.

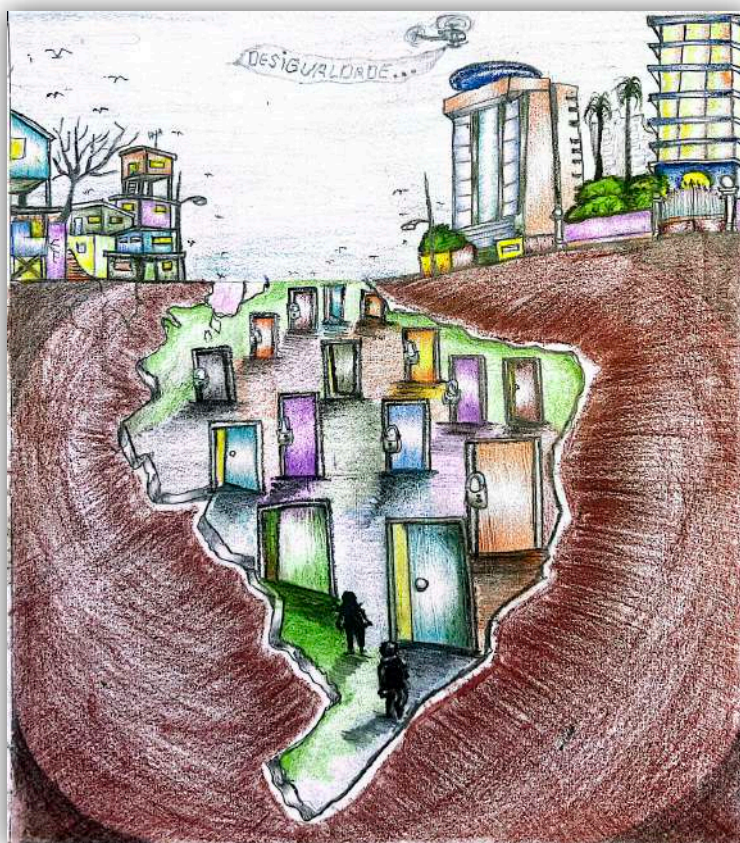
A escolha dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula é planejada para garantir que sejam historicamente significativos e relevantes para os alunos. Esses conteúdos são selecionados com base em sua capacidade de promover a reflexão crítica e a compreensão das estruturas sociais e das relações de poder.

Essa metodologia valoriza a prática pedagógica reflexiva, na qual os professores estão constantemente avaliando e repensando suas práticas em sala de aula. Isso envolve refletir sobre as experiências de ensino e aprendizagem, identificar desafios e buscar formas de melhorar continuamente. Também, valoriza a

construção do conhecimento de forma coletiva, através do trabalho colaborativo entre professores e estudantes. Isso significa que o processo de aprendizagem não se limita à interação entre o professor e o aluno, mas envolve também a colaboração entre os próprios alunos, na busca por promover uma educação crítica, reflexiva e emancipatória. Essa abordagem enfatiza o papel ativo dos alunos na construção do conhecimento e na transformação da sociedade.

Seguindo essa metodologia a educação na modalidade EaD (PFBra), conforme, o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021 acontecem com material impresso: as apostilas são confeccionadas pelos professores por área de conhecimento e etapa e duplicadas pela Unidade Prisional.

Conforme já mencionado anteriormente as demais unidades prisionais poderão utilizar outras metodologias de ensino na oferta de Educação a Distância, tais como: Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), videoconferências, vídeo aulas, materiais didáticos digitais, ferramentas de avaliação digital e ferramentas de compartilhamento de documentos (drives), entre outros. Estes instrumentos visam otimizar e dinamizar a oferta da EJA EaD.



Erick Cleoton O. de Souza – PDFI

13. Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar

13.1 Avaliação das aprendizagens

A avaliação das aprendizagens consiste em uma prática investigativa de como ocorre o ensinar e o aprender, permitindo as intervenções necessárias para garantir que o planejamento, a metodologia utilizada, as estratégias de ensino, estejam auxiliando no desenvolvimento de cada estudante.

A avaliação não pode ser utilizada para medir o quanto do conteúdo foi retido pelo estudante, mas como se dá o processo de ensino- aprendizagem, de forma a garantir que a escola seja um espaço de desenvolvimento, inclusão, capacitação e aprimoramento e não, um espaço de seleção, classificação e exclusão.

O professor deve avaliar constantemente se sua prática pedagógica está contribuindo para o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades, e competências necessárias para o estudante exercer sua cidadania e protagonismo nos espaços sociais.

No CED 01 de Brasília, a avaliação é pensada e planejada como uma parte importante da aula e da sequência didática de cada professor, não sendo feita de forma irregular, inconstante e sem objetivos claros.

A avaliação é um processo contínuo e sistemático. Portanto, ela não pode ser esporádica nem improvisada, mas, ao contrário, deve ser constante e planejada. Nessa perspectiva, a avaliação faz parte de um sistema amplo que é o processo de ensino-aprendizagem, nele integrado. Como tal, ela deve ser planejada para ocorrer normalmente ao longo de todo esse processo, fornecendo feedback e permitindo a recuperação imediata quando for necessário. (HAYDT, 2007, p. 14)

Os professores do CED 01 de Brasília entendem que avaliar constantemente é um dos elementos que garantem o sucesso do processo consistindo num elemento de integração e adequação entre o ensino e a aprendizagem. Assim, a avaliação é concebida considerando suas três funções: diagnóstica, formativa e somativa. Durante todo o percurso, a avaliação garante que o ciclo de ação-reflexão-ação oriente os professores quanto a sua prática pedagógica, permitindo-lhes traçar estratégias diferenciadas para os estudantes que apresentarem algum tipo de dificuldade. A avaliação como prática constante e sistemática pelos professores segundo Hoffmann 1999, garante a mediação entre o ensinar e aprender:

A avaliação, enquanto relação dialógica, vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo estudante e também pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. Dessa forma, a avaliação passa a exigir do professor uma relação epistemológica com o estudante – uma conexão entendida como reflexão aprofundada a respeito das formas como se dá a compreensão do educando sobre o objeto do conhecimento (Hoffmann, 1999).

A avaliação com a função diagnóstica ocorre antes e durante o processo de ensino aprendizagem. Essa avaliação lhe permite saber o quanto o estudante conhece sobre o conteúdo a ser desenvolvido e onde pode chegar, além de facilitar a percepção das dificuldades, e antecipar as intervenções que devem ser realizadas pelo professor para que o estudante avance.

No Ced 01 de Brasília, a avaliação diagnóstica é realizada nos inícios de semestres, durante as aulas e nas mudanças de blocos, sistematicamente, mapeando os conhecimentos prévios dos estudantes e norteando o planejamento estratégico para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Isso não impede que o professor faça uso dessa avaliação sempre que houver necessidade.

Depois disso, sistematicamente e constantemente, o professor fará verificações (avaliações com a função formativa) buscando analisar se a metodologia, as estratégias interventivas, os instrumentos utilizados, estão favorecendo o desenvolvimento de cada estudante. Para Perrenoud (1999), a avaliação deve promover a invenção didática capaz de alimentar uma ação pedagógica inovadora:

Uma avaliação mais formativa não toma menos tempo, mas dá informações, identifica e explica erros, sugere interpretações quanto às estratégias e atitudes dos estudantes e, portanto, alimenta diretamente a ação pedagógica, ao passo que o tempo e a energia gastos na avaliação tradicional desviam da invenção didática e da inovação (Perrenoud, 1999).

É fundamental a participação dos próprios estudantes na avaliação formativa de sua aprendizagem (autoavaliação). Além da prática do professor, a forma como os estudantes se portam interfere diretamente no sucesso do processo de ensino aprendizagem. Fazê-los pensar em como estão motivados e se esforçando para se desenvolverem é permitir que sejam protagonistas, além de serem corresponsáveis por todo o seu crescimento. A autoavaliação é considerada como forma de incentivar a autonomia intelectual, o autoconhecimento e a autogestão dos estudantes. Ao avaliar e ser avaliado o adulto se apropria de sua produção, compreende que as situações de aprendizagem estão relacionadas com as experiências e que ele é gestor do que aprende.

Os conselhos de classe são considerados como avaliação formativa. Duas vezes no semestre serão realizados os conselhos de classes de forma a analisar como está ocorrendo o processo de ensino-aprendizagem e as intervenções necessárias buscando atingir os objetivos propostos.

Nos três segmentos da EJA presencial do CED 01 de Brasília os professores se utilizam de instrumentos avaliativos diversificados com a intenção de monitorar o processo de ensino aprendizagem.

Somente ao final de um período, o estudante fará a avaliação somativa com a intenção de registrar o quanto ele evoluiu em seu desenvolvimento escolar. Essa avaliação é importante para que se evidencie o progresso do estudante, além de garantir que adquiriu requisitos para o desenvolvimento de novos conhecimentos. Nessa avaliação é necessário que o professor deixe claro o que se pretende avaliar.

Nas unidades onde a rotatividade de estudantes é muito grande (CDP, CIR e CPP), utilizamos avaliação permanente, que consiste em, sempre ao final do desenvolvimento de uma sequência didática, realizar uma avaliação somativa para que o estudantes possa ser avaliado antes de sua transferência de unidade ou saída do sistema prisional, lhes garantindo a continuidade de sua vida escolar.

A movimentação dos estudantes deve ser acompanhada pela secretaria escolar, coordenação pedagógica local em parceria com a chefia do NUEN. A secretaria escolar deverá registrar, em tempo hábil, as promoções e atualizações da vida escolar do estudante para que, este sendo transferido, dê continuidade aos estudos dentro ou fora do sistema.

Na PFBra as avaliações ocorrem por objetivos de aprendizagem do Currículo em Movimento para a EJA com adequações ao público a que se destina as avaliações.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da EJA 2020, e com o regimento escolar da SEEDF, utilizamos os conceitos apto (A) e não apto (NA) para registrar a progressão do estudante. Esses conceitos são compostos por todos os registros das avaliações formativas e somativas realizadas durante o período do processo de ensino-aprendizagem na seguinte proporção:

50% para observação, relatórios, trabalhos de pesquisa, dramatizações, entrevistas, fichas de acompanhamento, portfólios, atividades diárias, autoavaliação

50% para testes/provas, elaborados à luz do currículo em movimento, centrados nas competências e nas habilidades desenvolvidas.

SITUAÇÃO FINAL	CONCEITO	SIGLAS	CORRESPONDÊNCIA
Aprovado/Apto	Aprendizagens Consolidadas	APC	8,0 - 10,0
	Aprendizagens Parciais	APP	5,0 - 7,9
Reprovado/ Não Apto	Aprendizagens Não Evidenciadas	ANE	0 - 4,9

Os estudantes do 1º, 2º ou do 3º segmentos serão considerados aprovados quando participarem, realizarem e obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor total previsto para as atividades avaliativas.

O registro dos dados será feito em diário de classe próprio com as devidas informações exigidas pela Secretaria de Educação do Distrito Federal.

13.2 Avaliação em larga escala

O CED 01 de Brasília participa de duas avaliações de larga escala: ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) que ocorre em setembro e ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que ocorre em novembro/dezembro.

Os exames são realizados pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esses exames são aplicados em todas as unidades prisionais do DF e não são restritos apenas aos estudantes do CED 01 de Brasília, são ofertados a toda a população carcerária.

As inscrições são gratuitas e podem ser solicitadas pelos internos aos chefes de NUENS e chefes de pátio que as encaminham para as equipes dos Nuens para a realização das inscrições no site. A responsabilidade para aplicação das provas é da equipe de segurança.

O ENCCEJA serve para obtenção dos certificados do Ensino Fundamental e Médio, avaliando o conhecimento escolar dos participantes. As provas são aplicadas em um único dia, nos turnos matutino e vespertino. O participante do ENCCEJA que conseguir a pontuação mínima em cada prova objetiva e redação pode solicitar a Certificação de Conclusão de Ensino Fundamental ou do Ensino Médio junto à secretaria escolar do CED 01 de Brasília e, também, pode solicitar à VEP, a remição de pena pelo estudo de acordo com a lei. O participante que conseguir a nota mínima exigida em uma das quatro provas, ou em mais de uma, pode solicitar a Declaração parcial de proficiência junto à secretaria escolar do CED 01 de Brasília, porém não serve para fins de remição de pena pelo estudo. A aprovação parcial no ENCCEJA é também considerada em conselho de classe como aproveitamento de estudo para progressão de etapa.

O ENEM avalia o desempenho do participante que concluiu o ensino médio e permite o acesso ao ensino superior por meio dos programas SISU, PROUNI e FIES, além de aumentar a escolaridade da população prisional brasileira e permitir que os internos em regime semiaberto possam ingressar no curso superior. As provas são realizadas em dois dias no turno vespertino. Atualmente o ENEM não serve para certificação.

13.3 Avaliação institucional

A avaliação institucional é um pilar essencial para assegurar a excelência do ensino aprendizagem e o adequado funcionamento de toda a instituição educacional. Consiste em um processo que engloba a coleta e análise criteriosa de dados sobre diversos aspectos da escola, abrangendo desde a gestão pedagógica: o desempenho dos coordenadores, professores e estudantes; além da gestão administrativa e financeira: o desempenho da equipe gestora, dos supervisores, secretários e colaboradores.

Sendo a avaliação institucional fundamental para o fortalecimento da gestão democrática e para a construção de uma educação de qualidade, é imprescindível que todos os membros da comunidade escolar

participem dela. No CED 01 de Brasília a avaliação institucional com os estudantes é realizada anualmente nas 8 unidades prisionais. Com os professores e demais membros da comunidade escolar, a avaliação é realizada anualmente por meio de questionário virtual. Os resultados obtidos nessas avaliações são compilados pela equipe pedagógica e apresentados a toda a comunidade escolar com a intenção de criar um plano de ação que norteará o planejamento do semestre letivo subsequente.

Em nossa Unidade Escolar a avaliação institucional, inclui avaliações internas, que ocorrem uma vez por ano conduzidas pela própria escola com estudantes, servidores e colaboradores.

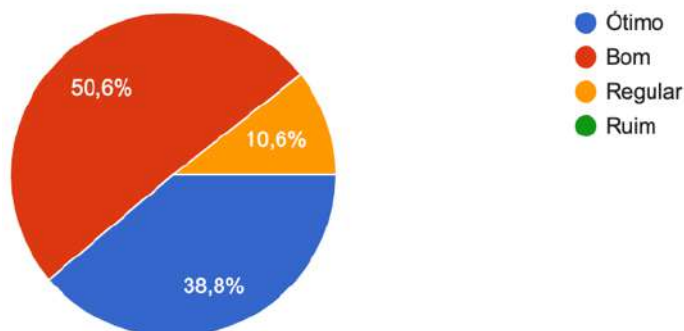
Os objetivos da avaliação institucional:

- Aperfeiçoar a qualidade do ensino aprendizagem: Por meio da identificação de pontos fortes e áreas de aprimoramento, a escola implementa estratégias direcionadas para melhorar seu desempenho acadêmico e pedagógico.
- Embasar decisões: A coleta e análise de dados fornecem uma base sólida para que as gestoras tomem decisões embasadas e eficazes relacionadas a políticas educacionais, programas de ensino e distribuição de recursos.
- Permitir transparência e responsabilidade: A avaliação institucional permite que a escola preste contas de suas ações e resultados.
- Propiciar o desenvolvimento profissional: Ao analisar os resultados da avaliação, os professores e demais membros da equipe escolar identificam áreas que necessitam de desenvolvimento profissional, contribuindo para o aprimoramento de suas práticas pedagógicas.
- Estimular a cultura de aprendizado contínuo: A avaliação institucional promove uma cultura de reflexão, ação que favorece o aprendizado contínuo, incentivando a participação de todos os membros da comunidade escolar no processo de melhoria constante.

A avaliação institucional será conduzida de maneira sistemática, transparente e participativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, desde estudantes, professores e servidores. Os resultados da avaliação serão comunicados de forma clara e acessível, estimulando o engajamento e a colaboração de todos os envolvidos na busca pela excelência educacional. No ano de 2023, não foi realizada avaliação institucional, mas foram feitos alguns questionamentos aos professores, servidores e alunos no questionário participativo para construção do PPP de forma a subsidiar qual seria os pontos fortes e de atenção a gestão que se inicia em 2024.

Uma das perguntas foi: **Você considera o ambiente de trabalho no CED 01 de Brasília.**

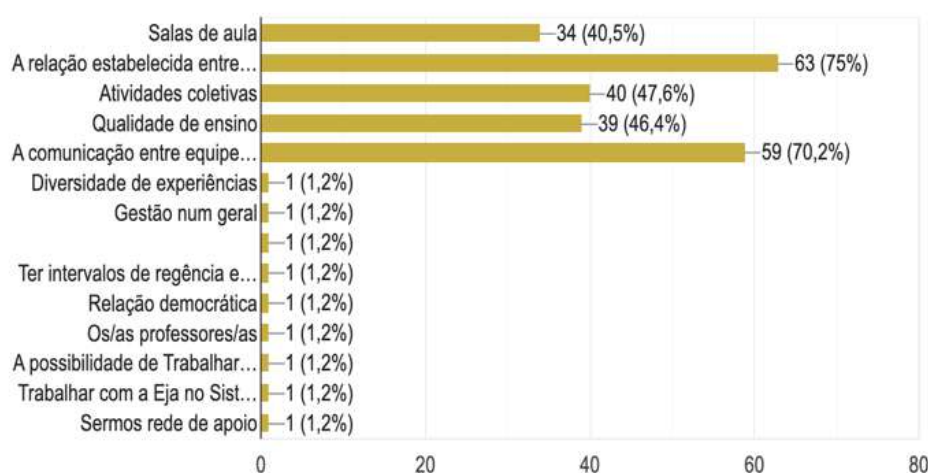
- 89% consideram o CED 01 de Brasília um lugar ótimo ou bom para se trabalhar, apenas 10,6% consideram um lugar regular e não houve manifestação na categoria ruim.



A outra foi: **o que você**

considera BOM no CED

01 de Brasília:



- 75%

dos

participantes
avaliaram como

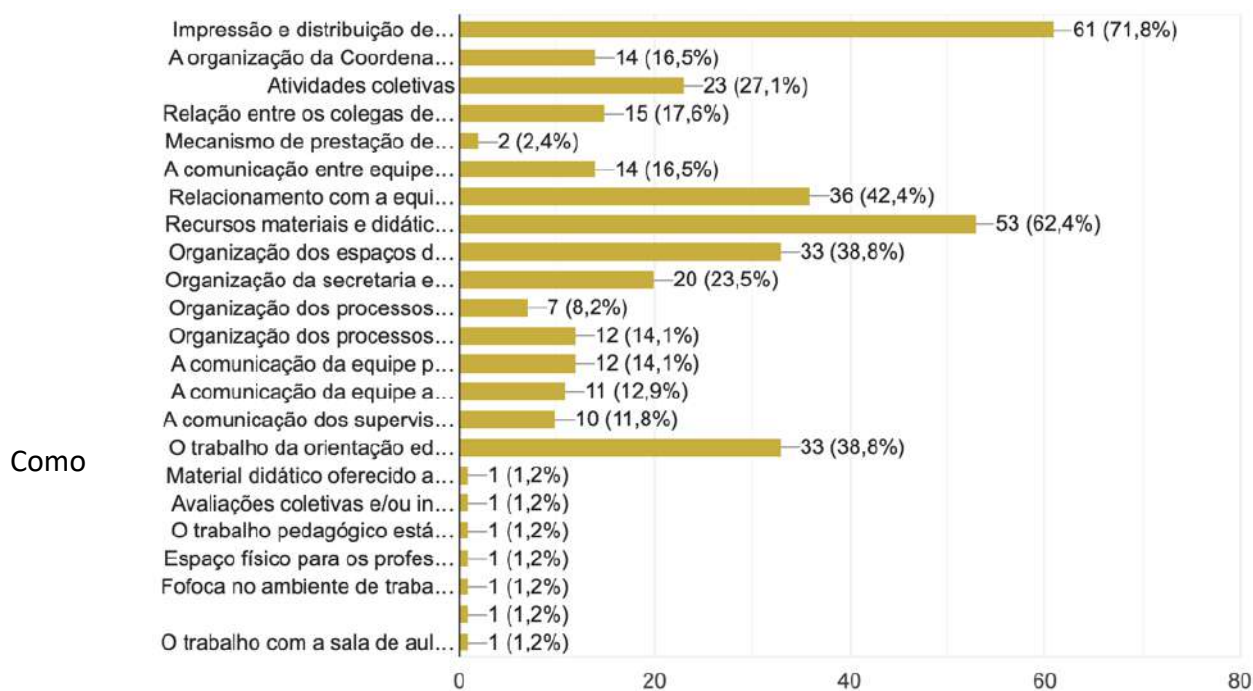
bom a relação estabelecida entre os colegas de trabalho;

- 70% avaliou como bom a comunicação entre a equipe gestora e os professores;
- 47,6% avaliou como bom as atividades coletivas;
- 46,4% avaliou como bom a qualidade do ensino;
- 40,5% avaliou como bom as salas de aula;
- Os demais quesitos obtiveram menos de 2%.

E por fim, perguntamos: **o que você considera que precisa MELHORAR no CED 01 de Brasília:**

- 71,8% manifestou que a impressão e distribuição das cópias precisam melhorar;
- 62,4% disse que é preciso melhorar os recursos materiais e didáticos;
- 42,4% disse que o relacionamento com a equipe de segurança precisa melhorar;
- 38,8% disse que o trabalho da Orientação Educacional precisa melhorar;
- 38,8% disse que é preciso melhorar a organização dos espaços de aprendizagem nas unidades prisionais;

- 27,1% disse que ode melhorar as atividades coletivas;
- 23,5% disse que é preciso melhorar a organização da secretaria escolar;
- 17,5% disse que é preciso melhorar as relações entre os colegas de trabalho;
- 16,5% disse que precisa melhorar a organização da coordenação pedagógica;
- 16,5% disse que é preciso melhorar a comunicação entre a equipe gestora e professores;
- 14,1% a comunicação entre equipe administrativa e professores;
- 14,1% manifestou que é preciso melhorar a organização dos processos pedagógicos;
- 12,9% manifestou a necessidade de melhorar a comunicação entre equipe pedagógica e professores;
- 11,8% disse que é preciso melhorar a comunicação entre supervisores e professores;
- 8,2% manifestou que é preciso melhorar a organização dos processos administrativos;
- 2,4% disse que é preciso melhorar os mecanismos de prestação de contas;
- Menos de 2% manifestou a necessidade de melhoria nos demais quesitos.



sugestão:

- Implementação da mecanografia em cada unidade prisional;
- Melhoria da comunicação com a equipe de segurança;
- Melhoria dos recursos didáticos e tecnológicos nas salas de aula;
- Melhoria na alimentação dos estudantes e oferta de esporte aos estudantes privados de liberdade;
- Valorização do trabalho realizado na sala de coordenação virtual;
- Construção de murais nas salas de aula;
- Mais atenção a saúde do estudante;
- Mais objetividade nas coordenações pedagógicas;
- Melhoria dos espaços físicos das salas de aula e

- Melhorias no horário das turmas.

13.4 Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens

A avaliação do percurso formativo é uma etapa fundamental no processo educativo, buscando avaliar o desenvolvimento e o progresso dos estudantes ao longo de sua jornada de aprendizagem de forma a melhor adequá-lo dentro do processo de ensino e aprendizagem. Desta maneira a avaliação também servirá:

- **Progressão Continuada:** somente pode ser concedida no início do semestre e apenas para a etapa seguinte, tanto no 1º segmento quanto nos 2º e 3º segmentos, para cada um dos componentes curriculares e área de conhecimento (PFBra). **A Progressão Continuada não se aplica para mudança de segmento; visando à conclusão da Educação Básica (3º segmento da Eja);** para estudantes já beneficiados, no semestre em curso, com progressão continuada. A Progressão Continuada é aplicada pelos professores regentes do 1º, 2º e 3º segmentos. As atas são preenchidas pelos coordenadores pedagógicos de cada segmento, assinadas pelos coordenadores pedagógicos locais, professores, chefe de secretaria e direção do CED 01 de Brasília.
- **Classificação:** utilizada para a efetivação de matrícula na falta de documento que comprove a escolaridade anterior do estudante. No ato da matrícula, aqueles estudantes que são de outro estado ou da PFBra e não têm a possibilidade de apresentar a documentação e aqueles que solicitarem a realização da prova para efetivar a matrícula passarão por uma prova de classificação. Esse instrumento é organizado pelas coordenadoras pedagógicas itinerantes junto com os professores regentes.

Observação: A prova de classificação não se aplica para aqueles que já foram estudantes da SEEDF, para aqueles que já foram estudantes do CED 01 de Brasília, para mudança de etapa ou segmento. A aplicação e a correção da prova de classificação é feita pela coordenação pedagógica itinerante ou local. As atas são preenchidas pelas coordenadoras pedagógicas itinerantes, assinadas pelos coordenadores locais, professores, chefe de secretaria e direção do CED 01 de Brasília.

- **Reclassificação:** o estudante cujo o professor perceber que está em uma etapa, segmento inferior pode fazer a indicação para reclassificação. Esse procedimento será realizado uma vez por semestre no Conselho de Classe. Os professores do segmento farão a análise da situação junto com o coordenador pedagógico itinerante e o coordenador pedagógico local quando decidirão se o estudante faz jus à reclassificação. **A prova de reclassificação não se aplica para mudança de**

segmento, visando à conclusão da Educação Básica (3º segmento da EJA); para estudantes já beneficiados, no semestre em curso, com a classificação e progressão continuada.

• 13.5 Conselho de Classe

Na Educação de Jovens e Adultos, o Conselho de Classe desempenha a função formativa no processo de ensino-aprendizagem, pois envolve avaliação da escola como um todo e não a avaliação final do estudante. Cabe ao Conselho de Classe compreender e analisar os aspectos de aprendizagem e do percurso formativo. Sendo assim, na impossibilidade de ter a presença dos estudantes privados de liberdade no Conselho de classe, o representante de turma junto com os demais a estudantes da turma avaliam o percurso formativo, fazem a autoavaliação da turma e avaliação dos docentes e demais envolvidos no processo durante o semestre. O professor conselheiro se reúne com o representante de turma e é responsável por representar os estudantes no Conselho de Classe, sendo a voz dos estudantes na reunião do colegiado.

O conselho de classe acontecerá em dois momentos durante o semestre letivo em datas pré determinadas pela equipe pedagógica. O Conselho de Classe tem autonomia para deliberar sobre a promoção de estudo dos estudantes levando em consideração os aspectos relevantes do percurso formativo apresentados pela comunidade educativa. Cabe a equipe pedagógica junto com o professor de segmento e o orientador educacional o preenchimento das atas do conselho disponibilizadas pelo chefe de secretaria, além de fornecer ao grupo de professores um relatório com os casos específicos de aprovação/reprovação e observações relativas à aprendizagem do estudante. No 1º, 2º e 3º Segmentos, o coordenador pedagógico do segmento, o orientador educacional, o supervisor da unidade e/ ou coordenador local junto com o professor conselheiro e os demais professores da turma realizam o Conselho de Classe. Neste momento analisam os casos específicos, avaliam o processo de ensino-aprendizagem, as estratégias utilizadas pelos professores, as dificuldades apresentadas no processo e traçam ações interventivas. Também, realizam a autoavaliação dos professores e avaliam os casos de reclassificação.

O processo ensino-aprendizagem e as estratégias de ensino são discutidas e avaliadas em reuniões pedagógicas, realizadas nas coordenações pedagógicas durante o semestre. A partir desses encontros pedagógicos são traçados projetos e ações que permitam traçar estratégias que viabilizam e potencializam o processo de aprendizagem dos estudantes.

14. Papéis e Atuação

14.1 Conselho Escolar:

O Conselho Escolar do CED 01 de Brasília desempenha um papel fundamental na gestão e na promoção de uma educação de qualidade aos estudantes privados de liberdade. Composto por representantes da comunidade escolar, incluindo professores, orientadores educacionais, outros servidores o Conselho Escolar atua como um órgão consultivo e deliberativo, contribuindo para a tomada de decisões importantes relacionadas ao funcionamento da escola.

Membros do Conselho Escolar que participaram do processo de eleição em outubro de 2023:

- **Telma Cristiane de Almeida** - Membro Nato
- **Antônio Carlos Trindade Xavier** - Presidente
- **Jefferson Benevenuti Bernardi** - Vice Presidente
- **Demais membros:**
- Elvane Rocha Morato De Oliveira - secretaria
- Marcia Daniela Nunes Fernandes - suplente

São responsabilidades do Conselho Escolar: :

- Auxiliar na elaboração e revisão do PPP: participam da formulação e revisão de políticas escolares, garantindo que elas atendam às necessidades e aos interesses dos estudantes, professores e comunidade.
- Orçamento Escolar: ajudam a determinar a alocação de recursos financeiros da escola, garantindo que sejam utilizados de forma eficaz para atender às necessidades educacionais dos estudantes.
- Planejamento Estratégico: contribuem para o desenvolvimento do plano estratégico da escola, estabelecendo metas e objetivos que orientam as atividades e iniciativas educacionais.
- Avaliação de Desempenho: monitoram e avalia o desempenho da escola, incluindo resultados acadêmicos, clima escolar e satisfação dos a estudantes, pais e funcionários.
- Promoção da Participação da Comunidade: trabalham para promover a participação ativa da comunidade na vida escolar, incentivando o envolvimento dos estudantes e professores nos processos decisórios e organizações locais.

Além disso, o Conselho Escolar do CED 01 de Brasília otimiza os canais de comunicação garantindo que as preocupações e os interesses dos diferentes grupos sejam ouvidos e considerados nas decisões tomadas pela escola, sendo vital na promoção de uma educação inclusiva, participativa e de qualidade, colaborando com todos os membros da comunidade escolar para garantir o sucesso e o bem-estar de nossos estudantes.

No último processo de gestão democrática que ocorreu no dia 25 de outubro de 2023, nosso Conselho não foi constituído, pois não houveram representantes de todos os seguimentos da escola DODF nº 1-A de 02/01/2024, sendo assim, aguardamos o novo processo de constituição deste colegiado. **Por não termo ainda constituído o Conselho Escolar** as decisões serão tomadas por Assembleia até que o conselho seja constituído.

PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR 1º e 2º SEMESTRES DE 2024

OBJETIVO	AÇÕES	ESTRATEGIAS DO PDE	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Promover e incentivar a gestão democrática.	- Eleição do Conselho escolar	10.2 10.15	SEEDF – Gestão Central Regional PPC Comunidade educativa CED 01 de Brasília	Agosto/2024.
Fortalecer o Conselho Escolar	- Reuniões bimestrais para construção de estratégias de melhoria da EJA nas prisões;	10.12 10.18 10.19 10.22	Equipe gestoras Conselho Escolar Assembleia Escolar	Abril/2024 Junho/2024 Agosto/2024 Outubro/2024
Gerir os recursos oriundos do PDAF, PDDE e verbas parlamentares para suprir as necessidades administrativas, físicas e pedagógicas da comunidade CED 01.	- Reunião para definição de prioridades. - Construção de atas de prioridade. - Participação de pelo menos um membro do Conselho Escolar no Conselho de classe.	10.13	Equipe gestora Conselho Escolar Assembleia Escolar	Abril/2024 Junho/2024 Agosto/2024 Outubro/2024
Realizar avaliações e deliberar soluções.	- Reuniões periódicas com todos os profissionais responsáveis pela EJA nas prisões (comunidade educativa CED 01 de Brasília) de forma a construir estratégias para melhor atender aos estudantes. - Realizar relatório com as dificuldades dos estudantes e em casos específicos.	10.7 10.12 10.13 10.18 10.19 10.22	Equipe gestora Conselho Escolar Assembleia Escolar	Abril/2024 Junho/2024 Agosto/2024 Outubro/2024

14.2 Coordenação pedagógica

As coordenações pedagógicas coletivas do CED 01 de Brasília acontecem na sede do CED1 de Brasília e nas unidades prisionais (quando houver necessidade). As coordenações são divididas em reuniões gerais, com atividades administrativas e pedagógicas.

Membros que compõem a equipe pedagógica:

- **Telma Cristiane de Almeida** - Diretora
- **Vanessa Martins Farias Alves Bomfim** - Vice-Diretora
- **Elisangela Caldas Braga Cavalcante** - Supervisora
- **Genilde Lima Vieira** - Supervisora
- **Leonardo Henrique de Jesus da Silva** - Supervisor
- **Ricardo Goncalves Barbosa** - Supervisor
- **João Beneilson Maia Gatinho** - Coordenador 2º segmento
- **Joao Timotheo Maciel Porto** - Coordenador 3º segmento
- **Thais Romanelli Leite** – coordenadora 1º segmento

Além disso, são realizadas coordenações com os pares (professores P1, P2 e P3) no primeiro segmento e por componente curricular no caso do segundo e terceiro segmentos. O professor tem um dia de coordenação que é realizado fora do ambiente escolar conforme o que consta na PORTARIA Nº 1.273, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023:

Art. 47. Para os Professores que atuam com 40 horas semanais, no regime de 20 mais 20 horas semanais, ou com 20 horas semanais, nos turnos matutino, vespertino ou noturno, em regência de classe na **EJA 1º Segmento Presencial**, nos anos iniciais Ensino Fundamental, nas UEs/UEEs que ofertam Educação Profissional e Tecnológica, nas UEs/UEEs que ofertam Educação Integral - Ampliação Progressiva de Tempo (9h Parcial) e, excepcionalmente, nas UEs que ofertam NEM e para os demais servidores em atendimento, a coordenação pedagógica dar-se-á em 8 horas semanais, no respectivo turno, sendo:

I - 1 dia da semana destinado à coordenação pedagógica individual ou coletiva, presencialmente, na UE/UEE ou à formação continuada;

II - 1 dia da semana destinado à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

Na PFBra as coordenações ocorrem de acordo com o Art. 10 da PORTARIA Nº 1.273, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023:

Art. 10. A atuação dos Professores em regência de classe na EJA na Educação no Sistema Prisional na Penitenciária Federal em Brasília (PFBRA) deverá observar

as Diretrizes Operacionais da EJA e cumprir a carga horária de 40 horas semanais, no regime de 20 mais 20 horas, com 12 horas semanais de regência e 8 horas semanais de Coordenação Pedagógica, por turno.

Para o 2º e 3º segmentos, as coordenações acontecem conforme previsto nas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos de acordo com a PORTARIA Nº 1.273, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023:

Art. 46. Para os Professores em regência de classe que atuam com 40 horas semanais, no regime de 20 mais 20 horas, ou com 20 horas semanais nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, **na EJA 2º e 3º Segmentos (Presencial ou em Cursos a Distância)** e nos Nuens das UIs, a coordenação pedagógica dar-se-á em 8 horas semanais, no respectivo turno, sendo:

I - 1 dia destinado à coordenação pedagógica por área de conhecimento, presencialmente:

a) terça-feira: área de Ciências da Natureza e de Matemática;

b) quinta-feira: área de Linguagens;

c) sexta-feira: área de Ciências Humanas e, quando houver, Ensino Religioso.

II - 1 dia destinado à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

Além disso, as coordenações podem ser realizadas fora do espaço escolar, visto que a UE não tem espaço físico que abarque o quantitativo de professores de acordo com a PORTARIA Nº 1.273, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023:

Parágrafo único. Somente a critério e com autorização da Subeb, da Subin e da Unieb/CRE, havendo necessidade de ação e/ou formação em rede, as coordenações pedagógicas presenciais na UE/UEE/ENE poderão ser realizadas fora do ambiente escolar ou por meio de plataformas on-line, de forma remota, desde que no mesmo horário de coordenação.

São dispensados da coordenação pedagógica por segmento e área de conhecimento os docentes que estiverem realizando cursos de pós graduação (mestrado/ doutorado) e em cursos de formação continuada de acordo com a portaria.

Objetivos da coordenação pedagógica:

- Contribuir para a construção da identidade institucional e pedagógica;
- Pensar, coletivamente, em estratégias para melhorar o processo ensino-aprendizagem;
- Monitorar, acompanhar e encaminhar casos específicos de estudantes nas unidades;
- Pensar e planejar as atividades coletivas de acordo com as dificuldades encontradas em sala de aula.
- Manter a unidade nas ações.
- Realizar estudos que possam nortear a condução e a resolução de situações problemas que ocorrem durante o processo de ensino-aprendizagem.
- Incentivar e promover iniciativas para humanizar os espaços da escola.
- Promover a formação continuada.
- Realizar a avaliação institucional com a comunidade semestralmente.

- Acompanhar, registrar e analisar os resultados do conselho de classe com a finalidade de propor intervenções e melhorar o processo de ensino aprendizagem.

A equipe pedagógica do CED 01 planeja ações coletivas que norteiam o trabalho no semestre letivo buscando valorizar a equipe docente numa construção coletiva, buscando promover uma educação de qualidade aos estudantes. Desta maneira, o planejamento das coordenações tem como norteadoras três dimensões: o cuidado e valorização do servidor, a formação continuada e construção de práticas pedagógicas inovadoras e motivadoras.

Pensando em promover ações que visam ao cuidado do servidor com sua saúde, são convidados para as coordenações profissionais que possam estimular o professor a cuidar de si mesmo. Entre os profissionais que nos auxiliam nesse trabalho estão: educadores, nutricionistas, fonoaudiólogos, médicos, professores de educação física e psicólogos.

A formação continuada, é, também, constantemente estimulada, por isso, no início do semestre, são planejados cursos, seminários, palestras, em parceria com a SEEDF, EAPE, UnB, Sinpro, entre outros colaboradores, de forma que, o nosso professor tenha a possibilidade de estar durante todo o semestre, refletindo sobre sua prática pedagógica.

Além disso, pensamos em atividades que estimulem projetos/ações com temas relevantes para a comunidade educativa e que favoreçam o aprendizado, tais como:

- Valorização da figura feminina, análise sobre machismo e feminismo em nossa sociedade, violência contra a mulher em diversos espaços sociais.
- Direitos Humanos para refletirmos sobre os direitos dos nossos estudantes, bem como os nossos direitos no ambiente prisional.
- Inteligência emocional e funcional – com um trabalho voltado para as relações interpessoais com palestras sobre inteligência emocional, funcional e comunicação assertiva para professores e estudantes.
- Comunicação não Violenta buscando analisar como estamos nos comunicando no dia a dia.
- Discriminação e preconceito buscando refletir sobre racismo na sociedade e a naturalização dos processos de marginalização nos meios sociais.

Segundo o Regimento da SEDF são atribuições do coordenador pedagógico:

Art. 120. São atribuições do Coordenador Pedagógico:

I - elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Coordenação Pedagógica na unidade escolar;

II - participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar;

III - orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular;

IV - articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática;

V - divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF;

VI - estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;

VII - divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito da unidade escolar;

VIII - colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho escolar.

PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA 1º e 2º SEMESTRES DE 2024				
OBJETIVO	AÇÕES	ESTRATEGIAS DO PDE	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Construir uma identidade institucional e pedagógica.	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras sobre EJA nas prisões, gênero, raça, etnias e preconceitos; - Realização da avaliação institucional. - Revisão e acompanhamento do PPP. - Construção do plano de ação da coordenação pedagógica. - Acompanhamento pedagógico nas unidades prisionais. - Participação nas atividades pedagógicas coletivas das unidades prisionais. - Reuniões periódicas da equipe pedagógica. 	10.2 10.15 10.17	Equipe pedagógica: gestoras, supervisores, coordenadores e professores.	<p align="center">Semana Pedagógica 07/02 a 09/02 15/02, 16/02 Reuniões pedagógicas coletivas.</p>
Propiciar a construção de estratégias para melhorar o processo de ensino aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião pedagógica coletiva, por pares, por segmento, por componente curricular. - Estudo das Diretrizes Operacionais da EJA. - Formação sobre escrituração do trabalho pedagógico (i-educar). - Estudo sobre o Currículo em Movimento. - Estudo sobre avaliação e conselho de classe. - Participação das formações pedagógicas. - Construção de avaliações diagnósticas e formativas para acompanhamento das aprendizagens, com vistas à adaptação curricular. - Construção da matriz de conteúdos significativos por segmento/área/componente curricular. - Formação sobre a utilização da sala virtual, adaptação curricular, dentre outras. - Construção das salas virtuais de coordenação pedagógica. 	10.12 10.18 10.19 10.22	<p>Equipe pedagógica: gestoras, supervisores, coordenadores e professores. Secretaria Escolar</p> <p>EAPE, UNIEB, UnB, SINPRO, entre outros.</p>	<p align="center">Reuniões pedagógicas coletivas</p> <p align="center">Conforme calendário da CRE/UNIEB, percurso formativos da EAPE, Semana pedagógica do Sinpro.</p>
Acompanhar casos específicos das unidades e estudantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião nas unidades prisionais com supervisores, coordenadores de segmento, coordenadores locais e/ou chefes dos NUENs, com intuito de acompanhar as atividades pedagógicas, bem como mediar possíveis conflitos. 	10.7 10.13	Equipe gestora; Equipe pedagógica; Coordenadores Pedagógicos locais;	Sempre que se fizer necessário.

	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do Conselho de classe. - Acompanhamento e análise dos resultados do conselho de classe com a finalidade de propor intervenções e melhorar o processo de ensino aprendizagem. 		Professores	1º, 2º e 3º Segmento - Duas vezes no semestre
Planejar e organizar as atividades coletivas.	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião pedagógica coletiva para planejamento das atividades: - Abertura do semestre; - Semana de Educação para a vida - Semana da EJA - OBMEP; - Encerramento do semestre nas unidades - Cerimônia de formaturas - confraternizações (Dias das mães, festa junina, dia dos pais, dia dos professores, encerramento letivo) - Dia Internacional da Mulher (PFDF) - Dia do Estudante - Dia da consciência negra - Fest'Art 	10.12	Equipe pedagógica 1º, 2º e 3º segmentos Equipe gestora; Coordenadores pedagógicos locais;	Decorrer dos semestres letivos
Realizar avaliação institucional com a comunidade educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Construir formulário coletivo e de autoavaliação - Aplicar a avaliação - Compilar os dados - Apresentar resultados para a comunidade escolar - Traçar estratégias com base nos dados obtidos 		1º, 2º e 3º segmentos Equipe gestora; Equipe de coordenação pedagógica Estudantes	Uma vez por ano.
Ampliar a oferta de EJA nas prisões, implementando a EaD.	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição do grupo de trabalho (dois membros da gestão e um coordenador pedagógico). - Comissão para implantação de oferta de EJA na modalidade EaD nas prisões. - Visita técnica ao Maranhão. - Escrita do plano de ação para implementação da proposta piloto. 	10.4 10.21	Dieja CRE PP Equipe Gestora Equipe de coordenação pedagógica.	Abril/2024 05 a 08 de maio Maio/junho 2024 2º semestre 2024

14.3 Serviço de Orientação Escolar (SOE):



Shivânio R. de Oliveira – PDFI

O serviço de orientação escolar do CED 01 de Brasília desempenha um papel significativo na promoção do bem-estar acadêmico, emocional e social dos estudantes em privação de liberdade. Composto por profissionais qualificados, os orientadores educacionais juntamente com os assistentes sociais de cada unidade prisional, fornecem suporte aos estudantes no processo educacional ao longo do cumprimento de pena nas unidades prisionais do DF.

Membros da equipe de SOE:

Antônio Carlos Trindade Xavier – Orientador Educacional PDF1/PDF2/CIR

Elvane Rocha Morato De Oliveira - Orientadora Educacional CDP1/CDP2/PFDF/CPP

As funções do serviço de orientação escolar abrangem diversas áreas:

- **Apoio Acadêmico e Administrativo:** oferecem orientação individualizada e coletiva aos estudantes para desenvolver habilidades de estudo, métodos de organização e técnicas de gerenciamento do tempo. Além disso, ajudam a coordenação pedagógica e os professores na elaboração de estudo de caso quando necessário. Os orientadores educacionais também encaminham aos assistentes sociais as necessidades de contato com os familiares de forma a conseguir as documentações necessárias para efetivação da matrícula escolar e certificação.

- **Aconselhamento Individualizado:** constroem um espaço confidencial para os estudantes da EJA nas prisões discutirem questões acadêmicas, emocionais ou sociais. Através de sessões de aconselhamento individual, ajudam os estudantes a identificar e resolver problemas que possam estar impactando seu desempenho e bem-estar. Auxiliam os estudantes na exploração de suas aptidões, interesses e valores, orientando-os na tomada de decisões informadas sobre os processos de reinserção social durante e depois do cumprimento de pena. Além disso, eles fornecem informações detalhadas sobre diversas opções profissionais, programas de educação e oportunidades de treinamento. Nossos orientadores, também, fazem os encaminhamentos junto ao chefe de Nuen, Geait em casos que outros fatores estão dificultando o processo de aprendizagem de forma a traçar estratégias conjuntas para o enfrentamento dessas dificuldades.
- **Mediação de Conflitos:** mediam a resolução de conflitos entre estudantes, professores e equipe de Nuen. Utilizando técnicas de mediação, facilitam a comunicação e promovem a resolução pacífica de conflitos, contribuindo para um ambiente escolar seguro e harmonioso.
- **Intervenção em Situações de Crise:** em situações de emergência ou crises, como bullying, abuso, trauma ou questões de saúde mental. Oferecem suporte imediato e encaminhamento para serviços especializados de saúde mental ou assistência social quando necessário.

O serviço de orientação escolar do CED 01 de Brasília desempenha uma função essencial na promoção de um ambiente educacional saudável e inclusivo dentro das prisões do DF, em que os estudantes privados de liberdade têm acesso à mediação necessária para que possam desenvolver o processo de socialização e reinserção social. Por meio de uma abordagem abrangente e individualizada, os orientadores escolares contribuem significativamente para o sucesso acadêmico e pessoal dos nossos estudantes, preparando-os para os desafios e oportunidades futuras.

Os projetos apresentados pelos orientadores educacionais estão no apêndice 11.

14.4 Professores readaptados ou com restrição de regência de classe:

Membros dessa equipe:

- **Adriana Pires Correa** – Projeto de leitura PDFII
- **Carlos Magno Francisco** – auxiliar de coordenação sede/complexo papuda
- **Everaldo Antonio De Jesus** - auxiliar de coordenação CPP

14.3.1 - Professor readaptado/restrição incentivador de leitura:

Contamos com professores efetivos que desempenham funções que auxiliam o processo de ensino e aprendizagem nas unidades prisionais do DF de forma a otimizar as ações pedagógicas na UE. Nossos professores readaptados, atualmente, realizam atividades de incentivo à leitura e apoio às coordenações pedagógicas. O papel do professor incentivador da leitura no CED 01 de Brasília é fundamental para promover o gosto pela leitura entre os estudantes de forma a desenvolver habilidades de compreensão e análise crítica. Esse professor desempenha um papel crucial na formação de leitores ávidos, capazes de explorar o mundo por meio dos livros e adquirir conhecimento de forma autônoma e prazerosa.

O professor readaptado, incentivador de leitura tem como atividades:

- **Captação de livros para o acervo:** (de acordo com a sua readaptação) realizam campanhas de arrecadação de obras para realizar empréstimo aos estudantes.
- **Seleção de livros apropriados:** (de acordo com a sua readaptação) incentivam a leitura identificando livros e materiais de leitura adequados ao nível de desenvolvimento e interesse dos estudantes, levando em consideração sua diversidade cultural, social e emocional.
- **Criação de ambientes de leitura acolhedores:** (de acordo com a sua readaptação) organizam espaços de leitura atraentes e acolhedores na sala de aula e na biblioteca escolar, incentivando os estudantes a explorarem diferentes gêneros e estilos literários.
- **Estímulo à participação em rodas de leitura e atividades literárias:** (de acordo com a sua readaptação) promovem a criação de clubes de leitura e grupos de discussão literária, onde os estudantes podem compartilhar suas experiências de leitura, trocar recomendações e explorar temas relevantes.
- **Mediação de conversas sobre livros:** (de acordo com a sua readaptação) mediam as discussões em sala de aula sobre os livros lidos, ajudando os estudantes a compreenderem os temas, personagens e mensagens transmitidas pela obra, e incentivando a expressão de opiniões e interpretações individuais.
- **Desenvolvimento de projetos de leitura criativa:** (de acordo com a sua readaptação) promovem projetos de leitura criativa, como produção de resenhas, dramatizações de trechos de livros, criação de histórias, saraus e apresentações para as atividades coletivas.
- **Incentivo à leitura nos dias de visita:** nossos professores readaptados envolvem os estudantes em atividades de leitura aos seus filhos e filhas no dia de visita promovendo o incentivo à leitura, articulando eventos de leitura aos familiares nos dias de visita.

Em resumo, os professores readaptados, são incentivadores da leitura e estimulam o desenvolvimento da cultura de leitura na UE. Ao criar um ambiente estimulante e oferecer oportunidades significativas de envolvimento com a leitura, esses professores contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para uma vida de aprendizado contínuo e enriquecedor.

14.3.2 - Professor readaptado, apoio à coordenação pedagógica

O professor de apoio à coordenação pedagógica do CED 01 de Brasília é de extrema importância para o desenvolvimento e aprimoramento das práticas educacionais, bem como para o alcance dos objetivos institucionais estabelecidos. Estes profissionais desempenham uma função crucial no suporte à equipe de coordenação pedagógica, contribuindo para a implementação eficaz das políticas educacionais e a excelência acadêmica.

O professor readaptado, apoio à coordenação pedagógica tem como atividades:

- **Avaliação e monitoramento do desempenho escolar:** colaboram ativamente na avaliação institucional além de ajudar a monitorar o desempenho acadêmico dos estudantes, utilizando dados e indicadores para identificar áreas de aprimoramento e implementar estratégias de intervenção pedagógica eficazes.
- **Mediação de conflitos e dificuldades de aprendizagem:** exercem papel de mediadores em situações que envolvem conflitos ou dificuldades de aprendizagem, fornecendo suporte aos coordenadores na identificação de soluções e na promoção de um ambiente escolar harmonioso e propício ao aprendizado.
- **Promoção de práticas pedagógicas inovadoras:** estimulam a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e o uso de tecnologias educacionais, visando enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, bem como torná-lo mais dinâmico e engajador para os estudantes.
- **Participação em projetos e comissões escolares:** contribuem ativamente para o desenvolvimento e implementação de projetos e comissões escolares, colaborando com iniciativas que visam à melhoria contínua da qualidade educacional da instituição.

Os projetos apresentados pelos professores readaptados e/ou restrição de regência de classe estão no apêndice 13 e 14.

14.5 Equipe da Política de Remição de pena pela leitura



Itamar Carneiro Borges - PDFI

Na SEEDF, além da escolarização formal (modalidade Educação de Jovens e Adultos) das pessoas privadas de liberdade de todas as unidades prisionais do DF, a operacionalização da remição por leitura é também incumbência do Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01 de Brasília). As atribuições da instituição incluem a execução dos processos, das estratégias e das atividades que envolvem o desenvolvimento da remição pela leitura, bem como a responsabilidade pela lotação dos professores que atuam na política.

Após quatro anos da implementação do Projeto de Remição de Pena pela Leitura nos estabelecimentos penais do Distrito Federal, com vistas à remição de pena e à ressocialização de pessoas privadas de liberdade, foi publicada a Portaria Conjunta nº 11/2022 – SEEDF/SEAPE-DF/P MDF/PCDF, de 28 de setembro de 2022, que estabeleceu os termos da cooperação mútua entre seus partícipes, tornando política pública essa atividade educacional complementar de fomento à leitura.

A Política de Remição de Pena pela Leitura, que tem como objetivo propiciar à pessoa privada de liberdade acesso à cultura, à informação e ao conhecimento por meio de práticas de leitura e escrita, é desenvolvida nos sete estabelecimentos penais do sistema penitenciário do Distrito Federal: Penitenciária do Distrito

Federal I (PDF I); Penitenciária do Distrito Federal II (PDF II); Centro de Detenção Provisória I (CDP I); Centro de Detenção Provisória II (CDP II); Centro de Internamento e Reeducação (CIR); Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) e Centro de Progressão Penitenciária (CPP). Também são atendidas pessoas do Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal (NCPM/19º BPM). Também há a previsão de atendimento na Divisão de Controle e Custódia de Presos (DCCP/Polícia Civil) caso haja demanda.

Além dessas unidades, por meio de portaria e plano de trabalho específico, a equipe de professores validadores da política ainda realiza as validações das resenhas produzidas pelas pessoas recolhidas na Penitenciária Federal de Brasília (PFBra).

Cada estabelecimento conta com um professor mediador que atua exclusivamente na condução das atividades, as quais incluem, entre outras ações, divulgação da política às pessoas privadas de liberdade, empréstimo das obras, acompanhamento do processo de aplicação das verificações de leitura.

A participação dos leitores ocorre de forma voluntária, e a seleção, já que há um número limitado de vagas, segue critérios estabelecidos pelas direções das unidades prisionais. Os participantes recebem os livros nas celas. O prazo para efetuar a leitura é de 21 a 30 dias. Após isso, realizam a verificação presencial, produzindo um relatório que irá atestar a leitura da obra.

O texto produzido pelo participante é submetido à validação, realizada pela equipe de professores validadores, de acordo com critérios relacionados às características do gênero em questão. Em seguida, os mediadores, a coordenação e a supervisão elaboram os documentos comprobatórios de remição e encaminham aos estabelecimentos penais as declarações individuais, as quais contêm as menções “habilitado” ou “não habilitado”, bem como as atas de aplicação. Por sua vez, as unidades enviam os documentos dos participantes habilitados à Vara de Execuções Penais para que, após apreciação do juiz, seja homologada a remição de quatro dias.

O acervo bibliográfico utilizado ao longo dos anos foi selecionado por professores de Língua Portuguesa e pedagogos do corpo docente do CED 01 de Brasília, bem como por professores que atuam na gestão central, todos da SEEDF, e homologado pela juíza titular da VEP/DF. A seleção das obras considerou diferentes níveis de escolaridade: 1. Ensino Fundamental incompleto; 2. Ensino Fundamental completo; 3. Ensino Médio completo ou incompleto e 4. Ensino Superior (completo ou incompleto) e Pós-Graduação.

Ao longo de quase seis anos de atividades, a remição pela leitura vem se consolidando a cada ciclo realizado, com resultados positivos, e representa um marco no fomento à leitura e à ressocialização de pessoas privadas de liberdade. No que tange à garantia do direito à remição de pena, objetivos estão sendo alcançados, já que, apenas em 2023, mais de 14.000 produções textuais foram aprovadas para remição.

Dos pontos de vista educacional e social, observa-se, também, que a política tem grande potencial e se constitui uma ação bem sucedida. É possível identificar um número expressivo de participantes que desperta para o prazer da leitura e usufrui de seus benefícios. Muitos, inclusive, vivenciando a experiência pela primeira vez e reconhecendo, nas obras lidas, mensagens que levam a reflexões sobre suas vidas e suas ações.

Desse modo, por meio da remição pela leitura, pessoas privadas de liberdade, que, em sua maioria, têm suas vidas marcadas pela baixa escolarização, são beneficiadas pelo contato com o universo da leitura, ao qual não tiveram acesso, e podem usufruir desse instrumento de forte papel formador.

Assim sendo, fica evidente a relevância que essa política assume por proporcionar a seus participantes proximidade com bens culturais produzidos pela sociedade, o que é um direito de todo cidadão.

Por esse motivo, faz-se necessário que sejam desenvolvidas ações para a continuidade e ampliação dessa política. Isso se justifica, pois ele demonstra ser uma alternativa viável e necessária no sistema penitenciário do Distrito Federal, tendo em vista a possibilidade de envolver grande número de pessoas em uma atividade educacional, as quais não podem ser atendidas na educação formal em virtude da insuficiência de vagas.

Dessa maneira, considerando que a política não possui recursos próprios para a sua manutenção, há grande necessidade de verbas para a recomposição do acervo bibliográfico, que, após mais de cinco anos, encontra-se reduzido devido às perdas provocadas pelo tempo de uso. Em vista disso, para dar prosseguimento às ações e atender adequadamente leitores de diferentes níveis de escolaridade, a equipe da remição pela leitura precisa de uma quantidade significativa de obras literárias. Outrossim, há a carência de materiais e equipamentos para a operacionalização das ações, entre eles computadores, impressoras e scanners.

14.4.1 - Supervisor e Coordenador da Política de Pena pela leitura: “Ler Liberta”

Membros que compõem:

- **Patrícia de Carvalho Galieta** – Supervisora
 - **Marcos Trindade Lima** – coordenador
-
- Promover a articulação das ações e a comunicação entre professores mediadores, professores validadores, gestores do CED 01 de Brasília e o Comitê Gestor;
 - Acompanhar e analisar o desenvolvimento das ações da política de remição de pena pela leitura nos estabelecimentos penais, comunicando aos gestores do CED 01 de Brasília e ao Comitê Gestor qualquer fato que caracterize descumprimento das normativas vigentes;
 - Auxiliar os professores validadores, com orientações e suporte pedagógico, no processo de análise das validações, bem como na elaboração dos critérios de verificação;

- Elaborar cronograma para o desenvolvimento das atividades nos estabelecimentos penais em conjunto com os professores mediadores, de acordo com o Calendário Escolar da SEEDF;
- Produzir relatório de ações semestral sobre o acompanhamento e o desenvolvimento das ações e atividades previstas nos termos das normativas vigentes, a partir dos dados informados nos relatórios de ações trimestrais elaborados pelos professores mediadores que atuam nos estabelecimentos penais;
- Analisar e propor a reformulação das ações e normativas, visando à atualização, à ampliação e à adequação, a partir da realidade dos participantes;
- Propor e organizar junto aos Nuens, ao NCPM e à DCCP cursos de formação inicial e continuada para os professores mediadores, professores validadores e servidores dos Nuens, do NCPM e da DCCP;
- Elaborar documentos e correspondências necessários ao acompanhamento da política;
- Catalogar as obras literárias, em conjunto com os professores mediadores, conforme o nível de escolaridade dos leitores participantes da política de remição de pena pela leitura;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades da política de remição de pena pela leitura e aplicar as verificações de leitura no NCPM e na DCCP;
- Emitir as declarações comprobatórias de remição do NCPM e da DCCP, no prazo máximo de 7 dias, a partir do recebimento da relação com os resultados das validações de leitura;
- Verificar com os professores mediadores, mensalmente, as perdas do acervo bibliográfico;
- Homologar, a cada ciclo, os relatórios de leitura, atas de aplicação dos relatórios de leitura e listas de presença digitalizados, enviados pelos professores mediadores;
- Receber, a cada ciclo, os originais dos relatórios de leitura, atas de aplicação dos relatórios de leitura e listas de presença entregues pelos professores mediadores, para fins de arquivamento no CED 01 de Brasília;
- Disponibilizar os relatórios de leitura aos professores validadores para análise;
- Elaborar, após análise dos textos, relação com resultados das validações e encaminhá-la aos professores mediadores;
- Conferir as declarações comprobatórias de remição emitidas pelos professores mediadores, restituí-las para ajustes se verificadas divergências de informações e encaminhá-las aos gestores do CED 01 de Brasília para assinatura;

- Providenciar cópia das atas de aplicação dos relatórios de leitura para cada participante que obteve o relatório validado, a ser entregue juntamente com as declarações comprobatórias de remição;
- Manter, sob rigoroso sigilo, os relatórios de leitura, bem como documentos e registros relativos à política de remição de pena pela leitura;
- Cumprir as normas de procedimentos e medidas de segurança no desempenho de suas funções;
- Executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação, atinentes à política de remição de pena pela leitura.

14.4.2 - Professor Mediador

Membros que compõem a equipe de mediadores:

- Aline Trindade Batista – mediadora PDF1
- Maria De Fátima Nunes Araújo – mediadora CIR
- Maria Sonia Vieira Lira – mediadora CDP2
- Miguel Angelo Moreira – mediadora PDF2
- Ana Cristina de Castro – mediadora CDP1
- Pedro Henrique Elias De Albuquerque – mediadora PPDF
- Ana Cristina Rodrigues Lima Sousa – mediadora CPP
- Organizar a biblioteca para o acondicionamento das obras literárias e monitorar a situação do acervo bibliográfico, com vistas à manutenção, à atualização e à ampliação dos quantitativos de títulos e exemplares, comunicando ao coordenador ou ao supervisor as necessidades identificadas;
- Organizar e acompanhar a restauração das obras literárias que sofrerem avarias ou desgaste pelo uso;
- Providenciar impressão de materiais: formulário de requerimento de adesão para serem disponibilizados aos leitores, recibo de empréstimos para o participante assinar no ato do recebimento da obra, bem como dos materiais necessários à aplicação das validações de leitura;
- Acompanhar a realização das inscrições dos leitores, observando os prazos estabelecidos para a realização dos ciclos de leitura, e registrar em planilha, a cada ciclo, as inscrições dos participantes;
- Organizar e separar as obras a serem distribuídas aos inscritos, observando a classificação dos títulos para o nível de escolaridade correspondente e o histórico de obras lidas pelos participantes, bem como supervisionar a distribuição das obras, que será realizada por pessoas privadas de liberdade classificadas para auxiliar nas atividades de empréstimo;
- Planejar, organizar e realizar oficinas de leitura e escrita junto aos participantes;

- Definir e organizar, junto com o Nuen, dia, horário e logística necessária à realização das verificações de leitura;
- Solicitar à coordenação, com antecedência, a necessidade de participação dos professores da equipe do CED 01 de Brasília para auxiliar na aplicação das verificações de leitura;
- Acompanhar, no dia da verificação de leitura, a chegada e a acomodação dos leitores no local definido para tal, assim como dar a eles orientações gerais para a realização da verificação de leitura, evitando plágios, fraudes e outros tipos de crimes de conteúdo intelectual;
- Elaborar lista de presença e ata de aplicação da verificação de leitura;
- Aplicar a verificação de leitura, acompanhar a assinatura da lista de presença pelos participantes, e recolher a verificação ao término dessa ação;
- Digitalizar, a cada ciclo, os originais dos relatórios aplicados, atas de aplicação dos relatórios de leitura e listas de presença, devidamente conferidos e entregar, em até 2 (dois) dias úteis após a data da aplicação das verificações, ao coordenador ou ao supervisor;
- Organizar todos os dados referentes à remição de pena pela leitura no estabelecimento penal e responsabilizar-se pela gestão desses dados;
- Atualizar Manual de Orientações do Participante e dos critérios de análise das produções textuais, sempre que necessário;
- Elaborar e encaminhar, trimestralmente, relatório das ações e atividades desenvolvidas, com análise qualitativa e quantitativa, conforme modelo disponibilizado pelo coordenador ou pelo supervisor;
- Informar aos participantes, juntamente com o Nuen, os resultados das validações de leitura, apresentando lhes as devolutivas elaboradas pelos professores validadores;
- Emitir as declarações comprobatórias de remição, a partir da relação com resultados das validações, e encaminhar as referidas declarações ao coordenador ou ao supervisor no prazo máximo de 7 (sete) dias, a partir do recebimento da relação com os resultados;
- Manter, sob rigoroso sigilo, os relatórios de leitura, bem como documentos e registros relativos à política de remição de pena pela leitura;
- Sempre que necessário, o professor mediador deverá analisar os relatórios de leitura dos participantes da política de remição de pena dos estabelecimentos penais diferentes daquele em que atua, para fins de validação;
- Atuar em qualquer um dos estabelecimentos penais, quando necessário;

- Incumbir-se das atribuições do coordenador juntamente com os demais professores mediadores nos afastamentos legais daquele, de modo que ocorra distribuição das responsabilidades e não gere prejuízo ao andamento da política de remição de pena pela leitura;
- Cumprir as normas de procedimentos e medidas de segurança no desempenho de suas funções; e executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação, referentes à política de remição de pena pela leitura.

14.4.3 - Professor Validador

Membros que compõem a equipe de validadores:

- Ana Cláudia Souza
 - Ana Nery Paiva Oliveira
 - Cinthia Cristina Azevedo De Paula
 - Gilmar Felix Goncalves
 - Kênia Mutran Costa Do Nascimento
 - Laurita Borges Dos Santos
 - Lucimar Pinheiro Da Silva Sampaio
 - Maria Jucileide Alves De Melo
 - Semira Castro Almeida
 - Sonia Maria De Souza
-
- Analisar, no mínimo, a cota de 500 (quinhentos) textos (relatórios de leitura) por mês, independentemente do número de vagas disponibilizadas a cada ciclo de leitura;
 - Ler, obrigatoriamente, todas as obras que compõem o acervo bibliográfico;
 - Elaborar, a partir do planejamento com os professores mediadores e com o coordenador e o supervisor, os critérios de verificação para cada obra;
 - Realizar, quando necessário, a partir do planejamento com os professores mediadores e com o coordenador e o supervisor, a reelaboração dos critérios de verificação das produções textuais;
 - Atualizar, conjuntamente com os professores mediadores e com o coordenador, o manual de orientações do participante;
 - Validar o relatório de leitura produzido pelos participantes, de acordo com os critérios de verificação, no prazo máximo de 15 dias a partir da disponibilização dos textos;

- Elaborar devolutivas individuais sobre o resultado dos relatórios de leitura, a fim de informar e orientar o participante em relação ao seu desempenho na produção textua
- Realizar o preenchimento das informações referentes ao resultado obtido pelo participante, em planilha ou documento específico designado para tal fim, conforme os critérios de verificação previstos, no prazo máximo de 15 dias;
- Emitir parecer, em caso de recurso interposto contra o resultado obtido, no prazo de 15 dias, e encaminhar ao coordenador;
- Manter, sob rigoroso sigilo, os relatórios de leitura, bem como todos os documentos e registros relativos à política de remição de pena pela leitura; e executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação, referentes à política de remição de pena pela leitura.

15. CED1 EaD – PFBra

O CED 01 de Brasília é a escola destinada a oferta de educação na Penitenciária Federal. A oferta acontece a partir de um termo de cooperação entre o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e a Secretaria de educação de acordo com o plano de trabalho que consta no Processo SEI nº 00080-00057675/2017-99, nº 59855512.

Compõe esta equipe:

- Valdiceli de Araujo Rocha – Supervisora
- Hugo Alberto Goncalves Delmondes – Coordenador Pedagógico
- Lorena Machado De Lima – Códigos e Linguagens
- Suzana Fernandes De Souza – Matemática
- Juliana Pereira De Lima – Projetos
- Alexandre Depireux Salles – Ciências Humanas
- Marina Ribeiro Da Costa – Ciências da Natureza
- Ávila de Casio Gonçalves – Pedagogo PFBra – Mediação da Política de Pena pela Leitura: “Ler Liberta”.
-

Objetivo: Ofertar educação através da modalidade presencial na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o 1º segmento, na forma EJA Combinada, e através da modalidade a distância para o 2º e 3º segmentos, denominada EJA EaD para pessoas privados de liberdade que estão sob custódia na Penitenciária Federal em Brasília/DF. Além disso, o CED 01 de Brasília oferecerá tutoria presencial, buscando esclarecer dúvidas sobre as atividades educacionais, bem como realizará a correção das resenhas produzidas no âmbito do Projeto de Remição pela Leitura.

PLANO DE AÇÃO DA PFBra 1º e 2º SEMESTRES DE 2024

OBJETIVO	AÇÕES	ESTRATEGIAS DO PDE	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Planejar, organizar e executar a logística para a assistência educacional às pessoas privadas de liberdade custodiadas na Penitenciária Federal em Brasília/DF;	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de diagnóstico das necessidades educacionais dos alunos: nível de escolaridade; interesses, habilidades, dificuldades de aprendizagem. - Definição dos projetos, dos cursos ou das oficinas de acordo com o diagnóstico; - Criação do cronograma das atividades para cada módulo, atendimentos presenciais, estudos individuais e avaliações; - Avaliação e promoção da adequação curricular sempre que necessário. 	10.4	Equipe gestora CED 01 de Brasília. Supervisor PFBRA Coordenador PFBRA Professores PFBRA	Módulos letivos: I: 19/02 a 29/04; II: 30/04 a 10/07; III: 30/07 a 07/10 e IV: 08/10 a 20/12.
Aplicar e recolher as atividades educacionais, avaliações, estudos e tutoria presencial para tirar dúvidas dos estudantes custodiados na Penitenciária Federal em Brasília/DF;	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento e organização das atividades: elaboração das atividades de acordo com o nível de conhecimento dos alunos; utilizar diferentes metodologias de ensino, dentro de cada Área de Conhecimento. - Disponibilização das atividades em formato impresso; orientar os alunos na realização das atividades; prestar apoio individualizado aos alunos que precisarem e monitorar o andamento das atividades; - Definição dos prazos para a entrega das atividades; - Análise do desempenho dos alunos fornecer feedback com frequência sobre atividades realizadas. - Orientação dos alunos na resolução de dúvidas; - Disponibilização dos materiais didáticos adequado ao nível de conhecimento dos alunos: utilizar diferentes tipos de materiais, como livros, apostilas e vídeos, quando permitido. 	10.4	Equipe gestora CED 01 de Brasília. Supervisor PFBRA Coordenador PFBRA Professores PFBRA	Módulos letivos: I: 19/02 a 29/04; II: 30/04 a 10/07; III: 30/07 a 07/10 e IV: 08/10 a 20/12.
Participar da formação pedagógica continuada dos educadores;	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão e acompanhamento do PPP. - Formação continuada para readequação curricular e estudo sobre o professor tutor (mediador). - Formação continuada sobre metodologias de construção de material impresso 	10.17 10.18 10.19	Dieja/Gepri Equipe gestora CED 01 de Brasília. Supervisor PFBRA Coordenador PFBRA Professores PFBRA	As coordenações coletivas são realizadas as terças-feiras.

16. Secretaria Escolar:

A secretaria escolar desempenha diversas funções essenciais para o bom funcionamento da Unidade Escolar. Compõe esta equipe:

- Aline Aparecida Lourenço Gomes Campos
- Erasmo de Jesus Gomes de Assunção
- Márcia Flávia Neres de Souza
- Odehilde da Conceicao Moura Vieira
- Ranuzia Maria Pimentel Brandão

Algumas das principais funções desempenhadas pela secretaria incluem:

- **Matrículas e registros:** Registrar e manter atualizados os registros dos estudantes de cada uma das 7 Unidades do Complexo Penitenciário do DF no i-educar, educacenso, censo DF. incluindo matrículas, rendimento, movimentação, transferências, históricos escolares, entre outros documentos relacionados às pessoas privadas de liberdade e aos docentes dessa unidade. Registrar e manter atualizados os registros da Penitenciária Federal de Brasília (PFBra) de forma física, incluindo matrículas, rendimento, movimentação, transferências, históricos escolares, entre outros documentos.
- **Emissão de documentos:** Emitir declarações, históricos, certificados de conclusão da EJA, ENCCEJA e ENEM, entre outros, conforme solicitação das pessoas privadas de liberdade.
- **Atendimento ao público:** Realizar atendimento aos estudantes do CPP, egressos, responsáveis legais das pessoas privadas de liberdade, professores e outros membros da comunidade escolar, fornecendo informações sobre a solicitação de documentos escolares diversos, certificação na EJA e ENCCEJA, entre outros de acordo com a legislação vigente.
- **Arquivo e documentação:** Organizar e manter em ordem os arquivos e documentos da UE garantindo o acesso eficiente quando necessário.
- **Comunicação:** Estabelecer comunicação com a Secretaria de Educação, VEP, DPDF, MPDFT, NUENS para cumprir exigências legais e garantir o cumprimento de normas e regulamentos.
- **Gestão administrativa:** Auxiliar na gestão administrativa da escola, colaborando com as gestoras, supervisores, coordenadores da equipe na execução de atividades relacionadas à administração escolar.

- **Registro e avaliações:** Acompanhar o conselho de classe, registrar avaliações dos estudantes, garantindo a precisão e a confiabilidade dos registros acadêmicos.
- **Suporte:** Oferecer suporte aos professores, coordenadores e supervisores fornecendo informações sobre os registros escolares dos estudantes, a escrituração da UE, o i-educar, provas de classificação, atas de progressão, entre outros.

PLANO DE AÇÃO DA SECRETARIA ESCOLAR 1º/2º SEMESTRES DE 2024				
OBJETIVO	AÇÕES	ESTRATÉGIAS DO PDE	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Manter atualizados os registros dos estudantes de cada uma das 7 unidades prisionais no i-educar (no ativo e no passivo).</p> <p>Manter atualizados os registros dos estudantes da PFBra físico (no ativo e no passivo).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir com a equipe de cada unidade prisional (supervisor, coordenador, chefe de Nuens) para construir calendário de matrícula. - Ir as unidades prisionais para efetivação da matrícula junto aos estudantes. - Encaminhar aos orientadores e coordenadores pedagógicos os solicitantes de matrícula que não têm documentação comprobatória (histórico escolar) e precisam fazer as provas de classificação e reclassificação para correção de fluxo. - Emitir ata de progressão. - Entregar, as listas atualizadas das turmas aos coordenadores e supervisores. - Realizar movimentações e transferências dos estudantes no i-educar. - Registrar o passivo no i-educar. - Realizar mutirão de informatização de passivo. 	10.6	<p>Aline/Márcia (PPDF); Odehilde (CDP1/PDF1); Erasmó (PFBra/CPP/ CIR); Ranúzia (CDP2, PDF2);</p> <p>Supervisores.</p>	<p>Junho/Dezembro 2024;</p> <p>Na última semana de cada mês;</p> <p>Fevereiro e Agosto/2024 (no semestre de acordo com a necessidade);</p> <p>Após a realização e correção da avaliação de classificação e reclassificação;</p> <p>Na primeira quinzena de cada mês.</p> <p>Na última semana de cada mês;</p> <p>27 a 31 de maio.</p>
Garantir a emissão de declarações, históricos, certificados de conclusão da EJA, ENCCEJA e ENEM (até 2016), entre outros às pessoas privadas de liberdade.	<ul style="list-style-type: none"> - Emitir declaração e certificação dos exames educacionais ENEM (até 2016), ENCCEJA fundamental e médio e EJA. - Responder à VEP, DPDF, MPDFT processos que exija informações oriundas da secretaria escolar. - Emitir relatório dos estudantes que não possuem CPF. - Emitir relatório dos estudantes concluintes do 3º segmento sem documentação. 	10.7, 10.8	<p>Chefe de Secretaria</p> <p>Aline/Márcia (PPDF); Odehilde (CDP1/PDF1); Erasmó (PFBra/CPP/CIR) Ranúzia</p>	<p>Diariamente;</p> <p>Quinzenalmente (de acordo com a demanda);</p>

			(CDP2, PDF2); Colaboradores da Funap.	
Propiciar o atendimento aos estudantes, egressos, responsáveis legais das pessoas privadas de liberdade professores e outros membros da comunidade escolar, fornecendo informações.	Atender o público na sede da escola. Atender, bimestralmente, os estudantes nas Unidades Prisionais. Realizar, no primeiro semestre de 2024, curso de capacitação para o atendimento ao público junto aos colaboradores. Responder solicitação de informações e dados sobre a secretaria escolar.	10.15	Colaboradores da Funap; Secretários; Gestão; Supervisor;	Seg/Qua/Qui/Sex Na última semana de cada mês; Semestralmente; De acordo com a demanda.
Garantir a organização dos arquivos e dos documentos da UE permitindo o acesso eficiente quando necessário.	- Informatizar os registros de certificação da EJA no i-educar. - Informatizar os registros escolares dos estudantes (ativo e passivo) no i-educar. - Manter organizado os arquivos físicos da secretaria.		Chefe de secretaria; Secretários; Colaboradores da Funap;	Diariamente.
Apoiar a gestão administrativa da escola, colaborando com as gestoras, supervisores, coordenadores da equipe na execução de atividades relacionadas à administração escolar.	- Fazer a previsão de turmas para o 2º semestre de 2024. - Sugerir, anualmente, alterações na estratégia de matrícula. - Conferir a modulação junto às gestoras da UE. - Atualizar alocação dos docentes nas turmas no i-educar.	10.24	Secretário; Gestão, supervisão, coordenadores,	Maio/2024; Setembro/ 2024; Fevereiro/Agosto; Março/Setembro.
Garantir que o censo seja registrado nos sistemas oficiais a nível federal e distrital (educacenso e censo DF).	- Cumprir os prazos de registros de acordo com os calendários previstos (educacenso e censoDF). - Manter atualizado os dados dos estudantes, professores e infraestrutura escolar. - Viabilizar questionários de pesquisa dos docentes. - Tabular os dados dos questionários para informar à UNIPLAT.	-	Secretários (educacenso); Supervisor (censoDF);	Abril/Maio/2024;
Participar do conselho escolar.	- Disponibilizar as atas do Conselho Escolar. - Acompanhar o Conselho Escolar da Unidade prisional em que for responsável. - Registrar avaliações de classificação e reclassificação dos estudantes na ata do Conselho Escolar.	-	Aline/Márcia (PFDF) ; Odehilde (CDP1/PDF1) ; Erasmó (PFBra/ CPP/CIR) Ranúzia (CDP2, PDF2) ;	01/07/2024 a 07/07/2024.

17. Estratégias

Depois da avaliação diagnóstica e dos pré-conselhos de classes em conjunto, professores (as), coordenadores (as) e orientadores (as) coletaram informações sobre os alunos/turmas e planejaram ações que possam contribuir para a melhoria das aprendizagens dos alunos. Sendo assim foi feita a compilação das estratégias por eles apontadas na tentativa de orientar/uniformizar os procedimentos nas unidades. Em função das especificidades de cada unidade, tais estratégias podem ser modificadas, a critério do professor e das condições dos alunos atendidos.

1. Os orientadores (as) educacionais deverão fazer os atendimentos aos alunos, conforme indicado na ficha dos pré-conselhos;
2. Os coordenadores locais deverão conversar com aquelas turmas com demandas específicas (comportamentos diversos, falta de interesse, etc.) apontadas pelos professores;

Professores (as) do 1º SEGMENTO

1. Deverão trocar atividades entre si para **reforço das aprendizagens** dos alunos com dificuldades. Alguns desses materiais podem ser encontrados na sala virtual e outros estão disponíveis na mecanografia;
2. Aproveitar os alunos com maior proficiência em Leitura, escrita e cálculo para auxiliar aqueles que apresentam dificuldades. Realizar agrupamentos e reagrupamentos para que o aluno assistente os auxiliem com atividades específicas;
3. Elaborar uma agenda diversificada para atendimento da turma. Os exemplos abaixo são apenas ilustrativo-inspiradores.

Agenda para a 1ª etapa dia 01 (exemplo)

Estimativa	Atividades
8h00	Atividade sobre consciência fonológica (fonema r no início, meio e fim de palavras).
8h40	Caça palavras envolvendo palavras com a escrita do fonema r diferentes posições na palavra.
9h20	Reagrupamentos com vistas às atividades de reforço das aprendizagens.
10h30	Atividades sobre raciocínio lógico (labirinto).
11h10	Identificação em problemas da operação a ser realizada.

Agenda para a 1ª etapa dia 02 (exemplo)

Estimativa	Atividades
8h00	Atividade sobre construção/resolução de tabuada de 2, 3 e 4 (adição).
8h40	Roda de conversa sobre número de pessoas cela, família, na sala de aula, etc.
9h20	Reagrupamentos com vistas às atividades de reforço das aprendizagens (leitura silenciosa).
10h30	Socialização da leitura
11h10	Socialização da leitura

Observação: A agenda precisa apresentar **atividades diversificadas e rotineiras** para que o estudante possa ampliar sua proficiência de leitura, escrita e cálculo.

Professores (as) do 2º/3º SEGMENTOS

4. Deverão reservar, pelo menos, 03 (três) aulas ao longo do mês para retomar conteúdos necessários para continuidades dos estudos no componente curricular da etapa.
5. Para essas retomadas, fazer **(re) agrupamentos** em sala sob a assistência de um aluno com mais domínio do assunto/conteúdo;
6. Realizar a correção coletiva utilizando a metodologia **“sala de aula invertida”**. Um dos componentes dos reagrupamentos apresenta a(s) resolução (es) da(s) atividade(s) de reforço das aprendizagens.

Para o segundo semestre de 2024 a equipe pedagógica está formulando um projeto de atendimento de alunos com dificuldades no contra turno.

Há um número considerável de evasão no CPP, por esse motivo foi sugerido uma Assembleia Geral com os estudantes, professores, coordenadores, supervisores, orientadores, equipe gestora e chefe de Nuen de forma a ouvir os estudante e pensar estratégias para oferta mais adequada a este público.

Sugestões: Mudar os estudantes para uma ala só de estudantes, criar um novo bonde de forma que atenda os estudantes que chegam mais tarde, ofertar as disciplinas individualmente, permitindo que o aluno se matricule apenas em uma disciplina, reorganizar o horário do CPP.

No CDP 2 foi constatado um problema nos dias de visita: os estudantes estavam ficando sem almoço e sem o lanche pois saíam da visita para a escola e os classificados tem visita no horário do lanche. Foi informado a direção da unidade que ficou de regularizar essa situação.

Cultura da Paz

O desenvolvimento de atividades voltadas para a promoção da cultura da paz nas unidades prisionais tem como objetivo contribuir significativamente na ressocialização das pessoas privadas de liberdade, mas também permitir que os servidores possam transcender a cultura e o olhar a cerca das pessoas em cárcere construindo uma educação em e para os direitos humanos e cidadania. Assim, temos a pretensão de promover valores como respeito, empatia, resolução de conflitos e cooperação, bem como os eixos transversais do Currículo em Movimento: Educação para a diversidade; Educação para a cidadania; Educação para e em direitos humanos. Com essas atividades podemos contribuir significativamente para a transformação do ambiente escolar nas prisões promovendo uma cultura de paz que pode refletir positivamente na vida dos estudantes privados de liberdade dentro e fora da prisão.

Objetivos	Ações	Eixos transversais do currículo em movimento	Responsáveis	Cronograma
Proporcionar um espaço seguro para discussão de experiências, sentimentos e perspectivas.	Círculos de diálogo com estudantes e professores, onde todos têm a oportunidade de falar e ser ouvidos.	Educação para a diversidade; Educação para a cidadania; Educação para e em direitos humanos.	Supervisor e coordenador local	Uma vez por mês.
Desenvolver a inteligência emocional e a capacidade de lidar com	- Exercícios de mindfulness, técnicas de respiração, e workshops sobre autoconhecimento e gestão de emoções nas coordenações	Educação para a diversidade; Educação para a cidadania;	Coordenadores pedagógicos de segmento	Semana de Educação para a vida e Semana da EJA.

sentimentos de maneira saudável.	pedagógicas e nas salas com os estudantes.	Educação para e em direitos humanos.		
Utilizar expressões artísticas como uma forma de canalizar emoções e promover a paz interior.	Reuniões em espaços culturais e artísticos. Trazer pessoas das artes para realizar palestras e oficinas com os professores e estudantes.	Educação para a diversidade; Educação para a cidadania; Educação para e em direitos humanos.	Equipe gestora, pedagógica.	Duas vezes por semestre.
Refletir sobre textos que promovem a paz, a compreensão e a solidariedade.	Trazer textos dos estudantes privados de liberdade para os espaços de coordenação pedagógica. Sessões de leitura coletiva seguidas de discussões e debates sobre os temas abordados nos textos. Convidar ex-detentos bem-sucedidos, especialistas em mediação de conflitos, psicólogos e educadores para compartilhar suas histórias e conhecimentos.	Educação para a diversidade; Educação para a cidadania; Educação para e em direitos humanos.	Equipe gestora, coordenadores pedagógicos por segmento, professores.	Coordenações pedagógicas coletivas com os três segmentos.
Promover a cooperação, a disciplina e o espírito de equipe através do esporte.	Torneios esportivos, aulas de ioga e meditação, e jogos cooperativos.	Educação para a diversidade; Educação para a cidadania; Educação para e em direitos humanos.	Supervisor e coordenador local	Abertura e fechamento do semestre letivo. Semana de Educação para a vida e Semana da EJA.
Incentivar o respeito mútuo e a convivência harmoniosa entre os estudantes privados de liberdade.	Atividades que incentivem o trabalho em equipe e o respeito às diferenças. Palestras e oficinas sobre as questões de gênero e raça.	Educação para a diversidade; Educação para a cidadania; Educação para e em direitos humanos.	Supervisor e coordenador local Equipe gestora, coordenadores pedagógicos por segmento, professores.	Semestralmente.
Fornecer apoio por meio de relações de orientação educacional	Atendimento individualizado. Palestras e oficinas sobre as questões de gênero, raça, educação financeira e emocional.	Educação para a diversidade; Educação para a cidadania; Educação para e em direitos humanos.	Orientadores Educacionais	Sempre que necessário.

18. Processos de implementação do PPP

18.1 GESTÃO PEDAGÓGICA

OBJETIVOS	AÇÕES	META	AVALIAÇÃO	Estratégia do PDE	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Estimular o autoconhecimento como fator de fortalecimento da autoestima, propiciando maior interesse pelo crescimento social e pessoal do estudante.</p>	<p>Realizar nas coordenações atividades que estimulem o autoconhecimento, autogestão que possam ser multiplicadas nas salas de aula ou nas atividades coletivas nas unidades prisionais.</p> <p>Realizar palestras relacionadas a autoconhecimento e autoestima nas unidades prisionais.</p>	<p>Ofertar uma atividade semestralmente sobre inteligência emocional ou inteligência funcional nas coordenações coletivas.</p> <p>Ofertar, a 100% dos alunos palestras que visem ao autoconhecimento, autogestão, inteligência emocional e funcional, bem como ecologia e meio ambiente, diversidade, doenças transmissíveis, direito do consumidor e educação financeira.</p>	<p>- Questionário avaliativo QUALIQUANT após a realização das atividades.</p> <p>- Avaliação institucional.</p>	<p>10.15 10.17</p>	<p>Equipe Gestora e Pedagógica.</p>	<p>- Semana Pedagógica 1º E 2º SEMESTRE/2024</p> <p>- Semana de Educação para a vida. (20 a 24).</p> <p>- Data estipulada pela SEDF – Distribuição de turmas 2º semestre.</p> <p>- Semana da EJA.</p>

<p>Promover atividades pedagógicas que propiciem a reflexão e releitura da história pessoal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Exposições de arte; - Salas Temáticas; - Escolha e estudo duas personalidades: uma para o presídio feminino e outra para o masculino que possam trazer representatividade aos alunos. (1º segmento). - Leitura de obras que falam de superação de vida. Palestra ou filme. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer duas exposições de arte em cada unidade por semestre. - Construir pelo menos uma sala temática em cada unidade. - Promover o estudo de duas personalidade em 100% das turmas do primeiro segmento. - Adotar uma obra literária para ser desenvolvida em pelo menos uma turma de cada unidade prisional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formulário de avaliação quantitativo e qualitativo. - Conselho de classe. 		<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Pedagógica. - Coordenação pedagógica local, e professores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Durante todo ano de 2024.
<p>Possibilitar estratégias para o exercício de autoavaliação dos discentes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Eleição do estudante representante de turma e professor conselheiro. - Realizar auto avaliações com todos os alunos no decorrer do semestre letivo. - Organizar prévia do conselho de classe com os alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover pelo menos dois momentos de autoavaliação durante os semestres. 	<p>Autoavaliações preparatório para o Conselho de classe.</p>		<p>Estudante representante da turma e Professores conselheiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Após 50 dias do inicio das aula e no final do semestre.

<p>Fomentar a política de incentivo à leitura;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar campanha de arrecadação de livros. - Aumentar o acervo de livros através de compra e/ou recebimento de doações. - Classificação de pessoas privadas de liberdade para atendimento nas bibliotecas para catalogação e organização das bibliotecas. - Entrega de livros na ausência de professor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pleitear junto a equipe de segurança o funcionamento das 8 bibliotecas e salas de leitura das unidades prisionais. - Realizar o empréstimo de livros semanalmente. - Modernizar 10% do acervo das bibliotecas. - Catalogar 100% dos acervos das bibliotecas. - Informatizar o acervo da biblioteca utilizando programas específicos. - Revitalizar 10% das estruturas físicas das bibliotecas das unidades prisionais; - Realizar pelo menos um trabalho de incentivo à leitura nas bibliotecas de cada unidade prisional; 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de atuação dos professores readaptados e/ou com restrição de regência de classe ao final de cada semestre. - Avaliação institucional. - Conselho de classe. <p>Quantidade de bibliotecas funcionando. Quantidade de livros adquiridos e catalogados no semestre em cada biblioteca. Quantidade de livros emprestados no semestre por unidade. Percentual aproximado do acervo informatizado. Percentual de acervo catalogado. Quantidade de trabalhos de incentivo à leitura realizados por unidade. Grau de satisfação dos alunos com este trabalho</p>	<p>10.21</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Professores readaptados e/ou com restrição de regência de classe que atuam nas bibliotecas. - Supervisores e Coordenadores Pedagógicos locais. 	<p>- Durante todo ano de 2024</p>
<p>Proporcionar formação continuada e integrada aos profissionais que atuam no Sistema Prisional;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sugerir um cursos de formação continuada com instituições de ensino e órgãos públicos tais como EAPE (Escola de Aperfeiçoamento para Profissionais da Educação), UnB (Universidade de Brasília) e IFB (Instituto Federal de Educação de Brasília), Sinpro, entre outros. 	<p>Realizar no inicio de cada semestre , e/ou quando chegar professores novatos. Realizar visita acompanhada nas unidades de ensino do Complexo Penitenciário. Realizar anualmente, em parceria com a SEAPE,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação institucional. - Autoavaliações. - Relatórios das reuniões. 	<p>10.15 16.1</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Gestora e Pedagógica. <p>Parceiros: EAPE, UnB, Sinpro, Escola de magistratura, entre outros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Semana Pedagógica - Reuniões pedagógicas coletivas.

	-Mobilizar, junto ao SINPRO e UnB, para a construção de formação de pós-graduação (mestrado/doutorado) para os servidores do sistema prisional.	<p>formações para alinhamento entre as equipes de educação e segurança.</p> <p>Formação anual ou quando for necessário com as equipes de NUEN sobre as necessidades dos estudantes e da educação.</p> <p>- Ofertar em parceria com o Sinpro e UnB formação a nível de pós graduação.</p>				
Confeccionar materiais didáticos de horas indiretas.	<p>- Participar de formação para a construção de materiais didáticos que contemplem a EJAIT nas prisões.</p> <p>- Elaborar atividades, textos, apostilas com conteúdo do currículo em movimento de todas as disciplinas para cada etapa em todos os segmentos da EJAIT.</p>	<p>- Participar de um curso de capacitação para construção de material didático por semestre.</p> <p>- Traçar estratégias para a elaboração do material de horas indiretas.</p> <p>- Formular espaço de coordenação pedagógica virtual (salas google).</p> <p>- Construir material didático impresso que contemplem os eixos transversais, relações étnico-raciais, Cultura Afro-Brasileira e Africana</p>	<p>-Avaliação institucional.</p> <p>- Autoavaliações para análise das atividades de horas indiretas.</p> <p>- Avaliação por meio de questionário virtual.</p> <p>- Relatório de monitoramento das metas alcançadas.</p>	10.15	Equipe Gestora e Pedagógica. Professores da EAPE.	- Reuniões pedagógicas semanalmente (presencial ou virtual).

<p>Realizar apresentações teatrais nos Núcleos de Ensino, em escolas, faculdades, em órgãos públicos, privados, ONGs, entre outros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de curso FIC Figurinista. - Fomentar processo seletivo para pessoas privadas de liberdade, para o desenvolvimento de trabalhos artísticos culturais (atores, músicos e escritores) - Realização de apresentações ao público interno e externo no Sistema Prisional; 	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta nas PDFs curso profissional FIC para as turmas do 3º segmento da EJA. - Levar a ambientes extremos (Formaturas e FestÁrt entre outros) as atividades culturais produzidas pelas pessoas privadas de liberdade do Sistema Prisional em um ambientes externos, e uma apresentação em cada uma das unidades prisionais. 	<p>Questionário de satisfação. Relatório de aproveitamento semestral do curso FIC.</p>	<p>10.9 (d)</p>	<p>Equipe Gestora e pedagógica Professores e coordenação pedagógica local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Durante o semestre letivo. - Final de cada semestre letivo.
<p>Fomentar o processo de ensino e aprendizagem com material escolar paradidático, principalmente de literatura;</p>	<p>Utilizar o livro paradidático nas aulas. Utilizar livros de literatura nas aulas.</p>	<p>Aumentar o acesso em até 50% ao livro paradidático ou de literatura em todas as Unidades Prisionais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento da coordenação pedagógica (Conselho de Classe) - Levantamento da quantidade de professores utilizando os livros paradidáticos e de literatura. 	<p>10.21</p>	<p>Equipe Pedagógica (coordenadores por segmento)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mensalmente.

<p>Oportunizar às pessoas privadas de liberdade do Sistema Penitenciário do Distrito Federal o direito ao conhecimento, à cultura e ao desenvolvimento de consciência crítica, por meio de atividades educacionais complementares de leitura e de produção de textos (resumo crítico) e, por conseguinte, possibilitar a remição de pena a partir da Política de remição de pena : "Ler Liberta".</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar os empréstimos das obras literárias às pessoas privadas de liberdade inscritas no projeto. - Verificar o acervo. - Realizar encontros com os participantes para o desenvolvimento de atividades voltadas às práticas de leitura e escrita (oficinas). - Organizar e realizar a avaliação presencial para os participantes; - Avaliar os resumos críticos produzidos pelos leitores; - Emitir declaração para fins de remição a partir dos resultados apurados nas avaliações. - Emitir os relatórios de produção para a SEDF semestralmente. - Publicar livro que conte a história da Política no DF. - Melhorar o espaço físico garantindo estrutura adequada: adequar a sala das validadoras na sede da escola (mobiliário adequado, melhoria da parte elétrica) e rede lógica. - Garantir um ponto de apoio no complexo para cópias. - Solicitação de um servidor da carreira assistência, exclusivo para cuidar da documentação da Política de Remição de Pena pela Leitura. - Fomentar a participação da gestão e coordenação no Comitê gestor da Política de Remição de Pena pela Leitura. - Captar recursos próprios para a política de remição de pena pela leitura, independente do PDAF da escola; 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o aumento da oferta da política de remição pela leitura em até 10% . - Renovar e ampliar o acervo em até 20%. - Ampliar o número de mediadores e avaliadores. - Realizar as oficinas presencialmente e/ou EAD no 2º semestre 2024. - Realizar os ciclos de debate no 2º semestre 2024. - Realizar a avaliação ao fim de cada ciclo em todas as unidades. - Corrigir 100% dos textos produzidos pelos participantes. - Emitir 100% das declarações para fins de remição. - Emitir relatório semestral (parcial) e relatório anual. 	<ul style="list-style-type: none"> - A avaliação será realizada pela coordenação do projeto a partir dos dados apurados a cada ciclo, a fim de atualizar, ampliar e adequar as ações do projeto à realidade dos participantes . - Avaliação institucional. - Autoavaliação. - Relatório semestral de monitoramento da política. 	<p>10.18 10.19 10.21 10.22</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Equipe gestora; - Supervisão e Coordenação do projeto; -Equipe de mediadores e avaliadores. -Dieja e GEPRI 	<p>11 Ciclos durante o ano de 2024.</p>
--	---	--	---	--	--	---

	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de equipamentos de informática (computadores, impressoras); - Aquisição e renovação do acervo literário; - Aquisição de material de expediente; 					
<p>Possibilitar o atendimento especializado ao aluno.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar mapeamento das dificuldades dos estudantes. - Fazer levantamento dos estudantes com problemas de saúde que comprometam o processo de aprendizagem. - instituir processo SEI para solicitação de atendimento dos estudantes com problemas de saúde. - Solicitar atendimento a 100% dos alunos com dificuldades de aprendizagem às equipes multidisciplinares itinerantes da SEEDF. - Manter parceria com a equipe de saúde da GEAIT para prestar atendimento a assistência na área de saúde física, mental e psicológica em favorecimento ao processo de ensino-aprendizagem; - Promover encontros a cada semestre, com servidores da área da saúde e segurança do Sistema Prisional, a fim de proporcionar ações preventivas e de acompanhamento aos alunos; - Realizar uma reunião com a equipe responsável pelas equipes multidisciplinares da SEE. 	<p>Conseguir pelo menos uma equipe multidisciplinar para atender a 100% dos alunos com dificuldade de aprendizagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encaminhar todos os alunos que apresentarem casos graves de saúde à equipe da GEAIT (assistente social) e a SEEDF. - Conseguir via SEEDF e outros órgão a doação de óculos e aparelho auditivo aos estudantes. 	<p>Relatório de monitoramento das metas alcançadas. Avaliação institucional.</p>		<ul style="list-style-type: none"> -Equipe gestora; - Orientadores educacionais. - Conselho de Classe 	<p>Duas vezes no semestre e durante todo o ano letivo.</p>
<p>Implementar a educação nas prisões utilizando a modalidade EaD.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participar da comissão de implementação da EaD nas prisões. - Escrita do relatório da visita técnica para conhecer a política pública no sistema prisional do Maranhão. - Reescrever a PPP aprovado no CNE (renovação do credenciamento) 	<ul style="list-style-type: none"> - Ofertar educação a distância em duas unidades prisionais do DF (projeto piloto) e no Presídio Federal. - Formar a equipe pedagógica responsável pela EAD com pelo menos um professor de cada componente curricular. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de relatório da visita técnica. - Construção de relatório do projeto piloto. 	<p>10.4 10.14 10.15</p>	<p>Dieja SEAPE Equipe gestora e Pedagógica Professores do 2º e 3º segmentos.</p>	<p>Outubro 2024. 1º e 2º 2024</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar equipe pedagógica responsável pela EAD. - Elaborar o plano de ação contendo o estudo e a implementação da Educação a Distância nos espaços prisionais onde não for possível ofertar a educação presencial (uma unidade fechada e outra semiaberto como projeto piloto). - Acompanhamento a implementação do Plano de ação da EaD nas prisões. - Realização das alterações solicitadas na proposta pela SEE e pela equipe da PFBra. - Traçar estratégias junto à SEAPE para possibilitar a implementação da oferta de EAD nas prisões. - Ofertar cursos de capacitação para atuação na EaD nas prisões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ofertar pelo menos um curso de formação anual para atuação na EAD nas prisões. - Elaborar proposta pedagógica de ampliação da oferta de EJAIT na modalidade EaD nas prisões do DF. - Executar no 2º semestre de 2024 a implementação do Plano de ação para EaD (proposta piloto). 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação institucional. - Relatório de monitoramento das metas atingidas. 			
Propiciar o acesso a atividades culturais;	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de equipe responsável pela organização do Fest'Art, para a escolha do tema e organização do festival. - Divulgação do tema para a comunidade escolar. - Realização do concurso para escolha do desenho do cartaz. - Produção do cartaz e o folder de divulgação. - Obtenção de recursos para a realização do festival. - Divulgação do festival. - Conseguir local fora do sistema prisional para realização da segunda etapa do festival. - Realização da primeira e da segunda etapa. - Reunião com a Gestão Central para negociação com a SEAPE e VEP. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conseguir recursos para prover 100% dos custos do festival. - Produzir e distribuir os cartazes e folders de divulgação do festival nas seis unidades prisionais. - Divulgar o tema e o regulamento do festival nas seis unidades prisionais. - Conseguir um local fora do sistema prisional para a realização da segunda etapa do festival. - Realizar a primeira e a segunda etapa do XII FEST'ART – Festival de Arte no Sistema Prisional do DF em todas as unidades prisionais no ano de 2024. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação institucional. - Relatório de monitoramento das metas atingidas. 		<p>Equipe gestora; Equipe responsável pelo Fest'Art; Professores; DIEJA SEAPE/GPP</p>	1º e 2º semestre 2024.

	<ul style="list-style-type: none">- Criação de uma portaria conjunta para realização anual do festival nas unidades prisionais.- Captação de recursos de verbas parlamentares para aquisição de materiais para uso no festival.- Estabelecer parcerias com órgãos para fomento das premiações do festival.	<ul style="list-style-type: none">- Reunião com a gestão central da SEDF e SEAPE para organização do festival no 1º semestre 2024.- Participar da criação no 1º semestre da Portaria conjunta para realização do festival anualmente.- Articular junto a Funap patrocínio para as premiações.				
--	--	---	--	--	--	--

18.2 GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

OBJETIVOS	AÇÕES	META	AVALIAÇÃO	Estratégia do PDE	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Realizar levantamento sobre a escola.	<ul style="list-style-type: none"> - Preencher o censo escolar manual (GDF). - Preencher o Educacenso (Federal) - Gerar relatório com os resultados. - Aplicar questionário para participação na construção do PPP. - Tabular dados obtido nos questionários para os servidores estudantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer o censo contemplando 100% das questões levantadas. -- - Entregar o relatório no prazo determinado à SEEDF/INEP. - Encaminhar o relatório do censo com os resultados a equipe gestora, coordenação pedagógica itinerante e coordenadores pedagógicos locais. - Mapear 100% das matrículas, aprovação e reprovação por unidade prisional. - Traçar, anualmente, perfil da equipe docente e demais servidores que atuam no CED 01 de Brasília. - Coletar, anualmente, dados sobre os espaços físicos utilizados pelo CED 01 de Brasília. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formulário digital de atualização cadastral - Questionário de participação no PPP. - Formulário Censo DF e Educacenso. - Relatório, semestral, das matrículas e aproveitamento. 	10 10.6	Equipe Gestora e pedagógica. Equipe de secretaria.	1º semestre de 2024.

<p>Realizar avaliação do processo de ensino aprendizagem e de toda a comunidade educativa do CED 01 de Brasília.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do Conselho de classe para análise de toda a escola e dos resultados dos estudantes - Preenchimento das ata do conselho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar o conselho de classe, após até 50 dias do início do semestre letivo. - Realizar o conselho de classe no final do semestre. - Emitir ata de conselho de classe. - Fazer o processo de matrícula de acordo com o Conselho de Classe. - Aplicar avaliação institucional uma vez por ano nas unidades PDFI, PDFII e PFDI. - Aplicar a avaliação institucional uma vez por semestre nas unidades CDP, CIR e CPP.. - Realizar uma vez por ano a avaliação dos contratos temporários - Realizar junto aos professores efetivos autoavaliação. - Preencher a Ata do conselho contemplando todos os casos dos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ata dos Conselhos de classe. - Relatório de encaminhamento do Conselho de Classe. - Avaliação institucional 	<p>-</p>	<p>Equipe gestora; Coordenadores Pedagógicos itinerantes; Coordenadores pedagógicos locais; Professores Conselheiros. Representantes de turma. Equipe de secretaria.</p>	<p>Duas vezes por semestre. Final dos semestres CDP, CIR e CPP Novembro PDFI, PDFII e PFDI.</p>
---	--	---	---	----------	--	---

<p>Participar de concursos de redação, desenho, olimpíadas, entre outros visando a promoção da educação nas prisões em vários espaços sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação e promoção para a construção dos desenhos e redações do Concurso do SINPRO; - Divulgação e promoção da mobilização para o Concurso da DPU; - Solicitação de autorização da VEP para realização das filmagens. - Construção do vídeo de mobilização. - Realização das inscrições para OBMEP. - Aplicação das provas na 1ª e 2ª fases da OBMEP 	<ul style="list-style-type: none"> - Obter pelo menos uma premiação na categoria de redação e desenho do SINPRO. - Realizar a mobilização nas seis unidades do sistema prisional. - Filmar a mobilização em pelo menos uma unidade masculina e na unidade feminina. - Realizar o vídeo de mobilização para o concurso da DPU. - Fazer as inscrições para OBMEP em todas as unidades prisionais. - Aplicar as avaliações para 100% dos alunos inscritos. - Aplicar as avaliações a 100% dos alunos que passaram para a 2ª fase. 	<ul style="list-style-type: none"> - Resultado obtido nos concursos. - Avaliação institucional. <p>Analisar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de participantes nos concursos. - Número de participantes premiados nos concursos. - Colocação na premiação do vídeo da DPU. 		<ul style="list-style-type: none"> - Equipe gestora; - Coordenadores Pedagógicos por segmentos. - Coordenadores pedagógicos locais; - Professores. - Alunos. 	<p>1º semestre 2024: OBMEP Fest'Art.</p> <p>2º semestre 2024: Concurso do SINPRO. Concurso da DPU Fest'Art.</p>
<p>Construir estratégias pedagógicas que contemplem o currículo com vistas a superação das dificuldades de aprendizagem e aos exames do ENCCEJA e ENEM;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração, em coordenação de núcleo, atividades que contemplem o currículo e que contenham questões típicas dos exames do ENCCEJA e ENEM; - Elaboração de atividades diversificadas e reagrupamento dos grupos com monitoria. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar uma reunião com os professores que se voluntariarem. - Construção de atividades de reforço para serem entregues 1 vez por semana. 			<p>Gestores, Coordenador pedagógico e locais; professores</p>	

18.3 GESTÃO PARTICIPATIVA

OBJETIVOS	AÇÕES	META	AVALIAÇÃO	Estratégia do PDE	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Promover e incentivar a gestão democrática.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação na construção do PPP. - Participação nas assembleias até que se constitua o conselho escolar. - Composição do Conselho escolar. - Realização de reunião com a equipe do Conselho Escolar. - Realização de reunião dos membros do Conselho Escolar com os professores para deliberar sobre as necessidades pedagógicas, administrativas e financeiras da UE. - Constituição de comissões. - Participação do conselho fiscal na prestação de contas. - Criar um canal de escuta para críticas, sugestões e elogios. - Criar um grupo de comunicação da gestão com todos os servidores da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma reunião bimestral para discussões e tomada de decisões junto à equipe gestora. - Apresentação dos avanços e dificuldades pedagógicas, administrativas e financeiras da escola semestralmente. - Realizar assembleias sempre que necessário. - Constituir comissão: Fest' Art; EaD; Festas e eventos; PPP; Regimento interno; - Criar no 1º semestre um canal de escuta para que os servidores possam expressar suas duvidas, criticas, elogios e sugestões. -Criar um canal de comunicação da gestão no 1º semestre de 2024. 	<p>Atas e relatórios. Avaliação institucional.</p>	<p>19.1</p>	<p>Membros do Conselho escolar e caixa escolar Equipe Gestora; Membros do caixa escolar; Servidores que compuserem as comissões.</p>	<p>A definir.</p>

<p>Acompanhar e avaliar a implementação do PPP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação dos resultados do censo escolar para a comunidade educativa. - Construção do regimento escolar do CED 01 de Brasília. - Fomentar um seminário para debate sobre a política pública de oferta de educação em estabelecimentos privação de liberdade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação anualmente dos resultados do censo escolar a comunidade educativa buscando traçar estratégias para melhoria dos resultados. - Elaboração do regimento escolar até o final de 2024. - Realizar no 2º semestre de 2024 seminário de educação nas prisões em e para os direitos humanos. 	<p>Atas e relatórios</p>		<p>Toda a comunidade da UE.</p>	<p>A definir.</p>
--	--	--	--------------------------	--	---------------------------------	-------------------

16.4 GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVOS	AÇÕES	META	AVALIAÇÃO	Estratégia do PDE	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Suprir as carências de servidores para completar o quadro de funcionários do Ced 01 de Brasília aderindo ao programa carência zero da Sugep.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de pelo menos dois processo de aptidão para professores efetivos, contratos temporários, orientadores educacionais, professores readaptados. - Indicação das carências junto a SEEDF para o concurso de remanejamento. - Abertura imediata das carências de forma que os estudantes não fiquem com carência. 	<p>Suprir 100% das carências definitivas e provisórias em 2024.</p>	<p>Composição do quadro de carências.</p>	<p>10</p>	<p>Equipe gestora Articulação com a UNIGEP GMOB</p>	<p>Durante todo ano de 2024.</p>

<p>Solicitar à SEEDF liberação de pessoal para completar a equipe do CED 01 de Brasília.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Requisição de um orientador educacional para cada unidade prisional e mais um 20 horas para o noturno. - Composição da equipe multidisciplinar do CED 01 de Brasília. - Conseguir 4 servidores analista e de gestão educacional para a secretaria escolar, para que haja um responsável em cada unidade prisional. - Ampliar o número de mediadoras do Política de Remição de pena pela Leitura., de forma que tenha duas em cada unidade, visando a implementação das oficinas. - Ampliar o número de avaliadoras da Política de Remição de pena pela Leitura. - Realizar a projeção do número de professores necessários para a oferta na PDFIV. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição dos seis orientadores 40 horas e um orientador 20 horas. - Inclusão do CED 01 no itinerário da equipe multidisciplinar da SEEDF. - Aquisição de mais quatro funcionários para a secretaria. 	<p>Percentual de atendimento das solicitações.</p>		<p>Equipe gestora</p>	<p>Início dos semestres letivos de 2024..</p>
<p>Formar os colaboradores do CED 01 de Brasília.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de cursos de capacitação para atuação na secretaria, informática e mecanografia. - Realização da formação dos classificados que preparam o lanche nas unidades. - Solicitação da realização do exame para manipular os alimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover um curso de capacitação por semestre a 100% dos colaboradores. - Solicitar os exames dos classificados para manipulação dos alimentos. 	<p>Relatório dos cursos e exames realizados.</p>		<p>Equipe gestora Articulação com a UNIAE e DIAE.</p>	<p>2024.</p>

16.5 GESTÃO FINANCEIRA

OBJETIVOS	AÇÕES	META	AVALIAÇÃO	Estratégia do PDE	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Gestar os recursos oriundos do PDAF, PDDE, verbas parlamentares e outros recursos proporcionando à comunidade escolar melhores condições para as atividades desenvolvidas no CED 01 de Brasília.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer cursos para conhecimento sobre o PDDE e PDAF. - Realizar a alteração dos documentos para a composição da UEX. - Manter a prestação de contas junto a SEEDF em dias. - Realizar o pagamento do contador. - Solicitar via ofício aos mandatos dos deputados verbas parlamentares para as necessidades da escola. - Solicitar via processo SEI a revisão do PDAF. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar os cursos ofertados pela SEEDF sobre gerenciamento de recursos. - Realizar a alteração dos documentos para gerenciamento dos recursos do Pdaf, PDDE e verbas parlamentares. - Responder no prazo estipulado os processos de prestação de contas. - Realizar mensalmente o pagamento do escritório de contabilidade. - Encaminhar aos deputados Max Maciel, Gabriel Magno, Chico Vigilante entre outros solicitação de verba parlamentar de acordo com as demandas no 1º semestre de 2024. - Marcar reunião com responsáveis pela FUNAP com o intuito de receber recursos para a premiação do Fest'Art. - Solicitar no 1º semestre de 2024 revisão dos valores repassados do PDAF. 	<p>Relatório de prestação de conta do PDAF, PDDE e verbas parlamentares. Relatório de monitoramento.</p>		<p>Equipe gestora Coordenadores Professores</p>	<p>Durante o ano letivo de 2024.</p>

<p>Melhorar a estrutura física e os recursos tecnológicos da escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Renovação da inscrição para obtenção dos recursos oriundos do PDDE junto ao FNDE. - Aquisição de ar condicionado. - Reforma da rede lógica. - Aquisição de computadores para a remição de pena pela leitura e PFBra. - Aquisição de monitores, teclados, mouses, estabilizadores. - Reforma nas salas da Remição de pena pela leitura. - Reforma dos banheiros e da cozinha. - Avaliação da possibilidade de construir um auditório no estacionamento. - Reforma do espaço que funcionará como sede II no complexo (PDFIV). - Construção ou reforma do espaço que será a cozinha da escola (PFDF/PDFII). - Aquisição de móveis planejados para a Política de Remição de pena pela leitura, secretaria e supervisão. - Reforma das salas dos professores na PPDF. - Aquisição de quadro branco para as 83 salas de aula. - Obter ambiente apropriado para os professores e alunos em cada Núcleo de Ensino; - Equipar e adequar espaços para melhor atender aos professores na CDP, PPDF e PDFIV - Melhorar os espaços destinados aos professores nas oito unidades prisionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adquirir, por meio dos recursos, equipamentos multimídia, de mecanografia para as seis unidades prisionais, presídio federal e para a sede da escola. - Montar uma sala de informática para a equipe da Política de Remição de Pena pela Leitura. - Adquirir equipamentos de tecnologia para a secretaria da escola. - Melhorar o espaço físico da secretaria. - Adquirir equipamentos para os espaços de preparação de lanche nos núcleos de ensino (liquidificador, espremedor de frutas, entre outros). - Instalar um ar condicionado em cada sala do CED 01. - Instalar uma televisão 75" e projetores nas salas de reunião. - Pintar a escola. - Tocar as portas e janelas do CED 01. - Construção de auditório ou a cessão de um espaço da SEEDF para realização das reuniões coletivas. - Reforma da sala destinada a sede II do CED 01 de Brasília. - Construção ou reforma do espaço que servirá para cozinha da escola (PFDF/PDFII). - Reforma da sala dos professores na PPDF. - Solicitação de patrimônio em leilões de órgãos públicos (DPDF, MPDFT, RF, entre outros). - Trocar 100% dos quadros brancos das salas nas unidades. - Buscar, juntamente com as direções dos presídios e chefes do Nuens, otimizar os espaços destinados aos professores. - Reestruturar junto às direções dos presídios e chefes dos Nuens, 100% dos espaços destinados à educação das Unidades Prisionais do DF, viabilizando locais apropriados para os professores realizarem suas atividades, priorizando a CDP, PPDF e PDFIV. - Equipar 100% dos espaços destinados aos professores com equipamentos de informática e mecanografia e 100% das salas de aula com equipamento multimídia. 	<p>Relatório de prestação de conta do PDAF, PDDE e verbas parlamentar es. Relatório de monitoramento das metas alcançadas. Apresentação o junto com os resultados da avaliação institucional.</p>		<p>Equipe gestora Conselho Escolar Caixa Escolar Alinhamento com a UNIAG e setor responsável pelas obras na SEE.</p>	<p>1º e 2º semestres 2024.</p>
--	---	---	---	--	--	--------------------------------

<p>Melhorar a internet de forma que seja capaz de suprir as necessidades da escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar a Subtic a avaliação da rede lógica da sede da escola. - Contratar com verba parlamentar prestador de serviço para refazer a rede lógica da UE de acordo com relatório da Subtic. - Solicitar a instalação de fibra ótica para melhorar a internet, visando a implementação da EaD. 	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciar processo SEI para avaliação da rede lógica da escola 1º semestre de 2024. - Utilizar parte da verba parlamentar para realização da reconstrução da rede lógica no 1º semestre de 2024. - Adquirir junto a Subtic a instalação da fibra ótica no 1º semestre de 2024. 	<p>Relatório de monitoramento das ações para atingir as metas.</p>		<p>Equipe gestora Conselho Escolar Caixa Escolar</p>	<p>1º semestre 2024.</p>
<p>Adquirir materiais para uso pedagógico e de expediente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e compra do material necessário de acordo com o planejamento realizado nas reuniões pedagógicas. - Levantamento e compra do material de expediente e para uso na secretaria e direção. - Levantamento e compra de materiais específicos para o Fest'Art, Semana de educação para vida e semana da EJA. 	<p>Adquirir, bimestralmente, 100% dos materiais pedagógicos e de expediente necessários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório de prestação de contas. - Relatório de monitoramento de gastos por unidade e por atividade. 		<p>Equipe gestora; Coordenadores Pedagógicos; Coordenadores pedagógicos locais;</p>	<p>Bimestralmente. Anualmente.</p>

<p>Adquirir e conservar o patrimônio da escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer levantamento de inservíveis e constituir processo SEI. - Viabilizar a retirada dos inservíveis da sede da escola. - Conferencia e levantamento do material permanente da escola. - Constituir processo SEI referente aos livros que serão doados a SEAPE. - Constituir processo SEI de transferência de patrimônio dos móveis escolares que se encontram nas unidades prisionais. - Regularizar os processos de aquisição e transferência da regional PP para o CED 01 de Brasília. - Aquisição de material de uso permanente para as unidades prisionais e sede. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conferir e catalogar todo o material permanente da escola. - Fazer a reposição do material permanente que estiver precisando. - Construir relatório virtual com descrição do material permanente da escola por unidade e na sede. - Criar planilhas virtuais do depósito e do patrimônio da UE. - Realizar a atualização do patrimônio planilha virtual. - Remanejamento de móveis para as salas nas unidades prisionais. - Iniciar campanha de conscientização para conservação e manutenção do patrimônio. 	<p>Relatório de monitoramento da realização das metas. Processo SEI de prestação de contas do patrimônio.</p>		<p>Equipe gestora Supervisores Gilvan, Ricardo e Professor readaptado Carlos.</p>	<p>1º e 2º semestres de 2024.</p>
--	---	--	---	--	---	-----------------------------------

16.6 GESTÃO ADMINISTRATIVA

OBJETIVOS	AÇÕES	META	AVALIAÇÃO	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Possibilitar a matrícula dos alunos antes do início do semestre e dos módulos letivos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar em todos os NUENS calendário de matrículas. - Levantamento e triagem nos NUENS das solicitações de matrícula. - Preenchimento das fichas SOME. - Análise das fichas SOME. - Encaminhamento dos alunos que necessitam da prova classificatória para fins de documentação. - Realização das provas classificatórias. - Preenchimento das atas de classificação e entrega na secretaria. - Efetivação das matrículas no sistema. - Entrega das listas definitivas de todas as turmas aos coordenadores pedagógicos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construir calendário de matrícula para o semestre subsequente com mínimo de um mês de antecedência. - Atender as solicitações de matrícula de acordo com a capacidade de cada NUEN. - Realizar 100% das provas classificatórias para fins de documentação. - Efetivar 100% das matrículas na primeira semana do semestre e dos módulos letivos. - Entregar 100% das listas das turmas por unidade aos coordenadores locais no fim da primeira semana do semestre e dos blocos letivos. - Atualizar mensalmente as listas e a movimentação dos estudantes. - Emitir 100% dos históricos e certificados de conclusão. - Responder 100% dos processos da SEAPE, DPDF, MPDFT e VEP. - Organizar 100% do ativo e passivo da Secretaria escolar. - Emitir, virtualmente, 100% das remições de pena pelo estudo e da política de remição de pena pela leitura. 	<p>Relatório de monitoramento das metas alcançadas.</p>	<p>Equipe da secretaria;</p> <p>Equipe dos Nuens: Chefe dos NUENS, supervisores e coordenadores.</p>	<p>Mensalmente, semestralmente e anualmente.</p>

<p>Aumentar a oferta de vagas para estudos, respeitando a relação aluno x espaço físico x critérios de segurança;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar junto a SEEDF e a SEAPE a ampliação dos espaços destinados a salas de aula, visto que há estrutura física para ampliação em alguns deles; - Realizar reuniões junto às direções dos presídios e chefes de NUENS projetando a ampliação de atendimento aos internos. - Executar a ampliação do atendimento de pessoas privadas de liberdade nos NUENS, em decorrência da ampliação dos espaços destinados a salas de aula. - Abrir turmas de acordo com a solicitação da equipe do Nuen na PDFIV, PDFII e CIR. - Instituir comissão para estudo e implementação da EaD nas unidades prisionais. - Fazer previsão de matrículas para 2025. - Realizar o registro da frequência das atividades escolares das horas diretas e indiretas. - Elaborar relatório de remição pelo estudo. - Entregar relatório de remição ao NUENS. 	<p>Aumentar em pelo menos 10%, a oferta de vagas para a escola.</p>	<p>Censo escolar e educacenso 2024. Relatório de monitoramento das metas alcançadas.</p>	<p>Equipe gestora; Equipe da secretaria;</p> <p>Equipe dos Nuens: Chefes de Nuen, supervisores e coordenadores.</p>	<p>1º e 2º semestres letivos de 2024.</p>
<p>Proporcionar a, permanência do estudante no NUEN após transferência de Unidade Prisional;</p>	<p>Elaborar, junto à SEAPE e aos NUENS, mecanismos que proporcionem às pessoas privadas de liberdade a continuidade dos estudos após transferência de Unidade Prisional.</p>	<p>Garantir que 100% dos alunos transferidos de Unidade Prisional possam continuar os estudos.</p>	<p>Censo escolar e educacenso 2024;</p>	<p>Equipe Gestora e GPP</p>	<p>Ano letivo de 2024</p>

19. Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da implementação do PPP

O processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Educação de Jovens, Adultos, Idosos e trabalhadores (Ejait) do CED 01 de Brasília é de suma relevância para assegurar a eficácia e a pertinência das práticas educacionais, bem como para fomentar a melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido. O nosso PPP, é o documento que subsidia, que delinea os princípios, objetivos, metas e estratégias desta UE, sendo assim, demanda um processo sistemático de acompanhamento e avaliação de sua implementação.

- **Acompanhamento:** supervisão contínua das atividades pedagógicas e administrativas da escola, alinhadas aos preceitos estabelecidos no documento. Essa prática garante a aderência às ações planejadas, a correta alocação de recursos e o progresso em direção aos objetivos estabelecidos. O acompanhamento acontecerá nas reuniões pedagógicas com os professores, nas reuniões da equipe gestora com o conselho escolar, além disso da observação e sinalização dos supervisores e coordenadores de cada unidade prisional ensejando a observação das práticas em sala de aula, análise do cotidiano escolar e as ponderações da equipe de segurança.
- **Monitoramento:** o monitoramento do PPP desta UE consiste na coleta sistemática de dados e informações relevantes para avaliar o avanço e os resultados das atividades educativas, em consonância com os objetivos traçados. Isso engloba a utilização de indicadores de desempenho dos estudantes, taxas de frequência e evasão escolar, participação da comunidade escolar, entre outros parâmetros. O monitoramento possibilita a identificação de desafios e oportunidades de melhoria, subsidiando a tomada de decisões e a adaptação de estratégias conforme necessário, para o monitoramento utilizaremos formulários de avaliação sistemáticos e periódicos, além de reuniões de conselho de classe e relatórios dos professores conselheiros e representantes das turmas. Também usaremos o "fala CED1" para monitorar as ações da equipe gestora, e das demais equipes que constam neste PPP.

- **Avaliação:** A avaliação do PPP visa analisar de maneira crítica e reflexiva o impacto das ações educativas implementadas, identificando pontos fortes e áreas passíveis de desenvolvimento. Essa análise não se restringe apenas a aspectos quantitativos, mas também incorpora aspectos qualitativos, como a qualidade das relações interpessoais na escola, o clima organizacional e o engajamento da comunidade escolar. A avaliação será conduzida por meio de diferentes instrumentos: como pesquisas de satisfação, grupos focais, análise documental, avaliação institucional que ocorrerá no segundo semestre do ano letivo.

Sumariamente, é importante ressaltar que o acompanhamento, monitoramento e avaliação do PPP serão processos contínuos e participativos, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, estudantes e demais membros da comunidade. Além disso, utilizaremos os resultados desses processos de maneira estratégica para subsidiar a tomada de decisões e o planejamento futuro, sempre com vistas à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance dos objetivos educacionais estabelecidos pela UE.

PLANO DE AÇÃO DA AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP 2024

OBJETIVO	AÇÕES	PROCEDIMENTOS INSTRUMENTO		RESPONSÁVEIS	Periodicidade
Avaliar, coletivamente, a realização das metas propostas no PPP.	<p>Apresentação das atividades desenvolvidas para atingir as metas do PPP;</p> <p>Apresentação no COMUNICA CED 01 das atividades que estão sendo desenvolvidas.</p> <p>Avaliação sistemática e periódica para consulta de satisfação das atividades realizadas para alcançar as metas do PPP;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Questionário virtual. - Canal no Whats App de comunicação da UE (Comunica CED1). -Link permanente de escuta (Fala CED1). - Apresentação dos resultados nas reuniões coletivas com os três segmentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de apresentação para levantamento de sugestão para redefinir ou validar objetivos, metas e estratégias de implementação do PPP. 	<p>Equipe gestora</p> <p>Equipe Pedagógica</p> <p>Conselho Escolar</p>	<p>Trimestralmente.</p> <p>Sempre que uma ação estiver sendo desenvolvida.</p> <p>Nas reuniões pedagógicas coletivas.</p> <p>Durante todo o ano letivo de 2024.</p>
Monitorar as metas propostas.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de relatório parcial e integral das metas alcançadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório semestral com os objetivos e metas propostos. - Realização de reunião com a equipe gestora para avaliar os objetivos e metas alcançadas. 		<p>Equipe gestora</p> <p>Equipe Pedagógica</p> <p>Conselho Escolar</p>	<p>JULHO/OUTUBRO 2024</p>
Avaliar o processo de implementação do PPP.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização da avaliação institucional com servidores e estudantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Questionário físico e virtual. Aplicar questionário de avaliação institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reformulação do PPP 2025. 	<p>Equipe Pedagógica</p>	<p>NOVEMBRO 2024</p>

20. Referências

BRASIL. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 13 jul 1984.

_____. Lei 7.533, de 2 de setembro de 1986. Autoriza o Governo do Distrito Federal a constituir uma Fundação com a finalidade de amparar o trabalhador preso. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 03 set 1986.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996b.

_____. Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília. 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009a.

_____. Resolução CNE/CEB 3/2010. Define Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 15 de jun. 2010a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Regimento escolar das instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal. 5 ed. Brasília: SEEDF, 2009.

_____. Conselho de Educação. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 1, de 16 de junho de 2009. Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2009b.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Coordenação de Supervisão Institucional e Normas de Ensino. Manual da Secretária Escolar. Brasília: SEEDF, 2010.

_____. Resolução Nº 1, de 18 de outubro de 2012. Conselho de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2012.

_____. Portaria 239, de 30 de dezembro de 2015. Estabelece a criação do Centro Educacional 01 de Brasília. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, 31 dez. 2015.

_____. Portaria 446, de 19 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal e do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem em exercício nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e nas unidades parceiras. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, 20 dez. 2016.

_____. Portaria 82, de 09 de março de 2017. Regulariza a lotação dos professores da Secretaria de Estado de Educação que atuam no Sistema Prisional. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, 10 de mar. 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **Educação e mudança**. 9 ed. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação do processo de Ensino - Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2007.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 183 p.

HOFFMANN, J.M.L. A avaliação mediadora: uma prática na construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1999.



Apêndice 1

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA**

Projeto de Informática

**A INFORMÁTICA COMO RECURSO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E DE RESSOCIALIZAÇÃO
DO ALUNO COM RESTRIÇÃO DE LIBERDADE**

Brasília/2019

Apresentação

Atualmente na educação, nos deparamos com uma infinidade de conceitos, metodologias, recursos, métodos e técnicas de trabalho para aprimorar e fundamentar o trabalho em sala de aula. Superar nossos limites na educação são formas de buscar uma melhor qualidade de ensino.

O computador como recurso, atualmente é um dos mais promissores e contundentes mecanismos de ensino-aprendizagem do mundo moderno. O aluno é contagiado pela busca do novo, pelo apelo visual, pela interatividade e a transposição das fronteiras tanto culturais como físicas do país. Os mesmos possibilitam o uso de textos, sons, imagens e vídeos para a transmissão de conhecimentos.

O principal objetivo do trabalho pedagógico com o computador é auxiliar a enriquecer as atividades pedagógicas e despertar o interesse pelas novas tecnologias de informação que estão sendo criadas. Assim, transformando os laboratórios já existentes em todos Núcleos de Ensino em uma extensão das salas de aula.

A utilização do computador na escola é um ponto primordial no uso das NTICs - Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, tecnologias estas que fazem parte dos novos processos de reconhecimento de um ensino de qualidade. Principalmente se essa escola for em um presídio.

Na alfabetização o computador é uma ferramenta que pode transformar a concepção do aluno sobre os signos linguísticos e na busca de um letramento com um objetivo definido.

Para o adulto em fase de alfabetização aprender a ler e a escrever, é um dos momentos de maior importância de sua vida, como dizia Paulo Freire ***“... minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas 'objeto', mas sujeito também da História”***. E é nesta visão que devemos trabalhar com o computador, objetivando sempre a socialização do indivíduo como um todo e como parte integrante da sociedade. Ser um cidadão hoje vem de encontro com um dos direitos primordiais do ser humano, de existir e de se integrar na comunidade, sem distinções de raça ou de cor, credo ou etnia. E é nesta linha que a utilização do computador como recurso pedagógico é considerado um ato de cidadania, tendo em vista que a alfabetização é um direito do cidadão, e a alfabetização digital também deve ser anexada a este processo de alfabetização social, e no contexto deste projeto a inserção social.

Este projeto tem como objetivo principal atender aos alunos matriculados nos NUENs (Núcleos de Ensino), que estão localizados nos presídios do Distrito Federal. Além das oficinas pedagógicas com o 1º segmento do EJA (Educação de Jovens e Adultos), o professor deverá formar, de forma contínua, os monitores para os cursos técnicos profissionalizantes, já existentes no sistema.

A implantação do laboratório de informática dentro do sistema prisional tem como fundamentação principal a ressocialização do preso através da capacitação profissional. Utilizando a escola e sua parte diversificada como ponte neste processo.

Tema Gerador

O fato do aluno estar restrito à liberdade é a principal motivação para a construção deste projeto. A ideia predominante para a realização deste projeto foi a necessidade de buscar soluções que instrumentaliza sem meios facilitadores para incluir os alunos da EJA (restritos de liberdade) em contatos iniciais com as tecnologias da comunicação e informação de maneira direta e democrática, a partir de informações recebidas dentro do ambiente prisional, utilizando os computadores do Laboratório de Informática.

Público Alvo

- Alunos do 1º segmento de todos Núcleos de Ensino
- Alunos do segundo e terceiro segmentos com atividades da parte diversificada e capacitação profissional
- Professores e funcionários em geral do sistema penitenciário (cursos de capacitação pedagógica)

Justificativa

Vários fatores foram identificados como primordiais para elaboração deste projeto. O principal problema observado que necessita de uma intervenção diz sobre a não utilização do recurso didático disponível na escola, que é o Laboratório de Informática, sem mencionar que a EJA já prevê a parte diversificada. Outro fator importante, levando em consideração o público almejado e a ação de ressocialização. Dessa forma os benefícios de implementação do laboratório de informática se faz necessário e primordial.

Objetivo Geral

Possibilitar aos professores e estudantes da EJA dentro do Sistema Prisional a utilização do Laboratório de Informática como ambiente aliado às práticas pedagógicas e formação profissional, fortalecendo os conceitos de cidadania e diversidade.

Objetivos Específicos

- Fornecer suporte a alfabetização do aluno, utilizando como recurso pedagógico o computador e como instrumento de estudo os softwares disponíveis.
- Formar Operadores de Microcomputador e desenvolver noções básicas de programação, oferecendo assim cursos profissionalizantes.
- Utilizar a capacitação profissional no laboratório de informática na formação cidadã e social do aluno.
- Proporcionar aos alunos domínio e conhecimentos do computador e suas ferramentas de trabalho
- modelar fenômenos, planejando e realizando experiências químicas e físicas, por meio da simulação de situações, que se modificam em função de diferentes variáveis;
- realizar cálculos complexos com rapidez e eficiência, utilizando-se planilhas de cálculo;
- editar textos de jornais, revistas, livros, utilizando recursos sofisticados de construção, diagramação e editoração eletrônica.
- favorece a interação com uma grande quantidade de informações, que se apresentam de maneira atrativa, por suas diferentes notações simbólicas (gráficas, lingüísticas, sonoras, etc.). As informações são apresentadas em textos informativos, mapas, fotografias, imagens, gráficos, tabelas, utilizando cores, símbolos, diagramação e efeitos sonoros diversos;
- pode ser utilizado como fonte de informações. Existem inúmeros *softwares* que oferecem informações sobre assuntos em todas as áreas de conhecimento. Além disso, é possível utilizar a Internet como uma grande biblioteca sobre todos os assuntos. Algumas pessoas descrevem a Internet como um tipo de repositório universal do conhecimento;
- possibilita a problematização de situações por meio de programas que permitem observar regularidades, criar soluções, estabelecer relações, pensar a partir de hipóteses, entre outras funções;
- favorece a aprendizagem cooperativa, pois permite a interação e a colaboração entre alunos (da classe, de outras escolas ou com outras pessoas) no processo de construção de objetivos, antecipar possíveis respostas, levantar hipóteses, buscar informações, desenhar experimentos, testar pertinência e validar respostas obtidas;
- permite realizar situações concretas, pela aplicação de conceitos da mecânica, eletrônica, robótica, etc., utilizando linguagens de programação e interfaces de comunicação;
- oferece recursos que permitem a construção de objetos virtuais, imagens digitalizadas, e que favorecem a leitura e construção de representações espaciais;

- Permite múltiplas revisões e correções, entre a primeira versão e a última, devido à facilidade para modificar o texto, o gráfico ou o desenho: inserir mais informações, alterar partes, mudar a sequência de apresentação das informações, etc.;
- tornar possível a publicação de jornais, livros, revistas, folhetos, mantendo as características de uso social, através de *softwares* que permitem a editoração eletrônica.

Metodologia

As atividades serão organizadas em duas linhas de trabalho. A primeira consiste em atender os alunos do primeiro segmento da EJA, com o projeto de alfabetização por meio da informática, de forma conjunta com a professora regente. A segunda será destinada à profissionalização dos internos do segundo segmento através de cursos de informática voltados para CIDADANIA com propostas interdisciplinares.

Para o projeto de Alfabetização:

As atividades desenvolvidas serão organizadas de acordo com os conteúdos trabalhados pelos professores regentes das disciplinas comuns. Para que este trabalho alcance seus objetivos, é de suma importância a colaboração dos demais professores e responsáveis das instituições. Serão trabalhados conteúdos interdisciplinares com o objetivo de dar suporte ao processo de alfabetização. Além do núcleo comum, o professor responsável pelo laboratório de informática desenvolverá projetos envolvendo a parte diversificada do currículo.

Curso para os professores

Os professores serão capacitados para atenderem os alunos nos laboratórios de informática. O projeto Alfabetizando será a metodologia do curso para os professores que aprenderam a criar e realizar atividades pedagógicas utilizando o computador.

Para o curso de profissionalização:

O curso será ministrado pelo professor de informática, ou por monitores internos, que serão treinados e acompanhados pelo professor responsável. O mesmo será oferecido de acordo com a necessidade do conteúdo e com a oferta de equipamento e local adequado tendo como função pedagógica a interdisciplinarização de conteúdos de segundo segmento através da capacitação nas tecnologias da informação e comunicação e de um aprendizado complementar voltado à prática da cidadania e do empreendedorismo.

Os meios de ensino utilizados atualmente na educação informatizada são estes:

1. Informática educativa: Esta forma de ensino utiliza-se da máquina como recurso pedagógico.
2. Educação à informática: Esta forma ensina como manusear a máquina e operar seus softwares.

Além destas opções de ensino, o professor poderá utilizar o laboratório para oferecer cursos aos professores, de informática educativa, certificado pela EAPE, e cursos ou oficinas de reciclagem sem certificação aos funcionários da instituição. *Local de atuação do projeto:* Presídios e penitenciárias do Sistema Prisional do DF.

Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento e a avaliação deste projeto será de forma contínua, ou seja, durante todo o seu percurso de forma processual. O Professor responsável deverá mensurar e avaliar a eficácia, eficiência e efetividade social e educacional do projeto, considerando a dinâmica e desenvolvimento das atividades exploradas no Laboratório de Informática, os alunos presos deverão realizar questionários sociais para fins de pesquisas posteriores. Será observado ainda o desempenho, interesse, responsabilidade e maturidade de cada aluno encarcerado, com seus anseios, dúvidas, avanços e recuos, bem como avaliando o professor quanto a sua participação e suas percepções de suas atividades propostas no Laboratório de Informática. As atividades serão avaliadas e supervisionadas pelo professor regente e demais atores envolvidos, e também no final do processo valorizando aspectos qualitativos, referente a participação dos alunos, que será levado em consideração os avanços ocorridos em seus contatos diretos com computadores, periféricos e linguagens digitais.

Cronograma

- O cronograma de trabalho seguirá as especificações do currículo atual, ou seja, para EJA o trabalho será organizado para o atendimento de 06 meses. Isso com as turmas de alfabetização participantes do projeto.
- As turmas que farão parte dos cursos técnicos profissionalizantes de informática, serão organizados em relação a carga horária conforme os cursos oferecidos e as disciplinas interligadas.

Referência:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). Brasília; MEC. 1997.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino médio. Brasília, MEC, 1999.

Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal – Versão Experimental, Brasília – Janeiro 2000.

Proposta política – Pedagógica – FUNAP. Brasília, Junho de 2000.



Convênio nº SEE – DF/ FUNAP – DF (Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal e Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF.

Revista Nova Escola - Novembro de 2004 – “Com o micro a garotada se alfabetiza mais depressa”, páginas 40 e 41.

Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional 01 de Brasília, escola mantida pela Secretaria de Estado de Educação do DF e Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro, Distrito Federal.

Apêndice 2

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA**

OFICINA DE VIOLÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO DISTRITO FEDERAL CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA

BRASÍLIA

Apresentação

O presente projeto visa à realização de uma prática musical, de maneira formal e informal, no Sistema Penitenciário do Distrito Federal, tendo como eixo central a prática instrumental no violão e o canto. Formal porque visa uma exploração dos elementos que compõem a música de maneira sistemática e acadêmica condicionando o músico a uma melhor produção/reprodução e obtenção de um significativo vocabulário musical. Proporciona ao aluno uma fundamentação capaz de torná-lo efetivamente um formador e não mero reproduzidor do conhecimento musical. Informal porque utiliza a música existente na sociedade não para conhecê-la e observá-la tecnicamente, mas para associá-la a momentos que propiciam educação, reflexão e lazer, supremos na atividade de reeducação e no período de cumprimento de pena. A prática formal é voltada à todas unidades que dispõem de espaço físico e instrumental (violões) para o desenvolvimento das atividades aqui propostas, respeitadas as respectivas prioridades de atendimento. Já a informal, é voltada à todo complexo, principalmente nas atividades coletivas dos Nuen's, nos trabalhos relacionados à autoestima e fechamento de temas geradores, ambos desenvolvidos em sala de aula pelos professores regentes das diversas disciplinas e segmentos.

Visando a atividade artístico-musical neste universo, o trabalho propõe atividades significativas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas e motoras, imprescindíveis no processo de reeducação e de equilíbrio no meio social. As habilidades aqui desenvolvidas estão voltadas à reeducação como inclusão social e, de maneira especial, ao convite para o aprofundamento dos alunos ao diversificado mundo musical, presente em diferentes áreas do mundo humano como o emocional, profissional, clínico, educacional, lúdico, estético artístico, entre outros.

No intuito de ampliar e intensificar as atividades musicais no Sistema Prisional, outras atividades artísticas e culturais, que são desenvolvidas no sistema, terão atendimento específico da área musical a fim de organizar e melhor orientar sua realização. Exemplo desse é o Festival de Arte do Sistema Penitenciário – FEST'ART, que é realizado anualmente e que atende a toda clientela prisional.

Histórico

As atividades educacionais no Sistema Prisional do DF iniciaram-se na década de 80 no Centro de Internamento e Reeducação – CIR com oficinas de música e teatro desenvolvidas por agentes prisionais e monitores. Com as atividades iniciadas e a crescente necessidade de ampliação na oferta de atividades educativas, profissionais da educação iniciaram suas atividades nesse contexto, não atuando estritamente em atividades artísticas, mas também na educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, antigo Supletivo.

Com a criação/inauguração de novas Unidades Prisionais e da necessidade constante na ampliação do atendimento, mais professores passaram a atuar no Sistema Prisional. Nos anos de 2004 a 2006, as atividades educacionais ofertadas através de convênio celebrado entre a Secretaria de Educação – SEE e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, receberam o maior número de professores, entre eles um professor de música. A carência para o exercício das atividades no componente curricular Música foi contemplada no ano de 2005, para atuar na parte diversificada do currículo e nas atividades pedagógicas desenvolvidas pelo corpo docente.

Problematização

Em meio aos diversos segmentos que distinguem pessoas no Sistema Prisional, privados de liberdade, agentes de segurança, professores, servidores da saúde, entre outros, a música é capaz de produzir uma sonoridade apaziguadora que auxilia, em suas necessidades, aqueles que ela alcança. Os alunos que possuem a oportunidade de participar das aulas e atividades, os agentes de segurança que propiciam a movimentação dos alunos e o suporte de segurança devido e os demais servidores que, mesmo de passagem, presenciam e prestigiam a atividade, sentem-se em um estado afetivo e psicológico melhor do que estavam sem a atividade.

Propiciar uma experiência diferenciada através da música e de um ambiente que propicia a reflexão de vida é um dos papéis da escola independente do contexto em que ela esteja inserida. Especificamente no Sistema Prisional, a presença da música, mesmo que simples e rudimentar do ponto de vista técnico, é

capaz de proporcionar essa experiência, independente do período/tempo em que os envolvidos possam estar na atividade.

Público alvo

Este projeto está voltado para alunos do Sistema Penitenciário que possuam os pré-requisitos necessários para frequentar essas oficinas. Estes estão ligados à matrícula e assiduidade do aluno no Setor de Ensino, disciplina, bom comportamento e outros estipulados pela equipe responsável pelo mesmo Setor (policiais e direção), além do professor responsável pelo projeto. Também estende-se aos demais presos do sistema que ora já tenham concluído a educação básica, que estejam impossibilitados de estarem frequentes nas turmas regulares ou que sejam selecionados especificamente para participarem das aulas de música e que, por questões como a de movimentação, não possam envolver-se em outras atividades regulares.

Devido às características em que vivem os alunos privados de liberdade e por suas necessidades diferenciadas, todos os alunos, independente de diagnósticos psiquiátricos, são considerados alunos especiais.

Justificativa

A música é um elemento cultural presente em todos os meios sociais e é uma forma de linguagem capaz de comunicar sentimentos, expressões, desejos e ideais através de seus elementos como a melodia, o ritmo, a dinâmica, o timbre e arranjo. A educação carcerária também se inclui no mundo como atividade social e possui igualmente a necessidade de conhecer e de se envolver com esses elementos musicais para melhor explorar e se beneficiar desta linguagem artística afim de alcançar seus objetivos enquanto instituição que reeduca e ressocializa.

“A música, enquanto parte da escola, extrapola os limites das salas de aula e é circunstancialmente integrada à escolarização, tornando-se um poderoso instrumento de ligação entre escola e a vida fora da instituição.” (WILLENS).

Neste sentido, a presença da aula de música na escola ultrapassa o limite da diversidade e do complemento formal e torna-se instrumento importante na formação do ser humano, de modo particular àqueles que

estão reclusos no sistema penitenciário e são convidados a (re) criarem conceitos de homem, sociedade e educação.

Objetivo Geral

Propiciar ao aluno o estudo prático/teórico musical para o desenvolvimento de habilidades e competências musicais e de uma interação consistente com o universo musical e social, instigando-o ao apreço e refinamento de outras habilidades necessárias ao músico como o ver (ler musical) e, principalmente, o ouvir, tendo como o eixo prático o violão e a voz.

Objetivos Específicos

- ♪ Desenvolver a habilidade de acompanhante musical, para si próprio ou terceiro;
- ♪ Desenvolver a capacidade perceptiva;
- ♪ Reconhecer e decodificar a linguagem da cifra;
- ♪ Melhorar o relacionamento social se utilizando dos instrumentos e conhecimentos musicais;
- ♪ Desenvolver o espírito social individual-coletivo, tanto na música como na sociedade;
- ♪ Desenvolver a prática da disciplina e hierarquia no processo de interação social (musical ou não-musical);
- ♪ Ampliar o universo cultural artístico;
- ♪ Aumentar a capacidade de concentração e absorção de conhecimentos;
- ♪ Incentivar a prática da leitura como forma de absorção de conhecimento e de transformação e crescimento pessoal;
- ♪ Elevar a autoestima e a capacidade criadora;
- ♪ Propiciar atividade prática para diminuição da ociosidade;
- ♪ Iniciar um processo profissionalizante através da prática musical.

Conteúdo

O conteúdo é reflexo da prática e de seu desenvolvimento. Como toda turma, a de música também é heterogênea quanto ao conhecimento e desenvolvimento. O suporte teórico é o sustento cognitivo do processo e pilar do aprendizado musical

Eis uma lista de conteúdos a serem desenvolvidos com os alunos. A quantidade de conteúdo está intimamente ligada ao nível de absorção dos alunos, de maneira particular à clientela do Sistema Prisional. O quantitativo não é o mais importante. No âmbito prisional, o mais importante é criar e resgatar valores para que o homem se reeduque e ao voltar à sociedade possa nela viver bem respeitando a si próprio, familiares e os demais cidadãos. Reflexões e atividades que se relacionam à autoestima são fundamentais para que o objetivo da reinserção qualitativa sem reincidência criminal possa ser concreto. A música e seu conteúdo é instrumento de grande valia como facilitadora dessa (re) educação.

Teoria Geral

- ♪ Apreciação musical;
- ♪ Parâmetros do som;
- ♪ Notas musicais;
- ♪ Intervalos;
- ♪ Estrutura das escalas;
- ♪ Acordes e harmonização das escalas;
- ♪ Figuras rítmicas;
- ♪ A partitura e seus elementos;
- ♪ Acordes e suas extensões;
- ♪ Conhecimentos específicos para o violão
- ♪ As cordas do violão (numeração, nome e afinação);
- ♪ Nome e numeração dos dedos;
- ♪ Casas do violão;
- ♪ Acordes no violão e cifras;
- ♪ Dedo guia;
- ♪ Mapeamento do violão por regiões;
- ♪ Tablatura e tablatura numérica;

- ♪ Reconhecimento do braço do violão (nome e localização das notas ao longo do braço);
- ♪ Arpejos e escalas;
- ♪ Ritmos e levadas;
- ♪ Transposição;
- ♪ Rearmonização.

Para as atividades relacionadas ao FEST'ART a parte musical relaciona-se à orientação e aperfeiçoamento dos trabalhos inscritos e classificados no mesmo. O festival é voltado para toda clientela prisional e não apenas à educação. A organização e produção são de responsabilidade dos professores do Centro Educacional 01 de Brasília e essa atividade alcançou o status de maior evento ressocializador do Sistema Prisional do DF.

Metodologia

As aulas na oficina de violão são coletivas. Cada Unidade Prisional proporciona uma forma de atendimento porque as instalações físicas, o acesso, os regimes do cumprimento de pena, entre outros, diferem-se umas das outras. As Unidades Centro de Internamento e Reeducação – CIR, Centro de Detenção Provisória – CDP, Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PPDF, Penitenciária do Distrito Federal I – PDF I e Penitenciária do Distrito Federal II – PDF II atendem uma turma por turno por não possuir condições de movimentação de alunos no meio do turno. No entanto, a Ala de Tratamento Psiquiátrico – ATP (localizada na PPDF) e o Centro de Progressão Penitenciária – CPP possuem condições de realizar movimentação no meio do turno, possibilitando a formação de duas, ou excepcionalmente, três turmas por turno, levando-se em consideração a disponibilidade de movimentação e o perfil dos alunos.

Cada Unidade Prisional deveria possuir um Professor de Música para atuar exclusivamente em suas dependências. Dessa forma os objetivos das atividades seriam alcançados e disponibilizados em todas as Unidades. Infelizmente, é necessário que se faça uma escolha de atuação entre as Unidades que dispõem condições de realização da atividade. Procura-se observar que o mínimo oferecido em uma Unidade Prisional seja de dois turnos por semana. Assim garante-se que o aluno daquela Unidade Prisional tenha ao menos dois encontros por semana com o professor e com o instrumento.

O número de alunos em cada turma formada também varia de Unidade para Unidade. Questões como segurança, estrutura física, localização da sala disponível para a atividade são fatores que influenciam. Cada Unidade que oferta a Oficina de Violão disponibiliza ao menos 11 violões para as atividades, sendo que um é reservado ao professor.

As turmas recém-formadas iniciam-se com um conhecimento geral da composição do violão (corpo, braço, cordas), os nomes dos dedos e a apresentação da tablatura numérica, sistema esse que acompanha boa parte do curso no qual os repertórios são desenvolvidos e apresentados. Em meio aos estudos dessas melodias, a parte cognitiva e motora vai se aprimorando ao ponto de possibilitar ao aluno outras práticas no instrumento como a reprodução de acordes, acompanhamentos harmônicos e outros estudos como notas, escalas e harmonias. Os alunos que não são movimentados para outras Unidades Prisionais e permanecem com acesso ao Setor de Ensino, continuam com estudo, aprimorando sua prática e aprofundando seus conhecimentos. As vagas oriundas dos que foram movimentados são redirecionadas conforme os critérios estabelecidos entre a Unidade e a direção do Centro Educacional 01 de Brasília.

Avaliação

A avaliação será feita no decorrer das atividades para ajustar e/ou modificar as estratégias de ensino e adicionar elementos para a melhoria do projeto. Seu caráter é subjetivo no sentido de resgatar e criar valores para reconstrução do homem se utilizando do conhecimento musical.

A avaliação culminará, principalmente, nas audições feitas nos Setores de Ensino, em forma de apresentação ao público.

Bibliografia/ Referências

Na corriqueira vida que o mundo moderno nos condiciona viver, passamos despercebidos por muitos elementos que constituem o mundo em toda sua existência e história. Se pudermos observar, a nossa audição sempre está acionada para decodificar um som que se associa a um elemento concreto, por exemplo: a fala de alguém expressa uma comunicação social; o som de águas correntes relaciona-se a cachoeiras e belos ambientes naturais; o som do violino nos lembra a música romântica; o timbre do acordeom fundido ao do triângulo e ao da zabumba nos lembra a música nordestina e os grandes bailes de São João, entre outros. Como viver e conviver com todos estes elementos despercebidamente?

Partindo desse questionamento, precisamos parar e observar o som que nos alimenta e que está sempre presente, nos comunicando e formatando a nossa vida. “Não existe o silêncio total em condições de sobrevivência humana. Mesmo antes do aparecimento do homem sobre a terra, ruídos manifestavam-se através do bramido do mar, da força do vento sobre a vegetação, de rios correndo sobre pedras ou mesmo de animais que emitem sons na tentativa da comunicação... O que se deve ao homem é a combinação desses elementos para a exteriorização de suas emoções.” (SILVA).

A música, como fonte organizadora do som, é arte que se realiza com ou sem a intervenção do homem. A natureza por si só já possui toda orquestra e regente. Mas, graças ao Regente Maior, o homem também tem a oportunidade de organizar o som, organização esta que abrange a capacidade de criar instrumentos, de organizar alturas, de criar timbres, etc.

Entre as possibilidades de intervenção do homem no som, três fatores nos atentam para o trabalho aqui idealizado: a organização do som (teoria musical como fonte de estruturação da música e recurso de desenvolvimento e aprofundamento na área artística), a absorção da música contida no ambiente (seja ela intrínseca ao aluno ou em seu convívio) e o espírito pesquisador e criativo para a produção de som utilizando-se dos recursos disponíveis (materiais alternativos, o corpo como instrumento rítmico e vocal, instrumentos musicais, etc.).

Como em toda aprendizagem, a motivação é um fator importantíssimo que conduz todo trabalho. É o diferencial na qualidade daquilo que é produzido. Como reflexo do meio em que vive, o homem é resultado de sua cultura particular. Nesta cultura, desenvolvem-se certos gostos e preços que se difere entre culturas. A música também se desenvolve de diferentes maneiras nos diversos ambientes sociais. Assim sendo, para o aluno, o que lhe motiva a estudar música é a intenção de produzir uma música que ele aprecia, ou seja, “tocar ou cantar” aquilo que ouve. A partir de então, uma abertura natural ao novo aparecerá porque o envolvimento com a prática o condicionará a querer ter uma prática diferente a que era limitada pelo seu gosto musical passando a apreciar música de maneira mais abrangente e diversificada, como ela é.

A matriz motora deste trabalho é fazer que o aluno, a partir de sua satisfação de produzir algo que lhe é agradável, sinta-se capaz de produzir e reproduzir a sua experiência musical internalizada interagindo mais satisfatoriamente em seu meio e/ou envolva-se cada vez mais na profundidade da arte e comece a ampliar

suas experiências apreciativas do som, criando em si o desejo de conviver mais intensamente com essa arte.

Como se não bastasse puramente sua riqueza artística, a música também possibilita o desenvolvimento de aptidões muito importantes para qualquer área do conhecimento. Para frisar isso, podemos citar que “a música ainda se destaca como sendo o setor da educação que estimula, de maneira especial, o impulso vital e as mais importantes atividades psíquicas humanas, como a inteligência, a vontade, a imaginação criadora e, principalmente, a sensibilidade e o amor. Nisto está sua peculiaridade, pois reúne, harmoniosamente, conhecimentos, sensibilidade e ação”. (JANNIBELLI).

A música não pode ser vista como arte à parte do processo educacional. Inserida neste contexto “a escola pode contribuir para que os alunos se tornem ouvintes sensíveis, amadores talentosos ou músicos profissionais, ela pode proporcionar condições para uma apreciação rica e ampla onde o aluno aprenda a valorizar os momentos importantes em que à música se inscreve no tempo e na história.” (PCN – Artes, pág.54).

A possibilidade do estudante de música se envolver profissionalmente com a arte que se relaciona é significativa, seja formal ou informalmente. A Lei de Execuções Penais (1984) prevê no Art.19 o direito do interno ao ensino profissional em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico. A oficina de música no Sistema Penitenciário é uma oportunidade profissional àquele que frequenta a aula com assiduidade, disciplina e compromisso, além de permitir ao aluno maior quantidade de tempo em atividades educacionais e ressocializadoras.

O eixo prático das atividades musicais está no violão e na voz, como citado, mas não se limita a isso. Outras fontes sonoras e instrumentais poderão ser utilizadas nas atividades musicais desde que haja disponibilidade de acesso. A intenção é enriquecer a sonoridade e ampliar as possibilidades de timbre.

Como suporte para as atividades, abaixo alguns recursos bibliográficos/ referências constantemente consultados e disponibilizados para os alunos:

- MED, Bohumil. Teoria da música.
- Apostila de violão para os alunos do FIC/Violão do CEP/EMB.
- Apostila para os alunos da Oficina de Violão do Sistema Prisional.

Apêndice 3

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA



Teatro na prisão. Ensino de teatro.
Processos de encenação. Ressocialização.

Entreato



BRASÍLIA

APRESENTAÇÃO

Este projeto está inserido no PPP – Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional 01 de Brasília e tem como ponto de partida a prática teatral na PDF 1 – Penitenciária 1 do Distrito Federal, onde o regime é fechado e há pouca rotatividade de estudantes com relação à progressão de regime de pena, mudanças de unidade por causa de atos ilegais e violentos, o que facilita a realização do trabalho. Pretende-se abrir um espaço de reflexão e prática que torne possível a apropriação pelo estudante, dos diversos elementos do fazer teatral e aprofundar a investigação sobre alternativas metodológicas. Visa uma experiência pedagógica na reconstrução do indivíduo em direção à cidadania. O teatro tem como fundamento a experiência de vida, ideia, conhecimento e sentimento, oferecendo ao indivíduo a oportunidade de se desenvolver dentro de um determinado grupo social de maneira responsável, legitimando seus direitos dentro desse contexto, estabelecendo relações entre o individual e o coletivo, aprendendo a ouvir, acolher e a ordenar opiniões, respeitando as diferentes manifestações, com a finalidade de organizar a expressão de um grupo, e também proporciona momentos de descontração e lazer, que é essencial para a vida humana e principalmente para a pessoa privada de liberdade.

O projeto compreende o fazer teatral como uma combinação de atividades para o desenvolvimento global do indivíduo, em um processo de ressocialização consciente e crítico, um exercício de convivência democrática, uma atividade artística com preocupações de organização estética e lúdica, uma experiência que faz parte das culturas humanas. Apresenta conceitos e metodologias empregadas, conforme a necessidade da unidade prisional. Responde a questões como, a relação com o espaço prisional, numa tentativa de responder quem é o interno e como ele se insere nesse sistema. Acompanha as atividades do estudante, estabelecendo um diálogo entre os polos acadêmico e prisional.

Por fim, este projeto pretende fazer do estudante um ser autônomo e demonstrar que o respeito à autonomia e a dignidade de cada um, é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. É nesse sentido que o diálogo verdadeiro entre professor e estudante, faz com que esse cresça, sobretudo, no respeito a ele e com o outro, promovendo sua autoestima e seu valor ético, e que aos poucos compreenda que a transgressão da ética jamais pode ser vista ou entendida como virtude, mas como ruptura com a decência, de tal modo que entenda que ser machista, racista ou qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos

condicionamentos a se enfrentar. A beleza da arte, do fazer teatral, entre outras coisas, se acha no respeito à autonomia e a identidade criada durante o processo educacional criativo, onde, aprender precedeu a ensinar e o ensinar se diluiu na experiência realmente fundante de aprender, exigindo não só do estudante, mas também do educador uma prática coerente e sistemática de um novo olhar metodológico.

“... ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção. Ensinar é a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado.” Paulo Freire.

Histórico

A disciplina de História da Arte já era desenvolvida na escola do sistema prisional, no período em que a mesma era vinculada a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, através de um convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. As aulas eram ministradas do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio. Durante o processo pedagógico percebeu-se que alguns estudantes tinham habilidades para dramatização de textos, constatado através da leitura. Como na escola não era desenvolvido, naquele momento, nenhuma atividade voltada às artes cênicas, e a docente responsável é formada e pós-graduada em artes cênicas, a mesma percebeu a necessidade de desenvolver um projeto em arte dramática, com o intuito de oferecer ao estudante a possibilidade de autoconhecimento, estreitamento de laços, resgate de identidade e a possibilidade de expressar através dos jogos teatrais suas angústias, agressividade, medo, dor, alegria e demais sentimentos e emoções. Através da parceria com outra docente o trabalho foi iniciado no segundo semestre de 2011. Naquele momento o objetivo era apenas uma montagem teatral, sem a pretensão de se criar um grupo de teatro na escola. À medida que o trabalho era desenvolvido, a educadora percebeu o impacto causado aos atores/estudantes e a massa carcerária, impacto no sentido libertador que tal atividade causou. A falta de estímulo e desinteresse dos alunos já percebido em outras atividades se transformou num ganho de autoestima, cooperação, aumentando a capacidade de percepção como ser humano, renovação da identidade, gerando para muitos a tomada de decisões no âmbito profissional, emocional e de interação com o grupo e respeito mútuo.

Com o Sucesso obtido não só da apresentação teatral, mas pela entrega dos estudantes a ideia, e a percepção de mudança no comportamento, com relação a valores e princípios, fortalecimento da amizade, afetividade, cumplicidade e respeito entre todos no grupo, o trabalho tornou o processo pedagógico muito

mais harmônico. O fazer teatral levou pra dentro da escola uma atmosfera de otimismo, entusiasmo e alegria, contagiando não só os estudantes de teatro, mas a escola como um todo.

Tal realização levou a educadora a propor para a direção da escola, a formação de um grupo permanente de teatro na PDF 1 – Penitenciária 1 do Distrito Federal, o que foi prontamente aceito, tendo início no ano de 2012, o grupo **ENTREATO**. Desde então, vem sendo realizado semestralmente espetáculos com textos de autores nacionais e internacionais e também textos criados pelos estudantes. Os espetáculos são apresentados no pátio da penitenciária e adereços, figurinos, painéis, cortina, trilha sonora, maquiagem e folder são viabilizados pela educadora, para aproximar ainda mais os estudantes e a plateia do ambiente teatral. Além do aprimoramento dos estudantes no fazer teatral, o projeto também tem o objetivo de fomentar a formação de plateia e propiciar o acesso ao teatro.

Sendo assim, o projeto teatral vem facilitar o desenvolvimento da capacidade do indivíduo encarcerado, na tomada de decisões em sua existência e possibilitar aprendizados entrelaçados com a vida cotidiana.

PROBLEMATIZAÇÃO

A falta de projetos, perspectiva de vida, que são automaticamente afastadas do indivíduo ao adentrar as grades, retira do detento sua identidade e o potencial de vida?

TEMA GERADOR

Práticas teatrais no Centro Educacional 01 de Brasília, Sistema prisional:

Experiência de liberdade, afirmação da identidade e a reconstrução da cidadania.

PÚBLICO ALVO

Estudantes da EJA do segundo e terceiro segmentos

JUSTIFICATIVA

Estamos vivendo uma época onde a solidariedade é fundamental para chegarmos a uma sociedade mais justa. O teatro é um exercício de cidadania e um meio de ampliar o repertório cultural de qualquer estudante. Diante dos inúmeros desafios atuais e do futuro, a solidariedade é essencial na construção das ideias de paz, de liberdade e de justiça social, como via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso e mais autêntico. Quanto mais pessoas estiverem conscientes dessa necessidade e tiverem sensibilidade para viabilizar contribuições com propostas criativas, melhor. O teatro tem uma importância fundamental na educação, ele permite ao estudante uma enorme sucessão de ideias e de aprendizados onde podemos citar como exemplos, a socialização, integração, a criatividade, a coordenação, a

memorização, o vocabulário e muitos outros. Assim, a proposta *“Teatro na Prisão”* não só tenta suprir a carência de espetáculos artísticos na penitenciária, mas oferece a possibilidade de formação de plateia, que é tão importante como a formação de leitores, já que o homem desde a pé história sentia a necessidade de representar suas emoções e seus sentimentos. O oferecimento de espetáculos artísticos auxilia no desenvolvimento cultural dos estudantes, ampliando seus horizontes e suas possibilidades de uma melhor qualidade de vida. A identificação com os personagens, o desenvolvimento de valores que emergem nas soluções de problemas, que os eventos evidenciam, salientam as atitudes de cidadania e a convivência com os diferentes, de forma lúdica e sensível. Além disso, o projeto viabiliza a possibilidade do estudante se envolver profissionalmente com a arte teatral em nível de iniciação, como prevê a Lei de Execuções Penais (1984) no Art.

O teatro na escola, de acordo com os PCNS de Arte (2001) “ têm o intuito de que o aluno desenvolva um maior domínio do corpo, tornando-o expressivo, um melhor desempenho na verbalização, uma melhor capacidade para responder às situações emergentes e uma maior capacidade de organização de domínio de tempo”.

O teatro é uma arte milenar que se renova a cada dia. Poderoso instrumento de humanização, investiga a essência do homem, levanta questões da sociedade contribuindo para renovação dos conceitos culturais, políticos e estéticos. Renova valores fundados na coletividade e na solidariedade. O teatro aproxima os seres humanos. Esse é o seu poder.

OBJETIVO GERAL

Promover a conscientização e a valorização do indivíduo por meio da arte, potencializando a presença do ator em cena, fortalecendo o comprometimento e a qualidade artística, possibilitando a ampliação e a aplicabilidade de suas dimensões cognitivas, psicológicas, poéticas e afetivas, por meio de atividades, com o auxílio das técnicas teatrais, provocando a expansão da consciência, o refinamento da expressividade e movimentos e a consolidação do amadurecimento e do autoconhecimento, estimulando assim, o exercício efetivo das emoções.

CONTEÚDOS

- Expressão corporal
- Postura
- Equilíbrio

- Corpo no espaço
- Utilização do espaço
- Ritmo
- Expressão vocal
- Dicção
- Volume vocal
- Improvisação teatral
- Concentração
- Foco
- Ação no jogo
- Variação de movimento, velocidade e peso
- Composição de cena
- Relação palco e plateia
- Aquecimento corporal e vocal
- Presença e atitude cênica
- Texto (leitura, interpretação, pontuação, pausa, criação e representação)
- Intenção
- Variações de ritmo, de níveis, de energia
- Repetição, ânimo, entusiasmo: as palavras de ordem do ator

METODOLOGIA

O trabalho com os estudantes consiste em oficina de teatro, em que a linguagem teatral será desenvolvida através de exercícios baseados na metodologia de Ana Mae Barbosa, o tripé: apreciação, produção e reflexão da obra de arte. E como defende os próprios PCNs, é papel da escola “ensinar a produção histórica e social da arte e, ao mesmo tempo, garantir ao aluno a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas pessoais ou grupais com base em intenções próprias.” É utilizado também a metodologia dos jogos teatrais de Viola Spolin, Jogos Para Atores e não Atores de Augusto Boal, improvisações livres e temáticas. O estudante entra em contato com a história do teatro, conceitos de teoria teatral e textos dramáticos de autores nacionais e internacionais e também são estimulados a criar textos dramáticos. Esse trabalho possibilita a reflexão sobre temas universais, fomentando o exercício de tornar o estudante capaz de pensar em si mesmo, no outro e em suas relações com o mundo. Na construção de uma dramaturgia criada pelo estudante, está presente o

diálogo entre o texto, a vida no cárcere e a vida em sociedade. Através dessa dinâmica, o ator/estudante passa a ter uma maior atenção, torna-se mais presente e verdadeiro em cena e passa a desprezar o que é estereotipado. Esse fazer teatral diário, leva a uma ampliação da consciência, de que é capaz de reconhecer o mundo a sua volta, o que está nas entrelinhas e até mesmo imagens do inconsciente. São momentos preciosos e que trazem muitas vezes questões que estão sendo evitadas, por motivos pessoais ou institucionais. Tudo isso fortalece a afetividade, a cumplicidade e faz o ator/estudante expor suas angústias, medos, raiva, amor, exercitando seus sentimentos e emoções. O maior desafio é como conviver com uma proposta de atitudes e ações tão libertárias e socializadoras, princípios do teatro, dentro de um ambiente com tantas regras rígidas de segurança e vigilância, como o cárcere. Este projeto tem como princípio estimular o fazer teatral no ambiente prisional e acredita que o teatro incentiva o interno a pensar sobre si mesmo na prisão e fora dela. O aprendizado em teatro desperta uma visão da arte, não apenas como conhecimento, mas como instrumento de reflexão de questões e problemas da sociedade: violência, falta de autoconhecimento, marginalização e desrespeito aos direitos humanos, levando o estudante a uma profunda reflexão.

DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES		
<p>Apresentação da professora e dinâmica para apresentação dos estudantes</p> <p>Conhecer as diferentes linguagens artísticas.</p> <p>História do teatro</p>	Sala de aula	3 aulas
<p>Leitura branca (de reconhecimento) de um poema</p> <p>Estudo do poema, com pontuação</p> <p>Pausas e intenções</p> <p>Apresentação do poema pelos estudantes</p>	Sala de aula	3 aulas
Preparação corporal e vocal	Sala de aula	3 aulas

Jogos teatrais Exercícios de improvisação livre em grupo Exercício de improvisação temática em grupo Exercício de improvisação com músicas e com objetos em grupo	Sala de aula	3 aulas
Leitura de textos dramáticos variados Estudo de textos com pontuação, pausas, e intenções Escolhas trechos para encenação Exercícios de improvisação em grupo Escolha do texto que será encenado no fim do semestre	Sala de aula	6 aulas
Ensaios para montagem de espetáculo	Sala de aula	Abril a Junho 2019
Apresentação do espetáculo	Pátios da Penitenciária 1DFPátio: ala A/B Pátio: ala C/D	Primeira semana de julho

QUEM	COM QUE	APRENDIZAGENS QUE PRETENDE ALCANÇAR
<p>Iza Maia – Professora Estudantes da turma do projeto de. Coordenador da unidade prisional Direção da Escola NUEN da PDF 1 do DF</p>	<p>Livros Apostilas Textos dramáticos Vídeos CDs Pen drive Aparelho de som Objetos Cenário Objetos de cena Cortina Painéis Maquiagem Palco móvel Caixa de som Microfones</p>	<p>Aprimorar a capacidade de escuta e concentração. Perceber e utilizar elementos teatrais na improvisações. Trabalhar coletivamente. Aprimorar a oralidade. Reconhecer e utilizar a capacidade expressiva do corpo e da voz. Improvisação com elementos narrativos e teatrais. Consciência corporal. Reconhecimento da relação teatral entre atores e plateia. Analisar e compreender textos dramáticos. Experimentar deslocamentos no espaço com percursos Retos, circulares, em diferentes direções e nos níveis Alto, médio e baixo. Elaborar cenas coletivamente. Criar cena a partir de um texto. Trabalhar oralmente as qualidade de volume, altura e Ritmo. Reconhecer características e conflito gerador da ação Dramática.</p>

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua como verificação das ações para adequação, pois dela dependem os passos seguintes e os ajustes, aproveitando as próprias situações de aprendizagem. Durante o período do ano

letivo, dando ênfase as várias etapas de execução dos trabalhos propostos. Tais adequações dependem das especificidades e intempéris da unidade prisional, onde será realizado o projeto. Os estudantes farão uma autoavaliação e avaliação do processo de ensino, e serão avaliados por meio de relatórios, observação e registros das atividades. O projeto também terá o acompanhamento e avaliação da coordenação da escola e conseqüentemente da CRE.

"Tempo virá.

Uma vacina preventiva de erros e violência se fará.

As prisões se transformarão em escolas e oficinas.

E os homens imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado."

Cora Coralina

CRONOGRAMA

O projeto terá início no dia 11 de fevereiro de 2019 e término em 20 de dezembro de 2019. As aulas de teatro acontecem três vezes por semana, nos períodos matutino e vespertino, atendendo a duas turmas com 10 estudantes em cada, pois, é o número autorizado pelo chefe do NUEN – Núcleo de ensino da Penitenciária 1 do Distrito Federal. Lembramos que o projeto de teatro existe desde 2011, é realizado anualmente, com a encenação de dois espetáculos por ano, no encerramento de cada semestre.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad., prefácio, introdução, compêndio e apêndices de Eudoro de Sousa. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994 (Coleção Estudos Gerais / Série Universitária).

ARTAUD, Antonin . **O teatro e seu duplo**. São Paulo: Max Limonad,1981. BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. Tradução de Jacó Guinsburg (org.) São Paulo: Perpectiva , 2002.

- BORNHEIM, Gerd. Brecht: **a estética do teatro**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. BROOK, Peter. **A porta aberta: reflexões sobre a interpretação e o teatro**/ Peter Brook; tradução Antônio Mercado. - Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1999.
- COHEN, Renato. **Performance como linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FO, Dario. **Manual mínimo do ator**. São Paulo: SENAC, 1998.
- GASSNER, John. **Mestres do Teatro**. Tradução de Alberto Guzik e Jacob Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1974. (Vols. I e II).
- MAGALDI, Sábato. **Iniciação ao teatro**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Série Fundamentos, 6).
- PAVIS, Patrice. **A Análise dos Espetáculos**. São Paulo: Perspectiva, 2003. ROUBINE, Jean-Jacques. **A linguagem da encenação teatral**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A preparação do ator**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1982.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: 1999.
- BARBOSA, Ana Mae. **A abordagem triangular no ensino das artes culturais visuais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.
- SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais: O Fichário de Viola Spolin**. Tradução de Ingrid *Dormien Koudela*, São Paulo: *Perspectiva*, 2001

Apêndice 4

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA**



JULIETAS ENCARCERADAS: PROJETO DE MONTAGEM TEATRAL



BRASÍLIA/DF
2019

Apresentação

Este projeto tem como objetivo a criação e montagem da peça teatral **JULIETAS ENCARCERADAS** a partir da oferta de oficinas teatrais para mulheres privadas de liberdade. A ideia original surgiu a partir da elaboração de pré-projeto do mestrado em Arte Cênicas PROFART da Universidade de Brasília (UnB), na área de concentração, encenação teatral e linha de pesquisa, criação e montagem teatral; uma pesquisa sob a orientação do Professor Dr. Jorge das Graças Veloso.

O curso tem como objetivo central estudar as implicações da criação teatral no contexto da educação prisional, com foco na construção de espetáculos e estudos das metodologias envolvendo a criação e a formação do ator para o mundo do trabalho e a pesquisa pedagógica.

As oficinas serão realizadas no período de um ano em duas fases: uma introdutória e outra avançada. O grupo será constituído, inicialmente, por quarenta e cinco participantes, considerando-se que a dinâmica da presença das participantes estará vinculada à estrutura aprisionadora do sistema penitenciário, no qual a rotatividade de participantes é uma constante.

A construção do espetáculo será uma criação coletiva onde todas as pessoas envolvidas serão ouvidas e terão participação afetiva no processo e montagem do espetáculo. Toda a parte técnica e de construção de adereços, figurinos, cenário, composição sonora e iluminação serão realizadas na penitenciária, com o desenvolvimento de oficinas de formação técnica em cenografia, iluminação, figurino, adereços cênicos e sonorização, como foco na formação profissional de técnico em Espetáculos de Diversões.

Problematização

Segundo informa o Ministério da Justiça, há cerca de mil mulheres privadas de liberdade no Distrito Federal. Elas cumprem rotinas que levam os seus corpos à mobilidade robótica. O procedimento é assim: cabeça baixa, mãos para trás, olhar para baixo e não encarar a agente penitenciária, falar baixo e andar atrás de uma linha em fila indiana. Assim, tais mulheres têm seus corpos silenciados e se tornam invisíveis; todas devem ser “uma mesma pessoa”, sem individualidade, pessoalidade, diversidade, subjetividade, tudo isso é afastado e o que transparece é uma personagem forjada pelo carcereiro – todas em uma só; por isso o silêncio de tantos corpos, invisíveis tanto pelos agentes como pela sociedade.

Tal invisibilidade se expressa de duas formas: pelo arranjo encontrado nos procedimentos e pelo total desconhecimento da sociedade por essas pessoas.

Tema gerador

O projeto **JULIETAS ENCARCERADAS** surge pela observação das mulheres presa tem de questionar a sua existência e realizar um novo projeto de vida. Surge da necessidade do desenvolvimento de um projeto que auxilie essas mulheres no resgate de sua autoestima e retorno à vida social.

Público alvo

Alunas da 4ª etapa do 1º segmento e demais etapas dos 2º e 3º segmentos do Núcleo de Ensino do bloco três e dos blocos 6 e 7 da PPDF.

Justificativa

Esse trabalho busca a visibilidade das mulheres privadas de liberdade, tendo como caminho a montagem teatral **JULIETAS ENCARCERADAS**. A proposta é levantar temas próprios de tais mulheres para mostrar à sociedade a importância de conhecer pessoas com suas subjetividades. O trabalho será apresentado para as mulheres em cumprimento de pena e para sociedade. O propósito é levar essa discussão para escolas e universidade, além do público em geral que frequenta os teatros de Brasília e entorno.

O trabalho será desenvolvido no Presídio Feminino do Distrito Federal (PPDF), em três blocos. Assim, considerando esse contexto, o teatro desenvolvido com as pessoas privadas de liberdade deve levar em conta não só os conhecimentos adquiridos, mas também a necessidade de se fazer um paralelo entre o mundo do cárcere e o de Julieta de Shakespeare. O diálogo proposto entre o cárcere e a Julieta tem como fio condutor oficinas de construção de texto, de formação na área técnica do teatro e da apresentação teatral.

A encenação será construída com base nos textos de Romeu e Julieta em paralelo a textos criados pelas mulheres do **Grupo Teatral JULIETAS ENCARCERADAS** e com inspiração nos textos da peça de Shakespeare. Nosso trabalho é dividido em três partes: na primeira, descrevemos a realidade dos corpos aprisionados, analisando como a estrutura prisional faz com que esses corpos sejam silenciados e vistos como máquinas repetidoras de ações. Na segunda parte, construiremos a fundamentação teórica do **Teatro do Silêncio**, método usado para formação de grupos teatrais nas prisões do DF.

As teorias que sustentam o Teatro do Silêncio se apoiam primeiramente no **Teatro do Oprimido de Augusto Boal** e no **Teatro Político de Brecht**, que tem como finalidade o entendimento do que é o ser social. Em segundo lugar o **Teatro Pobre de Grotowski**, que foca na preparação corporal despida de adereços e fantasias e, por último, o **Teatro Físico de Tchekhov**, que trabalha a construção da personagem pelo centro de energia, o qual traz à atriz consciência corporal.

Na terceira parte, analisamos a peça **Romeu e Julieta de William Shakespeare** e a compararemos com a realidade da mulher privada de liberdade, criando uma poética da cena teatral.

A pretensão da criação da peça é estabelecer uma simbiose entre os textos de Julieta aos criados pelas mulheres em privação de liberdade. Uma encenação feita como autoria do grupo, em diálogo das experiências vividas pelas mulheres privadas de liberdade com a voz de Shakespeare.

Nosso teatro quer (dar voz) dessilenciar à mulher privada de liberdade, já que o cárcere silencia a voz, o corpo e a alma.

O cárcere cria, na história, várias etapas de punição às quais uma pessoa privada de liberdade pode ser submetida; uma delas é a execração social. Foucault, no livro *Vigiar e Punir* (1987) relata que a punição do século XVII cabia ao culpado levar à luz do dia a sua condenação escrita referente ao crime que cometeu. “Seu corpo mostrado, passeado, exposto, suplicado” (FOUCAULT, 1987, p. 15), deve ser como um suporte, um outdoor público de um processo que ficará nele, sobre ele, o ato de justiça deve se tornar legítimo para todos que acompanharam a punição.

Na situação atual, talvez seja muito mais grave que a destes condenados do séc. XVII, pois hoje o criminoso é retirado do convívio social. Ele desaparece, é silenciado pela sociedade que cala as suas histórias, ele é despejado num abismo onde não se saberá que tipo de crime ele cometeu, a não ser pelo sensacionalismo dos meios de comunicação, que informam conforme suas conveniências. Ouvi de interno “aqui é um túmulo de pessoas vivas, esquecidas pela sociedade”, assim o crime existirá para a sociedade como uma memória, uma metáfora.

Hoje em Brasília o crime é uma metáfora, está no inconsciente da sociedade como monstros dos pesadelos, construído pelos meios de comunicação de massa. Queremos gritar para fora dos muros, mostrar que as mulheres presidiárias têm questões existenciais tão profundas quanto qualquer pessoa, como a Julieta de Shakespeare. Nosso propósito com a montagem **JULIETAS ENCARCERADAS** é de “dessilenciar” o silêncio e trazer aos olhos o que são as prisões modernas impõem às pessoas em privação de liberdade.

Objetivo Geral

Resgatar a autoestima das mulheres encarceradas na PFDF promovendo o autoconhecimento: intelectual, corporal e emocional, por meio de produção teatral.

Objetivos específicos

- Debater com a comunidade a situação da mulher em privação de liberdade;
- Analisar os direitos da mulher encarcerada observados no texto criado;
- Conhecer e compreender a subjetividade da mulher privada de liberdade;
- Criar texto cênico-poético mesclando texto dito pela Julieta, na peça Romeu e Julieta de William Shakespeare, e os das Mulheres Encarceradas trazendo a realidade do cotidiano penitenciário;
- Apresentar a peça Julietas Encarceradas para o público em geral e para as mulheres em privação de liberdade.

Conteúdos

- Leitura e interpretação de texto;
- Criação de texto;
- Criação de personagem;
- Criação de cenário, figurino, adereços, sonoplastia e iluminação;
- Ensaio cênico;
- Expressão corporal; ● Encenação teatral; ● Apresentação teatral.

Metodologia

O foco da pedagogia é o Teatro do Silêncio, método usado para realização de montagens teatrais no Sistema Penitenciário do DF, que busca a ‘dessilencialização’ dos corpos das pessoas privadas de liberdade. As teses que sustentam são: em primeiro lugar, o teatro do oprimido de Augusto Boal e o teatro político de Bertolt Brecht; em segundo, o teatro corporal de Jerzy Grotowski e, por fim, a construção corporal da personagem de Michael Tchaikovsky.

No teatro do oprimido de Augusto Boal o foco é o entendimento da situação social e política da pessoa privada de liberdade (BOAL, 1983), assim os primeiros resultados cênicos são as cenas do cotidiano. Isso é feito observando uma série de jogos propostos pelo próprio Boal, nos quais os integrantes do grupo são o foco, construindo um sentido de colaboração e reconstrução das vidas das pessoas privadas de liberdade e uma síntese cênica de suas existências.

A atriz despojada de adereços e figurinos trazendo a personagem pela presença cênica e a expressão corporal, conforme Grotowski nos ensina.

Cronograma

Ações	Tempo
Leitura e interpretação do texto	Dois meses
Criação do texto cênico	Dois meses
Trabalho corporal (perpassa todas as ações)	Dois meses
Marcação de cenas	Dois meses
Ensaios	Dois meses
Apresentações	Seis meses

Referências:

O teatro, no contexto prisional, possibilita outras escolhas que levam a estudante/atriz a desenvolver o gosto pela arte teatral, não pela estética pessoal ou a fama, motivos do teatro burguês, segundo (Boal, 1983), mas pela transformação pessoal e pelo atendimento das populações em risco social, foco diferente do trabalho das atrizes dessa oficina. Para iniciarmos esta oficina, as estudantes encontram motivações bem diversas, também diferentes do teatro burguês que é o sucesso pessoal. As motivações são: ocupar o tempo, remir a pena, influência das amigas, possibilidade de um ambiente vulnerável à contravenção e regalias que a cadeia não oferece no cotidiano, como acesso a materiais. Há casos, também, em que a estudante já fazia teatro na escola ou em grupos. Encontramos estudantes não alfabetizadas ou com grandes dificuldades de leitura, as quais foram motivadas à escolarização. São estudantes que têm a compreensão de mundo construído pelas suas vidas e com grandes dificuldades de racionalizar suas experiências. O Teatro do Silêncio não tem o propósito de formar atores para o mercado de trabalho. A metodologia é focada na formação de um ator crítico para um espetáculo que debata questões relevantes para as pessoas e a sociedade. As montagens já feitas foram apresentadas em diversos espaços culturais e universitários da cidade.

O método do Teatro do Silêncio tem como objetivo ENCONTRAR O QUE NÃO PODE SER DITO, O QUE CALA. Tem como referência teórica o Teatro Pobre de Grotowski, um pouco do Teatro Corporal de Michel Tchaikovsky, o Teatro do Oprimido de Augusto Boal e o Teatro de Brecht.

Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento será feito pela coordenação pedagógica nas reuniões coletivas e a avaliação acontecerá semestralmente por meio de portfólio e autoavaliação.

Revisão bibliográfica

ANGELIM, Maria Luiza Pereira. *Educar é descobrir – um estudo observacional exploratório*. Universidade de Brasília/Faculdade de Educação. Dissertação de mestrado. V.1: 1988.

AZEVEDO, Sônia Machado de. *O papel do corpo no corpo do ator*. São Paulo: Perspectiva, 2004. – (Estudos; 184) Aslon, Odete. *O Ator no Século XX. A evolução da técnica / problema da ética*. São Paulo, Perspectiva, 1994, 363p.

BOAL, Augusto. *Jogos teatrais para atores e não-atores*. - 14ª edição ampliada - Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro, 1998. 369p

BOAL, Augusto. *O teatro como arte marcial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. BOAL, Augusto. *O teatro do oprimido, outras poéticas políticas*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1983.

BRECHT, Berthold. *Poemas 1913-1956*. Tradução de Paulo César de Souza, 360 p. 2000 - 5ª edição; 2012 - 7ª edição

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987, 288p.

MASSON, Cleber. *Direito penal: esquematizado*. Imprensa: São Paulo, Método, 2013.

ROSENFELD, Anatol. *O mito e o herói no moderno teatro brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

SHAKESPEARE, William. *Romeu e Julieta*. Nova Fronteira, 2011

Apêndice 5

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA**

Projeto de educação física: Movimento-se

Apresentação

O Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01 de Brasília) oferta a disciplina Educação Física na grade horária curricular, mas apenas com aulas teóricas, o que dificulta o pleno desenvolvimento da disciplina.

De acordo com o Currículo em Movimento:

A EJA nas prisões não se limita apenas à escolarização, mas também reconhece a educação como direito humano fundamental para a constituição de pessoas autônomas, críticas e ativas frente à realidade em que se encontram. A população privada de liberdade caracteriza-se como um público bastante heterogêneo, com acentuada diversidade etária, étnico-racial, sociocultural, de gênero e de orientação sexual. Mantidas dentro de suas celas, essas pessoas estão impedidas de desfrutarem das oportunidades sociais trazidas pela convivência humana. A oferta de EJA no ambiente prisional significa proporcionar a esses estudantes a instância de construção coletiva que proporciona um convívio de participação social não contemplado em nenhum outro espaço da prisão.

Na tentativa de modificar esta situação, várias propostas alternativas têm sido advogadas. No entanto, a maioria delas colocando o professor de educação física como simples coadjuvante do processo educacional, responsável simplesmente por entreter os jovens mediante as chamadas atividades recreativas, por organizar e acompanhar atividades comemorativas, por orientar exercícios físicos, etc., ao invés de desenvolver um conjunto de conteúdos que possa verdadeiramente contribuir, em um contexto educacional mais amplo, na formação dos educandos.

Este projeto almeja levar atividades físicas, lúdicas e de cidadania para alunos das Unidades Prisionais do DF. A princípio funcionará no CPP (Centro de Progressão Penitenciária) e na PFDF (Penitenciária Feminina do DF). Com a implementação de aulas práticas, fora da grade horária padrão, será possível a prática de atividades como ginásticas e jogos para todos os públicos, o que resultará em melhora na autoestima, na saúde, e também no comportamento, uma vez que existirá uma nova forma de liberação de estresse.

As alunas do PFDF terão aulas de ginástica localizada, aeróbica e de relaxamento pelo menos uma vez por semana. Nos presídios masculinos, serão desenvolvidas atividades que melhor atendam aos alunos, geralmente são usadas atividades extenuantes seguidas de uma prática recreativa, pelo menos duas vezes por semana para cada turma.

Problematização

A maioria dos estudantes não percebe a importância das atividades físicas como parte da saúde. A educação física nas prisões irá devolver nos estudantes a consciência corporal vários e a compreensão da importância de atividades físicas como fator da saúde e interação com outros alunos. Este projeto tem também como objetivo que os alunos melhorem como cidadãos, aprendam que têm deveres aprendendo a importância de respeitar seus próprios corpos para conquistar e manter a saúde e melhorar suas relações intrapessoais e interpessoais.

Tema gerador

O projeto “Movimente-se” surge da constatação de que a pessoa privada de liberdade dispõe de um excessivo tempo ocioso que o adoece e não favorece o seu processo de ressocialização.

Público alvo

Alunos do Sistema Prisional de Brasília, a princípio da PFDF (Penitenciária Feminina do DF) e CPP (Centro de Progressão Penitenciária).

Justificativa

As alunas da PFDF, assim como alunos dos Presídios masculinos, necessitam de atividades físicas para liberar energia, ajudá-los a evitar as drogas, o sedentarismo, a depressão e a ansiedade dificultando a aprendizagem e o processo de ressocialização.

Objetivo geral

Promover a prática esportiva visando a saúde física e mental e auxiliando no processo de

Objetivos específicos

- Melhorar a concentração
- Criar hábitos desportivos
- Melhorar a higiene
- Harmonizar o convívio
- Condicionamento físico

Conteúdos

- Ginástica localizada
- Alongamento
- Ginástica aeróbica
- Futebol
- Jogos recreativos diversos

Metodologia

As aulas começarão com alongamento. Em seguida, serão desenvolvidas atividades aeróbicas seguidas de exercícios localizados. Ao final, haverá um momento de ludicidade. É planejado o atendimento de quatro turmas por turno.

Cronograma

As aulas serão nos turnos matutino e vespertino, praticamente no mesmo horário escolar, nos turnos invertidos, 8hs às 12hs e de 13hs às 17hs, conforme a probabilidade das instituições, pelo menos três dias na semana. Os dias acertados com o desenvolvimento do projeto serão combinados com a direção da escola e com a direção dos presídios. A duração deste projeto é de um ano, seguindo normalmente os dias e horários letivos.

Avaliação

A avaliação será por meio do desempenho físico e do comportamento de cada aluno ao final de cada semestre, com auto avaliação.

Referências

Pinto Guedes , Dartagnan; EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE MEDIANTE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.

Educação para a saúde mediante programas de educação física escolar DP Guedes - Motriz, 1999 - ceap.br
CURRICULO EM MOVIMENTO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Apêndice 6

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA**

Projeto Arte e Cultura em Língua Estrangeira

Apresentação

O projeto Arte e Cultura em Língua Estrangeira nasce como mais uma ferramenta educacional promovida pelo CED 01 de Brasília para oferecer às pessoas privadas de liberdade a oportunidade de aprender a Língua Inglesa ao mesmo tempo em que se aprende e se produz arte e cultura.

A cada semestre letivo os alunos serão imersos em uma forma específica de arte e ou cultura. Conheceremos pintores, músicos, escritores, produções cinematográficas, arquitetos e designers, e personalidades que fizeram e fazem história.

A arte e a cultura serão protagonistas neste projeto; a Língua Inglesa será o seu principal veículo condutor. Os conteúdos e estruturas da Língua Inglesa serão estudados gradativamente de acordo com a exigência dos temas abordados em sala a fim de possibilitar análises e a expressão de opiniões. Os alunos serão estimulados a se expressar oralmente, por meio da escrita e, também, a se tornarem criadores de arte e, sobretudo, perceberem que podem ser personagens capazes de marcar positivamente a história.

“Educar não é adestrar, mas ampliar e estimular o repertório para que cada ser faça parte da aventura humana. A educação pela arte é poderosa e pode mudar, para sempre, a vida de alguém”. (Leandro Karnal)

Problematização

O cárcere é um ambiente insalubre, opressor e estressante. Este espaço, que deveria ser de ressocialização para que as pessoas privadas de liberdade pudessem, após o cumprimento de sua pena, reintegrar-se à sociedade, devido à superlotação e políticas públicas insuficientes, não tem conseguido cumprir esse papel ressocializador satisfatoriamente. O indivíduo que cumpre pena no regime fechado, se não tiver acesso ao estudo ou ao trabalho, estará fadado a contar os seus dias, ano após ano, no cárcere para retornar um dia à sociedade menos sociável e sem nenhuma perspectiva de inserção no mercado de trabalho. Oferecer educação de qualidade e oportunidades diferenciadas de arte e cultura é primordial para que a pessoa privada de liberdade seja capaz de repensar seus atos e tenha condições reais de estabelecer metas de trabalho e de vida para escrever uma história de superação e sucesso pós-cárcere.

Tema gerador

Ensinar a Língua Inglesa por meio da arte e da cultura vai ao encontro da função social do CED 01 de Brasília descrita no PPP da escola:

“Promover o processo de ensino e aprendizagem no Sistema Prisional de modo a oportunizar aos educandos o desenvolvimento de competências e habilidades nas dimensões cognitiva, afetiva, social, criativa e intelectual, objetivando sua autonomia crítica para o pleno exercício da cidadania. Disponibilizar ações educativas que estejam diretamente interligadas aos pilares da ressocialização (trabalho, família, arte-cultura e espiritualidade) também aos demais privados de liberdade”.

Ao ser capaz de se comunicar bem em uma língua estrangeira não só as oportunidades de trabalho e o acesso à informação e cultura são ampliadas para o ser humano, mas o seu desenvolvimento cognitivo e autoconfiança são também atingidos. Arelando o ensino da Língua Inglesa ao estudo da arte e da cultura o projeto visa a promoção da criatividade, da expressão afetiva e o desenvolvimento intelectual dos alunos. Sendo conhecedores de diversas formas de arte e de cultura, esses alunos serão, dentro do sistema prisional, multiplicadores em potencial de uma nova forma de olhar e enxergar o mundo; terão um novo repertório para as conversas em suas celas, com seus familiares nos dias de visita e, após o tempo de reclusão, com a sociedade.

Público alvo

Alunos do CED 01 de Brasília, concluintes do ensino médio e classificados do NUEN das unidades prisionais de regime fechado do Distrito Federal.

Justificativa

A função principal do sistema prisional é ressocializar as pessoas que estão ali, privadas de liberdade, cumprindo suas penas. A educação é uma das formas de promover essa ressocialização. O ensino de uma língua estrangeira por si só já é uma forma de contribuir para a ressocialização visto que amplia o conhecimento do estudante e as suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Ensinar essa língua estrangeira por meio da arte e da cultura vai além da ampliação de conhecimento. Está comprovado que a arte melhora o bem-estar e diminui as emoções negativas. Portanto, esse projeto tem como meta, além do ensino de uma língua estrangeira, diminuir o nível de estresse e ansiedade no ambiente prisional, ajudar os alunos a expressar e canalizar seus sentimentos e emoções e repensar seus valores e conceitos para serem capazes de respeitar diferenças e criar novos comportamentos.

Objetivo geral

Ensinar a Língua Inglesa por meio das diversas formas de arte e da cultura.

Objetivos específicos

- Desenvolver a habilidade de comunicação, fluência e escrita da Língua Inglesa.
- Conhecer as artes e as culturas que influenciaram o mundo e aquelas que surgem no mundo contemporâneo.
- Integrar os alunos em atividades nas quais possam expressar suas ideias e sentimentos.

- Utilizar a arte como forma de aliviar tensões e repensar valores.

Conteúdos

Os conteúdos e estruturas da Língua Inglesa serão abordados conforme a necessidade exigida para a comunicação em sala dentro dos temas abordados a cada semestre, conforme o quadro a seguir.

Temas	Conteúdos
1º semestre Principais pintores da história (passada e	Vocabulário contemporânea) Tempos verbais Ex: Van Gogh, E. Di Cavalcanti, Pablo Picasso, e suas obras mais importantes. Expressões: Elizabeth Peyton, Eduardo Kobra idiomáticas
2º semestre Principais músicos da história (passada e contemporânea) e seus maiores sucessos. Ex: Elvis Presley, The Beatles, The Rolling Stones, Jimi Hendrix, Lady Gaga	Vocabulário Tempos verbais Expressões idiomáticas
3º semestre Principais arquitetos e designers do mundo e suas obras. Ex: Frank Lloyd Wright, Le Corbusier, Oscar Niemeyer, Lina Bo Bardi, Tadao Ando, Marcelo Rosenbaum, Patricia Urquiola	Vocabulário Tempos verbais Expressões idiomáticas
4º semestre Principais criações cinematográficas da história. Ex: Inception, The Wizard of Oz, Back to the Future, Dancing in the Rain, Eternal Sunshine of the Spotless Mind	Vocabulário Tempos verbais Expressões idiomáticas
5º semestre Personalidades mais influentes do mundo. Sigmund Freud, Mahatma Gandhi, Karl Marx, Nicolau Maquiavel, Tomás de Aquino	Vocabulário Tempos verbais Expressões idiomáticas
6º semestre Principais escritores do mundo (passado e contemporâneo) e suas obras mais importantes. Ex: William Shakespeare, Charlotte Brontë, Aldous Huxley, Oscar Wilde	Vocabulário Tempos verbais Expressões idiomáticas

Metodologia

A cada semestre um tema relacionado à arte e à cultura será trabalhado em sala. Os alunos receberão os insumos e terão a oportunidade de expressar suas impressões e opiniões, questionar e produzir conteúdos artísticos e culturais (textos, músicas, peças teatrais, pinturas, desenhos...) relativos ao tema abordado.

As aulas serão realizadas utilizando a língua portuguesa e inglesa. Gradativamente, a língua portuguesa deverá ser substituída pela língua inglesa de forma que, ao final dos seis semestres do projeto, os alunos sejam capazes de se comunicar utilizando exclusivamente a língua inglesa.

O vocabulário e estruturas da língua inglesa serão apresentados e explicados em sala de acordo com as necessidades dos alunos para se comunicarem e expressarem opiniões e impressões durante as aulas. Atividades de prática desse vocabulário e das estruturas não serão realizadas durante as aulas, mas em sala como atividade indireta. Os alunos receberão os gabaritos para corrigirem essas atividades e poderão tirar dúvidas na sala de aula.

Cronograma

Os alunos terão três horas de aula oferecidas semanalmente no turno matutino ou vespertino nos dias estipulados pelo CED 01 de Brasília em concordância com os núcleos de ensino do sistema prisional.

A duração total do projeto será de seis semestres letivos, seguindo normalmente o calendário escolar das escolas públicas do Distrito Federal.

Avaliação

Os alunos serão avaliados semestralmente de forma escrita e oral. As atividades avaliativas serão realizadas em sala de aula e considera a evolução na compreensão, na fala e na escrita em língua inglesa de cada aluno. Não haverá prova formal. Serão consideradas avaliações as atividades de discussão, os exercícios de compreensão auditiva e visual e os materiais produzidos individualmente e em grupos.

Referências

BARBOSA, Ana Amália Tavares Bastos. **O ensino de artes e de inglês- uma experiência interdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 2008.

BATISTA, Rita de Cassia; ROMERO, Tania. **Aprendizagem de Língua Inglesa no cárcere**. Disponível em: <periodicos.unitau.br/ojs/index.php/caminhoslinguistica/article/view/2436>. Acesso em: 16 out. 2018.

RELAND, Timothy D. **Educação em prisões no Brasil: direito, contradições de desafios**. Disponível em: <www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2313/2276>. Acesso em: 16 out. 2018.

THIMOTEO, Marisa Aparecida Pedroso. **Presença das artes visuais no ensino da Língua Inglesa**. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_lem_artigo_marisa_aparecida_pedroso_thimoteo.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

Apêndice 7

**COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA**

**Cela de aula:
narrativas construídas com a liberdade de errar**

Apresentação

“A escola existe para estimular a “gula” pelas delícias de poder saber...”

Rubem Alves

A maior parte da população carcerária, segundo dados oficiais do INFOPEN (2014), é formada por pessoas jovens e com baixa escolaridade, isto é, uma multidão no auge da sua capacidade física, intelectual e laborativa. Por isso, conceber que alguém nestas condições e com tempo para evoluir dado seu período de encarceramento, não participe de práticas educativas formais é no mínimo negligência das partes competentes. Além de descumprir a legislação nacional regulamentada na LDB (Lei nº 9.394/1996), e na LEP (nº 7.210/1984), e internacional como as indicadas no documento “Regras mínimas para o tratamento de reclusos”, aprovadas pelo conselho econômico e social da ONU, em 1957, que já previa o acesso à educação de pessoas encarceradas. Deste modo, faz-se necessária a oferta de mais atividades que busquem contribuir para a educação do indivíduo nos seus vários aspectos.

Dentre as situações escolares mais angustiantes sobressaltam-se as relacionadas às competências leitora e escritora dos educandos. Este quadro demonstra o dever de se ter um professor específico que trabalhe as reais dificuldades dos alunos, ou seja, leitura e escrita, pois com o desenvolvimento dessas competências são grandes as possibilidades de aperfeiçoar a oralidade, o raciocínio lógico, a criatividade do aluno e a compreensão e interpretação de informações exigidas nas várias etapas da vida.

De maneira coerente com o PPP, o CED 01 de Brasília busca com esta proposta intervir eficaz e pedagogicamente no sentido de combater esse quadro de defasagem das habilidades básicas de leitura e de escrita. É bom esclarecer que o presente projeto não reivindica um profissional que ministre aulas de reforço ou recuperação, mas tenha tempo de aprofundar aspectos pouco trabalhados que levam ao fracasso escolar e profissional do indivíduo adulto.

Problematização

Conforme o Currículo em movimento, “a EJA nas prisões não se limita apenas à escolarização, mas também reconhece a educação como direito humano fundamental para a constituição de pessoas autônomas, críticas e ativas frente à realidade em que se encontram” (pag.13). Contudo, ao retomarem seus estudos, quer seja na forma da EJA ou nos exames do ENCCEJA e ENEM, os alunos que se encontram nos estabelecimentos penais demonstram grande deficiência nas atividades que exigem deles uma elaboração escrita. Entre os principais motivos desta dificuldade é o fato de que evadiram do ambiente escolar há

muitos anos e têm carregado consigo uma formação que não supriu suas carências nesta área. Este fator é para eles altamente desestimulante e inibidor no que se refere a buscar outro tipo de realização e avançar tanto nos estudos como sentir-se preparado para mercados de trabalho mais compensativos. Percebemos como educadores que este tema merece ser mais desenvolvido e ir além das habituais ações executadas em sala de aula, que se mostram insuficientes por questões de tempo e concorrência com outros aspectos curriculares. Além de que, neste ambiente com diversidades de penas, rotatividade dos egressos e distâncias físicas, por vezes há a impossibilidade de se dispor de turmas que atendam às necessidades dos alunos e que deixam uma lacuna entre esta necessidade e a oferta da escola. Neste sentido, projetos seriam mais adequados. O aluno talvez num primeiro momento não tivesse como progredir de série como na escola, mas ao menos estaria sendo preparado para quando houvesse esta oportunidade.

Assim sendo, procurou-se construir este projeto como meio de oferecer instrumentos que preparem o aluno no desenvolvimento de habilidades orais e escritas da língua resgatando a sua autoestima e sua autonomia, possibilitando a reinserção social. Partiu-se da concepção que o educando deve atuar de forma efetiva no seu processo formativo. E reafirma-se com esta proposta a defesa do direito à educação de forma que aqueles que se encontram em situações adversas não sejam privados dele..

Escolha do tema gerador

O ponto de partida é a própria dificuldade dos alunos em executar produções escritas. E baseado nisso, desenvolver práticas de leitura e escrita que visem autonomia do educando e ações que melhorem o seu desempenho. Paulo Freire em sua obra "Pedagogia da Autonomia" afirma que "*quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender*" (FREIRE, 1996, p.23). O professor só terá este papel fundamental quando instigar o conhecimento aos alunos, não apenas os ensinar de forma unilateral e reconhecer que do outro lado também está um ser cheio de conhecimento e leitura de mundo e com capacidades criativas que podem vir à tona num processo educativo. Sem o medo de errar, escreve-se com liberdade buscando-se conexão com a vida real. Escrever não é uma habilidade inata que apenas alguns possuem, no entanto pode ser aprendida e desenvolvida e neste percurso a leitura é um alimento primordial por encher a cabeça de ideias.

Como afirma ANTUNES (2003): "Se faltam ideias, vão faltar as palavras";

Público Alvo

Alunos da EJA do 2 e 3 segmentos que se encontram na Ala de tratamento psiquiátrico (ATP) e não são atendidos nestas séries por falta de turma adequada a suas respectivas séries. Incluindo, o público feminino que deve ser atendido separadamente e que atualmente não participa de nenhuma atividade escolar ,nem mesmo provas do ENCCEJA e ENEM . Recomenda-se que não se exceda a quantidade de 10 alunos por turma para que o tempo seja suficiente para orientar os alunos em suas produções.

Existem duas possibilidades de formação das turmas conforme a demanda:

Opção 1

Uma turma masculina com máximo de 10 alunos no período matutino e três aulas semanais.

Uma turma feminina com máximo de 10 alunas no período vespertino e três aulas semanais.

Opção 2

Duas turmas masculinas com máximo de 10 alunos, uma no período matutino e outra no vespertino e duas aulas semanais.

Uma turma feminina com máximo de 10 alunas e duas aulas semanais, uma no período matutino e outra no vespertino.

Justificativa

Como professores do sistema prisional sabemos que quanto maior o número de atividades possíveis para reintegrar o educando haverá ganhos significativos de todos os lados, inclusive na segurança, porque os estudantes são os mais disciplinados. Além disso, existem ambientes que devido ao tempo de permanência do reeducando ou condições diversas de cada presídio não existem salas de aula que os atenda. Neste caso, ficam sujeitos apenas às provas do ENCCEJA e ENEM. Estes, nestas ocasiões demonstram suas insatisfações e dificuldades chegando inclusive a desistir das provas. Tudo isso somado a baixa autoestima, e pouca perspectiva de vida. Para estes educandos que deveriam ter a oportunidade de exercitar as habilidades correspondentes à leitura e escrita e diminuir as barreiras que se encontram no processo de escolarização dentro do sistema, um projeto assim é de grande importância. E sua contribuição para aqueles que não têm acesso a escola, pode ser inclusive determinante para reconstrução de projetos de vida. E como preconiza

o Currículo em movimento “significa proporcionar a esses estudantes a instância de construção coletiva com um convívio de participação social não contemplado em nenhum outro espaço da prisão” (p.13).

Objetivos

Objetivo Geral: Ampliar a competência leitora e escritora dos educandos fornecendo-lhes recursos para suprir as carências no uso da língua enfatizando sua função comunicativa.

Objetivos específicos:

- Valorizar a autoria dos alunos;
- Trabalhar as regularidades da língua nos variados gêneros;
- Orientar o aluno na aquisição de padrões adequados;
- Estimular a autoconfiança e a capacidade de exercer a cidadania pelo domínio do uso da língua materna;
- Melhorar a autoestima do educando e a sua capacidade de aprender e aperfeiçoar-se;
- Enriquecer o vocabulário e ampliar ideias dos estudantes;
- Desenvolver nos educandos formas de expressão;
- Oferecer ferramentas que auxiliem o aluno a aprimorar a escrita; * Capacitar os educandos para o ENCEJA e ENEM.

Conteúdos:

- Língua, linguagem, identidade e regionalismo;
- Linguagem verbal e não verbal;
- Estudo do vocabulário contextualizado;
- Leitura de textos literários e não literários;
- Produção oral e escrita de textos descritivos, narrativos e dissertativos;
- Sinais de pontuação;
- Escrita e reescrita de parágrafos utilizando sinônimos e antônimos;
- Emprego de letras maiúsculas e minúsculas;
- Translineação;
- Concordância nominal e verbal;
- Gêneros textuais orais (apresentações, exposições, debates), considerando as etapas de planejamento, produção e revisão;
- Gêneros textuais escritos considerando as etapas de planejamento, produção e revisão; _ Substituição de palavras e expressões em frases e parágrafos em consideração às diversas possibilidades de construção de sentidos nos textos;
- Leitura, declamação e produção de poemas (em prosa e em verso);
- Redação oficial: relatório, resumo, resenha, ata, currículo de vida, abaixo assinado, ouvidoria (reclamação), ofício, memorando,
- Estudo introdutório da colocação pronominal associado ao debate em torno da variação linguística;

- Regras básicas de ortografia: o novo Acordo Ortográfico;
- Ambiguidade, paráfrase, ironia e efeitos de humor;
- Denotação e conotação; Produção de textos argumentativos, consoantes com as experiências de vida e saberes dos estudantes, o mundo do trabalho;
- Coesão e coerência;
- Leitura dramática;
- Projetos de pesquisa interdisciplinar; - Palavras semanticamente associadas.

Metodologia

Serão desenvolvidas oficinas que trabalhem em concordância com a bibliografia apresentada, dos quais são caminhos norteadores os passos abaixo:

Conscientizar os alunos da importância da leitura para alcançar o êxito na escrita; - Esclarecer que cada tipo de texto tem suas regras próprias.

Firmar que toda escrita e apresentação oral deverá ser feita para um leitor / destinatário previamente combinado no início da atividade e, conseqüentemente, haverá direito de resposta e apreciação de outros; Praticar como passos o planejamento, a escrita, a revisão e, por fim, a reescrita ou escrita do texto final.

Para tanto, serão usadas quantas aulas forem necessárias;

Publicar os textos em revista ou jornais da escola;

Explorar as funções da leitura: ler para informar-se; ler por prazer; e ler para entender particularidades da escrita;

Desfazer mitos como a superioridade de certos “falares”; Revisão individual e coletiva de acordo com a finalidade daquele texto específico. Como o planejamento será periódico procurando atender as necessidades dos alunos, apenas exemplificamos uma das possíveis atividades desenvolvidas. As demais serão anexadas ao relatório.

Como	Onde	Quando
Oficinas de contar histórias inventadas ou reproduzi-las de fontes escritas, rodas de leitura.	Sala de aula, biblioteca, pátio, outros como laboratório de informática.	No período de um semestre. O aluno receberá certificado de participação de horas que conseguiu presença.

Quem	Com o quê	Aprendizagens que se pretende alcançar
Professor responsável	Materiais didáticos básicos e suportes como livros, cartazes, projetor, dicionários. Todos ofertados pela escola, pois o encarceramento não dá condições do aluno providenciar seu material.	Socializar as experiências de vida por meio de textos orais e escritos como o Diário de bordo. Articular a leitura de textos literários à tipologia textual.

Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento do projeto se dará junto à coordenação em reuniões de planejamento e definição de metas, sendo feito o registro através de relatórios com a descrição das oficinas realizadas semestralmente.

Avaliação do aluno

A intenção não é avaliar com nota como prova, mas em função da aprendizagem desenvolvida pelo aluno durante sua trajetória. Levar o aluno a autocorreção comprovando o seu sentido. Os resultados apresentados devem servir para o planejamento do próximo semestre identificando as dúvidas e hipóteses que os alunos demonstraram no momento da escrita. Algumas questões devem ajudar professor e alunos a avaliarem suas apresentações e textos escritos:

- 1- Em que o trabalho não foi apropriado?
- 2- Que opções existem para reestruturação do que foi dito?
- 3- O estudante aprimorou sua capacidade de conferir seu texto destacando modificações necessárias?
- 4- Faltou clareza ao texto?
- 5- Existe facilidade para entender o que se quer comunicar?
- 6- A escolha das palavras foi adequada?
- 7- O texto mostra ordem na sequência das ideias?

- 8- Usou ideias muito previsíveis ou palavras desnecessárias?
- 9- Há erros de ortografia?
- 10- Desenvolveu a capacidade comunicativa da língua?

Cronograma:

O atendimento pode ser feito a duas turmas três vezes por semana em turnos diferentes ou três turmas duas vezes por semana conforme necessidade. À medida que forem surgindo vagas devido a saída dos estudantes podem-se matricular outros.

Referências:

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 13 jul. 1984.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei n 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CURRÍCULO em movimento da educação básica educação de jovens e adultos, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2013.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 19 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1987. _____.

Educação e mudança. 9 Ed. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1983.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do oprimido. 7 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KLEIMAN, Ângela B. Concepções da escrita na escola e formação do professor. In: VALENTE, André. (Org.) Aulas de Português: Perspectivas Inovadoras. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS INFOPEN- junho

2014. Disponível em: <www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nestaterca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em 19 out. 2018.

MARCHIONI, Rubens. Escrita criativa: da ideia ao texto. São Paulo: Contexto, 2018.

MARCUSCHI, L. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.;

BEZERRA, M. A. (Org.). Gêneros textuais e ensino. 4. ed. Rio de Janeiro:

Lucerna, 2005.

PROJETO Político- pedagógico do Centro Educacional 01 de Brasília, escola mantida pela Secretaria de Estado de Educação do DF e Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro, Distrito Federal.



Apêndice 8

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA**

Política de Remição de Pena pela leitura: "Ler Liberta"

APRESENTAÇÃO

No Distrito Federal, a implementação do Projeto de Remição de pena pela Leitura, intitulado **“Ler Liberta: uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do Distrito Federal”**, atende ao estabelecido na Portaria nº 10, da Vara de Execuções Penais (VEP), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), de 17 de novembro de 2016, a qual disciplina as modalidades de remição de pena: pelas atividades de ensino presencial, pela realização de cursos a distância e pela leitura de obras literárias. Com vistas à elaboração, acompanhamento da implantação e implementação do projeto, uma política pública intersetorial, foi publicada a Portaria Conjunta nº 1, de 19 de abril de 2017, a qual constitui uma Comissão Intersetorial, composta por representantes de setores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), como a Subsecretaria de Educação Básica/Diretoria de Educação de Jovens e Adultos (Subeb/Dieja), a Subsecretaria de Gestão de Pessoas (Sugep) e o Centro Educacional 01 (Ced 01) de Brasília, bem como pela Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social (SSPDF), por intermédio da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe).

A Comissão realizou reuniões e estudos sobre a legislação, além de visitas técnicas aos Núcleos de Ensino (Nuen) do Sistema Penitenciário, a fim de conhecer os espaços disponíveis para a aplicação das provas, as condições das bibliotecas e o funcionamento dos Nuens.

Após a aprovação do projeto pela VEP/DF, a SEEDF procedeu às ações para dar início às atividades pertinentes, entre elas a aquisição e catalogação das obras literárias, assim como a abertura de edital específico para selecionar os professores para atuar no projeto. Foi publicada a Portaria Conjunta nº 1, de 11 de abril 2018, a qual foi posteriormente revogada pela Portaria Conjunta nº 6, de 24 de agosto de 2018, com vistas à inclusão da parceria com a PMDF, tendo em vista o atendimento aos custodiados do Núcleo de Custódia da Polícia Militar (NCPM).

Os documentos normativos que regem a execução do projeto, em especial o Plano de Trabalho e a Portaria Conjunta, preveem o atendimento de até 10% da população carcerária do sistema penitenciário do Distrito Federal, que é de aproximadamente 15.000 pessoas.

A participação dos custodiados ocorre de forma voluntária, obedecendo a critérios que envolvem o nível de escolaridade, mediante inscrição pelo preenchimento de um requerimento de adesão. São admitidas, para fins de remição pela leitura, apenas as obras literárias homologadas pela VEP, com a manifestação do MPDFT.

Ao custodiado participante é disponibilizada uma obra por mês, de acordo com o acervo do estabelecimento penal. Eles recebem também informações sobre as regras do Projeto de Remição de Pena pela Leitura e têm o prazo de 30 dias para fazer a leitura. Ao final desse período, realizam uma avaliação presencial, agendada pelo Nuen, para a elaboração de um resumo crítico a respeito da obra lida.

Os textos são avaliados por professores de Língua Portuguesa, selecionados por edital específico, e em conformidade com os critérios pedagógicos e matriz de correção elaborada pela equipe pedagógica responsável.

INÍCIO DAS ATIVIDADE

Em **31 de julho de 2018**, foram iniciadas as atividades do Projeto de Remição de Pena pela Leitura “Ler Liberta”, com a realização de um curso de Formação Inicial para os servidores da Secretaria de Educação, da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social e da Polícia Militar do Distrito Federal, designados a atuar no projeto. O curso foi elaborado por representantes da Escola Penitenciária (EPEN), em parceria com representantes da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos (Dieja), e contemplou o seguinte conteúdo programático:

- 1) Aspectos pedagógicos do projeto.
- 2) Legislação e execução do projeto: Portaria nº 10/2016 da VEP e Ordem de Serviço nº 451/2017, da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe).
3. Segurança orgânica e padronização de procedimentos.

Após o curso de formação, foram realizadas, entre os dias **1º e 6 de agosto**, nos seis estabelecimentos penais do sistema penitenciário do DF, a divulgação do projeto e as inscrições dos custodiados entre os dias **1º e 6 de agosto**. O início do primeiro ciclo de empréstimos das obras ocorreu entre os dias **6 e 10 de agosto de 2018**.

RECURSOS HUMANOS

O Comitê Gestor é responsável pela gestão executiva do Projeto “Ler Liberta: uma perspectiva de Ressocialização nos Estabelecimentos Penais do Distrito Federal” e é constituído por:

- Três membros representantes da SEEDF (Coordenador-Geral, Diretor do Ced 01 de Brasília, representante da Dieja);
- dois membros representantes da SSP/DF;
- um membro representante da PMDF.

A partir da previsão inicial de atendimento de até 10% da população carcerária, ficou estabelecida a convocação de até 24 professores da SEEDF para atuar no projeto, entre eles o Coordenador-Geral, seis

coordenadores locais (um para cada estabelecimento penal) e, no máximo, 18 professores para a avaliação dos textos produzidos pelos participantes.

Contudo, para o início das atividades, as diretorias dos estabelecimentos penais disponibilizaram um número de vagas inferior ao previsto, a fim de garantir a adaptação da unidade à dinâmica do projeto, totalizando, aproximadamente, 700 vagas apenas. Dessa forma, foram convocados cinco professores avaliadores, considerando o número aproximado de 140 textos para cada avaliador, por ciclo de leitura.

A Equipe Executora é composta por:

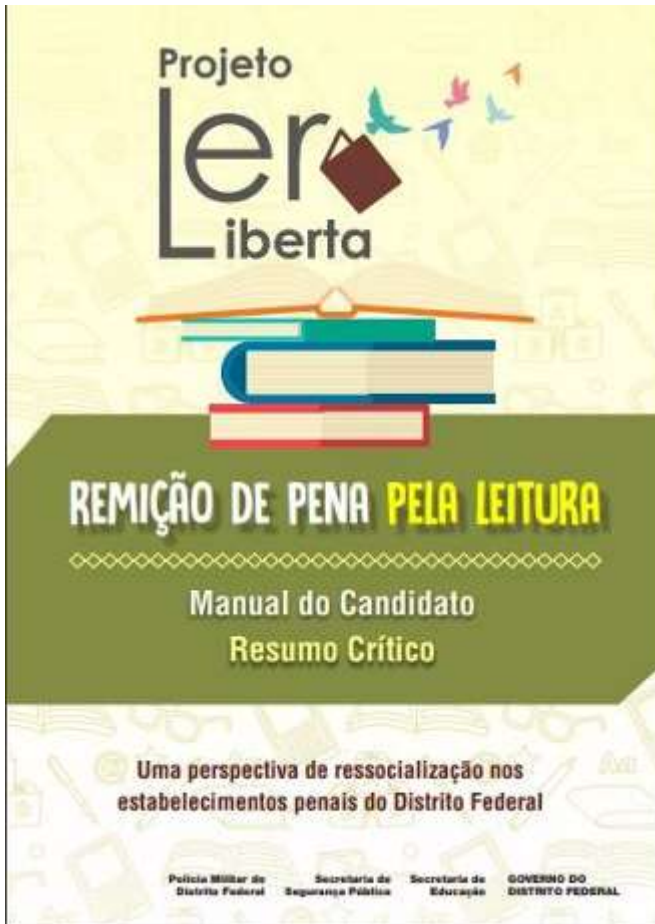
- 11 professores de Educação Básica da SEEDF, (seis coordenadores e cinco avaliadores);
- o vice-Diretor do Ced 01 de Brasília da SEEDF;
- servidores lotados nos Nuens dos Estabelecimentos Penais do Distrito Federal;
- servidores lotados no NCPM/19º BPM.

Para a seleção dos professores avaliadores e coordenadores para atuar no Projeto, foi elaborado e publicado pela SEEDF o Edital nº. 19, de 8 de maio de 2018, que estabeleceu as normas específicas para o Processo Seletivo Interno Simplificado de Servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal. Para exercer a função de coordenador, puderam participar da seleção professores de Língua Portuguesa e Pedagogos e, para atuar como avaliador, somente professores de Língua Portuguesa. Os professores selecionados, seis coordenadores e cinco avaliadores, foram lotados, em caráter provisório, a partir de agosto de 2018, no CED 01 de Brasília, a fim de atuarem especificamente na equipe executora do projeto. Nesse sentido, tais profissionais não são cedidos ou disponibilizados para a SSPDF/SESIPE.

DIVULGAÇÃO

A divulgação do projeto para os custodiados foi a primeira ação dos coordenadores, auxiliados pelos servidores dos Nuens e pelos chefes de pátio, utilizando-se cartazes e panfletos, elaborados e produzidos pela SEEDF, para conhecimento sobre as normas.

Figura 1. Material de divulgação do Projeto Ler Liberta.



(A) Manual do Candidato



(B) Folheto explicativo

Somente na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFD) a divulgação ocorreu de forma diferente. Todos os professores coordenadores do projeto participaram da ação, acompanhados da Equipe da Dieja, quando apresentaram todas as informações sobre a remição pela leitura às custodiadas, que estavam reunidas no pátio do Bloco VII. Nesse momento, foi aberto espaço para que as internas tirassem todas as dúvidas que envolvem a participação no projeto, o que foi muito produtivo.

INSCRIÇÕES

A participação no projeto de Remição de Pena pela Leitura no DF é voluntária e podem participar as pessoas privadas de liberdade, alfabetizadas dos seis estabelecimentos penais, com prioridade para aquelas que não têm acesso a outras formas de remição.

A disponibilização do requerimento de adesão aos custodiados interessados, assim como a definição dos critérios para a participação, levando em consideração a quantidade de exemplares disponíveis em cada nível de escolaridade, as peculiaridades de carceragem, o perfil do(a) custodiado(a) e outras características

que possam interferir na segurança interna, são atribuições do Nuen, com a anuência das Direções dos estabelecimentos penais.

No documento, o custodiado declara o seu nível de escolaridade, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e assume o compromisso de zelar pelo livro, não fazendo nele anotações de qualquer natureza, de devolvê-lo ao Nuen no prazo estabelecido, bem como de não repassá-lo a outros custodiados.

ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Tendo em vista a definição das obras para compor o acervo bibliográfico do Projeto de Remição da Pena pela Leitura, foram realizadas as ações descritas a seguir:

- **Pesquisa bibliográfica de títulos das obras mais utilizadas nos presídios de outros estados, tanto para leitura espontânea como para fins de remição da pena.**
- **Pesquisa de referências bibliográficas e guias de leitura/biblioteca com a classificação de livros por etapas/segmentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Não foram encontradas indicações de títulos por segmentos da EJA.**
- **Reunião pedagógica entre a equipe da Subeb/Dieja e professores de Língua Portuguesa, alfabetizadores e responsáveis pelas bibliotecas do CED 01 de Brasília, com o intuito de realizar levantamento de sugestões de títulos quanto à pertinência, ao objetivo do projeto, bem como quanto à adequação ao nível de escolaridade.**
- **Pesquisa de preço e de disponibilidade comercial.**
- **Correspondência entre os segmentos da EJA (1º, 2º e 3º Segmentos da EJA) e os graus de instrução ou níveis de escolaridade apresentados no Sistema de Informações Penitenciárias (Analfabetos, Alfabetizados, Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo, Ensino Superior Incompleto, Ensino Superior Completo e Ensino acima do Superior).**
- **Organização e classificação das obras da seguinte forma: 1º nível - contempla custodiados alfabetizados e que não completaram o Ensino Fundamental; 2º nível - contempla custodiados com o Ensino Fundamental completo; 3º nível - contempla custodiados com o Ensino Médio completo ou incompleto; 4º nível - para custodiados com Ensino Superior ou**

pósgraduação. Foram classificados 12 títulos para cada nível, sendo que alguns títulos foram classificados para dois níveis concomitantes.

- Estimativa do quantitativo de exemplares de cada obra a ser adquirida, com base nas informações estatísticas do número de custodiados por escolaridade, em cada estabelecimento penal.
- Envio da relação de títulos classificados por escolaridade para apreciação e manifestação da MPDFT e, após os ajustes solicitados, para homologação da VEP.
- Trâmites administrativos para procedimentos licitatórios para a compra dos livros, de acordo com a legislação vigente.

Foi prevista a aquisição de 2000 exemplares, considerando a quantidade de custodiados por escolaridade em cada estabelecimento penal, somando-se uma quantidade para reposição. Dos 34 títulos homologados pela VEP, foram entregues pela empresa vencedora da licitação apenas 29 títulos, totalizando 1800 exemplares. Sobre a falta dos demais exemplares, a empresa comprovou tratar-se de edição esgotada nas editoras, sem previsão de nova impressão e edição, o que justifica o longo período de trâmites administrativos entre o início e a conclusão do procedimento licitatório (Processo nº 084.000351/2017 e apenso nº 084.000023/2013).

As ações acima visaram ao cumprimento dos critérios estabelecidos pelo ordenamento jurídico e a garantia da equidade no atendimento aos custodiados. Entretanto, salienta-se, que, após a conclusão do 1º Ciclo de Leitura, em setembro de 2018, verificou-se que a classificação das obras por nível de escolaridade precisaria ser revista. Isso se deu pela dificuldade na leitura e na realização da avaliação presencial observada, principalmente, entre os participantes com baixa escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto), que representam, aproximadamente, 50% dos avaliados no projeto.

Diante disso, foi realizada reunião para analisar e reclassificar algumas obras quanto ao nível de escolaridade indicado. Participaram todos os professores atuantes no projeto (avaliadores, coordenadores de unidade, coordenador-geral), bem como professores de Língua Portuguesa, alfabetizadores e coordenadores pedagógicos do CED 01 de Brasília. Além disso, nesta reunião, tendo em vista a necessidade de já se considerar a ampliação do acervo bibliográfico do projeto, foi construída uma relação de obras, a partir da sugestão dos professores presentes, para posterior submissão ao Comitê Gestor e à Vara de Execuções Penais (VEP). Ressalta-se que o principal critério para a seleção desses novos títulos é o de

oferecer um atendimento mais adequado aos participantes com Ensino Fundamental incompleto, evitando-se, assim, que a baixa escolaridade seja um fator excludente também no contexto do Projeto de Remição de Pena pela Leitura.

Com a obtenção de novos títulos aprovados, objetiva-se pleitear a aquisição de novas obras para o acervo, assim como realizar campanhas de arrecadação na comunidade.

CATALOGAÇÃO DAS OBRAS

Os 1800 livros adquiridos pela SEEDF foram catalogados, com a utilização do Programa Biblioteca Livre (Bib Livre), instalado no computador do Ced 01 de Brasília. As obras receberam etiqueta e carimbo de identificação para uso exclusivo no Projeto de Remição da Pena pela Leitura Ler Liberta, com a indicação do nível de escolaridade e estabelecimento penal. Essa etapa foi realizada com o apoio técnico da Gerência de Políticas de Leitura e Tecnologias Educacionais da Subsecretaria de Educação Básica da SEEDF.

DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS

Após a conclusão do processo licitatório, no momento da conferência da entrega dos exemplares das obras, verificou-se que dos 34 títulos da lista homologada, faltaram 5 títulos, relacionados a seguir: 1. O Santo e a Porca (Ariano Suassuna); 2. Vidas Secas (Graciliano Ramos); 3. O Cavaleiro Preso na Armadura (Robert Fisher); 4. Dom Casmurro (Machado de Assis); 5. Globalização: As Consequências Humanas (Zygmunt Bauman). Além disso, verificou-se a entrega incompleta de dois títulos: A História do Amor de Fernando e Isaura (Ariano Suassuna) e A Metamorfose (Franz Kafka).

Esses problemas com a entrega ocorreram, em sua maior parte, com obras destinadas a 3º e 4º níveis. Logo, o quantitativo ficou limitado para o atendimento, mesmo utilizando-se do previsto para reposição. Por esse motivo, tornou-se necessário realizar um ajuste na quantidade de exemplares de cada título, prevista para distribuição nos estabelecimentos penais, a fim de garantir o atendimento. A Tabela 1 apresenta a quantidade de exemplares distribuídos em cada estabelecimento penal, considerando a proporção de custodiados por escolaridade.

A entrega dos exemplares, devidamente catalogados e identificados, foi realizada em junho de 2018 nos estabelecimentos penais, com exceção do NCPM, devido à falta de títulos de 3º e 4º níveis, os quais correspondem ao perfil dos custodiados do estabelecimento.

No ato da entrega, os livros foram conferidos e a confirmação ou as alterações observadas no quantitativo foram registradas no recibo de entrega ao Nuen.

Somente para o NCPM, os livros para compor o acervo não foram entregues no mesmo período, pois houve a necessidade de catalogar os novos livros doados que estavam em quantidade insuficiente no acervo do CED 01 de Brasília.

Tabela 1. Distribuição dos exemplares de livros para os estabelecimentos penais.

Planilha 1												
TÍTULO	PDF I	PDF II	CIR	CDP	PFDI	CPP	MCPM	Total	Base de cálculo			
Total de Livros por Estabelecimento penal	309	309	200	200	200	100	40	1340				
1º NÍVEL	Receb	Distrib	Resto									
1 Aqui tem coisa	54	62	32	16	16	11	2	12	5	0	62	1º Nível 59%
2 Ée quanta Terra precisa um homem?	94	62	32	16	16	11	2	12	5	0	62	CDP 10%
3 O Menino do Dedo Verde	94	61	33	16	16	11	2	11	5	0	61	NCPM 0%
4 O Sante e a Porca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
5 Ruth Rocha conta a Odisseia	94	61	33	16	16	10	2	12	5	0	61	
*A História do Amor de Fernando e Isaura	85	56	29	10	10	8	0	10	5	0	43	
7 *O Homem que Calculava	110	83	27	17	17	11	2	11	5	0	63	
*Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada	110	84	26	17	17	11	2	11	6	0	64	
8 *As Cores da Escravidão	110	84	26	17	17	11	2	11	6	0	64	
9 *O Quinze	110	82	28	17	17	11	2	11	6	0	64	
10 *As Horas Nuas	110	79	31	16	16	11	2	11	5	0	61	
12 *A Hora da Estrela	110	77	33	16	16	10	2	10	5	0	59	
TOTAL 1º NÍVEL			174	174	116	20	122	58	0		664	
2º NÍVEL	Receb	Distrib	Resto									
1 *A História do Amor de Fernando e Isaura	85	*	*	1	1	0	5	5	1	0	13	2º Nível 11%
2 *O Homem que Calculava	110	*	*	3	3	2	7	4	1	0	20	CDP 40%
*Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada	110	*	*	3	3	2	7	4	1	0	20	NCPM 0%
3 *As Cores da Escravidão	110	*	*	3	3	2	7	4	1	0	20	
4 *O Quinze	110	*	*	3	3	2	7	2	1	0	18	
5 *As Horas Nuas	110	*	*	3	3	2	7	2	1	0	18	
6 *A Hora da Estrela	110	*	*	3	3	2	7	2	1	0	18	
7 *Capitães da Areia	23	17	6	3	3	2	0	2	1	0	17	
8 *O Compadre do Ogum	23	17	6	3	3	2	0	2	1	0	17	
9 *Coragem Cora Poesia	23	17	6	3	3	2	0	2	1	0	17	
10 Felicidade Autêntica	23	17	6	3	3	2	0	2	1	0	17	
11 Não Verão Pais Nenhum	23	17	6	3	3	2	0	2	1	0	17	
TOTAL 2º NÍVEL			34	34	22	77	33	12	0		212	
3º NÍVEL	Receb	Distrib	Resto									
1 Triste Fim de Policarpo Quaresma	46	44	2	9	9	6	6	7	5	2	44	3º Nível 27%
2 O Cavaleiro Preso na Armadura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	CDP 25%
3 Dom Casmurro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	NCPM 75%
4 A Revolução dos Bichos	46	44	2	9	9	6	6	7	5	2	44	
5 Os Espólios	46	44	2	9	9	6	6	7	5	2	44	
6 O Cortijo	46	45	1	9	9	6	6	8	5	2	45	
7 *A Metamorfose	38	37	1	9	9	5	4	3	0	1	37	
8 *Vidas Secas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9 *Hamlet	46	46	0	9	9	6	6	4	2	0	36	
10 *O Príncipe	46	44	2	9	9	6	6	4	1	1	36	
11 *O Processo	46	44	2	9	9	7	5	4	1	1	36	
12 *Inteligência Emocional	46	44	2	9	9	6	5	4	1	1	35	
TOTAL 3º NÍVEL			18	81	81	54	50	48	25	12	351	
4º NÍVEL	Receb	Distrib	Resto									
1 *Dom Casmurro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4º Nível 4%
2 *A Metamorfose	38	*	*	1	1	1	2	0	0	1	6	CDP 25%
3 *Vidas Secas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	NCPM 75%
4 *Hamlet	46	*	*	2	2	1	2	1	1	1	10	
5 *O Príncipe	46	*	*	1	1	1	2	1	0	2	8	
6 *O Processo	46	*	*	1	1	1	2	0	1	2	8	
7 *Inteligência Emocional	46	*	*	2	2	2	2	0	0	1	9	
8 A Caverna	46	23	23	1	1	1	10	2	2	6	23	
9 Crime e Castigo	46	26	20	2	2	2	10	2	2	6	26	
10 Guerra e Paz	46	26	20	2	2	2	10	2	2	6	26	
11 Madame Bovary	46	26	23	2	2	1	10	2	2	6	25	
12 Globalização – As Consequências Humanas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TOTAL 4º NÍVEL			36	14	14	12	50	10	10	31	141	
TOTAL POR EP				303	303	204	167	213	105	43	1369	1368

MANUTENÇÃO DO ACERVO

Para a manutenção do acervo e aquisição de novos títulos, não há previsão orçamentária aprovada. Assim, torna-se necessária a articulação intersetorial, no intuito de garantir recursos por doação, assim como o lançamento de campanhas de arrecadação.

CICLOS DE LEITURA

O custodiado conta com o prazo de 30 dias para realizar a leitura do livro. Após esse período, os livros são recolhidos e o estabelecimento penal, juntamente com o professor coordenador local, tem o prazo de até 15 dias para aplicar a avaliação presencial. Dessa forma, “ciclo de leitura” consiste no período compreendido entre o tempo destinado à leitura do livro até a data da aplicação da avaliação.

Est. Penal	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	4º Ciclo
CDP	10/8 a 14/9	14/9 a 22/10	20/10 a 20/11	05/11 a 18/12
PDF I	6/8 a 11/9	13/9 a 19/10	23/10 a 18/12	-
PDF II	10/8 a 24/9	15/9 a 25/10	07/11 a 17/12	-
CIR	8/8 a 14/9	13/9 a 19/10	20/10 a 20/11	20/11 a 18/12
CPP	8/8 a 13/9	11/9 a 19/10	19/10 a 23/11	23/11 a 10/12
PFDF	8/8 a 14/9	14/9 a 19/10	19/10 a 7/12	-

Tabela 2. Período de execução dos Ciclos de leitura por estabelecimento penal.

Observa-se, na Tabela 2, que o 3º ciclo não foi concluído no período previsto nas unidades PDF I, PDF II e PFDF.

APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO: ATA E LISTA DE PRESENÇA

Em todos os estabelecimentos penais, a avaliação presencial foi agendada respeitando o prazo de até 15 após o recolhimento das obras. Em virtude da falta de salas de aula, na PDF I, na PDF II, no CDP e na PFDF, foi necessário aplicar as avaliações nos pátios. Para isso foram disponibilizadas, pela SSPDF, em parceria com a FUNAP, pranchetas para suprir a falta de mesas e cadeiras.

A aplicação da prova, conforme determinam os documentos normativos, tem a duração de uma hora e trinta minutos, o que, em alguns casos, não é tempo suficiente para os participantes menos escolarizados produzirem o resumo crítico a contento, devido às dificuldades com a escrita. Diante disso, para a reformulação do projeto, faz-se necessário avaliar a ampliação do tempo de prova, a fim de oferecer tratamento mais adequado aos referidos participantes.

As informações da aplicação das avaliações presenciais são registradas em ata, constando as seguintes informações sobre os participantes: nome, prontuário, nível de escolaridade declarado e obra literária lida.

Além dessas informações, o documento contém o número de custodiados que se inscreveram no ciclo, mas que, por diversas razões, não realizaram a avaliação.

Os documentos administrativos utilizados para o registro das avaliações (ata e lista de presença), bem como declaração de remição, expedida pelo CED 01 de Brasília a todos os participantes que realizaram avaliação presencial, foram elaborados, no 1º Ciclo de Leitura, atendendo ao prazo e modelo previstos nos documentos que regulamentam o projeto, em especial, a Ordem de Serviço nº451, expedida pela SESIPE em dezembro de 2017.

Entretanto, houve divergências de entendimento entre os Nuens e os setores jurídicos das unidades prisionais quanto ao teor das informações constantes nos referidos documentos. Assim sendo, a Direção da escola solicitou a realização de uma reunião, a qual ocorreu no dia 6/11/2018, com os chefes dos Núcleos de Ensino e com o representante da Sesipe, Mário Torres Gutierrez, para tratar da documentação. Na ocasião, foi definida a padronização das declarações da seguinte forma:

1. O CED 01 de Brasília se responsabilizará por encaminhar aos Núcleos de Ensino dos estabelecimentos penais declaração individual do participante, informando o resultado da avaliação presencial, com a menção “aprovado” ou “reprovado”. Para os participantes aprovados, a declaração será enviada em duas vias: uma destinada ao setor jurídico, para posterior encaminhamento à Vara de Execuções Penais; outra para ser arquivada no prontuário do custodiado. Nos casos de reprovação, haverá o envio de apenas uma via da declaração, que será registrada pelo Nuen e disponibilizada para arquivamento no prontuário.
2. A declaração emitida pelo CED 01 de Brasília informará: estabelecimento penal, nome do participante, filiação, número de prontuário, nível de escolaridade declarado, título da obra, autor, editora, data da avaliação presencial e período do ciclo de leitura. Ressalta-se que o período total do ciclo de leitura é de, aproximadamente, 45 dias, considerando o início a partir da data do recebimento do livro pelo participante, o tempo destinado à leitura (30 dias) e o prazo de até 15 dias para a realização da avaliação presencial.
3. Os documentos a serem utilizados para registro da avaliação presencial serão:
 - Ata de sala com as seguintes informações: estabelecimento penal, data, horário de início e término, identificação dos aplicadores (cargo/função, nome completo, matrícula e assinatura), nome dos participantes, número de prontuário, nível de escolaridade informada

no requerimento de adesão, título da obra lida e campo para registro de ocorrências e informações relevantes. Salienta-se que, na ata, constarão os nomes de todos os custodiados inscritos no ciclo de leitura. Nos casos em que o participante não comparecer à avaliação presencial, independentemente do motivo (desistência, transferência, desclassificação, soltura), a ausência será informada no campo das ocorrências.

- Lista de presença contendo as seguintes informações: estabelecimento penal, data, nome dos participantes, número de prontuário e campo para assinatura do participante.
4. As declarações individuais com as menções (Aprovado ou Reprovado) serão entregues pela Coordenadora-Geral do projeto aos Chefes dos Nuens. As atas e as listas de presença da avaliação presencial serão disponibilizadas pelo CED 01 de Brasília, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), aos Nuens e aos setores jurídicos das unidades prisionais.

Após essas tratativas toda a documentação do 1º e do 2º ciclos foi refeita, o que justifica o atraso, uma vez que as declarações de remição foram entregues nos Nuens pela Coordenadora-Geral do projeto entre os dias 19 e 21 de dezembro de 2018.

CORREÇÃO DOS RESUMOS

Os critérios avaliativos para a correção do resumo crítico foram elaborados por professores da SEEDF e aprovados por uma comissão com representantes das Secretarias de Educação e Segurança. São eles: a) Norma Culta; b) Coerência; c) Coesão; d) Resumo; e) Construção da argumentação e posicionamento crítico. A correção dos resumos é realizada por professores de Língua Portuguesa da SEEDF, selecionados especificamente para atuação no projeto, por meio de edital de seleção interno. Os professores avaliadores realizam a correção dos resumos no CED 01 de Brasília, não tendo, portanto, contato com os custodiados participantes.

Com os resultados apurados após a correção dos textos do 1º Ciclo de Leitura, observou-se grande dificuldade dos participantes menos escolarizados, ou seja, os que declararam ter estudado o Ensino Fundamental Incompleto ou Completo, em produzir o resumo crítico. Diante dessa realidade, já está sendo elaborada pela Equipe Executora e pelo Comitê Gestor do Projeto Ler Liberta proposta de alteração do texto original também no que se refere aos critérios avaliativos.

OFICINAS PEDAGÓGICAS

O Projeto Ler liberta objetiva, além da remição de pena, favorece a formação de leitores críticos e conscientes da sua própria realidade. Assim, para possibilitar ao participante o desenvolvimento de sua

competência linguística, uma vez que a maioria dos participantes possui baixo nível de escolaridade, o Comitê Gestor do projeto propôs aos Chefes dos Nuens, em caráter experimental, a realização de oficinas de leitura e escrita, a serem desenvolvidas pelos professores coordenadores de cada estabelecimento penal.

Entretanto, considerando as dificuldades apresentadas pelos Nuens, principalmente a falta de servidores para garantir a segurança das atividades, no 1º ciclo, somente em três, das seis unidades, foi realizado algum tipo de atividade para a formação dos leitores. Na PFDf, houve dois encontros (de uma hora e trinta minutos), em que as participantes foram orientadas sobre a estrutura do gênero resumo crítico (identificação da obra, apresentação dos elementos da narrativa, elaboração de posicionamento crítico).

Na PDF II, houve apenas um encontro de, aproximadamente, uma hora, em que foram esclarecidas dúvidas dos participantes, principalmente sobre as regras para participação no projeto. Contudo, não foi possível realizar nenhuma prática de escrita, devido às condições do espaço não serem favoráveis, uma vez que havia muitos participantes na sala de aula. Dessa forma, o momento de formação não pode ser considerado oficina, caracterizando-se, assim, como apenas uma palestra.

A unidade prisional em que os encontros de formação foram realizados de maneira satisfatória no 1º e no 2º ciclos foi o CPP. Em razão das características do regime semiaberto, em que os procedimentos de segurança divergem das outras unidades, a todos os leitores foi possibilitado o acesso à biblioteca para a participação em oficinas. Nelas, foram desenvolvidas diversas atividades de escrita e reescrita textual, rodas de leitura, debates, exibição de vídeos, além de momentos reservados apenas para a realização da leitura das obras em um ambiente propício à atividade.

Todavia, no 3º e no 4º ciclos (novembro e dezembro de 2018), devido à precariedade das instalações e à insuficiência de salas de aula, foi necessário diminuir o número de oficinas semanais para que outras atividades educacionais pudessem ocorrer no espaço da biblioteca.

No 2º e no 3º ciclos (outubro, novembro e dezembro de 2018), não foi possível realizar nenhum encontro pedagógico na PDF II e na PFDf devido ao baixo número de agentes para o acompanhamento. Por sua vez, o CIR realizou dois momentos de, aproximadamente, duas horas, em que foi propiciado aos participantes conhecer a estrutura do resumo crítico, com o desenvolvimento de atividades de escrita e reescrita. Destaca-se que, no CDP, em todos os ciclos, o único contato dos participantes com a coordenadora local para receber orientações sobre a escrita do resumo crítico ocorreu no pátio, minutos antes da avaliação,

com a utilização de um *banner*, em que são apresentados os principais elementos constituintes do texto a ser produzido.

Assim sendo, é possível afirmar que, mesmo com alguns percalços, a unidade a desenvolver atividades de leitura e escrita de forma sistemática foi o CPP, o que interferiu positivamente nos resultados, uma vez que foi o estabelecimento com o menor índice de reprovações.

Apêndice 9



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA**

Proposta Pedagógica Educação a Distância Centro Educacional 01 de Brasília

**Brasília – DF
2024**

Apresentação	06
I.Histórico.....	08
II. Fundamentos norteadores da prática educativa.....	12
II.I Fundamentos pedagógicos	12
II.II Tecnologias digitais	21
II.III Formação docente	22
III. Função social e objetivos.....	24
IV Organização pedagógica	26
IV.I Da Oferta	26
IV.II Da matrícula	26
IV.III Da conclusão e Certificação	27
IV.IV Do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	27
IV.V Das atividades pedagógicas	28
IV.VI Do perfil do estudante da Educação a Distância	29
IV.VII Do perfil do professor de Educação a Distância.....	29
IV.VIII Da População das pessoas privadas de liberdade do Distrito Federal e Educação a Distância	30
IV.IX Da equipe multidisciplinar e dos professores.....	31
IV.X Da capacidade de atendimento por número de estudantes.....	33
IV.XI Da infraestrutura e da capacidade de atendimento	34
IV.XII Do número de estudantes atendidos por professor	34
V Organização curricular e respectivas matrizes	35

VI	Organização Curricular da Educação Profissional	41
VII	Processos de acompanhamento, controle e avaliação de ensino e da aprendizagem	43
VIII	Critérios para avaliação	47
IX	Processos de avaliação da instituição educacional	49
X	Infraestrutura	50
X.I	Instalações físicas: características e possibilidades	51
X.II	Da sala de leitura/biblioteca	51
X.III	Dos materiais didático-pedagógicos.....	51
X.IV	Do pessoal docente, de serviços especializados e de apoio à aprendizagem	54
XI	Gestão administrativa e pedagógica	55
XII	Considerações finais	56
	Referências	57

Lista de Siglas

ATP: Ala de Tratamento Psiquiátrico

AVA: Ambiente Virtual de Aprendizagem

CDP: Centro de Detenção Provisória

CED 01 de Brasília: Centro educacional 01 de Brasília

CEDF: Conselho de Educação do Distrito Federal

CIR: Centro de Internamento e Reeducação

CNE: Conselho Nacional de Educação

CPP: Centro de Progressão Penitenciária

DEPEN: Departamento Penitenciário

DF: Distrito Federal

DODF: Diário Oficial do Distrito Federal

EaD: Educação a Distância

EAPE: Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação

EJA: Educação de Jovens e Adultos

FEST'ART: Festival de arte

FUNAP: Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

GDF: Governo do Distrito Federal

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEP: Lei de Execução Penal

MEC: Ministério da Educação

MJ: Ministério da Justiça

NUEN: Núcleo de Ensino

PNE: Plano Nacional de Educação

PDE: Plano Distrital de Educação

PDF I: Penitenciária do Distrito Federal I

PDF II: Penitenciária do Distrito Federal II

PFDF: Penitenciária Feminina do Distrito Federal

SEEDF: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SIA: Setor de Indústria e Abastecimento

TD: Tecnologias Digitais

TDIC: Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação

TIC: Tecnologias da Informação e da Comunicação

APRESENTAÇÃO

A educação é fundamental para o desenvolvimento pessoal e social. De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, *"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"*. Esse direito é relevante nos diversos espaços; inclusive nas prisões, pois a educação para a pessoa privada de liberdade pode possibilitar sua ressocialização e favorecer a construção de novos projetos de vida.

Segundo a Lei de Execução Penal (LEP), em seu art.18, *"Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos"*. Desta forma, a LEP reitera o direito constitucional de acesso à educação.

No Distrito Federal, a unidade escolar responsável pela oferta de educação nas prisões é o Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01 de Brasília) que possui sede administrativa funcionando no prédio da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação (EAPE), na SGAS 907. As salas de aula estão distribuídas nas seis unidades prisionais atendidas pela escola: Centro de Detenção Provisória – CDP; Penitenciária do Distrito Federal I – PDF I; Penitenciária do Distrito Federal II – PDF II; Centro de Internamento e Reeducação – CIR;

Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF (em suas dependências está a Ala de Tratamento Psiquiátrico – ATP); e Centro de Progressão Penitenciária – CPP.

Atualmente o CED 01 de Brasília atende cerca de 1.500 (mil e quinhentas) pessoas privadas de liberdade na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Buscando ampliar o número de atendimentos, foi elaborada a presente Proposta Pedagógica cujo objetivo é a implantação da Educação a Distância (EaD) na Penitenciária Federal, situada no Distrito Federal, e nas demais prisões do DF.

A oferta de Educação a Distância já era um anseio antigo dos professores que lecionam nas prisões do DF, porque nem todos os blocos das prisões do DF possuem salas de aula e nem toda pessoa privada de liberdade consegue autorização/vaga para frequentar os Núcleos de Ensino. Desta forma, a EaD nas prisões possibilita a oferta de educação para aqueles que não têm acesso ao ensino presencial. Cabe destacar que o ensino presencial deve ter seu espaço assegurado e, sempre que possível, ser ampliado nas prisões, pois isso possibilita, além da aprendizagem, uma relação mais próxima entre professor e estudante, o que favorece a ressocialização.

De acordo com a LEP, art.18, §3º *“A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação a distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas”*. Em consonância com esse dispositivo legal, a Resolução nº2, de 19 de maio de 2010, do Ministério da Educação, dispõe sobre as Diretrizes nacionais para oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais e traz em seu Artigo 5º

Os Estados, o Distrito Federal e a União, levando em consideração as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, deverão incentivar a promoção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos na modalidade Educação a Distância (EAD), a serem empregados no âmbito das escolas do sistema prisional.

Com o intuito de construir uma proposta pedagógica específica de oferta de Educação a Distância para pessoas privadas de liberdade do DF, reuniram-se o diretor do CED 01 de Brasília, Wagdo da Silva Martins, a vice-diretora Elisângela Caldas Braga Cavalcante, a supervisora Valdiceli de Araújo Rocha, as coordenadoras pedagógicas Telma Cristiane de Almeida, Vanessa Martins Farias Alves Bomfim, Maria Sônia Vieira Lira, Vanessa dos Santos Conceição e os professores Altemir de Almeida Barboza, Josias Santos Rodrigues, Genilde Lima Vieira, Larissa Dantas de Andrade, Núbia Aparecida Ferreira, João Timótheo Maciel Porto, Maria das Mercês Cardoso de Assis. Essa comissão representou o quadro de professores do CED 01 de Brasília e promoveu reuniões abertas para discussão e redação da Proposta Pedagógica aqui apresentada.

Conforme o exposto, a elaboração da proposta de oferta de EaD para a Penitenciária Federal do Distrito Federal e para as prisões do DF foi construída coletivamente e sua implementação faz-se necessária porque, além de atender previsões legais, favorece a escolarização e ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

HISTÓRICO

As atividades educacionais desenvolvidas no Sistema Prisional do DF possuem um marco, entre tantos ao longo de sua trajetória, que proporcionou uma mudança significativa na oferta do ensino regular nas prisões: a criação do Centro Educacional 01 de Brasília – CED01 de Brasília, através da Portaria nº 239, de 30 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 31 de dezembro de 2015. Antes de sua criação, as atividades educacionais no Sistema Prisional do DF eram ofertadas por meio de Convênio com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP/DF².

O processo educativo foi, inicialmente, realizado por meio de convênio celebrado com a extinta Fundação Educacional do Distrito Federal, na intenção de desenvolver um trabalho orientado por profissionais habilitados e qualificados para esse fim.

A Proposta Pedagógica, frente à concentração de indivíduos nos mais diferentes níveis de escolaridade, girava em torno da organização dos cursos supletivos (1º e 2º Graus). Os educandos eram acompanhados por professores e auxiliados por monitores. A partir do ano de 2004, foi implantada a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) em seus três segmentos. A equipe passou a ter autonomia para classificar, reclassificar e promover os alunos considerando-se os segmentos/semestres. A exceção era relacionada ao 1º Segmento, pois a movimentação dos alunos desse grupo dependia do aval do Centro de Exames Supletivos da Asa Sul – CESAS.

Em 2005, os projetos de Xadrez, Música e Teatro, já presentes no CIR, foram estendidos para o CDP; além disso, foi ampliado o número de turmas na PDF I; e, dessa forma, foi incluída na grade horária da unidade a Parte Diversificada que contemplava a informática, o xadrez e o teatro. Nesse período, foi inaugurado o Núcleo de Ensino da PDF II; também foi implantado o 1º Segmento na Ala de Tratamento Psiquiátrico – ATP (exclusiva para homens), e ainda, as oficinas de Teatro e Agroecologia, desenvolvidas na PFDF. Nesse mesmo ano, somou-se ao quadro de profissionais da educação uma orientadora educacional.

Em 2006, o 1º Segmento passou a ter autonomia para promover os alunos, ato até então restrito aos 2º e 3º Segmentos.

Em 2010/2011, houve uma ampliação no número de turmas e, conseqüentemente, o número de professores aumentou. Ademais, nessa época, o quadro de profissionais da educação passou a contar também com um servidor da carreira de Assistência, que foi incumbido de efetuar o registro e a documentação dos alunos. Naquela época, a certificação dos alunos era realizada por meio de escolas

conveniadas da rede pública. Por isso, tais escolas incluíam os alunos matriculados no Sistema Prisional em seus censos escolares e os certificaram por meio de registros escolares informados pelos professores regentes no Sistema Prisional.

Os servidores que atuavam no Sistema Prisional antes da criação do CED 01 de Brasília tinham suas atividades respaldadas por termos de cooperação técnica entre as Instituições SEEDF e FUNAP/DF. Esses termos foram renovados e adaptados sucessivamente durante os períodos dos convênios celebrados. Com a institucionalização, os servidores que até então atuavam sob essas condições, constituíram o quadro de profissionais do recém-criado CED01 de Brasília. Essa instituição de ensino tornou-se, a partir de então, a responsável pela oferta, promoção e certificação da educação formal nas Unidades Prisionais do Distrito Federal.

Com a Portaria nº 82, de 09 de março de 2017, publicada no Diário Oficial do DF nº 48 de 10 de março de 2017, a Secretaria de Educação do DF torna público os locais de atuação do CED 01 de Brasília nas unidades prisionais do DF, estabelecendo uma legislação compatível com a motivação de criação desta unidade de ensino. Nesse ínterim, ficou determinado que a Sede Administrativa I estaria situada no prédio da EAPE, SGAS 906/907 conjunto A - CEP: 70.390070 Brasília - Distrito Federal (e-mail: ced1bsb@gmail.com; CNPJ: 26.344.476/0001-33; telefones: 3901-4604, 39014947), e a Sede Administrativa II deveria ser no Complexo Penitenciário situado na Rodovia DF – 465, KM 04, - FAZENDA PAPUDA – CEP 70.620-000.

O CED 01 atende as seis unidades prisionais do DF:

UNIDADE I – CIR – Centro de Internação Reeducação.

UNIDADE II – CDP – Centro de Detenção Provisória

UNIDADE III – PDFI – Penitenciária do Distrito Federal I

UNIDADE IV – PDFII - Penitenciária do Distrito Federal II

UNIDADE V – PFDF - Penitenciária Feminina do Distrito Federal

UNIDADE VI – CPP – Centro de Progressão Penitenciária

Em 23 de novembro de 2016, foi realizada a primeira eleição para diretor e vice-diretor do Centro Educacional 01 de Brasília – processo de Gestão Democrática das escolas públicas da SEEDF para o triênio de 2017/2018/2019. Na ocasião, duas chapas disputaram a eleição, sendo eleita a Chapa 1 com 76% dos votos válidos. Desde a institucionalização até a posse dos eleitos, houve uma gestão provisória.

Em 2017 o CED 01 de Brasília ampliou a oferta da EJA no Centro de Progressão Penitenciária com a abertura de turmas nos turnos matutino e vespertino.

Em 2018 houve a implementação do Projeto de Remição de Pena pela Leitura – “Ler Liberta: uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do Distrito Federal”. Esse projeto visa atender o estabelecido na Portaria nº 10, de 17 de novembro de 2016, da Vara de Execuções Penais (VEP), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Esse dispositivo legal veio disciplinar as modalidades de remição de pena no DF: pelas atividades de ensino presencial, pela realização de cursos a distância e pela leitura de obras literárias, estando previsto o atendimento de até 10% da população carcerária do Distrito Federal.

Em 2019 o CED 01 de Brasília ampliou a oferta da EJA na PDF II com o retorno das turmas do ensino fundamental e ensino médio no bloco “E” da referida penitenciária.

Ainda em 2019, foi elaborado o presente projeto que visa ofertar Educação a distância (EaD) na Penitenciária Federal e também nas prisões do DF.

Além da oferta de ensino na modalidade EJA, o CED 01 de Brasília vem, no decorrer do tempo, desenvolvendo projetos em diversas áreas: Teatro, Música, Remição de pena pela leitura –

Ler Liberta, Mulheres Inspiradoras, Fest’Art – Festival de Arte. Cada projeto possui características próprias, mas todos, além de serem importantes para o aprendizado, influenciam positivamente no processo de ressocialização dos participantes.

Conforme o exposto, a educação nas prisões do DF vem, ao longo de sua existência, se aperfeiçoando e alcançando um número maior de alunos com o intuito de favorecer uma educação que propicie o desenvolvimento global de todos com vistas à ressocialização e à reinserção no meio social de cidadãos e cidadãos ávidos por uma vida digna.

FUNDAMENTOS NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA

Fundamentos pedagógicos

A finalidade da educação é criar condições que favoreçam a construção de um ser humano integral para convivência em sociedade de forma a compreender e explicar a realidade, buscando soluções e tomando decisões a fim de intervir, transformar ou manter, transformando a si enquanto sujeito histórico, crítico e criador. A educação visa criar essas condições e a escola é o local ideal para essa construção.

A prática pedagógica do Centro Educacional 01 de Brasília está fundamentada nos princípios de uma educação para a autonomia e tem como fundamento teórico os apontamentos de Paulo Freire e suas

compreensões do ensinar e aprender, numa perspectiva de que o aluno é responsável por seu processo de aprendizagem e o professor é o mediador visando uma educação libertadora.

Os alunos do CED 01 de Brasília são oriundos de uma realidade difícil, estão limitados no direito de ir e vir, presos e, portanto, um dos seus maiores anseios é a liberdade, porém precisam cumprir a pena que lhes foi imputada pelo crime ou crimes cometidos. Os objetivos dos estudantes que procuram a escola no sistema prisional são variados: veem a escola como um espaço para passar o tempo, acreditam que é o melhor espaço na cadeia ou como um lugar onde podem atualizar seus conhecimentos e ao mesmo tempo ter um vínculo com o mundo fora dos muros. Ademais, a escola lhes proporciona a remição por tempo de estudo, conforme previsto na LEP (12h/a equivalem a 1 dia de remição).

Assim, pautada nos ensinamentos de Paulo Freire sobre a EJA, a escola visa proporcionar aos alunos uma educação libertadora e emancipadora. Para isso, a instituição busca trabalhar de forma a possibilitar a transformação da realidade em que vivem ou viverão, na sociedade extramuros.

Outrossim, também em razão de sua condição especial de privação de liberdade, o trabalho pedagógico, pautado na construção dos saberes escolares, auxilia o educando a refletir de forma crítica e autônoma sobre o mundo que o cerca e, ainda, a *“conhecer-se como sujeito capaz de agir nesse mundo e transformá-lo”* (ONOFRE, 2007, p. 23).

O processo educacional, segundo Freire (1996), está associado a uma leitura de mundo, uma leitura da realidade que cerca o estudante. Compreender as relações que os cercam é primordial para construir uma educação efetivamente libertadora.

O conhecimento cognitivo deve estar vinculado ao contexto vivido dentro e fora das prisões. O aluno, ao se apropriar do conhecimento científico, tem a possibilidade de usá-lo de forma consciente no seu cotidiano para resolução de situações adversas. Para Freire (1996), os saberes estão ligados a uma ética e estética, ou seja, os saberes estão ligados a uma forma moral que os constitui, mas que isso poderá ser analisado por outro ponto de vista levando em consideração o contexto e o objetivo da construção de determinado saber.

Pensar certo, pelo contrário, demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. Supõe a disponibilidade à revisão dos achados, reconhece não apenas a possibilidade de mudar de opção, de apreciação, mas o direito de fazê-lo. Mas como não há pensar certo à margem de princípios éticos, se mudar é uma possibilidade e um direito, cabe a quem muda - exige o pensar certo - que assuma a mudança operada (FREIRE, 1996 pág. 19).

Para Freire (1996), cabe à educação, no processo de socializar, apresentar os conhecimentos histórico e socialmente construídos não como verdades absolutas de certo e errado numa visão maniqueísta, mas ampliar as possibilidades de saber e trazer para o espaço de ensino aprendizagem a metodologia científica que questiona, infere, compara e constrói. Trata-se de rever os papéis no processo de ensino-aprendizagem: o professor não é o transmissor e o aluno não é o receptor, como numa educação bancária. Ao apresentar o conhecimento, o professor permite que o aluno perceba como e em que contexto esse conhecimento foi produzido, e mais, que tal conhecimento pode ser questionado e revisto a qualquer momento.

Outro teórico que fundamenta a prática pedagógica do CED 01 de Brasília é Ausubel – estudioso que parte da premissa de que existe uma estrutura na qual organização e integração de aprendizagem se processam. Para ele, o fator que mais influencia a aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe ou o que pode funcionar como ponto de ancoragem para a nova ideia. Assim, na prática, o educador primeiramente deve sondar o repertório do educando para, depois, provocar uma aprendizagem significativa.

Pensada para o contexto escolar, a teoria de Ausubel (1982) leva em conta a história do sujeito e ressalta o papel dos docentes na proposição de situações que favoreçam a aprendizagem. De acordo com ele, há duas condições para que a aprendizagem significativa ocorra: o conteúdo a ser ensinado deve ser potencialmente revelador e o aluno precisa estar disposto a relacionar o material de maneira consistente e não arbitrária.

No livro *O Diálogo Entre o Ensino e a Aprendizagem*, Weisz (1999) explica que uma boa situação de aprendizagem é aquela em que os educandos pensam sobre o conteúdo estudado. Existem problemas a resolver e decisões a tomar em função do que se propõe. Segundo Weisz (1999), o professor precisa garantir a máxima circulação de informação possível. Além disso, o assunto trabalhado deve manter suas características socioculturais reais, sem se transformar em um objeto escolar vazio de significado social.

Nesta perspectiva, no processo de ensino-aprendizagem o professor deverá ser o mediador; e o aluno precisa perceber e assumir que é coparticipante na construção do conhecimento. Nessa perspectiva, é importante que os docentes estejam comprometidos com o rigor metódico, o qual consiste em apresentar o conhecimento construído, mas como algo inacabado, mutável e em movimento.

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se com sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de

que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (FREIRE, 1996, pág12).

Instigar o aluno a perceber que um conhecimento muda ao longo do tempo é uma das vertentes da formação da autonomia no processo de ensino-aprendizagem. Ao participar desse processo de construção e reconstrução dos conhecimentos, ele poderá se sentir instigado e desafiado a produzir outros conhecimentos e se tornar protagonista da própria aprendizagem. O aluno aprende a aprender de forma questionadora e crítica, analisando os erros e acertos como um processo normal dentro das diversas realidades, pois *“quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender, tanto mais se constrói e se desenvolve o que venho chamando curiosidade epistemológica”*. (FREIRE, 1996, pág. 13).

Trazer isso para a escola dentro da prisão é permitir aos alunos a possibilidade de repensar os atos equivocados que utilizaram ao longo das suas trajetórias de vida e que culminaram no cerceamento do seu direito de ir e vir; permitir a reflexão de maneira que possam reavaliar escolhas. Dessa forma, podem perceber que a realidade não é imutável, estática e fatídica. Revendo e refletindo sobre as suas histórias de vida poderão perceber em que ponto da sua trajetória houve falhas, para, então, reconstruir valores e atitudes, assumindo responsabilidades e deixando para trás ideias de vitimização.

Consonante ao exposto, o CED 01 de Brasília busca respeitar os conhecimentos trazidos pelos alunos, pois a valorização do conhecimento adquirido ao longo de suas vidas facilita a transposição do vivenciado para o conhecimento científico. Para Freire (1996), essa prática em sala de aula permite ao aluno sair de um conhecimento ingênuo, de senso comum para um conhecimento crítico e sistematizado, numa perspectiva de superação. Trata-se de fazer um *link* dos problemas vividos em seu cotidiano, em sua comunidade, com os saberes apresentados pela escola, o que os leva a fazer correlações e, conseqüentemente, perceber soluções para a transformação de sua realidade.

Não há para mim, na diferença e na "distância" entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se criticista. Ao criticizar-se, tornando-se então, permito-me repetir, curiosidade epistemológica, metodicamente "rigorizando-se" na sua aproximação ao objeto, conota-se seus achados de maior exatidão. (Freire 1996, pág.17)

Dessa maneira, a prática pedagógica está vinculada ao ciclo reflexão-ação-reflexão citado por Freire, num movimento dinâmico e dialético em que o professor e os alunos analisam, comparam, mudam e repensam os saberes de forma contínua.

O professor valoriza o saber cognitivo, mas entende que a afetividade permeia e define a construção do conhecimento. Ele entende que a inconclusão faz parte dessa prática, que não sabe de tudo e que, assim como os alunos, também o seu fazer pedagógico está em construção constantemente. E isso o torna pesquisador de sua prática e dos conhecimentos que surgem ao longo da jornada.

O professor precisa permear suas ações numa perspectiva dialógica, no falar e ouvir, pois ouvir é abrir espaço à inteligência do outro, e o falar permite, em contrapartida, que o outro conheça sua inteligência. Ou seja, tais ações possibilitam aos agentes educacionais – professor e aluno – a demonstração do que um e outro conhecem sem, contudo, haver colonização ou discriminação de ninguém, restando o respeito à identidade cultural e social de ambos.

É próprio do pensar certo, a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo.” (FREIRE, 1996 pág. 20)

Nesse viés, a educação nas prisões é fruto de uma construção coletiva entre professor e aluno visando a produção de saberes numa perspectiva dialógica de respeito à diversidade. Trata-se de uma parceria em que o estudante define o que vai além dos conhecimentos elaborados em sala, constituindo sua trajetória de forma autônoma e consciente. Desta forma a educação se constitui como um processo que Peliano (2008) define como o ato de orientar, acompanhar, nortear e de trazer de "dentro para fora" as potencialidades do indivíduo. E Mayer (2006) complementa salientando que a educação dá significado ao passado e proporciona ferramentas para se formular um projeto individual. Em um sentido amplo, a educação de uma pessoa reflete toda a sua existência e contempla todos os seus aspectos.

Cabe observar que os avanços da ciência e da tecnologia têm revolucionado a produção, o comportamento das pessoas e o próprio ambiente escolar. Com o advento da internet, da telefonia celular e de outros meios de comunicação que oferecem ao homem contemporâneo comodidade, segurança e precisão, seria de se supor que tudo isso acarretaria uma grande melhoria na vida de todos. No entanto, é sabido que isso só ocorre com uma pequena parcela da sociedade.

Pela sua importância, a educação deveria ser prioritária no processo do tratamento penal, durante todo o período de cumprimento da pena. O que se quer salientar aqui é que a comunidade escolar atendida nas unidades penais faz parte de uma grande maioria que não tem acesso aos avanços tecnológicos, bem como a bens culturais e benefícios sociais, razões pelas quais acabam ficando à margem do processo. É nesse panorama pouco “humanizante” que, conforme o Parecer nº 11/2000 - CNE/CEB do Conselho Nacional de Educação, a EJA se estabelece como a modalidade a ser adotada, e deve ter suas ações pautadas nas características Reparadora, Equalizadora e Qualificadora; e ainda, respeitando as peculiaridades distintas, conforme o público atendido, e principalmente, com o objetivo de garantir condições àqueles(as) que não tiveram a oportunidade ou se viram privados do acesso à Educação. Em um contexto amplo, vale ressaltar o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para Jovens e Adultos: muitos jovens ainda não empregados, desempregados, empregados em ocupações precárias e vacilantes podem encontrar nos espaços da EJA, seja nas funções de reparação e de equalização, seja na função qualificadora, um lugar de melhor capacitação para o mundo do trabalho e para a atribuição de significados às experiências socioculturais trazidas por eles (BRASIL, 2000, p.11).

O educando é um sujeito sócio-histórico-cultural com diferentes experiências de vida, que se afastou da escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais; muitas vezes, com ingresso prematuro no mundo do trabalho, evasão ou até mesmo repetência escolar. A maioria dos estudantes da EJA traz consigo alguns traumas em relação à vida escolar, onde predomina um ensino tradicional, onde o educador exerce o papel de detentor do conhecimento e o educando de receptor desse conhecimento.

Busca-se, portanto, o rompimento desse modelo, propiciando ao educando a autonomia ativa e intelectual no processo educacional. *“Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de gênero ofende a substantivada do ser humano e nega radicalmente a democracia.”* (FREIRE,1996, pág. 20).

Uma tarefa bastante complexa, porém extremamente necessária e contínua, é determinar o perfil dos educandos do sistema carcerário a fim de buscar um planejamento adequado para atuar nesta demanda. Assim, é comum deparar-se com indivíduos que, em sua maioria, sempre viveram à margem da sociedade, sem referência social e que, geralmente, trazem consigo um histórico de vida que reflete seus comprometimentos psicossociais e econômicos. Sujeitos sem perspectivas de futuro, discriminados, de famílias desmoralizadas, sem noção do lugar que devem ocupar na sociedade. Esses educandos demandam

uma proposta pedagógica específica para jovens e adultos privados de liberdade na busca pela garantia do processo educativo de qualidade para a transformação de um modelo de sociedade excludente.

A proposta pedagógica pensada para esse esse público deve priorizar as necessidades fundamentais para compreensão de uma vida com dignidade. São jovens e adultos que, geralmente, apresentam um sentimento de desesperança no momento presente, de falta de perspectiva futura e angústia com o tempo já vivido. Desta forma, a proposta pedagógica deve ser pautada na busca por um conhecimento que agregue valores e aponte para uma prática social de inclusão, de melhoria nas condições de vida para o convívio em sociedade.

A Educação ofertada deve ser uma educação que prioritariamente procure não só ampliar o universo informacional deste aluno, mas que também busque desenvolver a sua capacidade crítica e criadora, tornando-o capaz de realizar escolhas e perceber a importância delas em sua vida e, conseqüentemente, para o seu grupo social.

A prisionalização dificulta os esforços em favor da ressocialização; além disso, *“em vez de devolver à liberdade indivíduos educados para a vida social, devolve para a sociedade, delinquentes mais perigosos e com elevado índice de possibilidade para a reincidência”* (ONOFRE, 2007, p. 14). É preciso acreditar que através de uma ação conscientizadora, capaz de instrumentalizar alunos que poderão firmar um compromisso de mudança com a sua própria história. Paulo Freire afirmava que

A conscientização é (...) um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. Conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1982, p. 26).

Neste contexto, a escola e com ela a educação de qualidade torna-se um poderoso instrumento de (re)integração social para todos da comunidade carcerária, pois, além de preparar o aluno privado de liberdade para sua retomada à liberdade, possibilita também que ele possa competir em igualdade de condições com os demais cidadãos por um trabalho digno e justo. A escola em presídios passa a ter uma enorme responsabilidade na formação de indivíduos autônomos, *“na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da autoestima desses sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade.”* (JULIÃO, 2007, p. 47).

O espaço escolar em presídios é o local onde o interno pode se sentir humano, é o local em que, como afirma Onofre (2007), a *“marca de criminoso pode ser amenizada”*, uma vez que ele passa a ser apenas aluno, um educando na incessante busca pelo aprendizado que lhe possibilitará, talvez, sair da condição de miserável, para uma condição mais humana.

Gadotti (1993) afirmava que a característica fundamental da pedagogia do educador em presídios deveria ser a contradição, a lida com conflitos, com riscos. Caberia a ele questionar de que maneira a educação poderia contribuir para mudar a prisão e o preso, para tornar a vida melhor e contribuir com o processo de desprisionalização.

Freire (1998) já dizia que a *“melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa”*.

Acredita-se que a formação escolar é a chave principal que poderá abrir às pessoas em privação de liberdade as portas do processo de reintegração social. Assim, os alunos, quando na condição de egressos, poderão continuar seus estudos numa escola da comunidade após o cumprimento de sua pena. Mas, para isso, é preciso valorizá-los como indivíduos portadores de experiências de vida, respeitando as suas diferenças, como afirma Santos (2004)

A educação de adultos exige uma inclusão que tome por base o reconhecimento do jovem adulto como sujeito; coloca-nos o desafio de pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade: ter o direito a ser igual quando a diferença nos inferioriza e o de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza. Ao pensar no desafio de construirmos princípios que regem a educação de adultos, há de buscar-se uma educação qualitativamente diferente, que tem como perspectiva uma sociedade tolerante e igualitária, que a reconhece ao longo da vida como direito inalienável de todos. (SANTOS, 2004, p.14).

Logo, outros desafios importantes se colocam como tarefa dos professores: a de trabalhar transversalmente com temas que digam respeito aos valores éticos, de respeito ao outro, de solidariedade, temas que devem balizar as relações sociais entre os grupos humanos e que são chamados de conteúdos de educação social. Tais temas, além da necessidade de estarem integrados e contextualizados nos conteúdos formais das disciplinas, poderão ser trabalhados em atividades extracurriculares. Nessa perspectiva, vale destacar o que dizem Forquim (1993), Ricardo Jorge Costa e José

Paulo Serralheiro (2007)

A educação tomada num sentido amplo como formação e socialização do indivíduo supõe sempre a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, e valores, que se constituem o que se chama de conteúdo da educação, suporte de toda experiência humana, pode-se dar o nome a estes conteúdos de cultura. (COSTA, SERRALHEIRO, 2007, p.35).

Não se perca de vista que o cidadão do nosso tempo não passa sem a educação escolar e a educação social. Ambas, sob a perspectiva da educação científica e tecnológica, são indispensáveis à formação do cidadão do século XXI. Na educação social, estão incluídas áreas de formação como a educação para a saúde, a educação ética e social, a educação para as artes, a educação desportiva, ou seja, todo um conjunto de aprendizagens e atividades consideradas indispensáveis à formação integral de um cidadão, mas que, pela sua natureza, muitas vezes, não se incluem na aprendizagem técnica e científica do “sistema escolar formal”.

Concorda-se com Neiva (2006), quando afirma que a educação é

(...) um caminho que reintegra [os apenados] à sociedade permitindo lhes a superação das circunstâncias que deram origem ao crime e proporcionem relações de trocas sociais que corroborem para uma adaptação no processo de equilíbrio entre a convivência social e a autonomia individual. (NEIVA, 2006, p. 23).

A educação no interior dos presídios tem a função desafiadora de colaborar para a desconstrução da concepção de que esse é um ambiente de desumanidades e de negação de direitos. Oposto a isso, é necessário desenvolver uma prática pedagógica voltada para o reconhecimento de que esse deva ser um espaço socializador, respeitoso e desprovido de ações discriminatórias e violentas.

Nesse sentido, Julião (2007) destaca que

[...] a escola em presídios passa a ter uma enorme responsabilidade na formação de indivíduos autônomos, na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da auto-estima desses sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade. (JULIÃO, 2007, p. 47).

Assim, o papel desafiador do CED 01 de Brasília é a construção de uma proposta curricular que busque o desenvolvimento pessoal e profissional do sujeito, que o auxilie na relação dos saberes adquiridos no espaço escolar com a vida cotidiana.

Esse projeto, norteado pela perspectiva humanista contemporânea, fundamenta-se em uma visão da formação de um ser humano autônomo, capaz de fazer suas escolhas, julgamentos e valorações, determinando suas necessidades em termos de educação e qualificação.

A Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (1996) percebe o ser humano e sua humanidade como produtos da história criada pelos próprios seres humanos. No processo de desenvolvimento da cultura, o ser humano formou sua esfera motriz – o conjunto dos gestos adequados ao uso dos objetos e dos instrumentos – e, com essa esfera, criou também as funções intelectuais envolvidas nesse processo. Ao produzir a cultura humana – os objetos, os instrumentos, a ciência, os valores, os hábitos e os costumes, a lógica, as linguagens – surgiu a humanidade, ou seja, o conjunto de características e qualidades humanas expressas pelas habilidades, capacidades e aptidões formadas ao longo da história por meio da própria atividade humana. Conforme o exposto, as concepções de Paulo Freire, Vygotsky e Ausubel fundamentam as práticas pedagógicas do Centro Educacional 01 de Brasília, na busca por uma educação emancipadora e ressocializadora, capaz de reintegrar cidadãos e cidadãs ao meio social lhes permitindo atuar de forma consciente e transformadora em seus espaços de convivência, possibilitando a eles e ao seu grupo familiar, uma nova perspectiva de vida.

Tecnologias

O termo tecnologia abrange tudo aquilo que faz alguém, melhorar ou simplificar algo, ou seja, todo e qualquer processo de aperfeiçoamento. O termo Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é utilizado para nos referirmos aos dispositivos eletrônicos e tecnológicos incluindo-se computador, internet, *tablet* e *smartphone*.

A inovação tecnológica, presente na vida de alunos e professores, faz com que os recursos utilizados no processo de ensino e aprendizagem sejam os mais variados possíveis, melhorando ainda mais essa relação no processo educacional.

O grande avanço das tecnologias da informação fez com que várias ferramentas fossem criadas e utilizadas pelos professores com o intuito de melhorar a qualidade do ensino. Essas ferramentas são capazes de melhorar o acesso às informações transformando o processo de ensino aprendizagem em algo mais dinâmico e inovador.

As tecnologias utilizadas no ambiente educacional devem ser vistas como uma nova metodologia de ensino capaz de interagir com tecnologias já utilizadas anteriormente. Existe, portanto, uma relação entre o conteúdo a ser ministrado e a interação digital do aluno/professor com as ferramentas tecnológicas utilizadas para atingir os objetivos esperados.

A EaD é um exemplo de que a inovação do campo das tecnologias de informação e comunicação é capaz de formar um indivíduo, ainda que de forma não presencial. Mas, para que isso aconteça de fato, é necessário que um professor/tutor seja capacitado para conseguir estimular o aluno à vontade de estudar e, ainda, motivá-lo a interagir através de ferramentas não tradicionais no processo de ensino-aprendizagem.

A capacitação dos professores, em especial para aqueles que trabalham na educação a distância, deve estar sempre relacionada com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, criando-se novos contextos de ensino aprendizagem.

Formação docente

[...] a responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática (FREIRE, p.28, 2003).

A Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, no artigo 62, trata dos tipos e modalidades dos cursos de formação inicial de professores da seguinte forma

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

Os docentes devem ter uma formação específica que os torne competentes no domínio operacional das novas tecnologias da informação e das comunicações, e ser compromissados com as novas formas de interatividade pedagógica que a cultura virtual exige em geral e, de modo especial, com a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 6/2010).

A viabilização de ações destinadas à formação continuada deve ser aplicada para todos os professores de Educação de Jovens e Adultos em EaD do Centro Educacional 01 de Brasília.

Dessa forma, pode-se dizer que o preparo profissional de um docente voltado para a EJA e a Educação Profissional, na modalidade de EaD, necessita incluir, além das exigências formativas para professor,

aquelas relativas à complexidade diferencial dessa modalidade de ensino (domínio do conteúdo, competências comportamentais, clareza na comunicação, confiança, aprendizagem contínua, abertura para ouvir, estímulo ao aprendizado ampliado, mediação de conflitos, entre outros).

FUNÇÃO SOCIAL E OBJETIVOS

A função social do Centro Educacional 01 de Brasília é promover o processo de ensino e aprendizagem no Sistema Prisional de modo a oportunizar aos educandos o desenvolvimento de competências e habilidades nas dimensões cognitiva, afetiva, social, criativa e intelectual, objetivando sua autonomia crítica para o pleno exercício da cidadania. Disponibilizar ações educativas que estejam diretamente interligadas aos pilares da ressocialização (trabalho, família, arte-cultura e espiritualidade) também aos demais privados de liberdade. O objetivo dessa unidade escolar é estimular a consciência crítica do indivíduo, fortalecendo vivências, propiciando a aprendizagem por meio de uma educação de qualidade, favorecendo, assim, o exercício da cidadania.

O Centro Educacional 01 de Brasília tem como objetivo, além da oferta de ensino presencial na modalidade EJA, instituir e promover, por meio da EaD, a escolarização e a profissionalização de jovens, adultos e idosos que encontram-se privados de liberdade e não têm acesso presencial à educação formal e/ou profissional em ambiente prisional. São objetivos gerais da EaD:

- Ofertar educação a distância no Complexo Penitenciário do DF e na Penitenciária Federal de Brasília;
- Promover a autonomização intelectual dos estudantes;
- Contribuir para a escolarização das pessoas privadas de liberdade com vistas à ressocialização.

A operacionalização deste objetivo geral está vinculada aos seguintes objetivos específicos:

- Orientar a construção do conhecimento do estudante, considerando seus conhecimentos prévios, interesses cotidianos, ritmo de estudo.
- Ofertar materiais didático-pedagógicos que possibilitem o aprendizado de forma individualizada, mas com apoio e direcionamento de professores capacitados para o tipo de aula/curso a ser ofertado.
- Criar/adotar vídeos-aulas que possam ser exibidas nas celas dos estudantes nas unidades prisionais que dispõem desse recurso tecnológico.
- Promover atividades, em determinados momentos ao longo dos cursos, que favoreçam a prática, mas que obedeçam as especificidades do ambiente prisional.

As atividades e os cursos propostos deverão prever encontros presenciais, tais como: aula inaugural, plantões de dúvidas, aulas teóricas, oficinas, exposições, provas, e outras.

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Considerando o art. 23 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos de 2014/2017 e o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, a organização pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância será ofertada por segmentos, etapas, módulos e/ou componentes curriculares.

A organização curricular da Educação de Jovens e Adultos dos 2º e 3º segmentos está embasada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, na Resolução CNE/CEB nº 7/2010 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Resolução CNE/CEB nº 2/2012.

Da Oferta

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e normas complementares definidas pelo Conselho Nacional de Educação (Art. 5º, Resolução nº 1/2016-CNE/CEB), a idade mínima para ingresso em cursos de EJA, na modalidade de Educação a Distância (EaD), deverá ser a mesma exigida como pré-requisito para os cursos desenvolvidos presencialmente.

Da matrícula

A pessoa privada de liberdade interessada em cursar o 2º Segmento (Ensino Fundamental – Anos Finais) ou 3º Segmento (Ensino Médio) da EJA-EaD deverá matricular-se nos Núcleos de Ensino (NUENs) existentes em cada unidade prisional ou através de contato com a secretaria do CED 01 de Brasília. Os documentos exigidos para matrícula são: carteira de identidade (RG), cadastro de pessoa física (CPF), comprovante de residência e comprovante de escolarização anterior. Além disso, no ato da matrícula, a pessoa deve efetuar o preenchimento da Ficha de Matrícula (SOME).

O interessado na EJA que não apresentar comprovante de escolarização no ato da matrícula deverá solicitar, de acordo com os Artigos 246 e 247 do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF, o “teste de classificação e/ou reclassificação”. Isso se dá por meio de requerimento próprio, acompanhado de justificativa.

Após efetuar a matrícula, o estudante será informado sobre a organização e o funcionamento da EJA por meio impresso e será convocado para uma aula inaugural, ocasião em que receberá orientações quanto à metodologia da EaD.

A matrícula na EJA-EaD da penitenciária federal será por área do conhecimento, e no sistema penitenciário do DF deverá ser por componente curricular. Nos dois casos, a matrícula estará condicionada à disponibilidade de vagas.

Da conclusão e Certificação

A conclusão dos estudos será condicionada ao aproveitamento em todos os componentes curriculares ou áreas do conhecimento (dependendo de cada caso) e ocorrerá de forma individualizada.

O certificado de conclusão do curso é emitido de acordo com os prazos determinados na legislação vigente.

Os históricos escolares que acompanham os certificados e diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aprovação dos concluintes.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Nos Ambientes prisionais, nos blocos em que não há núcleo de ensino, os espaços para a tutoria em EaD devem contar com ambientes para atendimento, a fim de serem realizados encontros presenciais semanais e também para a aplicação das avaliações. Esses encontros preveem uma aula inaugural, plantões de dúvidas e outros momentos avaliativos e de atendimentos que se façam necessários.

Nas unidades em que não houver possibilidade de utilização de ambientes virtuais de nenhuma espécie, a educação se dará por meio de apostilas, elaboradas pelos tutores, por áreas de conhecimentos e/ou componentes curriculares, a depender das peculiaridades da unidade prisional em questão. As apostilas serão compostas de textos simples e atividades relacionadas ao assunto, com linguagem acessível a todos. Há unidades que possuem sistema coletivo de TV, com transmissão direta para as celas. Esse recurso pode ser utilizado para transmissão de vídeo aulas complementares às apostilas utilizadas durante o processo, ou em substituição aos atendimentos presenciais, quando estes não forem realizados por questões referentes à segurança local.

A despeito de ambientes virtuais, quando possível, o acesso à internet deverá ser restrito a uma plataforma virtual customizada, com uma lista de sítios com acesso seguro, que permita a criação de um tipo de perfil ou portfólio do aluno no qual fiquem armazenadas todas as suas atividades.

Estudos mostram que a segurança exigida para os ambientes virtuais conectados em rede dentro de sistemas prisionais pode ser realizada com o uso de redes internas (intranet). Isso é viável, tome-se como exemplo o que ocorre em países europeus que utilizam as chamadas **whitelists** (conjunto de e-mails, domínios ou endereços IP, previamente aprovados e com permissão de entrega, sem a necessidade de serem submetidos a filtros anti-spam). Dessa forma, o **e-learning** passa a ser um ótimo recurso às TIC na Educação a Distância.

Das atividades pedagógicas

Cada área de conhecimento ou componente curricular tem a liberdade de utilizar as atividades pedagógicas permitidas nas unidades prisionais, a depender de suas peculiaridades. Essas atividades podem utilizar-se de:

- Apostilas;
- Exercícios escritos;
- Textos escritos;
- Vídeoaulas;
- Chats e fóruns de discussão em plataformas específicas;
- Avaliações escritas;
- Produção de textos;
- Plantões de dúvidas;
- Atividades coletivas quando permitidas e enviadas aos tutores;
- Oficinas;
- Exposições de trabalhos;
- Programações culturais, dentre outros.

É importante frisar que tais atividades estarão especificadas e descritas no planejamento pedagógico para cada componente curricular e/ou área de conhecimento com atendimento em EaD. No que tange às

configurações e às adaptações dos espaços prisionais, há que se atender a realidade de infraestrutura que cada unidade dispõe, bem como as regras de segurança previstas por cada regime prisional das penitenciárias atendidas.

Do perfil do estudante da Educação a Distância

Os estudantes de EaD do sistema prisional são jovens, adultos e idosos que não frequentaram a escola ou evadiram antes de finalizar os Ensinos Fundamental e Médio. Internos de blocos em que não há núcleo de ensino (oferta de EJA presencial) e inclusive aqueles que por razões de segurança não poderiam participar de aulas presenciais.

Do perfil do professor de Educação a Distância

O professor de EAD no sistema prisional deve ter requisitos técnicos e curriculares mínimos para atuação com tutoria; clareza na comunicação; estímulo ao aprendizado ampliado e responsabilidade pedagógica de tornar o ensino com apostilas ou plataforma específica como instrumentos de real aprendizado e crescimento para os alunos. Deve conhecer ferramentas de edição de textos para elaboração de material escrito e dominar utilitários diversos de EaD, de acordo com as necessidades de cada unidade prisional.

Além disso, o professor da EaD deve ser capaz de trabalhar em equipe, visto que o trabalho será colaborativo e multidisciplinar.

É importante, ainda, que o profissional apresente o conteúdo com clareza, de maneira a manter os estudantes interessados, motivados e engajados; ele deve estar apto a responder as possíveis dúvidas dos alunos, bem como analisar seu desempenho. Além disso, deve ter em mente que, no ambiente prisional, há situações que interferem na atuação do professor e, por isso, estar aberto a mudanças em sua prática pedagógica no atendimento aos alunos quando necessário às regras de segurança. É imprescindível manter um clima de aprendizado constante e interativo.

Da população das pessoas privadas de liberdade no Distrito Federal e Educação a Distância

Dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) mostram que a população carcerária do Distrito Federal saltou de 7,4 mil internos, em 2008, para cerca de 16 mil em 2019. Destes apenas cerca de 1,2 mil são matriculados no CED 01 de Brasília. Este déficit se explica devido à falta de estrutura e logística enfrentada pela escola dentro das dependências do presídio.

Há que se ressaltar que o ensino presencial é de suma importância para tal população, mas considerando que o total dos que têm o Ensino Fundamental completo e incompleto, somados ao Ensino Médio incompleto, atinge 75,63% da população carcerária. Nesse contexto, é importante considerar a oferta de EaD para este público como uma possibilidade de continuidade da Educação Básica, além de sua capacitação profissional.

Como bem sabemos, a oferta de EaD, com vistas a atender qualquer população, requer dados esclarecedores, ferramentas específicas e acesso a tecnologias diversas, especificidades essas que requerem rigoroso estudo e acesso a equipamentos, principalmente quando o público alvo são pessoas privadas de liberdade.

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen/MJ), através do Infopen, junho de 2017, oferece um panorama da população prisional no DF por nível de escolaridade no Brasil. Vide quadro a seguir

ESCOLARIDADE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO DF

ANALFABETOS	1,76%
ALFABETIZADOS	0,77%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	52,04%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	9,34%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	14,25%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	9,10%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	1,73%

ENSINO SUPERIOR COMPLETO	0,65%
ENSINO ACIMA DE SUPERIOR COMPLETO	0,00%
NÃO INFORMADO	10,36%

Fonte: Infopen (2017)

Da equipe multidisciplinar e dos professores

A proposta de oferta de Educação a Distância no sistema prisional é uma forma de ampliar as possibilidades de atendimento aos detentos, uma vez que, hoje, estão regularmente matriculados no ensino presencial em torno de 10% da população carcerária do Distrito Federal. A EaD pode oferecer solução para essa baixa oferta de vagas possibilitando a inclusão social a uma parcela maior da população prisional, promovendo assim a democratização do acesso ao conhecimento, direito garantido na legislação vigente.

Ademais, no sistema prisional, as dificuldades de deslocamento dos detentos enfrentadas na rotina diária e que em alguns momentos impossibilita a participação nas aulas presenciais poderão ser minimizadas no ensino a distância, já que os alunos serão atendidos presencialmente somente uma vez na semana, de acordo com as possibilidades de segurança.

No entanto, para que essa oferta de EaD seja exitosa, é imprescindível que haja uma equipe multidisciplinar responsável pelo [...] *“planejamento, implementação e gestão dos cursos à distância”* [...], (Brasil, MEC, Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, p. 19). Essa equipe deverá ser capacitada quanto ao uso da tecnologia, a gestão do tempo e o trabalho em equipe, pois além de suas próprias especialidades, esses profissionais deverão trabalhar de forma conjunta para a qualidade da proposta pedagógica definida, contribuindo assim para uma EaD que funcione efetivamente.

Por isso, a equipe multidisciplinar do sistema prisional será composta por professores qualificados em EaD, que exercerão as funções de conteudista, formador e mediador, isto significa, que o professor selecionado deverá ser capaz de executar as atribuições abaixo, dentre outras que poderão surgir de acordo com as reais condições do cotidiano prisional e necessidades dos estudantes ao longo do processo:

- Produzir material didático com linguagem adequada, de acordo com as regras de interatividade que a EaD exige e ao perfil do estudante do sistema prisional;
- Selecionar e organizar o conteúdo curricular em unidades considerando as competências e habilidades a serem desenvolvidas;
- Selecionar e/ou produzir videoaulas como apoio ao material didático impresso ou em substituição a aula presencial quando inviabilizada por questões de segurança;
- Motivar, orientar, acompanhar e avaliar os estudantes;
- Esclarecer dúvidas presencialmente e/ou por meio eletrônico quanto ao conteúdo específico e ao uso da tecnologia;
- Promover espaços de construção coletiva de conhecimentos tanto por meio do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem como presencialmente;
- Selecionar material de apoio e sustentação teórica dos conteúdos;
- Elaborar, disponibilizar e corrigir provas e atividades com feedback para cada estudante, no AVA e/ou presencialmente.

Deve-se ressaltar que a EaD é uma modalidade de ensino mais complexa e dinâmica exigindo uma interação maior entre os atores envolvidos, em vista disso, os professores que atuarão na EaD no sistema prisional, obedecendo as especificidades do trabalho com educação a distância, sistema prisional e Educação de Jovens e Adultos, deverão ser submetidos ao processo de concessão de aptidão demonstrando ter conhecimento das TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação), conhecimentos específicos (tutoria), formação e/ou experiência na EJA e formação em direitos humanos.

Por fim, a equipe multidisciplinar responsável pela EaD, no sistema prisional deverá ser composta por professores efetivos da Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEDF, lotados no Ced 01 de Brasília, submetidos ao processo de concessão de aptidão. Esses profissionais deverão ter carga horária de 40h, com regime de 20h/20h, que atendam aos componentes curriculares das disciplinas e com atendimento aos educandos de 80% a distância e 20% presencial. Dentre os professores será eleito um coordenador pedagógico para planejamento, acompanhamento e apoio da EaD.

Da capacidade de atendimento por número de estudantes

Na EaD não existe uma determinação legal em relação a quantidade de alunos por turma, uma vez que não existe sala de aula física, no entanto, a quantidade de estudantes deverá estar vinculada às condições básicas de atendimento com qualidade, visto que semanalmente deverá ser feito o acompanhamento presencial dos estudantes para esclarecimento de dúvidas quanto ao conteúdo e possíveis dificuldades. É nesse momento que o professor poderá incentivar os estudos por meio de grupos, evitando assim a evasão. Assim, é importante esclarecer que o número de alunos atendidos na EaD dependerá das especificidades da unidade prisional, além da capacidade de atendimento (coletivo e/ou individual) feito pelo professor de acordo com sua carga horária.

Da infraestrutura e da capacidade de atendimento

A EaD não sofre a limitação do número de estudantes por espaço físico da sala de aula, entretanto, a capacidade de atendimento está associada à capacidade de atendimento por professor, ao limite dos recursos essenciais a ele oferecidos e ao espaço para o estudante realizar atividades presenciais.

Para as aulas inaugurais, aulas presenciais e para a avaliação presencial obrigatória, será necessária a disponibilização de um espaço físico próprio, como auditórios e salas de aulas.

Do número de estudantes atendidos por professor

Para garantir qualidade do ensino ofertado é importante que o número de alunos atendidos seja proporcional ao espaço físico disponível para os encontros presenciais, bem como proporcional à capacidade de atendimento de cada professor considerando seu componente curricular/área de conhecimento e especificidades de cada unidade prisional.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E RESPECTIVAS MATRIZES

A Educação de Jovens e Adultos é organizada por segmentos e etapas e é ofertada em regime semestral com carga horária específica. O primeiro segmento corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental

(1ª a 4ª etapa), o segundo segmento corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª etapa), e o 3º segmento corresponde ao Ensino Médio (1ª à 3ª etapa).

As matrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos são fundamentadas na Base Nacional Comum. O 2º Segmento está organizado em quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e matemática) e uma parte diversificada (Língua Estrangeira Moderna-Inglês e Ensino Religioso), totalizando oito componentes curriculares obrigatórios e ensino religioso de matrícula opcional.

O 3º Segmento está organizado em quatro áreas do conhecimento (linguagens, ciências da natureza, Ciências Humanas e matemática) e na parte diversificada (Língua Estrangeira Moderna Inglês, Língua Estrangeira Moderna-Espanhol e Ensino Religioso) totalizando 12 componentes obrigatórios e dois de matrícula opcional (Língua Estrangeira Moderna –Espanhol e Ensino Religioso)

É importante ressaltar que o Currículo em Movimento da Educação Básica - Educação de Jovens e Adultos (DISTRITO FEDERAL, 2014a) considera e valoriza a diversidade cultural, os diferentes saberes, as trajetórias e histórias de vida na construção da aprendizagem. A relação entre tempos e espaços é distinta de outras etapas e modalidades da educação básica, devendo-se considerar ainda as diferenças sociais e econômicas do público a que se destina. Além disso, o Currículo apresenta os eixos integradores: cultura, mundo do trabalho e tecnologias, como temas para diálogo visando o fortalecimento da organização dos componentes curriculares em cada segmento, conforme apresentado nas respectivas matrizes curriculares. O currículo para a modalidade de EaD está organizado em consonância com o Currículo da Educação Básica – Educação de Jovens e Adultos: Ensino Médio e Ensino Fundamental – Anos Finais das Escolas Públicas do Distrito Federal. Esse Currículo busca dar significado e aprofundamento ao conhecimento escolar, mediante a contextualização, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de habilidades e de competências básicas, estimulando o raciocínio e a capacidade de aprender de todos os envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem.

É fundamental, nesse contexto, a abordagem teórico-prática dos temas transversais, de acordo com o proposto no art. 15 da Resolução nº 1/2012-CEDF:

Art. 15. No desenvolvimento dos diversos componentes curriculares, são abordados temas transversais de relevância social, respeitados os interesses do estudante, da família e da comunidade, observada a inclusão dos conteúdos e temas obrigatórios determinados pela legislação vigente.

§ 1º No ensino fundamental, devem ser tratados, de forma transversal e integrada e em todos os componentes curriculares, os seguintes temas: símbolos nacionais, saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos dos idosos, direitos humanos, educação ambiental, educação para o consumo,

educação alimentar e nutricional, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, dentre outros.

§ 2º No ensino médio, devem ser tratados, de forma transversal e integrada e em todos os componentes curriculares, os seguintes temas: saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, processo de envelhecimento, direitos humanos, educação ambiental, educação para o consumo, educação alimentar e nutricional, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, dentre outros.

A organização curricular de EaD prevê ainda a oferta de conteúdos elencados no art. 19 da Resolução nº 1/2012-CEDF:

Art. 19. Constituem conteúdos dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica:

I - História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos ensinos fundamental e médio, ministradas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de arte e de literatura e história brasileira;

II - Direito e Cidadania nos currículos dos ensinos fundamental e médio;

III - Direitos das Crianças e dos Adolescentes no currículo do ensino fundamental;

IV - Música, como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, nos ensinos fundamental e médio;

V - Educação Financeira, como conteúdo obrigatório do componente curricular Matemática nas três séries do ensino médio;

VI - Direitos da mulher e outros assuntos com o recorte de gênero nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

Os projetos dos componentes curriculares de Educação a Distância são elaborados e revisados periodicamente com base nas normas vigentes, buscando atender à complexidade de conteúdos e habilidades propostas, sem perder de vista seus eixos integradores.

Nesse sentido, o desenvolvimento do currículo proposto visa propiciar ao estudante de Educação a Distância condições para a inserção no contexto social, para compreender as relações existentes entre os processos produtivos, o mundo do trabalho, os conflitos derivados da globalização da economia e dos avanços científico-tecnológicos.

Matriz Curricular, Educação de Jovens e Adultos - 2º Segmento (Ensino Fundamental), Educação a Distância

Instituição Educacional: Unidade Escolar EaD Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Modalidade: Educação de Jovens e Adultos – 2º Segmento						
ÁREAS DO CONHECIMENTO		COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
			Módulo* I	Módulo* II	Módulo* III	Módulo* IV
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens	Língua Portuguesa	X	X	X	X
		Arte	X	X	X	X
		Educação Física	X	X	X	X
	Matemática	Matemática	X	X	X	X
	Ciências da Natureza	Ciências Naturais	X	X	X	X
	Ciências Humanas	História	X	X	X	X
Geografia		X	X	X	X	
PARTE DIVERSIFICADA		Língua Estrangeira – Inglês	X	X	X	X
		Ensino Religioso	X	X	X	X
TOTAL DO MÓDULO			410	410	410	410
TOTAL DO SEGMENTO			1.640			
OBSERVAÇÃO: *Módulos I, II, III e IV equivalem, respectivamente, à primeira, segunda, terceira e quarta etapas de EJA – 2º Segmento (Ensino Fundamental – Anos Finais).						

Matriz Curricular, Educação de Jovens e Adultos – 3º Segmento (Ensino Médio) Educação a Distância

Instituição Educacional: Unidade Escolar EaD Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Modalidade: Educação de Jovens e Adultos – 3º Segmento					
ÁREAS DO CONHECIMENTO		COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
			Módulo* I	Módulo* II	Módulo* III
BASE	Linguagens	Língua Portuguesa	X	X	X
		Arte	X	X	X
		Educação Física	X	X	X
	Matemática	Matemática	X	X	X
	Ciências da Natureza	Física	X	X	X
		Química	X	X	X
Biologia		X	X	X	

NACIONAL COMUM	Ciências Humanas	História	X	X	X
		Geografia	X	X	X
		Filosofia	X	X	X
		Sociologia	X	X	X
PARTE DIVERSIFICADA		Língua Estrangeira – Inglês	X	X	X
		Língua Estrangeira – Espanhol	X	X	X
		Ensino Religioso	X	X	X
TOTAL DO MÓDULO (sem opção de Espanhol)			425	425	425
TOTAL DO MÓDULO (com opção de Espanhol)			525	525	525
TOTAL DO SEGMENTO (sem opção de Espanhol)			1.275		
TOTAL DO SEGMENTO (com opção de Espanhol)			1.575		
OBSERVAÇÕES: *Módulos I, II e III equivalem, respectivamente, à primeira, segunda, e terceira etapas de EJA – 3º Segmento (Ensino Médio). - A oferta da Língua Espanhola dar-se-á de forma intercomplementar, por meio do Centro Interescolar de Línguas – CIL, instituição integrante da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.					

Agrega valor a esse Projeto, os temas “educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia”, inclusão digital, que possibilita a valorização da tecnologia e a compreensão, por parte da comunidade escolar, do complexo processo de globalização. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida por meio de cursos – organizados por eixos tecnológicos, os quais devem estar em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e organizado pelo Ministério da Educação ou pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Para tanto, os planos de cursos a serem desenvolvidos pela UE devem atender os princípios e critérios estabelecidos pela legislação em vigor. A saber:

- Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Parecer CNE/CEB nº 10/2014, que revisa a redação do art. 28 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012 – referente à carga horária dos cursos técnicos de nível médio;
- Resolução nº 1/2012/CEDF, que estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Resolução nº 1/2014/CEDF, que altera os artigos 63, 97, 101 e 108 da Resolução nº 1/2012- CEDF;
- Resolução nº 2/2016, que altera os artigos 97, 134, 135 e 194 da Resolução nº 1/2012-

CEDF.

A oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pode ocorrer de forma articulada integrada ou concomitante e/ou subsequente às etapas escolares; e ainda, pode ser estruturada e organizada por meio de etapas com terminalidade e com saídas intermediárias com certificação de qualificação para o trabalho.

As matrizes curriculares para os cursos de Educação Profissional são específicas para cada curso. Eles devem ter um planejamento de acordo com o perfil profissional de conclusão do curso, e ainda, que estejam fundamentados na Resolução CNE/CEB nº 6/2012 – Capítulo II, Organização Curricular e Resolução nº 1/2012-CEDF, Capítulo V, Da Educação Profissional, e Capítulo VI, Da Educação a Distância.

Os planos de cursos deverão ser encaminhados à SEEDF para apreciação e aprovação junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), conforme legislação vigente.

PROCESSOS DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DE ENSINO E DA APRENDIZAGEM

"O ser humano está condenado a escolher. Nossa ação fundamenta-se em juízos de valor sobre o mundo que nos cerca: a natureza, a sociedade em que vivemos, o futuro a ser vivido, as relações com as pessoas, as vivências. Assumimos posições. Aceitamos e lutamos por alguma coisa quando a avaliamos positivamente, assim como rejeitamos outra, quando atribuímos a ela um valor negativo. O ser humano é um ser que avalia. Em todos os instantes da sua vida - dos mais simples aos mais complexos - ele está tomando posição, manifestando-se como não neutro". LUCKESI (2003, p.106)

Para os professores do Centro Educacional 01, a concepção de avaliação na Educação de Jovens e Adultos nas prisões vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo mediante notas ou conceitos para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional. Quando a avaliação não se restringe ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de situações em que a finalidade maior se encontra em alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Na modalidade de Educação a Distância dentro das prisões pretende-se manter essa concepção, entendendo que a avaliação fará parte de um caminhar com avanços simultâneos e progressivos ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, dando aos professores e alunos sinais do que está funcionando e do que precisa ser melhorado.

Avaliar o aluno deixa de significar fazer um julgamento sobre a sua aprendizagem, para servir como momento capaz de revelar o que o aluno já sabe os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrado, seu processo de construção do conhecimento, o que o aluno não sabe e o caminho que deve percorrer para vir, a saber, o que é potencialmente revelado

em seu processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para a superação, sempre transitória, do não saber, possa ocorrer. ESTEBAN (2004 p.19)

Assim, acontecerá de forma contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa e quantitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilitando conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos do processo de aprendizagem. Portanto, a avaliação das aprendizagens acontecerá de acordo com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

A avaliação subsidiará o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilitará na definição de prioridades e localização de quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio. O acompanhamento e a reorganização do processo de ensino e aprendizagem na escola incluirá, necessariamente, uma avaliação diagnóstica.

Percebe o papel do professor, nesse tipo de avaliação, como o de contribuir para o desenvolvimento das competências metacognitivas dos alunos, das suas competências de auto avaliação e também de autocontrole. Uma avaliação, que traz essas características contribui, para que o aluno construa suas aprendizagens e o para que sistema educacional consiga melhorar as aprendizagens dos alunos. FERNANDES (2005)

Segundo Demo a avaliação possui três etapas distintas que formam um ciclo que orienta o processo de aprendizagem:

A avaliação apresenta três etapas: A primeira caracteriza-se por diagnóstica que serve para identificar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, permite levantar os pré-requisitos para oportunizar novas experiências, ou novas situações de aprendizagem e determinar as causas de repetidas dificuldades de aprendizagem. É importante porque determina como aprendeu, como ocorreu o processo de aprendizagem e permite um planejamento para solucionar as dificuldades. A segunda é formativa serve para informar o processo de ensino aprendizagem. Determina como está o professor e o aluno e permite a reorganização do processo para que se atenda os objetivos. E a terceira é a somativa serve para classificar o aluno no final de um semestre, ano, etc.". DEMO (2002 p. 76 e 77).

A avaliação investigativa inicial instrumentaliza o professor para que possa pôr em prática seu planejamento de forma adequada às características de seus alunos. Esse é o momento em que o professor vai se informar sobre o que o aluno já sabe sobre determinado conteúdo para, a partir daí, estruturar sua programação, definindo os conteúdos e o nível de profundidade em que devem ser abordados. A avaliação diagnóstica servirá para o professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos, assim como para o aluno tomar consciência do que já sabe e do que pode ainda aprender sobre um determinado conjunto de conteúdos. Portanto no início do semestre letivo haverá uma aula inaugural em que ocorrerá uma primeira avaliação com a finalidade de fazer um levantamento do que os alunos já conhecem; por entender que o fato de o aluno estar iniciando uma etapa não é informação suficiente para que o professor saiba sobre suas necessidades de aprendizagem foi pensado esse primeiro contato visualizando a possibilidade de reformular e sistematizar o conteúdo de forma que o aluno consiga aprender.

O processo também contemplará a observação dos avanços e da qualidade da aprendizagem alcançada pelos alunos ao final de um período de trabalho, assim os alunos da EaD nas prisões terão uma oficina interdisciplinar em que os professores poderão avaliar como está o processo, e os avanços obtidos pelos alunos relatando o que precisa ser modificado para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra da melhor forma possível.

Torna-se primordial que após essa avaliação os alunos recebam um feedback. Este feedback precisa ser planejado e estruturado possibilitando que os alunos se tornem autônomos em seu processo de construção de conhecimento. Assim, precisa se materializar em um conjunto de ações que o aluno deverá desenvolver para melhorar sua aprendizagem. Se tornará um guia que o orientará a seguir a trajetória para a construção do conhecimento. Deve, ainda, orientar os alunos e ajudá-los a vencer as suas eventuais dificuldades, por meio da ativação de seus processos cognitivos e metacognitivos.

Na verdade, a avaliação contínua do processo acabará por subsidiar a avaliação final, isto é, o professor acompanhará o aluno sistematicamente ao longo do processo para saber que o aluno já aprendeu sobre os conteúdos estudados. Assim, se constituirão boas situações para que alunos e professores formalizem o que foi e o que não foi aprendido. Esta avaliação, que intenciona averiguar a relação entre a construção do conhecimento por parte dos alunos e os objetivos a que o professor se propôs, é indispensável para se saber se todos os alunos estão aprendendo e quais condições estão sendo ou não favoráveis para isso.

Comprometidos com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, que se expressam pela qualidade das relações que estabelecem e pela profundidade dos saberes constituídos, encontraremos na avaliação, uma referência à análise de seus propósitos, que nos permitirá redimensionar investimentos, a fim de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor e atinjam os objetivos propostos, assim a avaliação se constituirá como um momento de observação de um processo dinâmico e não-linear de produção de conhecimento. A EaD prisional também se utilizará da avaliação somativa. Ao final de cada período de estudo o aluno será submetido a uma avaliação interdisciplinar, escrita, com questões objetivas e subjetivas com a finalidade de obter informações sintetizadas que se destinam ao registro e à publicação do que foi assimilado pelos alunos.

Em suma, a avaliação é compreendida como: elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa; instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades; ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem. Uma concepção desse tipo pressupõe considerar tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender como o produto alcançado. Pressupõe também que a avaliação se aplique não apenas ao aluno, considerando as expectativas de aprendizagem, mas às condições oferecidas para que isso ocorra. Avaliar a aprendizagem, portanto, implica avaliar o ensino oferecido - se, por exemplo, não há a aprendizagem esperada significa que o ensino não cumpriu com sua finalidade: a de fazer aprender.

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO

Para avaliar segundo os critérios estabelecidos é necessário considerar indicadores bastante precisos que sirvam para identificar de fato as aprendizagens realizadas. No entanto, é importante não perder de vista que um progresso relacionado a um critério específico pode manifestar-se de diferentes formas, em diferentes alunos. E uma mesma ação pode, para um aluno, indicar avanço em relação a um critério estabelecido, e, para outro, não. Por isso, além de necessitarem de indicadores precisos, os critérios de avaliação devem ser tomados em seu conjunto, considerados de forma contextual e, muito mais do que isso, analisados à luz dos objetivos que realmente orientaram o ensino oferecido aos alunos. E se o

propósito é avaliar também o processo, além do produto, não há nenhum instrumento de avaliação da aprendizagem melhor do que buscar identificar por que o aluno teria dado as respostas que deu às situações que lhe foram propostas.

É nesse contexto, portanto, que os critérios de avaliação devem ser compreendidos: por um lado, como aprendizagens indispensáveis ao final de um período; por outro, como referências que permitem - se comparados aos objetivos do ensino e ao conhecimento prévio com que o aluno iniciou a aprendizagem - a análise dos seus avanços ao longo do processo.

Assim, a avaliação formativa ocorrerá, por meio dos encontros presenciais, devendo o estudante atingir um percentual de no mínimo 50% de aproveitamento do total das atividades propostas em cada encontro, para então realizar a avaliação presencial ao final do processo. Essa avaliação acontecerá em local e data previamente agendados no início de cada semestre letivo.

Após a avaliação presencial, o estudante cujo rendimento for inferior a 50% estará de recuperação, compreendida de breve período para estudo e prova de recuperação. Nesse período, recebe atendimento do professor do componente curricular, visando orientá-lo quanto às suas dificuldades de aprendizagem. Em seguida, em data previamente marcada no cronograma letivo, realiza prova de recuperação.

O estudante é considerado aprovado em cada componente curricular quando:

- Participar dos encontros presenciais cumprindo prazos para entrega de atividades e demais critérios estabelecidos para cada componente curricular.
- Demonstrar aproveitamento em relação aos objetivos, competências e habilidades da etapa de ensino que estiver cursando mediante participação dos momentos presenciais.
- Obter uma pontuação mínima de 50% do valor previsto do total das atividades avaliativas propostas pelo professor e participar de avaliação presencial, na qual também é exigida, para promoção, pontuação mínima de 50%.

O resultado obtido com a avaliação da aprendizagem será o principal indicador para subsidiar o redimensionamento e a implementação de novas ações.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

O CED 01 de Brasília irá realizar semestralmente uma avaliação institucional sobre a EaD com o intuito de verificar se os objetivos estão sendo atingidos e também avaliar os instrumentos utilizados, material didático, adequação da linguagem, pertinência das atividades propostas, instalações, dentre outros aspectos.

INFRAESTRUTURA

As instalações físicas necessárias para a oferta Educação de Jovens e Adultos a Distância deverá ser composta de sala para a equipe gestora, sala para a secretaria escolar e atendimento ao estudante (matrícula, requerimento de certificados) - instalações estas já existentes no prédio da EAPE (SGAS 907). Nas unidades prisionais é necessário sala para os professores, sala para atendimento aos estudantes.

Instalações físicas: características e possibilidades

O “Polo de Apoio Presencial” é a “unidade acadêmica descentralizada, no país ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade à distância” (Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017). No Polo, ocorrem os momentos presenciais da EaD: tutoria, práticas laboratoriais e avaliações. Objetiva oferecer espaço físico adequado para o bom desenvolvimento dos estudos, onde o aluno encontra apoio tecnológico, laboratorial e de biblioteca, entre outros. As “salas de telepresença”, quando possíveis, constituem ferramenta que facilita a interação entre os discentes e docentes dos cursos ofertados, por transmissão de áudio e vídeo, inclusive com a possibilidade de múltiplas telas (imagem de câmera remota, apresentação de slides e imagem do quadro com as anotações do professor, por exemplo).

O aluno de EaD no sistema prisional não pode, por questões de segurança, acessar a internet. Com isso, outras estratégias se fazem necessárias para garantir a qualidade do processo.

Nesse sentido, as instalações físicas devem contar, no mínimo, com “rede intranet” (laboratório de informática com rede local), circuito interno de TV (semelhante ao modelo já existente no bloco D da PDF2) e sala de apoio presencial, para acesso ao material, atividades e avaliações. Faz-se necessário, ainda, uma SECRETARIA CENTRALIZADA e informatizada, para escrituração e documentação, a qual pode utilizar-se do SEI - Sistema de Informação disponibilizado pela SEEDF.

O Artigo 10 da Resolução CNE/CEB, nº 1/2016, versa sobre a obrigatoriedade da oferta de acervo bibliográfico virtual adequado como parte dos ambientes virtuais de aprendizagem ou da plataforma tecnológica da EaD. O aluno terá acesso a tal material no laboratório de informática, o qual deve contar com condições e número adequado de máquinas. O acervo físico também é importante e recomendável como espaço de encontro presencial e de estímulo à leitura e pesquisa, sob orientação de um professor. A “mala do livro” pode funcionar como alternativa complementar de acesso ao acervo físico, especialmente, quando da impossibilidade de movimentação dos estudantes pela equipe de segurança.

Da sala de leitura/biblioteca

É importante que haja acesso ao acervo de uma biblioteca ou sala de leitura, no sentido de estimular a leitura e a pesquisa sob a orientação presencial de um professor.

Dos materiais didático-pedagógicos

Poderão ser utilizadas apostilas, livros, vídeos, AVA e outros materiais que se façam necessários. Para produzir material didático em EaD devemos observar os elementos mediadores existentes nos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, além do mais esses materiais devem se relacionar com a proposta pedagógica da instituição, Ced 01 e com a concepção de educação da SEE. Como condutor de um conjunto de atividades, o material didático/pedagógico deve levar à construção do conhecimento e garantir autonomia dos estudantes em seus estudos e na sua vida.

Como a nossa população educacional é de pessoas em restrição de liberdade, devemos observar o sentido da mediação e do material com as expectativas dessas pessoas que escolheram a volta aos estudos. Assim o material produzido deve desempenhar papel de extrema importância na condução da aprendizagem do aluno. Na produção de materiais didáticos/pedagógicos o centro das preocupações deve ter o estudante integrando teoria e prática relacionadas ao seu lugar onde vivem e a suas histórias, tornando um instrumento de reflexão sobre suas vidas e suas escolhas. (CORRÊA, 2007) faz a seguinte sugestão para a produção de material em EaD:

Para garantir o processo de mediação pedagógica, um material didático em EaD deve passar por três tipos de tratamento:

- 1) com base no tema;

2) com base na aprendizagem; 3) com base na forma.

O tema que devemos nos concentrar é o da pessoa em privação de liberdade, temos de partir do entendimento ontológico, pois a pessoa é plenitude, ela se revela e se esconde. Portanto não devemos observar somente o que se revela no fenômeno, devemos entender o que está escondido, o que está negado, o conhecimento do aparente e da negação revelam a razão do ser dessa pessoa. Será que a descrição do aprisionamento de uma pessoa diz totalmente o que ela é? Podemos entender plenamente a pessoa em restrição de liberdade? Temos ideia de como é ser um encarcerado? Como educar um indivíduo sem conhecê-lo? Sem saber o que é esse existente? Como educar um silenciado pela sociedade? Questões que devem ser levantadas e analisadas no material produzido.

A segunda questão colocada por (CORRÊA, 2007), é que devemos responder, com base no conhecimento que teremos das perguntas da primeira questão: como produzimos conhecimento com essas informações? Temos como exemplo como chamamos a palavra CADEIA, que é recorrente nas falas dos professores e estudantes. Se observarmos bem é a palavra pode ser empregada de várias maneiras e significados, nos estereótipos formados pela sociedade, que cadeia é lugar de monstros, bandidos e pode ser também o lugar, cercado de muros, no entanto há uma personificação onde o sentido de cadeia para a pessoa privada de liberdade usa, ela personifica, a cadeia se torna pessoa, e vemos construções assim: “a cadeia quase tirou minha família de mim, a cadeia conspira, a cadeia dá conselho, a cadeia tira o desejo do cara, a cadeia leva o cara à neurose, o cara vira 22 (louco)”; essas falas, anotadas nas aulas, podem ser um caminho de outros entendimentos do que sejam, cadeia, ou muros, ou lajes, ou grades, e cadeados etc.

E por último temos a forma, que deve ser construída o material, observando não o com nosso olhar e sim o olhar da pessoa em privação de liberdade. Como é o olhar estético dessas pessoas, qual a forma que chega com mais facilidade ao entendimento de certos conteúdos? Quais as linguísticas apresentaremos? Buscaremos os sinônimos nos dicionários ou nas pessoas privadas de liberdade? Qual a dicção usaremos nos materiais? Se a prisão é rodeada de muros, como eles se apresentam para essas pessoas? Com outros sentidos, pode levar a neura?

“o muro é um conselheiro, eu aprendi muito com ele”

“o muro é o meu professor,”;

“a gente se distrai, quando vê, lá tá o muro falando com a gente”;

“esse muro já ouviu coisas, minha solidão é uma delas”;

“o muro olha pra mim e me dá uma saudade da minha véia”;

“muito da minha vida aprendi com o muro, ele fala aos desesperados”;

“Só quem tá na neurose sabe o que a cadeia fala”;

“O cara vem, e se ele não é o bicho, a cadeia mata ele”;

“Com a cadeia não se brinca é neurose pura”;

“A cadeia ensina o ladrão a ser pior”;

“a cadeia ensina o ladrão a se calar”;

“a cadeia para o ladrão que quer recuperar é como uma mãe, na solidão dá conselho”;

“o ladrão entra na cadeia e ela não deixa ele sair, mesmo tendo cumprido a pena”;

“a cadeia sabe tudo que acontece com o ladrão; até no silêncio te vê”.

O contexto ontológico a que nos propomos analisar inicia-se agora como uma pedagogia prisional, pois os métodos e as pedagogias até então usadas não atendem por inteiro o educando em restrição de liberdade. Pensamos que um entendimento mais profundo da pessoa privada de liberdade, vai além dos conteúdos formais, devemos pensar em uma pedagogia dessa pessoa para sua libertação. A liberdade e a autonomia devem ser o sentido dessa educação, passando pelo entendimento de uma pedagogia que remete a pessoa a caminhos de uma existência construída pela própria pessoa, objetivo da nossa EaD.

O material didático será organizado em módulos, elaborados pelos professores mediadores formadores e conteudistas e deverá seguir as determinações do documento – Manual do professor/autor, elaborado pela direção/coordenação em conjunto com o grupo de professores da UE.

Do pessoal docente, de serviços especializados e de apoio à aprendizagem

O Centro Educacional 01 de Brasília, responsável pela oferta de educação nas prisões do DF, necessita de recursos humanos que atuem especificamente na EaD, composto por professores habilitados e qualificados para essas funções, além de coordenador pedagógico eleito pelo corpo docente.

O número de professores será definido de acordo com o número de estudantes matriculados.

Os profissionais que atuarão na Educação a Distância do Ced 01 de Brasília necessitam ter aptidão para atuar na EaD das prisões (conforme portaria específica).

GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

O Ced 01 de Brasília, bem como as demais unidades escolares do DF, tem a gestão pautada pela Lei de Gestão Democrática (Lei nº 4.751/2012) e pela Proposta Pedagógica. Ressaltando que devem ser

consideradas as especificidades do público atendido e do local onde são realizadas as atividades pedagógicas (penitenciárias do DF, inclusive a Penitenciária Federal).

A gestão administrativa e pedagógica da Educação a Distância é a mesma da EJA presencial, composta pelo diretor, vice-diretor, supervisor e secretário escolar, sendo que ao ofertar EaD nas prisões do DF o Ced 01 de Brasília fará jus a mais um supervisor que atuará na EaD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Proposta Pedagógica entrará em vigor após o Ced 01 de Brasília em maio de 2022. A Direção da Unidade Escolar e o Conselho Escolar ficarão responsáveis por resolver os casos omissos, respeitando a legislação vigente.

Após o período de um ano da implementação desta proposta, deverá ser revista e se houver necessidade de alterações o CEDF será consultado.

A presente Proposta Pedagógica foi elaborada por equipe de professores que participaram de revisões do referido documento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 14 de out. de 2019.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em 11 de out. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para EAD**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias_112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12777-referenciais-de-qualidade-paraead>. Acesso em 28/09/2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 13 de out de 2019.

- BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017**. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/diretrizes_eja_2014_2017.pdf>. Acesso em 13 de out. de 2019.
- BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica**. Educação de Jovens e Adultos. Caderno 6. Brasília: SEEDF, 2014a.
- BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica**. Educação Profissional e a distância. Caderno 5. Brasília: SEEDF, 2014b.
- BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 6ª Ed – Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de Junho 2017**. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun2017-rev-12072019-0721.pdf>>. Acesso em 14 de out. de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 14 de out. de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000uncategorised/52031-catalogo-nacional-de-cursos-tecnicos>>. Acesso em 14 de out. de 2019.
- BRASIL. Sistema integrada de normas jurídicas do Distrito Federal. **Lei de Gestão Democrática**. Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70523/Lei_4751.html>. Acesso em 14 de out. de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 5 de julho de 2000.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação do Distrito Federal. **Resolução nº 1/2012**, de 11 de setembro de 2012. Disponível em: <http://cedf.se.df.gov.br/images/resol_1_2012.pdf>. Acesso em 14 de out. de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1/2016**, de 2 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=33151-resolucao-ceb-n1-fevereiro-2016-pdf&category_slug=fevereiro-2016pdf&Itemid=30192>. Acesso em 13 de out. de 2019.
- BRASIL. Secretaria de Estado de Educação. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Resolução nº 02/2016-CEDF**, de 12 de abril de 2016. Brasília: GDF/CEDF, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2/2010**, de 19 de maio de 2010.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=514_2-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 11 de out. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2/2012**, de 30 de janeiro de 2012 - Define.

Disponível em :

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=986_4-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 13 de out.

de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 6/2012**, de 20 de setembro de 2012, Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=116_63-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 14 de out. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7/2010**, de 14 dezembro de 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em 13 de out. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 11**. Brasília: MEC/CNE/CEB; 10 de maio de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 6**, de 7 de abril de 2010.

Disponível em :<<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-daeducacao-superior/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/15074-ceb2010-sp-1493348564>>.

Acesso em 13 de out. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 10/2014**, de 05 de novembro de 2014. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=166_05-pceb010-14&category_slug=novembro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 14 de out. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20152018/2017/Decreto/D9057.htm>Acesso em 14 de out. de 2019.

CORRÊA, Juliane (org). **Educação a Distância: orientações metodológicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2000.

DE MAYER, M. **Na prisão existe perspectiva da educação ao longo da vida?**

In: Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos. Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, 2006. 18-37p.

FORQUIM, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre/RS: Artmed, 1993.

GADOTTI, M. Palestra de Encerramento. In: MAIDA, M.J.D. (Org.). **Presídios e Educação**. São Paulo: FUNAP, 1993. p. 121-148.

JULIÃO, E. F. **Educação e Trabalho como propostas políticas de Execução penal**.

In: Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos. Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, 2006. 18-37p.

Plano Estadual de Educação em Prisões do Estado do Paraná. Curitiba: Seduc, Sejus, 2012.

PELIANO, J. C. P. **A importância da Educação para o novo modo de produção do conhecimento**, 2008.

Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/mecunb.htm>. Acesso em: 22 jul, 2012.

PINTO A. V. **“O estudo particular do problema da educação de adultos”**. In: Sete lições sobre educação de adultos. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SERRALHEIRO, José Paulo; COSTA, Ricardo Jorge. **Um longo e pormenorizado plano de ação a debater**. In: A página da Educação. Nº 166, Ano 16, Abril 2007. p. 35

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1999.

Apêndice 10

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA**



Festival de Arte e Cultura nas prisões do DF

BRASÍLIA

APRESENTAÇÃO

O Festival de Arte do Sistema Prisional do Distrito Federal – FEST'ART - foi criado pelos professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal e servidores da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF – FUNAP/DF e teve a primeira edição em 2004. A idealização e realização do festival são responsabilidades dos professores que atuam no Sistema Prisional do DF, na busca constante, de viabilizar, às pessoas privadas de liberdade, atividades artísticas que despertem a criatividade e a consciência sobre si mesmo, de forma a desenvolverem uma nova percepção da realidade em que estão inseridos. Com isso, ensejamos que os participantes possam vislumbrar a inserção social, a partir do exercício de cidadania. Neste ano, o tema proposto - Vidas trancadas: o poder transformador da arte, tem como finalidade construir os conceitos de: arte, liberdade e expressão, a partir das pessoas em cárcere. Sem conhecer a importância desses temas para as nossas vidas, apenas falar deles, causa pouco impacto na socialização e inserção social. É com a construção desses conceitos que os participantes podem se compreender e ver o mundo de forma ampliada, com alteridade e amor a si mesmo e ao próximo. Dessa forma, ao construírem os conhecimentos sobre os saberes estéticos e éticos, entende -se que a expressão de liberdade, a partir da arte, vai além do desejo de ser livre fisicamente. É uma construção existencial que pode ser materializada pela obra de arte. A arte devolve a humanidade às pessoas, este é o seu poder!

- I. DA PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO O XII FEST'ART é uma realização do Centro Educacional 01 de Brasília, apoiado pela Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), Secretaria de Administração Penitenciária (SEAPE) e Vara de Execuções Penais (VEP).
- II. DO OBJETIVO Motivar a pessoa privada de liberdade a utilizar a linguagem verbal e não verbal como meio para produzir e expressar suas ideias, utilizando, para tanto, saber estético e capacidade de análise crítica, além de revelar novos talentos.
- III. DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
 1. Escultura – forma plástica que se expressa por meio de materiais, volumes ou relevos: trabalho individual, inédito, produzido com materiais permitidos dentro do Sistema Prisional.
 2. Dança: individual ou em grupo, de até 04 (quatro) componentes, com duração máxima de 05 (cinco) minutos para apresentação. A música deverá ser indicada no ato da inscrição.
 3. Desenho: trabalho individual, inédito, em folha de papel tamanho A4, com materiais permitidos no Sistema Prisional.
4. Música: individual ou em dupla, com letra e melodia inéditas e duração máxima de 05 (cinco) minutos. Poderá ser apresentada por seu autor ou intérprete.
5. Poesia: trabalho individual, inédito, redigido em

língua portuguesa, com o mínimo de 12 (doze) e máximo de 30 (trinta) linhas ou versos. Poderá ser apresentada por seu autor ou intérprete.

6. Teatro: individual ou em grupo de até 04 (quatro) componentes. O trabalho, inédito, deverá ser apresentado com duração máxima de 10 (dez) minutos.

IV. DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

- As pessoas privadas de liberdade das Unidades Prisionais do Distrito Federal serão o público-alvo.
- O candidato ou grupo pode inscrever-se apenas uma vez por linguagem, mas poderá inscrever-se em até três linguagens artísticas.
- **TODOS OS TRABALHOS APRESENTADOS PRECISAM ESTAR DIRETAMENTE LIGADOS AO TEMA DO XII FEST'ART, SOB PENA DE INVALIDAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO DA INSCRIÇÃO.**

V. DA NATUREZA E DO TEMA

O tema é “Vidas Trancadas: o poder transformador da arte”.

Em um mundo cada vez mais conectado, graças ao acesso à internet e ao uso das redes sociais, contrariamente, vemos um aumento no isolamento e solidão. A adesão às amizades e relacionamentos virtuais não é um problema em si, mas não são raros os casos de pessoas, especialmente jovens, que se tornam tão dependentes da vida virtual que têm como resultado problemas de saúde mental, ansiedade, depressão e outros distúrbios. Além do excesso do uso da internet, as pressões da vida moderna, como o trabalho excessivo, a falta de equilíbrio entre vida pessoal e profissional também contribuem para o isolamento; são vidas que se apartam do convívio social, como se estivessem trancadas em um mundo paralelo e doentio.

Em outra perspectiva, pensamos também no cárcere, outra forma de isolamento e solidão. Quantas vidas estão trancadas nos presídios! Quantas pessoas privadas de liberdade vivem, além das trancas psicológicas, as trancas físicas!

O tema do FEST'ART tem como desdobramento a arte que tem o poder de transcender barreiras e desbloquear a vida das pessoas. A arte pode transformar vidas, oferecendo esperança e inspiração. A arte pode ser uma forma de expressão, permitindo que as pessoas comuniquem suas emoções mais profundas e compartilhem suas experiências de uma maneira única. A arte impulsiona grandes movimentos de mudanças sociais e políticas, levando a sociedade à compreensão da necessidade de lutar por seus direitos e por leis mais justas.

A realização do FEST'ART é organizada em algumas fases: a primeira foi a sugestão do tema. As ideias dos(as) estudantes foram coletadas e, após avaliação da equipe da coordenação geral do festival, o tema escolhido

foi “VIDAS TRANCADAS: O PODER TRANSFORMADOR DA ARTE”. A segunda fase é a confecção do desenho que será a marca do festival. Essa fase também contará com a participação efetiva dos(as) estudantes. Todos(as) são convidados(as) a deixar a criatividade fluir e criar o desenho que representará essa 12ª edição do festival. O desenho escolhido, além de ser premiado, será utilizado nos cartazes de divulgação do FEST'ART, nos folders e na camiseta que será utilizada pelos participantes vencedores. Os desenhos deverão ser feitos em papel A4, com a utilização, exclusivamente, de lápis preto. A data limite para a entrega será dia 1º de abril (segunda-feira).

A próxima etapa, após a escolha do desenho, será a inscrição e entrega dos trabalhos. Os participantes poderão se inscrever em até três das seguintes linguagens: dança, desenho, escultura, música, poesia e teatro. Os trabalhos devem ser originais (não podem ser cópia de trabalhos já existentes), e devem estar dentro do tema do festival.

VI. DAS INSCRIÇÕES:

- **Inscrições: 16 de abril a 15 de maio de 2024.**
- Local: As fichas de inscrição serão distribuídas e recolhidas pelos professores, coordenadores e supervisores do CED 01 de Brasília, chefes dos NUENs e chefes de Pátio por meio dos classificados. No ato da inscrição, os concorrentes deverão entregar a ficha devidamente preenchida e o trabalho, a saber:
 - ✓ Escultura: a própria escultura;
 - ✓ Dança: título e autoria da música a ser utilizada e descrição da coreografia;
 - ✓ Desenho: o próprio desenho;
 - ✓ Música: letra;
 - ✓ Poesia: a própria poesia;
 - ✓ Teatro: texto teatral. Em caso de teatro sem uso da palavra (mímica) haverá a necessidade da descrição escrita do trabalho.

VII. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

- Os trabalhos serão apreciados por uma comissão especialmente designada pelo CED 01 de Brasília.
- Serão selecionadas obras classificadas por ordem decrescente de pontos.

VIII. DAS ETAPAS

O XII FEST'ART realizará a primeira etapa para a escolha da marca, a segunda fase de apresentação e seleção, e a terceira etapa como processo final do Festival.

A decisão da comissão é soberana e irrecorrível.

- **PRIMEIRA ETAPA:** Acontecerá nas unidades prisionais. O participante deverá entregar o desenho que efetivará a sua participação nessa etapa.
- **SEGUNDA ETAPA:** acontecerá na respectiva UNIDADE PRISIONAL, onde os inscritos apresentarão seus trabalhos. Será realizada de no mês de junho

Para cada linguagem serão premiados três candidatos. Todos os participantes da 2ª Etapa terão suas apresentações e trabalhos filmados. Ao término de todas as apresentações dessa etapa, o corpo de jurados fará a escolha dos três melhores trabalhos de cada linguagem para participarem da FINAL (3ª Etapa). Os candidatos selecionados podem ser de qualquer uma das Unidades Prisionais do DF.

- **TERCEIRA ETAPA:** a 3ª Etapa será realizada em local, data e horário a serem definidos posteriormente. Nesta etapa, os trabalhos serão julgados por uma banca de jurados convidados, estes com formação e/ou comprovada experiência na respectiva linguagem.

IX. DOS RESULTADOS

Os resultados serão divulgados nas unidades.

X. DA SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO

Caso o candidato selecionado na Segunda Etapa se encontre impossibilitado de participar da Terceira Etapa, este poderá ser substituído pelo próximo melhor classificado na Segunda Etapa ou por outro indicado pelo(s) autor(es).

XI. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Escultura - tema, criatividade, originalidade, técnica e recursos materiais;
- Dança: tema, expressão corporal, coreografia e originalidade;
- Desenho: tema, técnica, criatividade, originalidade ;
- Música: tema, letra, melodia, afinação interpretação e originalidade;
- Poesia: tema, argumentação (conteúdo) interpretação e originalidade;
- Teatro: tema, dramaturgia, interpretação, criatividade, texto e originalidade.

Obs.: em caso de empate, será considerado vencedor o trabalho com maior nota por quesito, segundo a ordem dos critérios de avaliação.

XII. DA PREMIAÇÃO

A solenidade de apresentação e premiação dar-se-á em local, data e horário a serem definidos oportunamente pela comissão e direção do CED 01 de Brasília.

- Os autores premiados receberão premiação e certificado de participação e poderão ter suas obras publicadas em material de divulgação do festival.
- Todos os candidatos regularmente inscritos na Segunda Etapa receberão certificado de participação e camiseta. Aos 1º, 2º e 3º colocados será entregue uma premiação, por linguagem, em cada uma das seis unidades prisionais.
- Na Terceira Etapa serão premiados os 1º, 2º e 3º colocados em cada linguagem dentre os candidatos que tiverem alcançado as melhores notas na Segunda Etapa.

XIV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- A inscrição implica a aceitação integral do presente regulamento.
- Será automaticamente DESCLASSIFICADO, em caráter definitivo, o candidato que descumprir o presente regulamento; provocar atos que prejudiquem a realização do evento; desrespeitar participantes e organizadores; produzir trabalho que esteja fora do tema e/ou infringir regras dos direitos humanos.
- O participante autoriza o uso público de seu trabalho e sua imagem em favor do FEST'ART.
- Dúvidas e esclarecimentos deverão ser solicitados por escrito à Comissão Organizadora para análise e avaliação.
- Casos omissos serão analisados pela Comissão Organizadora.
- As obras ficarão à disposição do CED 01 de Brasília.
- Os participantes ao se inscreverem manifestam plena concordância com o presente regulamento, cujo descumprimento ensejará a sua desclassificação.
- A Comissão organizadora não se responsabilizará por cópias, plágios ou fraudes, nem efetuará, sob nenhuma forma, pagamentos de direitos autorais.
- A Comissão Organizadora é autônoma e soberana em suas decisões.
- Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela comissão.

Apêndice 11



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Diretoria de Serviços e Projetos Especiais de Ensino Gerência de
Orientação Educacional



PLANO SEMESTRAL/ANUAL DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

1º e 2º Semestres de 2024

CRE: Plano Piloto

UE: CED 01 DE BRASÍLIA

Etapa/Modalidade de Escolarização: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 1º, 2º e 3º segmentos da EJA

Apresentação

A escola, espaço privilegiado da diversidade da construção humana é interpelada pelas dinâmicas sociais contemporâneas, onde compreende-se que as relações vivenciadas demandam novas reflexões acerca da atuação dos profissionais da educação: equipe gestora, equipe pedagógica, corpo docente, pedagogo(a) orientador(a) educacional, serviços especializados de apoio à aprendizagem e demais profissionais que compõem a comunidade escolar. Neste contexto, o SOE do CED 01 de Brasília ocupa-se, sobretudo, com a discussão da violência no país e das propostas de segurança preponderante da sociedade, pautadas no encarceramento, no recrudescimento de penas e construção de presídios aliada aos esforços da assistência Educacional da EJA, dispensados ao sentenciado(a), devolvido(a) à sociedade, após cumprimento da pena.

Objetivo

Promover o diálogo e debate constantes com a comunidade escolar para além da ótica remediativa, com vistas à reflexão e recondução das atividades de forma preventiva e eficiente no cotidiano escolar, alinhando estratégias que colaboram na reformulação da identidade individual, na reconstrução, desenvolvimento e reinserção social e profissional dos(as) estudantes privado(as) de liberdade.

Visa

Oportunizar aos interno(as), por meio dos estudos, a convivência salutar com o outro, a percepção e importância do indivíduo neste meio e a responsabilidade social do(a) cidadã(o) na comunidade e no mundo.

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional e a Organização do Trabalho da Orientação Educacional 2024, o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra-se à equipe pedagógica do CED 01 de Brasília, incorporando suas ações ao processo educativo sistematizado da U, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento humano e profissional do(a) estudante privado(a) de liberdade (2019, p. 30), proporcionando seu protagonismo, a partir dos saberes evidenciados, visando, sobretudo, a reinserção do(a) cidadã(o) na sociedade.

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de (re)interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente semestre/ano no CED 01 de Brasília, destinado às cinco Unidades do Sistema Prisional do Distrito Federal.

Metas:

- 1.** Estabelecer a identidade da Orientação Educacional no Sistema Prisional;
- 2.** Interagir, articular e planejar com os supervisores e coordenadores locais das unidades prisionais e com os coordenadores pedagógicos dos segmentos, a fim de atender às demandas prioritárias de cada unidade, bem como dinamizar datas comemorativas e/ou atividades previstas no calendário escolar;
- 3.** Executar, junto a(s) os estudantes privados de liberdade ações pedagógicas lúdicas e recreativas de acolhimento, escuta ativa, desempenho socioemocional e comportamental, enfrentamento às violações de direitos, educação em e para os direitos humanos, educação para a diversidade, educação para a sustentabilidade e socio educação para a devida ressocialização, reconstrução e conscientização da identidade, da cidadania, dos valores, do respeito, dos limites, da responsabilidade e, por fim, autoavaliação, bem como orientar os internos, seja coletivamente ou individualmente, nas dificuldades de aprendizagens frente às particularidades intelectuais. Executar ainda, palestras, oficinas e outros que

contemplem a profissionalização e o mercado de trabalho a partir dos interesses elencados junto aos internos, assegurando assim aos reclusos e reclusas, por meio da aquisição de conhecimentos e reconstrução da dignidade, a sua reinserção social.

Ações em rede

TEMÁTICAS	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL DESENVOLVIDA
	Ed. Cidadania DH	Ed. Diversid.	Ed. Sustent.		
Identificação Orientação Educacional no CED 01 de Brasília	X	X	X	Apresentação do Serviço de Orientação Educacional de acordo com Regimento Escolar da Secretaria de Estado de Educação do DF e propostas de ações nas Unidades do Sistema Prisional do DF	Ações Institucionais para implantação e execução do SOE no CED 01 de Brasília junto à equipe de Direção e pedagógica da UE, no início do semestre/ano letivo
				Elaborar plano de ação do SOE	Ações Institucionais
				Participar da reelaboração da PP da UE	Ações Institucionais
Interagir, articular e planejar com os supervisores e coordenadores locais das unidades prisionais e com	X	X	X	Análise da realidade de cada Unidade Prisional; Planejamento coletivo: participação das coordenações semanais com os docentes ou	Ações junto à Equipe Pedagógica da

os coordenadores pedagógicos dos três segmentos da modalidade de escolarização				encontros frequentes nas Unidades Prisionais para trocas de informações, devolutivas e ações formativas que favoreçam estratégias pedagógicas, cooperativas de inclusão, direitos humanos, ética, valores, cidadania, saúde, disciplina e orientação profissional	UE e do NUEN no início do semestre Ações junto à Equipe Pedagógica durante o semestre
Apoio pedagógico coletivo e/ou individual, Intervenções e acompanhamento dos(as) Internos(as) nos desempenhos cognitivo, social e comportamental	X	X	X	Acolhimento, escuta ativa, participação no desenvolvimento e aplicação da PP, Conselho de Classe, nos eventos, atividades pedagógicas previstas e projetos afins.	Ações junto aos estudantes durante o semestre
				Apresentação e debate de assuntos pertinentes à reeducação, profissionalização e ressocialização do(a) estudante interno(a), bem como os previstos em calendário escolar, por meio de textos, poesias, músicas, dinâmicas, dramatizações e/ou outros.	Ações junto aos estudantes durante o semestre
				Encaminhamentos e articulação em rede junto à DIEJA, CREPP e outros	Ações junto à Direção e Gerente da DIEJA e outros durante o semestre
				Acreditar e fortalecer o protagonismo humano culpado e ainda inacabado da comunidade escolar carcerária, com vistas à capacidade de regeneração, dos sonhos interrompidos, dos interesses e aspirações no mundo moderno, por meio de diálogo e ações que produzam, no dia a dia, a delicadeza, a naturalidade, a	Ações junto aos estudantes durante o semestre

			<p>sinceridade e a confiança, a fim de estimular e valorizar o potencial intelectual e humano de cada um(a) confiado(a) à nós educadores. O conhecimento transmitido com afeto pode nos convencer de que o trabalho destinado aos egressos vale sim, a pena</p>	
--	--	--	---	--

Apêndice 12

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA

A leitura como recurso no processo de reinserção social do aluno com restrição de liberdade nas prisões do Distrito Federal.

Justificativa

Levando em consideração a necessidade e a importância da leitura e visando a qualidade do ensino que queremos oferecer, pensamos em um projeto que auxilie e estimule a leitura para uma ampliação da visão de mundo, resgatando a autoestima e levando a um estímulo, visando uma possível mudança da visão de mundo de nosso aluno da Penitenciária do Distrito Federal 2.

Este projeto se justifica também em nossa Constituição Federal pois existe a previsão, no artigo 21, capítulo V, que em cada estabelecimento penal deva existir uma biblioteca para uso de todas as categorias de internos, contando com livros didáticos, instrutivos, recreativos, literários. Possibilitando a remição de pena e a ocupação das horas inativas dentro das prisões, utilizando a leitura, reativando um hábito ou despertando esse hábito nos internos possibilitando uma abertura a novos horizontes e ao gosto pelos estudos, além da possibilidade de remição da pena pelos estudos.

Estimulando o raciocínio, melhorando o vocabulário, aprimorando a capacidade de interpretar além de proporcionar um conhecimento amplo e diversificado sobre vários assuntos, ler, desenvolve a criatividade, a imaginação, a comunicação, o senso crítico, ampliando a habilidade na escrita, assim através de livros de literatura, levaremos aos nossos alunos que por ventura estejam sem a presença física do professor regente, o contato com o livro literário específico para aquela etapa/segmento da Educação de Jovens e Adultos.

Metas a serem alcançadas

A implantação de tal projeto dentro do Sistema Prisional tem como objetivo a ressocialização do preso, através de sua capacidade de ler e interpretar o mundo ao seu redor, sendo um leitor crítico. O contato com os textos dentro do sistema prisional tem como fundamentação principal o contato do custodiado com um mundo muitas vezes diferente pra ele, o mundo da leitura, o gosto de estar em contato com o mundo imaginário da leitura, a viagem que se faz com a imaginação de personagens, locais, tempos.

Visando a ressocialização do preso através do desenvolvimento do gosto literário, utilizando a escola para que se possa construir relatos orais e escritos de livros lidos, aguçando o senso crítico com as atividades de cidadania, espera-se estimular o gosto pelos estudos. Espera-se alcançar estudantes, e alcançar também os não estudantes.

Fundamentação teórica

O trabalho educacional dentro das prisões no DF tem muita relevância, ultrapassando o oferecimento da educação formal, podemos ver isso no Caderno do Currículo em movimento da EJA no DF:

“EJA nas Prisões – A EJA nas prisões não se limita apenas à escolarização, mas também reconhece a educação como direito humano fundamental para a constituição de pessoas autônomas, críticas e ativas frente à realidade em que se encontram. A população privada de liberdade caracteriza-se como um público bastante heterogêneo, com acentuada diversidade etária, étnico-racial, sociocultural, de gênero e de orientação sexual. Mantidas dentro de suas celas, essas pessoas estão impedidas de desfrutarem das oportunidades sociais trazidas pela convivência humana. A oferta de EJA no ambiente prisional significa proporcionar a esses estudantes a instância de construção coletiva que proporciona um convívio de participação social não contemplado em nenhum outro espaço da prisão.”
CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS –
página 13

Público Alvo

Alunos da PDF2 de todos os segmentos da EJAIT.

Objetivos

Possibilitar aos estudantes da EJAIT, dentro do Sistema Prisional, a se tornarem leitores críticos, aliados às práticas pedagógicas, fortalecendo conceitos de cidadania e diversidade, tendo um encontro prazeroso com a leitura, possibilitando o interesse a livros tendo em vista a mudança de visão de mundo, enaltecendo a prática de cidadania e a pessoa a se sentir parte importante de um projeto de ressocialização.

Objetivos Gerais

- Desenvolver a concentração
- Estimular a memória
- Gerar compreensão
- Criar raciocínio lógico
- Produzir uma melhor linguagem oral
- Formar a capacidade criativa.

Objetivos Específicos

- Compreender a importância da escrita e da leitura,
- Desenvolver e aprimorar o domínio do processo de leitura e escrita,
- Familiarizar-se com as formas de linguagem, processos de escrita e uso de linguagens,
- Desenvolver a percepção e a imaginação capaz de captar a realidade do meio em que vive.
- Desenvolver a capacidade crítica para analisar a realidade percebida.
- Estimular a criatividade para que a mesma seja o eixo de transformação do indivíduo.

- Desenvolvimento da criatividade, do senso estético e da percepção visual.
- Contribuir para maior fixação da aprendizagem e proporcionar experiências variadas.

Metodologia

O presente projeto será desenvolvido por mim, Adriana, professora readaptada, com início em abril de 2024 e findando em dezembro de 2024, visando as turmas que porventura estejam sem professores na unidade prisional citada, selecionarei o material, no caso, os livros literários para serem entregues a coordenação para que a mesma possa entregar os livros aos alunos, considerando todas as especificações de minha readaptação.

Acompanhamento e avaliação

A avaliação do projeto será contínua e realizada no processo, levando em consideração o interesse, a participação e o rendimento de cada aluno, sociabilidade, criatividade, dificuldades, experiências e descobertas. No que diz respeito a avaliação geral do projeto, será feita ao término de cada dia trabalhado, ouvindo os alunos no que diz respeito aos aspectos que os agradaram, pontos positivos, ou a melhorar e através de uma simples relato escrito por eles.

Referências

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). Brasília; MEC. 1997.
- Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino médio. Brasília, MEC, 1999.
- Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal – Versão Experimental, Brasília – Janeiro 2000.
- PROJETO Político- pedagógico do Centro Educacional 01 de Brasília, escola mantida pela Secretaria de Estado de Educação do DF e Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro, Distrito Federal.
- Silva, Rodolfo Costa da. Biblioteca prisional: informação e reintegração / Rodolfo Costa Silva. – 2011. 37 f. Orientadora: Ilza Leite de Azevedo Santos Lopes. Trabalho de conclusão de curso – UNB, Curso de Graduação em Biblioteconomia, 2011. Disponível em https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3713/1/2012_RodolfoCostadaSilva.pdf

Apêndice 13

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA**

Apoio Pedagógico aos Coordenadores e Supervisores Pedagógico

Brasília/2024

1- Problematização:

A cada ano o número de estudantes matriculados no sistema prisional vem aumentando de forma exponencial. Com isso, cresce na mesma proporção a necessidade de *ajuda* na produção de material pedagógico (muitos destes adaptados as necessidades educacionais especiais) e preparação/digitalização/envio de relatórios das conclusões de ensino para os órgãos competentes.

E para atender/responder de forma satisfatória a esta demanda crescente, é fundamental que todo material pedagógico necessário ao processo de ensino-aprendizagem chegue a este público quando necessário no tempo adequado para sua utilização.

2- Objetivo Geral:

Atuar/apoiar os professores regentes, coordenadores pedagógicos, supervisores e direção do sistema de ensino prisional em todos os processos de preparação/criação e envio de material pedagógico de forma periódica e regular, podendo se estender sem limitação de tempo para determinados ambientes pedagógicos.

3- Objetivos Específicos:

- Atender às solicitações pedagógicas dos professores regentes no envio de materiais pedagógicos;
- Apoiar os coordenadores locais na preparação de material didático;
- Apoiar o(a) coordenador(a) da remição de leitura na separação e digitalização das redações após a validação;
- Atender às solicitações pedagógicas dos supervisores e direção;
- Analisar atividades, pesquisar, sugerir adaptações e encaminhar aos professores e ou confeccionar atividades pedagógicas adaptadas para os alunos, conforme solicitação dos professores e autorização da coordenação pedagógica;
- Organizar/digitalizar redações da remição de leitura;
- Organizar e ajudar na entrega do material de leitura produzido pela coordenação da remição da leitura;
- Participar da construção de materiais didáticos que contemplem a EJA nas prisões.
- Apoiar/ajudar na organização dos festivais artísticos e culturais;

- Participar dos conselhos de classe e coordenações pedagógicas.

4- Considerações Finais

O trabalho pedagógico será feito no: Centro de Internamento e Reeducação – CIR; Centros de Detenção Provisória – CDPI; Centro de Detenção Provisória – CDPII; Penitenciária do Distrito Federal I – PDF I; Penitenciária do Distrito Federal II – PDF II; Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF; Centro de Progressão

Apêndice 14

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO
CENTRO EDUCACIONAL 01 DE BRASÍLIA

Projeto de atuação Professor Readaptado:

Apoio Pedagógico Extensivo aos Coordenadores e Supervisores Pedagógico no Atendimento aos Educandos do Sistema Prisional.

Problematização:

A cada ano o número de estudantes matriculados no sistema prisional vem aumentando de forma exponencial. Com isso, cresce na mesma proporção a necessidade de *ajuda* na produção de material pedagógico (muitos destes adaptados as necessidades educacionais especiais) e preparação/digitalização/envio de relatórios das conclusões de ensino para os órgãos competentes. E para atender/responder de forma satisfatória a esta demanda crescente, é fundamental que todo material pedagógico necessário ao processo de ensino-aprendizagem chegue a este público quando necessário no tempo adequado para sua utilização.

Objetivo Geral:

Atuar/apoiar os professores regentes, coordenadores pedagógicos, supervisores e direção do sistema de ensino prisional em todos os processos de preparação/criação e envio de material pedagógico de forma periódica e regular, podendo se estender sem limitação de tempo para determinados ambientes pedagógicos.

Objetivos Específicos:

Atender às solicitações pedagógicas dos professores regentes no envio de materiais pedagógicos;

Apoiar os coordenadores locais na preparação de material didático;

Apoiar o(a) coordenador(a) da remição de leitura na separação e digitalização das redações após a validação;

Atender às solicitações pedagógicas dos supervisores e direção;

Analisar atividades, pesquisar, sugerir adaptações e encaminhar aos professores e ou confeccionar atividades pedagógicas adaptadas para os alunos, conforme solicitação dos professores e autorização da coordenação pedagógica;

Organizar/digitalizar redações da remição de leitura;

Organizar e ajudar na entrega do material de leitura produzido pela coordenação da remição da leitura;

Participar da construção de materiais didáticos que contemplem a EJA nas prisões.

Apoiar/ajudar na organização dos festivais artísticos e culturais;

Participar dos conselhos de classe e coordenações pedagógicas.

Considerações Finais

O trabalho pedagógico será feito no: Centro de Internamento e Reeducação – CIR; Centros de Detenção Provisória – CDPI; Centro de Detenção Provisória – CDPII; Penitenciária do Distrito Federal I – PDF I; Penitenciária do Distrito Federal II – PDF II; Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PPDF; Centro de Progressão Penitenciária – CPP e o CED 01 BsB, com a supervisão dos coordenadores e Direção da escola.

Anexo

PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a cooperação mútua entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal, para implementação da política de remição de pena pela leitura nos estabelecimentos penais do Distrito Federal.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, substituto, o SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, o COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL e o DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhes conferem o artigo 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o artigo 3º do Decreto nº 7.165, de 2010, e o artigo 6º do Decreto nº 30.490, de 2009, em consideração ao disposto na Portaria nº 10, da Vara de Execuções Penais - VEP do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, de 17 de novembro de 2016, que regulamenta as modalidades de remição de pena pelas atividades de ensino presencial, pela realização de cursos a distância e pela leitura de obras literárias no âmbito do sistema penitenciário do Distrito Federal, e suas posteriores alterações, resolvem:

Art. 1º Estabelecer os termos da cooperação mútua entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal - SEAPE/DF, a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, que têm por objeto a implementação da política de remição de pena pela leitura, com vistas à remição de pena e à ressocialização das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais do Distrito Federal.

Art. 2º A cooperação mútua entre os partícipes será executada em conformidade com o disposto nesta Portaria Conjunta e no Plano de Trabalho por eles aprovado e publicizado no sítio eletrônico da SEEDF.

Art. 3º A política de remição de pena pela leitura tem como meta, por meio das atividades de fomento à leitura, alcançar anualmente até 10% das pessoas privadas de liberdade dos estabelecimentos penais do sistema penitenciário e das unidades de recolhimento do Distrito Federal, atendidos pela política prevista nesta Portaria Conjunta, além de ampliar o rol de títulos e o quantitativo de livros disponíveis para leitura nesses estabelecimentos e unidades.

Art. 4º São obrigações comuns aos partícipes:

I - estabelecer formas de colaboração, somando e convergindo esforços, mobilizando ou remanejando servidores, com vistas ao cumprimento dos objetivos e alcance das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

II - garantir o cumprimento das ações que competem aos servidores da educação, aos diretores dos estabelecimentos penais, aos servidores dos Núcleos de Ensino dos estabelecimentos penais - NUENs, do

Núcleo de Custódia da Polícia Militar - NCPM e da Divisão de Controle e Custódia de Presos da Polícia Civil - DCCP, de acordo com suas respectivas competências e conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

III - garantir o cumprimento das fases e etapas de execução dos ciclos de leitura atinentes à política de remição de pena pela leitura, conforme estabelecido no Plano de Trabalho; IV - cumprir e fazer cumprir as normativas vigentes específicas da política de remição de pena pela leitura;

V - indicar e garantir a atuação de servidores no Comitê Gestor da política de remição de pena pela leitura, de acordo com os artigos 5º e 6º da presente Portaria Conjunta; PÁGINA 11 Diário Oficial do Distrito Federal Nº 184, QUINTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2022 Documento assinado digitalmente, original em <https://www.dodf.df.gov.br>

VI - validar os relatórios de gestão, as correspondências oficiais e os documentos normativos elaborados pelo Comitê Gestor;

VII - providenciar meios para aquisição de obras literárias para reposição ou ampliação do acervo bibliográfico dos estabelecimentos penais, seja por processo licitatório, campanhas de arrecadação ou em articulação com outros órgãos e instituições;

VIII - suprir os materiais de expediente necessários à realização das atividades da política de remição de pena pela leitura, de acordo com as respectivas dotações orçamentárias dos signatários. Parágrafo único. Não haverá cessão ou disponibilização de servidores para outro órgão. Art. 5º A responsabilidade de acompanhamento e gestão executiva da política de remição de pena pela leitura, de que trata esta Portaria Conjunta, ficará a cargo do Comitê Gestor, o qual deverá ser composto por:

I - 02 (dois) membros da SEEDF;

II - 02 (dois) membros da SEAPE/DF;

III - 01 (um) membro da PMDF; IV - 01 (um) membro da PCDF.

§ 1º Os integrantes do Comitê Gestor serão indicados pelos titulares da SEEDF, da SEAPE/DF, da PMDF e da PCDF no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação desta Portaria Conjunta.

§ 2º A representação da SEEDF, junto ao Comitê Gestor, estará a cargo de 1 (um) representante da Gerência de Atenção à Educação Prisional e 1 (um) da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos.

§ 3º A representação da SEAPE/DF, junto ao Comitê Gestor, estará a cargo do Coordenador-Geral do Sistema Prisional e do Gerente de Políticas Penitenciárias.

§ 4º A representação da PMDF, junto ao Comitê Gestor, estará a cargo de 1 (um) representante do Núcleo de Custódia da Polícia Militar - NCPM.

§ 5º A representação da PCDF, junto ao Comitê Gestor, estará a cargo de 1 (um) representante da Divisão de Controle e Custódia de Presos da Polícia Civil - DCCP.

Art. 6º As deliberações do Comitê Gestor serão submetidas aos respectivos titulares da SEEDF, da SEAPE/DF, da PMDF e da PCDF, para fins de ratificação.

Art. 7º A SEEDF providenciará a publicação desta Portaria Conjunta no DODF.

Art. 8º Fica garantida aos professores que atuam na cooperação mútua estabelecida por meio da Portaria Conjunta nº 6, de 24 de agosto de 2018, a lotação na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto - CREPP e o exercício definitivo no Centro Educacional - CED 01 de Brasília.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelos dirigentes dos órgãos signatários, após manifestação técnica do Comitê Gestor e/ou áreas técnicas da SEEDF, da SEAPE/DF, da PMDF e da PCDF.

Art. 10. A cooperação mútua decorrente desta Portaria Conjunta não implicará transferência de recursos financeiros, razão pela qual eventuais despesas correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos signatários.

Art. 11. A presente Portaria Conjunta entra em vigor na data de publicação, por prazo indeterminado, podendo ser alterada ou revogada por meio de aprovação de Plano de Trabalho e edição de Portaria Conjunta.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Conjunta nº 6, de 24 de agosto de 2018